

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS-CFH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA-PPGH

ANTONIO LUIZ MIRANDA

TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DO MOVIMENTO OPERÁRIO  
SINDICAL DE CRICIÚMA - SC

Da Ditadura Militar a Nova República

(1964-1990)

Florianópolis

Fevereiro 2013

ANTONIO LUIZ MIRANDA

TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DO MOVIMENTO OPERÁRIO  
SINDICAL DE CRICIÚMA - SC

Da Ditadura Militar a Nova República: (1964-1990)

Tese apresentada para obtenção do título de  
Doutor no Programa de Pós-Graduação em  
História na Universidade Federal de Santa  
Catarina, Área de História Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Luiz  
Duarte

Florianópolis

Fevereiro

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS-CFH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA-PPGH

**ANTONIO LUIZ MIRANDA**

TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DO MOVIMENTO OPERÁRIO  
SINDICAL DE CRICIÚMA – SC

Da Ditadura Militar a Nova República

(1964-1990)

**Banca Examinadora**

Tese de Doutorado

Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte – Orientador e Presidente - UFSC

Prof. Dr. João Henrique Zanelatto - UNESC

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosângela Maria Silva Petuba – Universidade Estadual de  
Ponta Grossa – UEPG

Prof. Dr. Ricardo Gaspar Muller – Sociologia e Política – UFSC

Prof. Dr. Waldir José Rampinelli – História – UFSC

Suplente – Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado – História – UFSC

Suplente – Prof. Dr. Rivail Rolim- Universidade Estadual de Maringá -  
UEM

FLORIANÓPOLIS, 05 DE ABRIL DE 2013

## AGRADECIMENTOS

Quando leio um trabalho acadêmico, uma tese, uma dissertação ou mesmo um trabalho de conclusão de curso de graduação, gosto muito de prestar atenção nos agradecimentos. Considero essa parte importante, pois revela a trajetória individual do pesquisador. As relações pessoais e acadêmicas e até mesmo o contexto da produção do trabalho normalmente aparecem nessa parte do trabalho que considero uma das mais prazerosas de ser escrita.

Início então agradecendo ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, a coordenação, funcionários e professores, principalmente aos da linha de pesquisa Trabalho, Sociedade e Cultura, Henrique, Paulo, Adriano por terem avaliado a pesquisa e principalmente ao Adriano que não desistiu em me orientar quando eu mesmo não acreditava mais.

Não posso deixar de mencionar os meus colegas do Colégio João Silveira pelos momentos de descontração e intensos debates. Simone, Divino, Geraldo, Oleg e o André que gentilmente traduziu o resumo para o inglês, e todos os demais, moram no meu coração.

Aos meus colegas da Unesc, principalmente do Curso de História, onde vivo minha profissão mais intensamente, devo um agradecimento especial. João, Paulinho, Carola, Lili, o núcleo duro, e todos os demais colegas de convívio que sempre foram solidários nas minhas dificuldades e parceiros em nossas lutas.

Um agradecimento especial a jornalista Nadia Couto pela presteza com que se dispôs em fazer a correção.

Os estudantes, os mais chegados e os mais distantes, contribuem enormemente para que sigamos nos aperfeiçoando e o desafio em realizar essa pesquisa tem grande relação com o que encaramos no dia a dia da sala de aula. Espero que esse trabalho sirva como incentivo a todos vocês.

Ao CEDOC-UNESC, Lucy e Selma e demais funcionários e estagiários que prontamente atenderam minhas solicitações.

Aos diretores e funcionários do sindicato dos metalúrgicos que gentilmente abriram as portas dos sindicatos, os arquivos me deixando muito a vontade para a pesquisa. Ao recepcionista do sindicato dos ceramistas por me atender e, mesmo não me dando acesso aos arquivos, acabou, nas conversas, me fornecendo informações importantes sobre a dinâmica do sindicato. Os colegas do sindicato dos mineiros também merecem aqui meus agradecimentos.

Marlene, Hilário, Valdeci, Sérgio e Milton foram meus entrevistados mais diretos, forneceram informações fundamentais para compreensão do objeto estudado. Estendo os agradecimentos aos demais entrevistados que foram essenciais para essa pesquisa.

Por fim aos meus familiares, principalmente aos meus pais, Joca e Zeli, que me tratam ainda como se eu fosse adolescente, mas que compreenderam minhas dificuldades e angústias e estiveram sempre ao meu lado. Muito obrigado a todos.

## RESUMO

Essa tese estuda as trajetórias e as experiências do movimento operário sindical da cidade de Criciúma, Santa Catarina, da década de sessenta ao início dos anos noventa. O estudo se inicia a partir do Governo Militar no Brasil (1964-1985) e percorre as décadas de setenta e oitenta chegando ao governo da chamada “Nova Republica” (1985-1990). São analisadas as seguintes categorias de trabalhadores: mineiros de carvão, os quais se organizavam em dois sindicatos no mesmo município, contrariando a legislação trabalhista brasileira; os trabalhadores metalúrgicos e sua associação sindical fundada em 1962; os trabalhadores das cerâmicas de pisos e azulejos que organizaram o sindicato a partir de 1958; os trabalhadores das indústrias do vestuário e calçadista, sendo que o sindicato que os representa foi fundado em 1979. O estudo analisa a formação e a organização da classe operária da cidade de Criciúma, percebendo as peculiaridades do movimento operário local em relação ao movimento geral da classe operária no Brasil durante aquele período. O presente estudo demonstra também a influencia do movimento operário nacional na organização da classe operária de Criciúma. As categorias selecionadas representam os setores econômicos mais importantes da economia da cidade. O setor da mineração é o mais antigo e, os operários desse setor, carregam consigo uma forte tradição de lutas sindicais. Os trabalhadores dos outros setores, surgidos com o processo de diversificação econômica na década de sessenta, também desenvolveram importantes embates com os capitalistas locais tornando Criciúma conhecida como a “Cidade das Greves”.

**Abstract**

This thesis studies the ways and experiences of union movements in Criciúma, Brazil. From sixties to early nineties. The study starts from the Military's Government in Brazil (1964-1985) and runs through the seventies and eighties coming to the "New Republic" government (1985-1990). It analyzes the following categories of workers: coal miners, which are organized into two unions in the same county, contrary to Brazilian labourite laws; the metalworkers union and its union organization founded in 1962; workers in ceramic tile who organized the union in 1958; and the garment's workers and footwear industries whose union was founded in 1979. The study analyzes the formation and organization of the working class town of Criciúma, noticing the peculiarities of the labor movement in this region relative to the general movement of the working class in Brazil during that period. The present study also shows the influence of the national's labor movement in the organization of the working class of Criciúma. The selected categories represents the most important economic sectors of Criciúma. The mining industry is the oldest and the workers in this sector, bear a strong tradition of union's struggles. Workers in other sectors, encountered in the process of economic diversification in the sixties, also developed significant clashes with local capitalists. Thus Criciúma became known as the "City of strikes."

Key Words: Workers, Unions, Strikes





## **LISTA DE TABELAS**

**TABELA 1: NÚMEROS DE TRABALHADORES POR SETOR NAS DÉCADAS DE 1960 A 2000 ..... 90**

**TABELA 2: PROCEDÊNCIA DOS TRABALHADORES DO SETOR CERÂMICO DE CRICIÚMA NA DÉCADA DE 1970 ..... 92**

**TABELA 3: EVOLUÇÃO POPULACIONAL DE CRICIÚMA...109**

**TABELA 4: EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE E TRABALHADORES EMPREGADOS – CERÂMICAS CESACA E PORTINARI ..... 117**

**TABELA 5: RESULTADO DA ELEIÇÃO DA DIRETORIA DO SINDICATO DOS MINEIROS DO DISTRITO DE RIO MAINA, CRICIÚMA – MARÇO DE 1979 ..... 137**

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
-------------------------	----

### **CAPÍTULO I**

<b>SETEMBRO DE 1979. CRICIÚMA UMA CIDADE SACUDIDA PELOS TRABALHADORES</b> .....	25
---	----

1.1 – <b>INTRODUÇÃO</b> .....	25
1.2 – <b>NOS SOMOS METALÚRGICOS! IGUAIS AOS DO ABC</b> ...	26
1.3 – <b>“PEÇAM A MINA” MINEIROS EM GREVE</b> .....	52
1.4 – <b>NA ONDA DAS GREVES: CERAMISTAS TAMBÉM PARAM</b> .....	70
1.5 – <b>DOUTOR MILTON, A CATEGORIA PAROU!</b> .....	73

### **CAPÍTULO II**

<b>A DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA E A CONSTITUIÇÃO DE NOVAS CATEGORIAS DE TRABALHADORES NA REGIÃO CARBONÍFERA DE SC. 1960-1990</b> .....	81
--	----

2.1 – <b>A IMPORTÂNCIA DO CARVÃO</b> .....	81
2.2 – <b>ACUMULAÇÃO, GERAÇÃO DE EMPREGO E DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA</b> .....	82
2.3 - <b>OS DONOS DA CIDADE</b> .....	93
2.4 - <b>FACES DA URBE</b> .....	105

2.5 - VOLPATO E A CIDADE DO CARVÃO .....	110
2.6 - A DIVERSIFICAÇÃO POR UM ECONOMISTA HETERODOXO .....	114
2.7 – SÍNTESE .....	119

### **CAPÍTULO III**

SINDICALISMO E O MUNDO DO TRABALHO DURANTE A DITADURA MILITAR 1964-1985: A EXPERIÊNCIA DE CRICIÚMA-SC .....	121
---	-----

3.1 – A CONDIÇÃO DOS SINDICATOS NOS ANOS DE CHUMBO .....	121
3.2 – MINEIROS X MINEIROS: DOIS SINDICATOS NO MESMO MUNICÍPIO – DE COMBATIVOS A PELEGOS .....	126
3.3 - METALÚRGICOS: O EMBRIÃO DO NOVO SINDICALISMO .....	145
3.4 – CERAMISTAS: SINDICATO EM DESCOMPASSO COM OS TRABALHADORES DO CHÃO DA FÁBRICA .....	160

### **CAPÍTULO IV**

CRICIÚMA: A CIDADE DAS GREVES – 1980 – 1990 .....	166
4.1 - O NOVO SINDICALISMO EM DEBATE .....	166
4.2 - INICIO DOS ANOS OITENTA: CUT E PT ENTRAM EM CENA NA CIDADE DO CARVÃO .....	176
4.3–A GREVE GERAL DE 1986 .....	188
4.4 - 1987 – GREVES, CONFLITOS E CONQUISTAS .....	205
4.5 - OS ÚLTIMOS ANOS DA DÉCADA DE 1980: CRISE E OCASO DO SINDICALISMO COMBATIVO .....	213
<b>CONCLUSÃO</b> .....	217
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	228



## INTRODUÇÃO

Criciúma, localizada no Sul do Estado de Santa Catarina, teve seu desenvolvimento econômico vinculado à indústria de extração de carvão. Essa atividade era praticada na localidade desde o final do século XIX, porém foi a partir da década de 1940 que as mineradoras presentes na região, e outras que se implantaram na época, aumentaram substancialmente a extração de carvão, utilizando novas técnicas produtivas e empregando um maior contingente de mão de obra. Esse aumento na atividade de exploração de carvão mineral está relacionado à Segunda Guerra Mundial e à implantação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro, que passou a consumir grande parte da produção de carvão da região.

O aumento da produção, utilizando-se novas tecnologias e maior contingente de mão de obra, desenvolveu um processo migratório de trabalhadores para a região das minas. Formou-se então um cenário composto pelas mineradoras cercadas de pequenas casas, nas quais moravam os mineiros e suas famílias. A região Sul de Santa Catarina passou a ser conhecida como Região Carbonífera e Criciúma como a Capital Brasileira do Carvão.

Os trabalhadores das minas de carvão foram os primeiros na região a se organizar em sindicatos e a promover as primeiras greves. Criaram em torno de si todo um imaginário de trabalhadores heróicos, obstinados e lutadores. Carola, em seu trabalho publicado no livro *Memória e Cultura do Carvão*, afirma que a denominação “região carbonífera revela a força ideológica do progresso vinculada à indústria do carvão”. Ao analisar a formação da identidade social do trabalhador mineiro, mostra que a submissão a um trabalho extremamente pesado e perigoso, colocando suas vidas constantemente em risco, fez surgir entre os trabalhadores valores como “coragem, força e exaltação da masculinidade”<sup>1</sup>.

Observa-se, no entanto, que a partir da década de 1960 iniciou-se uma diversificação das atividades industriais, como o surgimento de cerâmicas de azulejos, indústria metalúrgica, de plásticos, vestuário e calçados principalmente. Essas atividades cresceram nas décadas

---

<sup>1</sup> CAROLA, Carlos Renato. Modernização, Cultura e Ideologia do Carvão em Santa Catarina. In: GOULARTI F<sup>a</sup>, Alcides (org.). *Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2004.

seguintes, enquanto que a atividade carbonífera entrava em decadência, de forma que, no final da década de 1970, superaram em importância econômica a mineração do carvão. Porém, a imagem que permaneceu na cidade foi a da Capital do Carvão, o minério como o grande propulsor do progresso. Mesmo com a decadência da atividade da mineração a cidade não desvinculou sua imagem do carvão.

Em relação à classe operária, o crescimento de outros setores industriais fez surgir outras categorias de trabalhadores na região, muito mais numerosos que os trabalhadores mineiros, e que se constituíram de forma diferenciada dos operários das minas, formando uma realidade heterogênea, criando outras maneiras de organização. Mesmo assim, os trabalhadores das minas de carvão de Criciúma continuaram sendo a principal referência no imaginário da cidade.

É mister salientar a importância de considerar as transformações na organização e métodos produtivos das mercadorias, assim como analisar a interferência da divisão do trabalho em nível macro, que influenciaram na dinâmica produtiva e organizativa operária na região em estudo. Antunes em seu livro *Os sentidos do trabalho* aponta as consideráveis transformações vivenciadas pelos trabalhadores decorrentes da mudança do padrão produtivo. Esta perspectiva não conduz a determinação externa dos fenômenos locais, senão que visa valorizar a diversidade própria das características da cidade no âmbito de tendências mais abrangentes.

Existem alguns estudos importantes sobre a constituição, formação e modo de vida da categoria dos trabalhadores mineiros da região Sul de Santa Catarina. Percebe-se, no entanto, que essa não é a única na região, a classe operária de Criciúma não se resume aos mineiros do carvão. Esta tese, então, amplia o olhar para um conjunto maior de trabalhadores, entendendo-os como sujeitos coletivos, compondo um cotidiano não homogêneo, organizando-se de diversas maneiras e níveis.

Este trabalho acompanha a trajetória das principais categorias de trabalhadores da cidade a partir de década de 1960. Trata-se de um estudo sobre a constituição e a organização da classe operária de uma cidade industrial como Criciúma, que cresceu economicamente a partir de uma única atividade principal que é a extração de carvão, mas que com o tempo diversificaram-se as atividades econômicas e com isso

formaram-se novas categorias de trabalhadores. O conceito de classe aqui apresentado está relacionado a EP Thompson.

Por classe entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo classe como estrutura, nem mesmo como categoria, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. A classe acontece quando alguns homens, com resultado de experiências comuns (herdados ou partilhados) sentem e articulam a identidade de seus interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.<sup>2</sup>

O processo de organização sindical e as sociabilidades são definidores na construção da identidade desses trabalhadores. É possível que outras práticas sociais anteriores também tenham contribuído na formação cultural desses trabalhadores, mas também é importante perceber como a diversificação econômica provocou mudanças nas relações de trabalho e outras formas de controle.

Observa-se que parte do capital investido na diversificação econômica foi oriundo da indústria carbonífera. Neste caso, os trabalhadores dessas empresas, a partir de suas experiências comuns, mas tendo também como referência os trabalhadores do carvão, grupo com maior experiência organizacional, se constituíram enquanto classe.

Os trabalhadores que constituíram os setores industriais surgidos na cidade de Criciúma, principalmente a partir da década de 1960, são, em grande parte, migrantes das localidades próximas e se ocupavam essencialmente da agricultura. Nesse processo esses homens e mulheres abandonaram um modo de vida e submeteram-se ao modelo da disciplina da fábrica, possivelmente algo novo para eles. Mesmo trazendo consigo toda uma experiência, tiveram que se adaptar a um modo bastante diferente de trabalho, moradia, lazer, etc. Essa metamorfose os levou a construir novas práticas culturais que os identificam como classe.

A partir das referências e questões elencadas acima, a pesquisa buscou mostrar a constituição dos trabalhadores de Criciúma, que enquanto sujeitos coletivos experimentaram no seu cotidiano as mais

---

<sup>2</sup> THOMPSON, EP. A formação da Classe Operária Inglesa. RJ, Paz e Terra, 1987, p. 9-10.

diversas experiências e através delas perceber como se formaram em vários dos seus aspectos e níveis como o econômico, político, social e cultural. Assim como nas relações de lutas sociais, formas de organização e os conflitos estabelecidos.

A composição da tese foi estruturada em quatro capítulos, sendo que o primeiro trata das greves ocorridas em Criciúma durante o mês de setembro de 1979. Considero esse evento um marco importante para o movimento operário sindical local. Está obviamente contextualizado com o que estava ocorrendo nacionalmente, principalmente a partir das mobilizações dos metalúrgicos do ABC paulista e do processo de reabertura democrática.

As mobilizações da classe operária no período partiram dos centros maiores, principalmente de São Paulo, mas em Criciúma teve uma conotação particular. A cidade, até então, era conhecida pela mineração do carvão e em nível de mobilização operária era a categoria dos mineiros de carvão reconhecida como combativa. Em 1979 outras categorias despontaram, como os metalúrgicos, motoristas e ceramistas. Essas mostraram a nova realidade da classe operária da cidade. Isto é, uma classe diversificada em vários setores industriais, mas que apresentava a mesma combatividade construída tradicionalmente pelos operários das carboníferas.

Essa combatividade transmitida pelos mineiros e adquirida pelas outras categorias levou a cidade de Criciúma a ser conhecida como a cidade do carvão, do azulejo e das “greves”, dada a repercussão que as mobilizações operárias ocorridas na cidade tinham em nível estadual e até nacional. Essa idéia da tradição combativa dos sindicatos dos mineiros sendo herdada pelas outras categorias será recorrente ao longo desta tese.

Como fontes para composição do primeiro capítulo foram utilizadas principalmente os jornais da época, basicamente os jornais O Estado e Jornal de Santa Catarina. Esses órgãos tinham abrangência estadual e destacaram em seu noticiário durante todo o mês de setembro de 1979 as greves que ocorreram em Criciúma na época. Outras fontes importantes foram as entrevistas com pessoas que se envolveram diretamente com o movimento e também documentos dos sindicatos, principalmente as atas das assembleias e de reuniões da diretoria.



No segundo capítulo procuro discutir o processo de diversificação da economia local a partir da análise de uma série de obras de pesquisadores que se preocuparam com o fenômeno. Selecionei cinco autores e oito obras que tratam da questão. A intenção é perceber o desenvolvimento desse processo buscando demonstrar o surgimento dos setores econômicos no campo industrial. A opção dos capitalistas locais em diversificar seus investimentos em vários ramos industriais tem como um dos fatores importantes a existência de uma classe operária disciplinada para o trabalho fabril.

As fontes do segundo capítulo foram basicamente teses de doutorado e dissertações de mestrado, algumas já publicadas, desenvolvidas a partir da década de 1990. Todas são unânimes em apresentar o início do processo de diversificação da economia local a partir de década de 1960 com a expansão do setor da cerâmica de pisos e azulejos e que aprofundou-se nas décadas seguintes com os setores do vestuário e indústria de material plástico de embalagens e descartáveis. Isto é, Criciúma, formada a partir do exclusivismo da mineração de carvão, a partir da década de 1960 tem sua economia diversificada e, em poucas décadas, esse setor passa a ser apenas mais um na composição da economia local.

Nesse ponto não há unanimidade entre os pesquisadores. Volpato, acompanhada por Teixeira, percebe uma certa resistência por parte dos mineradores ao processo de diversificação. Volpato entende que esses se colocaram como freio ao processo, temendo perder o controle político e econômico regional. Por outro lado, os outros autores analisados, Nascimento, Santos e Goularti Filho, perceberam a participação dos mineradores no processo. Por um lado incentivando com o interesse em que esses setores ocupariam uma força de trabalho composta pelos familiares dos trabalhadores nas minas, desafogando a pressão desses por melhores salários, e também transferindo diretamente seu capital em outros setores.

Nesta tese, no entanto, busco perceber a importância da classe operária local, forjada na mineração de carvão, como a base fundamental para a diversificação industrial local. Um olhar sobre o processo de formação dessa categoria se faz necessário. Então, no terceiro e no quarto capítulos percorro a trajetória e as experiências dos operários de Criciúma a partir da década de 1960.

Esses capítulos estão divididos de forma cronológica. O terceiro analisa o período de 1964 ao início da década de 1980. Isto é, do golpe militar ao início da redemocratização, percebendo como cada categoria selecionada nesse estudo (mineiros, ceramistas e metalúrgicos) atuou politicamente no período. É analisada principalmente a postura dos sindicatos de cada categoria durante o período.

O quarto capítulo concentra a análise na década de 1980, principalmente a partir da fundação da Central Única dos Trabalhadores e o avanço do “novo sindicalismo” na região. Na segunda metade dessa década processaram-se as mobilizações mais intensas dos trabalhadores da região, com destaque para a categoria dos mineiros.

Em relação aos trabalhadores das minas de carvão existe um número considerável de trabalhos sobre a história dos mineiros de Criciúma, essas foram fontes importantes para conhecer o objeto. Além disso, os arquivos do Centro de Documentação da Universidade do Extremo Sul Catarinense – CEDOC-UNESC contêm uma farta documentação disponível, principalmente no setor Memória e Cultura do Carvão. Também junto aos arquivos dos sindicatos da categoria encontram-se documentos importantes, como as atas das reuniões de diretoria, das assembléias e das eleições sindicais.

As fontes orais foram fundamentais, principalmente para analisar o período a partir da década de 1980. Nessa época o sindicato dos mineiros de Criciúma foi conquistado por um grupo considerado de viés combativo. Nesse período aconteceram as maiores mobilizações desses trabalhadores.

Nesse sentido, entende-se que as reflexões sobre a memória têm o poder de nos encantar e afetar com os detalhes fugidios, porque as narrativas expressam-se a partir de pontos de vista próprios, buscados do ontem e reinterpretados hoje. Cada depoente tem uma história, é personagem do próprio enredo, e mesmo que essa se misture à memória coletiva, não deixa de ter um componente individual. Maurice Halbwachs<sup>3</sup> nos diz que a memória é constituída por grupos sociais; tem umas dimensões coletivas, espontâneas, múltipla, guardiã do passado e manifestada na pluralidade afetiva. Mesmo com esse argumento

---

<sup>3</sup> Sobre a discussão da memória ver: Halbwachs, Maurice. A Memória Coletiva. Tradução Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Vértice; Editora: Revista dos Tribunais, 1990.

Halbwachs não tira do indivíduo a faculdade individual de lembrar, pois apesar de trazer componentes significativos que possam ser compartilhados coletivamente pela memória, “o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais”<sup>4</sup>, argumenta Alessandro Portelli.

A memória está na cultura, através dela a cultura é externada nas reminiscências das práticas e resistências. Aí nas reticências, ainda presos a este mundo por tênues franjas, aparecem as elaborações e re-elaborações da vida cotidiana, expressas nas relações com a produção e reprodução da vida.

Os discursos da memória não são desprovidos de riscos: são plurais, fugidios, maleáveis, instáveis, imprevisíveis, descontínuos, entrelaçam acontecimentos diversos e sofrem influência dos meios de “transmissão-comunicação”<sup>5</sup>. Cabe ao historiador fazer a leitura nas entrelinhas dos discursos, rever interpretações e refinar o que parecia inquestionável, pois, como afirma Eclea Bosi, “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e idéias de hoje as experiências do passado”.<sup>6</sup>

Fentress e Wickham levantam uma questão específica sobre “memórias operárias”, a qual inicia com uma comparação entre memórias camponesas e operárias. Os autores consideram que nas comunidades operárias “os interesses e identidades são muito mais explicitamente opostos aos dos patrões” que as comunidades camponesas. O radicalismo e a militância fazem mais parte da experiência operária.

Por outro lado, os autores consideram que na “coerência social geral” muitas comunidades operárias são mais frágeis que as camponesas. Principalmente por serem mais recentes, fugazes e deslocarem-se mais que os camponeses. Afirmam os autores:

As comunidades operárias, que tendem a viver em grandes povoamentos – o que não

---

<sup>4</sup> PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética e história oral. In: projeto história, nº 15. São Paulo: PUC, abril/1997. p 16.

<sup>5</sup> BURKE, Peter. Variedades da história Cultural. Tradução: Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p 73.

<sup>6</sup> BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Edusp, 1987. p 17.

acontece nas comunidades porta-com-porta do mundo rural – fragmentam-se com bastante facilidade em diferentes grupos; as experiências comuns, a relativa pobreza no lar ou a disciplina fabril no trabalho (o que, aliás, varia de sector para sector) nem sempre são eficazes a uni-los para além da experiência relativamente limitada de votarem todos no Partido Trabalhista. Por essas razões, as culturas operárias são muitas vezes mais permeáveis a influências externas do que as das sociedades rurais. Na realidade, são com frequência terreno de conflitos entre a cultura radical dos movimentos operários e as ideologias dominantes dos grupos que controlam, por exemplo, os jornais e a televisão.<sup>7</sup>

Fentress e Wickham destacam as comunidades mineiras do carvão. Os autores consideram essas comunidades as mais coesas do mundo industrial e com uma “tradição marcadamente historioficada de resistência”. Segundo os autores, “a transmissão da memória é aqui muito clara: é proporcionada pela continuidade familiar e pela continuidade no emprego, bem como pela natureza específica desse emprego (a cultura do fundo da mina é específica, cria ritmos de trabalho muito diferentes dos da fábrica) e, na mesma medida, pelo papel institucional desempenhado pelo sindicato”.<sup>8</sup>

Essas evidências são buscadas nas experiências dos mineiros da Grã-Bretanha, mas é possível verificar muitas semelhanças com os trabalhadores das minas de carvão do sul de Santa Catarina. Verifica-se, em certa medida, que essas questões compõem as características dos mineiros de Criciúma e os diferencia dos outros trabalhadores que compõem a classe operária da cidade.

É possível perceber pela intensidade das lutas travadas pelos mineiros nas décadas de 1980 e 1990. Três momentos se destacam na história do sindicato dos trabalhadores nas minas de carvão de Criciúma nesse período. Primeiro, como destacado acima, foi a vitória da chapa de oposição à diretoria do sindicato em 1986. Esse grupo tinha como principal liderança José Paulo Serafim e era composta em grande parte

---

<sup>7</sup> FRENTRISS, James e WICKHAM, Chris – Memória Social. Novas perspectivas sobre o passado. Tradução Telma Costa. Lisboa, Editorial Teorema 1992. P. 143.

<sup>8</sup> Idem pag. 144

por militantes do Partido dos Trabalhadores. A vitória da oposição pôs fim à hegemonia de grupos considerados “pelegos” que dominaram a diretoria do sindicato desde a década de 1970.

A partir desse período a nova diretoria patrocinou um movimento constante de greves na categoria. Nesse mesmo momento outro evento importante foi desencadeado no setor. Com a falência da Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá – CBCA em 1987, uma das maiores e a mais antiga da região, o Sindicato dos Mineiros de Criciúma, através de uma grande mobilização da categoria, conseguiu assumir o controle da empresa, tornando-se gestor. Esse processo de incorporação da empresa pelo sindicato deu uma nova condição para a entidade, de representante dos trabalhadores passou também a ser responsável por uma empresa, nesse sentido é importante tratar não só o processo de incorporação da empresa como também a experiência de gestão.

Outro momento importante ocorreu no início da década de 1990, quando o Governo Federal extinguiu os subsídios ao carvão, privatizou a principal empresa do setor, a Companhia Próspera, causando um grande desemprego. O sindicato e os trabalhadores reagiram desencadeando uma grande mobilização da categoria e com apoio e solidariedade dos demais sindicatos de trabalhadores, da Central Única dos Trabalhadores – CUT, que já contava com grande prestígio, além dos partidos políticos que faziam oposição ao Governo na época, principalmente o Partido dos Trabalhadores – PT.

Os trabalhadores ocuparam a empresa com a intenção de impedir a privatização e também garantir os empregos. Não conquistaram nem uma coisa nem outra. Não conseguiram impedir a privatização e muito menos garantir os empregos, mas ficou a experiência de luta e organização, além da solidariedade entre as diversas categorias de trabalhadores que se envolveram no movimento, marcando explicitamente o nível de consciência da classe operária da região.

O sindicato dos trabalhadores na mineração de carvão foi formado na década de 1940. Durante o primeiro período as diretorias mantinham certa relação amistosa com os patrões, porém, segundo Alcides Goularti Filho, ocorreu uma série de greves da categoria dos mineiros durante as décadas de 1940 e 1950 à revelia da direção do

sindicato<sup>9</sup>. Mas na segunda metade década de 1950 e início de 1960 a direção do sindicato liderou uma série de mobilizações grevistas, demonstrando assim o espírito de combatividade da categoria.

Sobre esse período já existem alguns estudos importantes que serão analisados. Um ponto que se destaca foi o caso da constituição do sindicato dos trabalhadores do carvão no distrito de Rio Maina, pertencente a Criciúma, contrariando a própria legislação brasileira, sendo um dos poucos casos que se tem notícia no Brasil, isto é, a existência de dois sindicatos da mesma categoria no mesmo município.

As categorias formadas com a diversificação da economia industrial local são analisadas paralelamente à dos mineiros. Destaco três categorias que considero as mais relevantes para se conhecer a reconfiguração da classe operária local. São elas: os ceramistas, os metalúrgicos e os vestuaristas, sendo que esses últimos aparecem somente no quarto capítulo. O setor do vestuário se desenvolveu com mais força na região a partir da segunda metade dos anos setenta, sendo o sindicato dos trabalhadores da categoria fundado no ano de 1979.

Era muito comum ouvir em Criciúma, até a década de 1970, que o verdadeiro trabalhador era o mineiro de carvão. As outras categorias, por não terem as mesmas características de periculosidade e brutalidade no trabalho, eram consideradas uma categoria menor. Ser mineiro era sinônimo de masculinidade, virilidade, destemor. Dessa forma, entre a classe operária o mineiro se destacava.

Mas também poderia ser sinônimo de castigo. Por exemplo, durante as partidas de futebol dos times profissionais da cidade era freqüente a torcida xingar algum jogador que não estivesse jogando bem, mandando-o “baixar a mina”. Isto é, o jogador deveria trabalhar na mina para sentir o que era trabalhar, ou se não tinha competência para jogar futebol deveria trabalhar na mina de carvão. Então só era mineiro quem não sabia fazer outra coisa.

Essa idéia de o verdadeiro trabalhador ser o mineiro de carvão diminuiu bastante na década de 1980 e praticamente desapareceu nos anos noventa. O crescimento de outros setores e conseqüentemente o

---

<sup>9</sup> GOULARTI Fº, Alcides e LIVRAMENTO, Ângela Maria Antunes do. Movimento Operário Mineiro em Santa Catarina nos anos 1950 e 1960. In: GOULARTI Fº, Alcides (org). Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina. Florianópolis. Cidade Futura, 2004.

aumento de trabalhadores nesses setores e, em contrapartida, a estagnação e até a retração da atividade de mineração de carvão mudaram consideravelmente a composição da classe operária local.

O setor de cerâmica de pisos e azulejos foi o que iniciou o processo de diversificação. A primeira cerâmica na cidade de Criciúma data da década de 1940, mas foi a partir dos anos sessenta que o setor se ampliou de forma consistente. Em meados dos anos 1970 já se igualava à mineração em termos de empregos. Uma característica importante desse setor era a utilização de pelo menos 30% da força de trabalho feminino.

O sindicato da categoria foi fundado ainda na década de 1950 e tem como característica a manutenção da direção desde sua fundação. Até os dias atuais (2012) não se tem registro de alguma chapa de oposição nas eleições sindicais. Em toda sua história o sindicato dos trabalhadores teve apenas três presidentes. O primeiro foi José Antonio Gonçalves, o segundo Amaury Lúcio, que saiu no início da década de 1980 para assumir a presidência da federação estadual da categoria. O terceiro, Itaci de Sá, se mantém na direção do sindicato até os dias atuais.

Apesar do viés mais conservador da direção do sindicato dos trabalhadores nas cerâmicas, a categoria mobilizou-se em vários momentos, inclusive com greves, para exigir o atendimento por parte dos patrões de suas reivindicações. Em algumas dessas mobilizações a categoria e o sindicato foram levados ao movimento na onda de outras categorias, como mineiros e vestuaristas. Em outros, foi a insatisfação da própria categoria com as condições de trabalho e baixos salários os principais elementos mobilizadores.

O cotidiano do trabalho na fábrica pode ser percebido nas fichas funcionais disponíveis nos arquivos da Cecrisa. Essa empresa guarda em seus arquivos esses documentos de seus funcionários e também da Cesaca, a primeira cerâmica da região, que foi incorporada ao grupo em 1995. Esses documentos foram importantes evidências para se conhecer as relações entre operários e encarregados no espaço fabril. Além disso, os relatos orais são uma importante fonte de informação sobre as relações entre os trabalhadores e entre esses e o sindicato e os patrões.

Na análise dessa categoria utilizei uma série de entrevistas já realizadas com ex-trabalhadores e trabalhadores desse setor. Além da lembrança das relações dentro da fábrica com os colegas, com os encarregados, os atos para burlar a disciplina, entre outros, os entrevistados também opinaram sobre o sindicato. A grande maioria apresentava certa desconfiança em relação ao sindicato. Esses elementos, então, compõem a maior parte do capítulo que trata dos ceramistas.

Vale ressaltar que o setor cerâmico passou durante a década de 1990 pelo chamado processo de “reestruturação produtiva”. A intenção dos empresários do setor era se adaptar e voltar sua produção para o comércio externo. Duas das maiores cerâmicas, Cesaca e Cecrisa, foram fechadas e, ao mesmo tempo, foi construída uma, a Portinari, do mesmo grupo empresarial, com emprego das tecnologias mais avançadas para o setor na época. Essa cerâmica passou a produzir praticamente o dobro das anteriores e empregar bem menos força de trabalho conforme dados que apresento no segundo capítulo.

A categoria dos metalúrgicos também é analisada no terceiro e quarto capítulos desta tese. O setor metalúrgico nasceu na região vinculado à mineração de carvão, com o advento do setor cerâmico a metalurgia ampliou sua participação na industrialização local, fornecendo implementos e máquinas para as cerâmicas, e mais recentemente diversificou e ampliou a produção, passando a produzir equipamentos não só para mineração e cerâmica, mas também para outros setores, e inclusive exportando parte de sua produção, ganhando assim vida própria.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Criciúma sempre manteve uma estreita relação com o sindicato dos mineiros. Porém, percebe-se que na sua criação os atores envolvidos tinham a clara intenção de enfraquecer o sindicato dos mineiros de Criciúma. O sindicato foi criado no início dos anos 1960 impulsionado por um padre ligado ao Círculo Operário Criciumense. Esse padre foi enviado para Criciúma com o objetivo de combater o comunismo que crescia no meio operário local, principalmente no sindicato dos mineiros. No entanto, a partir de sua fundação, o sindicato dos metalúrgicos caracterizou-se por uma rotatividade na sua direção. Percebe-se uma disputa interna constante entre seus diretores.



O setor metalúrgico pode ser considerado secundário na indústria local se considerarmos o número de empregos do setor. Porém, mesmo não sendo a categoria majoritária os metalúrgicos sempre se destacaram nas mobilizações operárias. As greves de setembro de 1979 foram iniciadas com os metalúrgicos que praticamente encorajaram as outras categorias a partir para o mesmo caminho.

Durante as décadas de 1980 e 1990 os metalúrgicos estiveram envolvidos em praticamente todas as grandes mobilizações operárias da cidade. Foi praticamente o primeiro sindicato oficial a aderir à CUT na região.

Os setores do vestuário e calçadista se desenvolveram na região basicamente a partir da década de 1970, sendo que o setor calçadista teve vida curta na região. Na década de 1990 praticamente não existia mais fábrica de calçados em Criciúma. O sindicato dos trabalhadores foi fundado em 1979 e englobava os operários vestuaristas e calçadistas. A categoria era composta em sua maioria por mulheres. Isto é, foi o setor que mais empregou força de trabalho feminino entre todos os setores industriais que se desenvolveram na região.

No início dos anos 1980 a direção do sindicato foi conquistada por um grupo ligado à Pastoral Operária, Teologia da Libertação e o Partido dos Trabalhadores. Entre as principais lideranças do grupo estava Valdeci da Silva, que se tornou presidente do sindicato a partir daquele momento. Esse grupo, de postura mais combativa, estabeleceu uma relação diferente das que existiam até então na relação entre patrões e empregados. O sindicato passou a mobilizar as bases da categoria e patrocinar uma série de greves radicalizadas que marcaram a história da categoria na região, tornando-a conhecida no movimento sindical pela sua combatividade.

Além de mobilizar suas próprias bases o Sindicato dos Vestuaristas de Criciúma teve participação efetiva na eleição do Sindicato dos Mineiros apoiando a chapa de oposição, também de postura combativa, em 1986. Outra participação importante foi na fundação da Central Única dos Trabalhadores na região e no estado de Santa Catarina.

Com a extinção do setor calçadista, as mudanças no setor vestuarista e disputas internas na direção do sindicato, principalmente

nos anos 1990, o poder de mobilização do sindicato enfraqueceu consideravelmente, mas, desde seu surgimento, manteve-se como destaque do movimento sindical local.

No quarto capítulo analiso as mobilizações operárias ocorridas na cidade a partir da segunda metade da década de 1980 e década de 1990. Foi nesse período que a cidade passou a ser tachada de “cidade das greves” nos discursos da classe dirigente local, culpando a classe operária da cidade pela crise econômica da década de 1990. José Paulo Teixeira em *Os Donos da Cidade* afirma que o resultado das eleições municipais de 1992 desfavorável ao Partido dos Trabalhadores se deu muito em função desse discurso das elites locais repercutida na imprensa e pelos partidos representantes dos grupos dominantes.

A crise da economia brasileira do início da década de 1990 teve um impacto importante em Criciúma. A política do governo federal de privatização, cortar subsídios ao carvão e extinguir a política habitacional atingiu diretamente dois setores que mais empregavam força de trabalho na região, ou seja, a mineração de carvão e o setor cerâmico de pisos e azulejos. Isso elevou o desemprego na região e também um refluxo e enfraquecimento do movimento sindical.

No período anterior à crise econômica, no entanto, a classe operária de Criciúma se destacou nas mobilizações nacionais convocadas pelas centrais sindicais, principalmente a CUT. A cidade parou efetivamente nas várias greves gerais convocadas pelas centrais nesse período. A trajetória dessas mobilizações no período será o ponto central de análise do quarto e último capítulo da tese. A idéia é demonstrar o nível de organização, de experiência de luta e consciência de classe na cidade.

## CAPÍTULO I

### SETEMBRO DE 1979. CRICIÚMA, UMA CIDADE SACUDIDA PELOS TRABALHADORES

*Ontem a Cidade de Criciúma amanheceu com aspecto diferente...*

#### 1.1 - INTRODUÇÃO

A cidade de Criciúma, Santa Catarina, é conhecida por sua força econômica ligada à extração de carvão e à produção de azulejos. Esses dois setores são considerados os principais da cidade, mas outros também se destacam, como a metalurgia, vestuário e plástico. Isso demonstra que a cidade tem uma economia industrial bastante diversificada, por conseguinte, uma classe operária ligada a esses setores também bastante forte.

A diversificação econômica se deu principalmente a partir de década de 1960 e aprofundou-se na década de 1970. Antes disso, o setor de extração de carvão predominava na economia local. Nesse sentido, a categoria dos operários mineiros se destaca como sendo a mais antiga, a mais organizada e a que historicamente patrocinou as maiores greves.

As últimas greves que se tem notícia na cidade de Criciúma antes de 1979 foram exatamente as dos mineiros nos anos 1960. Dessa forma, o ano de 1979 aparece como o ressurgimento no movimento operário na região, porém com o acréscimo de outros protagonistas, como os ceramistas, os metalúrgicos e motoristas, juntamente com os mineiros. É a análise desse movimento generalizado dos trabalhadores da cidade de Criciúma, ocorrido principalmente durante o mês de setembro de 1979, que trata este capítulo.

As greves generalizadas de 1979 estão contextualizadas nos eventos nacionais como as greves dos metalúrgicos do ABC paulista e de outras categorias, como a dos bancários, que desencadearam naquele período uma onda de greves que atingiu as principais cidades brasileiras. Estes por sinal estavam, naquele momento, num movimento nacional de reivindicação salarial e de enfretamento com as forças repressoras do regime militar, com intervenção em vários sindicatos, como no de Porto

Alegre, por exemplo, que incluiu a prisão de vários de seus dirigentes. Porém, curiosamente, não se tem notícia de mobilização dessa categoria em Criciúma nessa época.

Em Santa Catarina, no ano de 1979, várias categorias apresentavam reivindicações salariais, como os têxteis e os metalúrgicos de Blumenau, motoristas em Itajaí, entre outros, e que eram destaque no noticiário dos principais jornais de circulação estadual da época: O Estado de Florianópolis e o Jornal de Santa Catarina de Blumenau. No entanto, todas essas mobilizações chegaram a acordos e não deflagraram greves. Isso acabou ocorrendo apenas na Região Carbonífera de Santa Catarina, principalmente na cidade de Criciúma.

O momento da chamada reabertura, redemocratização e a anistia aos presos políticos e exilados pela ditadura, propiciou um ambiente favorável às grandes mobilizações sindicais. Isso se refletiu em Criciúma, nas principais categorias de trabalhadores da cidade, como os ceramistas, mineiros e metalúrgicos, que desencadearam intensas mobilizações durante o mês de setembro de 1979.

Por outro lado, percebe-se que grande parte dos empresários se viu despreparada para enfrentar esse tipo de mobilização. Num sentido, porque o regime militar desde 1964 praticamente estrangulou toda forma de mobilização operária sindical, tendo as diretorias dos sindicatos sob controle, e, por outro, esses empresários nunca tinham experimentado a reação coletiva de seus trabalhadores. Por exemplo, a reivindicação dos trabalhadores metalúrgicos da Carrocerias Becker, uma fábrica de carrocerias de caminhão de médio porte, que tinha um regime de trabalho, conforme denunciavam seus empregados, que remete às condições dos operários do início da Revolução Industrial.

## **1.2 - NÓS SOMOS METALÚRGICOS! IGUAIS AOS DO ABC<sup>10</sup>**

Os metalúrgicos foram os que iniciaram a onda de greves em setembro de 1979 na cidade de Criciúma<sup>11</sup>. Essa categoria vinha num

---

<sup>10</sup> Milton Mendes de Oliveira, lembrando fala de um metalúrgico em 1979 durante a greve em entrevista a Antonio Luiz Miranda, Florianópolis, abril de 2011.

<sup>11</sup> Os trabalhadores das minas de carvão da cidade de Lauro Müller haviam iniciado um movimento grevista alguns dias antes. Esse episódio também é tratado neste capítulo quando analiso a greve dos mineiros que abrangeu toda a região no mês de setembro de 1979.

processo de mobilização e reivindicação há pelo menos dois meses.<sup>12</sup> Existia uma disparidade muito grande entre a proposta de reajuste salarial apresentada pelos empresários e a reivindicada pela categoria. Enquanto os empresários ofereciam 30% a título de antecipação do dissídio, que estava marcado para março do ano seguinte, os metalúrgicos reivindicavam 60%, sendo 30% de reajuste imediato e 30% como antecipação.<sup>13</sup>

O setor metalúrgico contava na época com cerca de 3.500 trabalhadores. Compunham a base do sindicato os trabalhadores das empresas metalúrgicas propriamente ditas, como também trabalhadores das siderúrgicas e das oficinas mecânicas. As maiores empresas do setor eram a IMECAL e a Industrial Conventos, que juntas tinham aproximadamente 1.200 operários, isto é, concentravam mais de 1/3 da categoria. O sindicato era presidido por Ari de Oliveira Alano e sua base se estendia a todos os municípios da região sul de Santa Catarina, mas a maior concentração de trabalhadores era no município de Criciúma, onde estava a sede do Sindicato.

Na primeira quinzena do mês de agosto de 1979 os metalúrgicos estavam iniciando a mobilização da categoria. Assembleias gerais extraordinárias eram convocadas constantemente no sentido de definir uma pauta de reivindicações que unificasse e mobilizasse a categoria. Basicamente três pontos foram definidos na assembleia de 12 de agosto: 30% de reajuste, 30% de antecipação e nomeação de um delegado sindical para cada 100 empregados.<sup>14</sup>

Os pontos relacionados à questão salarial justificavam-se por três motivos: primeiro, havia um descontentamento com a decisão do Tribunal Regional do Trabalho no último dissídio da categoria, que concedeu um reajuste bem abaixo do reivindicado. Segundo, a inflação do período solapava rapidamente o poder de compra dos salários, e, terceiro, o piso dos metalúrgicos de Criciúma era considerado o mais baixo da categoria no estado de Santa Catarina. Na questão relacionada aos delegados sindicais por fábrica, significava uma proposta de organização sindical pela base, isto é, algo de novo estava ocorrendo no movimento sindical de Criciúma.

---

<sup>12</sup> O ESTADO 02/09/1979, p. 03.

<sup>13</sup> O ESTADO 02/09/1979, p. 03.

<sup>14</sup> O ESTADO 14/08/1979, p. 11.

No primeiro momento da mobilização dos trabalhadores metalúrgicos, os empresários se mostraram refratários e irredutíveis. O presidente do sindicato patronal, Mário Búriço, foi enfático em suas declarações aos jornais: “Eles, no dissídio coletivo, já ganharam o suficiente e as empresas não têm mais condições de dar mais um aumento”. E em tom de arrogância concluiu:

O que vai acontecer é aquilo que ocorreu antes. As empresas fixam o que querem e avisam: quem quer isso fica e quem não quer vai embora, sendo contratados outros, pois nem todas as empresas têm condições de dar estes dois aumentos pedidos.<sup>15</sup>

Essa fala do presidente do sindicato patronal indica como era tratada a questão salarial pelos empresários até então. Isto é, não reconheciam o direito reivindicatório dos operários. Esses, por seu lado, estavam iniciando um movimento que não sabiam até onde poderiam chegar.

Durantes a realização das assembleias os metalúrgicos elegeram uma comissão de negociação composta por cinco membros. Desses, dois eram da base e não tinham estabilidade no emprego. Os patrões, logo que ficaram sabendo da participação de seus operários na comissão, os demitiram sumariamente. Foi uma tentativa de intimidação por parte dos empresários, mas que surtiu efeito contrário. Esse fato causou grande revolta na categoria. Ari Alano declarou aos jornais:

O importante é todos saberem que os patrões partiram para o lado mais antidemocrático possível. Por sinal, enquanto eles não readmitirem esses empregados, não faremos nenhuma negociação. Isto significa união da classe.<sup>16</sup>

Os metalúrgicos haviam estipulado como prazo para resposta dos patrões o dia 24 de agosto. Mas já percebiam que os empresários não estavam dispostos a aceitar as reivindicações, denunciavam que esses estavam oferecendo churrascadas a seus empregados para desviar a atenção dos trabalhadores para a assembleia. “Greve, greve”, cantada

---

<sup>15</sup> O ESTADO 14/08/1979 – p. 11.

<sup>16</sup> O ESTADO 14/08/1979 – p. 11.

em coro pelos metalúrgicos durante as assembleias, demonstrava a disposição que a categoria estava em deflagrar o movimento paredista.

No final do mês de agosto os empresários encaminharam uma contraproposta aos trabalhadores. Ofereceram reajuste escalonado entre 16 e 10%. Além disso, aceitaram uma comissão mista para negociar um acordo. Essa parece ter sido a primeira vitória dos metalúrgicos, mesmo antes de deflagrar a greve. Na assembleia decidiram estabelecer um novo prazo para que as negociações avançassem. Porém, não aceitaram a proposta apresentada pelos patrões. Percebe-se, no entanto, uma ligeira mudança de posição do presidente do sindicato dos trabalhadores, Ari Alano: tentando afastar a hipótese de deflagração da greve, afirmou aos jornais:

Algumas empresas estão interessadas na greve, porque várias delas estão com ociosidade de empregados devido a recentes mecanizações. Uma delas tem 200 empregados nesta condição e, com a greve, poderia demiti-los por justa causa.<sup>17</sup>

Ao convocar uma assembleia geral extraordinária para o dia 02 de setembro de 1979, o presidente do sindicato declara à imprensa que estava esperando a presença de cerca de 1.500 trabalhadores e que a categoria poderá optar pela paralisação geral, porque “empresários não estavam entendendo as reivindicações da classe”<sup>18</sup>.

Ari Alano já havia convocado e realizado outras quatro assembleias extraordinárias anteriores, que ao que parece não haviam chegado a um acordo. É possível concluir que havia um descontentamento na base da categoria e que o presidente estava protelando a decisão final para o término do impasse. Porém, essa tática de protelar e convocar assembleias constantes levou parte da categoria a desconfiar das intenções da direção do sindicato, e antes da assembleia do dia 02 de setembro foi divulgado um panfleto entre os trabalhadores da maior metalúrgica da região, a IMECAL, o qual, além de convocar os trabalhadores para a assembleia, tecia severas críticas à atuação do presidente do sindicato.

---

<sup>17</sup> O ESTADO 28/08/1979 – p. 05.

<sup>18</sup> O ESTADO 02/09/1979 – p. 03.

O panfleto denunciava a forma como o sindicato vinha conduzindo as assembleias, dizendo que era uma tática para impor um aumento desfavorável à categoria e que essa proposta os trabalhadores já haviam recusado dentro das empresas.

O panfleto ainda fixa 5 itens que os operários deveriam defender na assembléia de hoje: 1 se o aumento que nós propusemos foi para descontar no próximo ano, não devemos aceitar; propor a volta dos três companheiros demitidos por causa do movimento, escolher um metalúrgico para nos defender, não aceitar que somente associado tenham direito a voto porque o imposto sindical é descontado de todos e no caso de um acordo fajuto proposto pelos patrões, partir imediatamente para uma greve pois o patrão nos dará um bom aumento quando as máquinas estiverem paradas.<sup>19</sup>

Isso nos indica que na base da categoria existia uma radicalização maior do que a pretendida pela direção do Sindicato. Isto é, a direção não tinha o controle da mobilização da base e estava agindo, num sentido, empurrada pela radicalização da base e noutro tentando arrefecer os ânimos. A tática usada era de convocar assembleias extraordinárias nas quais só podiam deliberar os associados ao sindicato, pelo menos é o que acusa o panfleto.

A mobilização dos metalúrgicos vinha ocorrendo há pelo menos dois meses e já havia causado a demissão de três trabalhadores, e a categoria vinha num processo de radicalização cada vez maior, porém não acompanhada da direção do sindicato, que, no entanto, procurava manter o controle da situação.

O conteúdo do panfleto exaltava ainda a importância da unidade dos trabalhadores na luta reivindicatória:

Os nossos chefes estão nos pressionando para comparecermos a assembléia porque eles já sentiram que se formos todos poderemos exigir o

---

<sup>19</sup> O ESTADO 02/09/1979 – p. 03.



que quisermos. Eles sabem que se todos forem não poderão causar demissão em massa.<sup>20</sup>

Provavelmente esse panfleto foi elaborado por alguém que tinha um certo nível de conhecimento e engajamento no movimento sindical mais geral e fazia oposição à direção do sindicato. Mas, sem dúvida, o seu conteúdo representou o sentimento da base da categoria, que estava sofrendo a perda do poder de compra de seu salário para a inflação galopante daquele período (em torno de 4% ao mês), além da pressão dos encarregados e patrões no interior das fábricas e as manobras da direção do sindicato no sentido de buscar um acordo a todo custo, sem greve.

O comparecimento à assembleia geral extraordinária foi bem abaixo das expectativas divulgadas na véspera pelo presidente do sindicato nos jornais. Compareceram 200 trabalhadores dos 1.500 esperados. O Jornal O Estado, que acompanhava de perto o desenrolar do movimento, destacou em sua manchete do dia 04 de setembro de 1979: “Poucos compareceram para aprovar ou não o acordo”.

A postura de Ari Alano, presidente do sindicato, foi de convocar outra assembleia extraordinária, pois considerava que 200 trabalhadores não tinham representatividade para decidir por toda a categoria. Porém, alguns trabalhadores, considerados lideranças do movimento, afirmaram que o número excessivo de assembleias, sem decidir nada, e as ameaças por parte dos empresários, cansaram grande parte da categoria. E segundo matéria do Jornal O Estado:

Embora não tenha chegado a um consenso, existe a ameaça de paralisação em algumas empresas independentemente do Sindicato. Na reunião de domingo, era visível o desencantamento dos trabalhadores de algumas indústrias que garantiram o estouro da greve ainda no meio da semana.<sup>21</sup>

Percebe-se que enquanto a direção do sindicato procurava postergar a deliberação final sobre o acordo salarial para mais uma assembleia uma semana depois, parte dos presentes estava decidida a

---

<sup>20</sup> O ESTADO 02/09/1979, p. 03.

<sup>21</sup> O ESTADO 04/09/1979, p. 11.

partir para um processo de paralisação do trabalho, mesmo sem a participação direta do sindicato. Isto é, a direção do sindicato não estava conseguindo controlar suas bases e essas já desconfiavam das intenções da direção do sindicato.

No entanto, o sindicato é o instrumento legal de representação da classe, dessa forma, uma parte da categoria dificilmente deflagraria um movimento paredista sem ter o sindicato ao seu lado, por isso, a alternativa do grupo de trabalhadores que estava mais determinado em radicalizar o movimento era forçar a direção do sindicato, mesmo sem essa querer, a participar e liderar o movimento.

Noutro sentido, a direção do sindicato também não estava interessada em perder totalmente o controle do movimento. Na fala de Ari Alano percebe-se certa dubiedade, por um lado ele tenta deslegitimar a assembleia com 200 participantes, por outro acentua a importância da conscientização da classe: “Só agora a classe está se conscientizando para a necessidade de união para conseguir sucessos nas reivindicações”<sup>22</sup>.

Ari Alano<sup>23</sup> ocupa atualmente (2011) o cargo de presidente do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, Material Elétrico e Informática de Santa Catarina. Isto é, a federação dos metalúrgicos do estado. Ocupa esse cargo desde 1989, e chegou atuar na direção da Confederação Nacional da categoria. Ao ser indagado sobre a greve de 1979, disse lembrar pouco. Não se lembrava do panfleto citado no jornal nem de algum grupo de oposição a sua gestão. Afirma, porém, com certo orgulho, ter sido o líder daquele movimento. Disse ainda que após a assembleia reuniu algumas lideranças e decidiram iniciar a greve no dia seguinte paralisando a Indústria de Carrocerias Becker. Considera também que todos eram “inexperientes” em organização de greve.

No dia 04 de setembro de 1979 os metalúrgicos da Indústria de Carrocerias Becker entraram em greve, um dia após a assembleia na qual haviam convocado outra devido ao baixo número de participantes. O Jornal O Estado antecipa que a greve poderá atingir toda a categoria:

---

<sup>22</sup> O ESTADO 04/09/1979, p. 11.

<sup>23</sup> Ari de Oliveira Alano concedeu entrevista para esta pesquisa na sede da Federação, Florianópolis, em 13 de abril de 2011.

## METALÚRGICOS DE CRICIÚMA EM GREVE POR REAJUSTE DE 60%

Reivindicando reajustes salariais de 60% - 30% em forma de adiantamento imediato, melhores condições de trabalho, garantia de emprego, nomeação de um delegado sindical por fábrica e atendimento melhor por parte da direção da empresa. 90 metalúrgicos da Indústria de Carroceria Becker entraram ontem em greve nesta cidade, iniciando um movimento que poderá culminar na paralisação dos 3500 operários da classe.<sup>24</sup>

Os metalúrgicos da Becker tinham uma pauta de reivindicações própria, como aparece na matéria do jornal, deflagraram a greve também por conta própria, contra a deliberação da assembleia geral da categoria, ocorrida no dia anterior, mas foram se concentrar na sede do sindicato. O presidente do sindicato declarou à imprensa:

Este movimento é espontâneo e muito justo e significa a revolta contra os maus tratos que a empresa vinha dando a seus empregados. A empresa não vem cumprindo os dissídios coletivos e muitos operários nem recebem o salário mínimo da categoria.<sup>25</sup>

O presidente do sindicato demonstrou conhecer a situação dos trabalhadores da Indústria de Carrocerias Becker, inclusive, segundo declaração sua à imprensa, já havia tentado contato com a direção da empresa, juntamente com o inspetor local do Ministério do Trabalho, mas não foram atendidos. Segundo relato dos trabalhadores as condições de trabalho nessa empresa era revoltante: “Eles cronometram o tempo que a gente leva para ir ao banheiro e, se demormos muito, vão lá nos chamar. Aquilo é um campo de concentração. Usam até apito pra recolher o operário ao trabalho”, disse um metalúrgico.<sup>26</sup> Essas denúncias de péssimas condições de trabalho, aliado com a questão do reajuste salarial para toda a categoria, deram o tom das mobilizações e da pauta de reivindicações apresentada aos empresários.

---

<sup>24</sup> O ESTADO 05/09/1979, p. 03.

<sup>25</sup> O ESTADO 05/09/1979, p. 03.

<sup>26</sup> O ESTADO 06/09/1979, p. 03.

No mesmo dia em que os trabalhadores da Becker entraram em greve, 04 de setembro de 1979, o presidente do Sindicato das Empresas Metalúrgicas de Criciúma, Mário Búriço, chamou uma reunião extraordinária dos empresários do setor com o objetivo de “encontrar uma fórmula visando a resolução imediata do inesperado movimento grevista”.<sup>27</sup> Isso nos leva a entender que até aquele momento, após dois meses de negociações, com realizações de reuniões e assembleias por parte dos trabalhadores, os empresários não acreditavam na possibilidade da categoria entrar em greve. Porém, quando os operários de uma empresa deflagram a greve, esses empresários imediatamente tentam buscar uma solução imediata, na intenção de impedir que o movimento se alastre para as outras empresas do setor.

A ação dos empresários em reunir-se buscando uma solução imediata não foi suficiente para impedir a adesão dos trabalhadores de outras empresas. Dessa forma, como veremos, uma a uma as empresas foram fechando e os trabalhadores saindo às ruas demonstrando seu descontentamento, deixando atônitos os empresários e fazendo com que a direção do sindicato fosse mais longe do que pretendia na condução do movimento, sob pena de ficar deslegitimada pela categoria.

O alastramento do movimento grevista para as demais empresas metalúrgicas foi inevitável. No dia 05 de setembro praticamente a metade dos metalúrgicos aderiram à greve. Trabalhadores da Siderúrgica Criciumense, Crivel, Siderúrgica Milano, Jugasa e Siderúrgica Catarinense juntaram-se aos metalúrgicos da Indústria de Carrocerias Becker, somando cerca de 1.500 trabalhadores parados. Esse movimento causou um grande impacto na cidade de Criciúma como um todo, como destaca o Jornal o Estado do dia seguinte:

Ontem a Cidade de Criciúma amanheceu com aspecto diferente: logo cedo foram feitos piquetes nas entradas das indústrias metalúrgicas, o que culminou com a paralisação de cinco empresas. Depois todos se uniram e fizeram uma rápida passeata, empunhando faixas que diziam “Metalúrgicas em greve” ou então “Metalúrgicos em Greve Por Melhores Salários”. A passeata se estendeu desde a Crivel, onde foi feito o último piquete, até a sede do sindicato.

---

<sup>27</sup> O ESTADO 05/09/1979, p. 03.

A manifestação dos metalúrgicos deixou Criciúma apreensiva e surpresa, pois apesar desse fato já ter sido previsto na terça feira, poucos acreditavam que a greve fosse concretizar-se. As pessoas que por volta das 8h da manhã iam para seu trabalho em outros setores da cidade, puderam constatar um fato inédito nos últimos anos em Criciúma: uma passeata de operários em greve. Isto era até certo ponto comum antes de 1964. Quando os mineiros faziam constantes movimentos paredistas.<sup>28</sup>

A cidade ficou “apreensiva e surpresa” com o movimento grevista dos metalúrgicos, sendo esta a primeira mobilização paredista na história dessa categoria na cidade. O sindicato existia há 17 anos. Foi criado dois anos antes do golpe militar de 1964, não era a principal categoria, em termos numéricos, no entanto foi a que inaugurou um novo momento na história do movimento operário na região. Antes desse período, 1979, o que se sabia sobre greve em Criciúma era o período anterior a 1964 com as greves dos mineiros que paralisavam e mobilizavam toda a cidade quase que anualmente, principalmente durante o período de 1957 a 1964, quando uma diretoria, presidida por Antonio Parente, de viés combativo, dirigia o sindicato.<sup>29</sup>

A greve não foi decidida em assembleia, nasceu na base da categoria, por fora da direção do sindicato, foi espontânea, mas teve uma adesão em massa da categoria, que possivelmente já estava decidida e predisposta a paralisar, bastava que alguém acendesse o pavio, que alguém desse o primeiro passo, como foi o caso dos operários da Becker. Os líderes do movimento passaram por cada empresa e, ao que parece, sem resistência, os trabalhadores foram aderindo e engrossando o movimento e em apenas um dia metade da categoria já estava paralisada. Tiveram dificuldades apenas na Mecril, pois os patrões impediram o acesso aos empregados, trancando as portas da empresa.

---

<sup>28</sup>O ESTADO 06/09/1979, p. 03.

<sup>29</sup> LEMOS, Gustavo Perez – Mineiros e Sindicalistas na Cidade do Carvão: Criciúma (1953-1964). Florianópolis, 2008, Diss. (Mestrado), UFSC.

O presidente do sindicato dos trabalhadores metalúrgicos assumiu o controle do movimento e fez declarações à imprensa em tom radical contra os patrões:

Eles estão muito assustados, pois agora viram que o operário não ameaça apenas. Ele cumpre o que diz e a greve vai ser generalizada se os patrões não aceitaram as reivindicações. Quando nós avisamos que o operariado entraria em greve eles até fizeram pouco caso. Agora aí está a prova<sup>30</sup>.

Neste caso, apesar de ser acusado de querer impor à categoria um acordo desfavorável, quando os metalúrgicos paralisaram demonstrando que mesmo contra a vontade da direção do sindicato não aceitavam o acordo e estavam dispostos a enfrentar os patrões deflagrando a greve, o presidente procurou tomar as rédeas do movimento, fazendo declarações em acordo com as pretensões da categoria, isto é, contra a proposta de reajuste apresentado pela classe empresarial de 30% como antecipação do dissídio, sendo que a categoria exigia 60%. Uma diferença considerável.

Os empresários perceberam que o movimento estava se alastrando rapidamente e de forma incontrolável, alguns até utilizaram meios violentos para impedir que seus trabalhadores aderissem à greve, mas não conseguiram êxito. Dessa forma, chamaram o presidente do sindicato dos trabalhadores para uma tentativa de negociação.

A greve dos metalúrgicos deixou a cidade surpresa, como afirmou a matéria do jornal, e existia a preocupação clara de que essa mobilização influenciasse outras categorias de trabalhadores, como de fato influenciou, por isso necessitava de uma solução rápida. Essa era a preocupação dos empresários, que acionaram inclusive o representante do governo estadual, o secretário do Trabalho Fernando Caldas Bastos, para intervir no conflito. Alguns empresários utilizaram meios violentos para reprimir o movimento, como foi o caso da Mecril e da Becker.

E, durante a realização dos piquetes ocorreram até cenas de violência. Por exemplo: na MECRIL os grevistas foram dissolvidos sob a mira de arma de fogo por parte da segurança da

---

<sup>30</sup> O ESTADO 06/09/1979, p. 03.

empresa. E o proprietário da Carrocerias Becker, foco grevista – abrigou alguns de seus empregados grevistas usando dos mesmos recursos.<sup>31</sup>

A atitude dessas empresas demonstra a forma como alguns empresários tratavam o movimento operário, isto é, não reconheciam sua legitimidade. No entanto, é possível perceber que essa atitude não era unanimidade no empresariado da cidade e na onda das mobilizações operárias do período o empresariado local passou a debater publicamente suas divergências. Esse tema será tratado ainda nesse capítulo. Porém, nesse momento é importante ressaltar que enquanto alguns empresários partiam para ações violentas na tentativa de impedir o movimento dos trabalhadores outros buscavam formas mais sutis, mas também na tentativa de deslegitimar a greve, como buscando acordos individuais com propostas tentadoras a alguns trabalhadores, desmobilizando o movimento. O presidente do sindicato denunciava esses fatos classificando-os como “jogo sujo dos patrões”.

Outro fato que irritou bastante o presidente do sindicato, Ari de Oliveira Alano, conforme esclareceu, após a realização de uma assembléia geral às 16 horas, em que ficaram ratificadas as reivindicações e definidos os esquema do movimento – é o fato de alguns patrões “terem tentado jogo sujo”. Ou melhor, tentaram acordos individuais, oferecendo melhores salários, além de gratificações. Com isso houve um tumulto, pois os escolhidos optaram pela volta ao trabalho.<sup>32</sup>

De certa maneira, essa fórmula teve alguma eficiência do ponto de vista patronal, pois tumultuou o ambiente de unidade dos trabalhadores quando “os escolhidos” pelos patrões para receberem as vantagens aceitaram e abandonaram o movimento grevista, retornando ao trabalho. Essa atitude significa, para o presidente do sindicato, que “o patrão ainda não está acostumado com a justiça”. E diz mais: “A classe patronal ainda não está civilizada e a situação chegou ao ponto atual devido à inflexibilidade patronal”<sup>33</sup>. É possível perceber nesse ponto o nível de consciência de classe, como entende Thompson: “A classe

---

<sup>31</sup> JORNAL DE SANTA CATARINA 11/09/1979 – Capa.

<sup>32</sup> JORNAL DE SANTA CATARINA 11/09/1979 – Capa.

<sup>33</sup> JORNAL DE SANTA CATARINA 11/09/1979 – Capa.

acontece quando alguns homens, com resultado de experiências comuns (herdados ou partilhados) sentem e articulam a identidade de seus interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus<sup>34</sup>.

A experiência de que fala Thompson se faz a partir da prática, isto é, da ação humana. Esta ação é a luta, o conflito de interesses, a resistência à dominação que levam as pessoas a constituírem a experiência e a partir daí a formação da consciência de classe. Sendo assim, a consciência de classe é resultado da experiência de classe.

Os metalúrgicos de Criciúma estavam vivenciando um momento em que as condições de classe estavam colocadas. De um lado os operários reunidos, articulados, reivindicando, além de meramente reajuste salarial, condições dignas de trabalho, exigindo tratamento respeitoso por parte de seus patrões, de outro lado os empresários também articulados, buscando deslegitimar o movimento dos trabalhadores, mas, no entanto, obrigados a buscar uma solução negociada para o impasse, demonstrando claramente que estavam em campos antagônicos.

O sindicato dos trabalhadores ao que parece, até aquele momento, sempre negociou os acordos sem grandes mobilizações da categoria, isto é, nunca representou um problema para os patrões. Mas em 1979 o movimento não iniciou no sindicato, ou melhor, não foi iniciado pela direção do sindicato, sendo esta inclusive acusada de tentar impor um acordo desfavorável à categoria, que vinha, de assembleia em assembleia, recusando o acordo, e acabou entrando em greve sem uma decisão oficial da assembleia. Com a paralisação geral da categoria a direção do sindicato se viu obrigada a liderar e controlar o movimento. Percebe-se, porém, a intenção de chegar a uma negociação rápida.

Ari de Oliveira Alano, juntamente com uma comissão de metalúrgicos, reuniu-se, no terceiro dia de greve, durante seis horas com o Secretário do Trabalho de Santa Catarina Fernando Caldeira Bastos e o delegado regional do Ministério do Trabalho, Airton Minogio do Nascimento, juntamente com os representantes dos empresários. Esses últimos apresentaram na ocasião uma contraproposta aos trabalhadores: 32% de reajuste, sendo 16% como antecipação e 16% não compensável<sup>35</sup>. Aparentemente os empresários avançaram um pouco em

---

<sup>34</sup> THOMPSON, EP. A formação da Classe Operária Inglesa. RJ, Paz e Terra, 1987, p. 9-10.

<sup>35</sup> O ESTADO 09/09/1979, p. 11.



relação à primeira proposta apresentada, o presidente do sindicato aceitou e levou para a assembleia da categoria com a intenção de aprovar o acordo. A participação de representantes do Estado nas negociações demonstra a preocupação das classes dominantes com a mobilização dos operários.

Na assembleia geral o presidente do sindicato apresentou a proposta dos patrões com a clara intenção de vê-la aprovada pela categoria. Usou a prerrogativa de presidente e coordenador da mesa, abrindo a palavra apenas para o advogado do sindicato e a sua própria com a justificativa de que “não fosse modificado o pensamento de ninguém”<sup>36</sup>. Mesmo com esse subterfúgio, o dirigente sindical viu sua proposta ser derrotada pelos trabalhadores radicalizados.

Apesar da intenção de Ary Alano em aprovar este acordo pela classe patronal, ele acabou derrotado na primeira votação dos metalúrgicos. Os operários comentaram que “sem a greve conseguimos 16%, com 3 dias de greve os patrões chegaram a 32% e por isso ficaremos mais tempo para conseguir um pouco mais dos empresários.”<sup>37</sup>

A estratégia do presidente em tentar um acordo e por fim a greve não deu certo, percebe-se que os trabalhadores estavam radicalizados e fortalecidos. Os patrões, ao oferecerem uma nova proposta, de certa forma, aumentaram a confiança dos metalúrgicos no movimento. Após rejeitar o acordo os metalúrgicos formaram um comando de greve, composto por dois representantes de cada empresa parada, além do presidente do sindicato. Dessa maneira as bases tomaram o controle do movimento e passaram a planejar os próximos passos. Uma das deliberações do comando de greve foi a de realizar uma passeata pelo centro da cidade no dia sete de setembro, no mesmo local e momento do desfile oficial de militares e estudantes em comemoração ao dia da pátria.

Essa atividade foi desarticulada por Ari Alano. No dia e hora marcados para o início da passeata o presidente comunicou aos grevistas que a polícia militar, por motivos de segurança, iria impedir o movimento. Essa atitude do presidente do sindicato descontentou grande parte dos trabalhadores mobilizados, mas, por outro lado, esses

---

<sup>36</sup> O ESTADO 09/09/1979, p. 11.

<sup>37</sup> O ESTADO 09/09/1979, p. 11.

descontentes não conseguiram manter a mobilização, demonstrando que a direção do sindicato e principalmente seu presidente tinham o controle da situação.

Esse episódio ocorrido durante a greve dos metalúrgicos de Criciúma de setembro de 1979 criou um embate entre o presidente do sindicato e grupos que apoiavam a greve, porém de fora da categoria.

Entre os apoiadores da mobilização dos metalúrgicos estava a direção do MDB, Movimento Democrático Brasileiro, partido de oposição ao governo militar e que havia se saído vitorioso das eleições parlamentares do ano anterior em todo o Brasil<sup>38</sup>. Era o momento da chamada “abertura democrática” e os movimentos de oposição ao regime militar estavam muito fortalecidos.

Os membros do MDB local estavam apoiando e diretamente envolvidos com os movimentos grevistas desencadeados em Criciúma naquele momento, mas em especial com a greve dos metalúrgicos:

MDB SE SOLIDARIZA E ESTUDA AÇÃO  
CONJUNTA

A bancada do MDB na Câmara Municipal irá se pronunciar na sessão desta noite em solidariedade à greve dos metalúrgicos no município. Deverá – na oportunidade – ser até definida alguma ação conjunta oficial a ser erguida pelos vereadores.

Esta informação foi concedida pelo vereador Lírio Rosso, também presidente do diretório municipal do MDB. Apesar de dizer que “ainda não preparamos nada”, ele confirmou que antes do início da sessão desta noite toda bancada deverá reunir pra decidir o que será feito.<sup>39</sup>

O advogado do sindicato dos metalúrgicos era Milton Mendes de Oliveira, que também era vereador e líder da bancada do MDB na Câmara de Vereadores. O partido estava aproveitando o momento de

---

<sup>38</sup> Estava em debate naquele período a abertura democrática e a reforma partidária. Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista, estava em franca campanha para criar o Partido dos Trabalhados. Em Criciúma, alguns membros da direção do MBD local foram fundadores do PT, sendo Milton Mendes de Oliveira eleito o primeiro presidente do PT de Santa Catarina.

<sup>39</sup> O ESTADO 06/09/1979. Pag. 03.

abertura e de mobilizações para atuar nesses movimentos. Percebe-se certa identidade dos operários mobilizados com o partido. Naquele momento o MDB de Criciúma também liderava uma rede de solidariedade aos mineiros de Lauro Müller que já estavam em greve há quase um mês.

Lírio Rosso, vereador e presidente do diretório municipal do partido, colocou-se à disposição do movimento, segundo suas palavras:

Os metalúrgicos podem usar a gente até como mecanismo de diálogo entre as duas classes. Podem usar para o que for necessário, enfim, nós estamos na mesma luta e vamos fazer o possível para ajudar estes operários<sup>40</sup>.

Nesse sentido, o partido se vinculava ao movimento dos trabalhadores tentando se legitimar enquanto representante da classe operária. Era uma atuação pela base, mas por seu lado a direção do Sindicato e principalmente seu presidente não tinham muito interesse na interferência dos membros do MDB nas mobilizações da categoria. Essa divergência acabou se tornando pública com a divulgação na imprensa:

#### MDB CRITICA ALANO E FISCALIZA

Por trás da greve dos metalúrgicos de Criciúma está acontecendo um desentendimento grave entre membros do MDB local e o presidente do sindicato da classe. O dirigente sindical está sendo acusado de desvirtuar o movimento por estar interessado em que a proposta da classe patronal seja aceita hoje.

A revolta contra Ary de Oliveira Alano, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, aumentou sexta-feira, quando ele não permitiu que fosse feita uma passeata dos grevistas no mesmo horário do desfile dos colégios. Alano levou ao conhecimento dos metalúrgicos que no começo da manhã de sexta-feira estavam reunidos

---

<sup>40</sup> O ESTADO 06/09/1979. Pag. 03.

na Praça do Congresso que a polícia não permitiu que fosse feita essa passeata.

Depois disso foi confirmado entre os grevistas por membros do MDB que Ary Alano estava fazendo um trabalho de base entre os metalúrgicos para aceitar o acordo proposto pelos patrões de 32% de reajuste nos salários. Dizem ainda que ele marcou a assembleia para hoje para realizar o acordo proposto pelos patrões para o mesmo horário do jogo entre Criciúma e Chapecoense para tirar o interesse pela reunião.<sup>41</sup>

Nesse episódio é importante destacar alguns pontos: primeiro, o MDB estava participando ativamente do movimento grevista, nesse sentido, é possível que seus membros estivessem influenciando inclusive nas deliberações das assembleias; segundo, o partido não só participava efetivamente como discordava abertamente da condução do movimento pela direção do Sindicato, especialmente seu presidente; terceiro ponto, Ari de Oliveira Alano, presidente, por seu lado, agia no sentido de não perder o controle da situação. Se em alguns momentos fazia discursos favoráveis à greve, por outro tentava um acordo para por fim ao movimento o mais breve possível. Além disso, era acusado de tentar convencer alguns trabalhadores individualmente para suas propostas; quarto, a base da categoria, mesmo com a possível influência de fora, estava radicalizada e disposta ao enfrentamento, isto é, o discurso mais radical de alguns membros do MDB não teria ressonância entre os metalúrgicos se estes não estivessem dispostos para o movimento.

Uma das acusações ao presidente do Sindicato por seus opositores foi que ele chamou a assembleia para o horário em que aconteceria o jogo de futebol pelas finais do campeonato catarinense entre Criciúma e Chapecoense, com a intenção de tirar o interesse pela assembleia. Esse detalhe é interessante levantar, pois demonstra a importância do futebol no cotidiano dos trabalhadores. A cidade de Criciúma construiu uma tradição ligada ao futebol a partir da década de 1950 com a proliferação de times ligados principalmente às companhias

---

<sup>41</sup> O ESTADO 09/09/1979. Pag. 11.

mineradoras de carvão e com a participação entusiasmada dos operários e suas famílias.

Os integrantes do MDB, para rebater as críticas do presidente do sindicato, que os acusava de infiltradores, resolveram nomear Thelson Crescêncio<sup>42</sup>, vice-presidente do diretório municipal do partido, como seu representante no movimento dos metalúrgicos, segundo as palavras de Lírio Rosso:

Nomear um representante do partido para atuar neste movimento, porque não aceitamos que a missão desvirtuada, já que os grevistas devem ser respeitados. Não aceitamos ainda que os nossos representantes, e mais os outros elementos do partido, sejam acusados de infiltradores, porque eles apenas estão lutando por uma política salarial mais justa.<sup>43</sup>

Percebe-se aí uma clara disputa entre o MDB e a direção do Sindicato. O partido estava intervindo abertamente no movimento dos metalúrgicos. O contexto justifica esse tipo de participação direta de um partido numa luta sindical. Estamos falando do ano de 1979, momento do início da abertura política, a oposição à ditadura militar estava fortalecida, principalmente pela vitória eleitoral no último pleito. Neste sentido, o MDB, partido que congregava os opositores ao regime, de certa forma apresentava-se com legitimidade na defesa dos trabalhadores na luta por melhores salários e condições de trabalho.

É possível afirmar que a participação de membros do MDB no movimento dos metalúrgicos foi fundamental para que a base da categoria, os trabalhadores nas fábricas, pudessem se organizar e,

---

<sup>42</sup> Thelson Crescêncio (falecido em 2008) foi amigo pessoal deste autor, então, buscando na minha própria memória, posso afirmar que ele, anterior a 1979, havia trabalhado como metalúrgico no ABC e em Blumenau. Thelson foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores em Santa Catarina, mas tinha vínculo político com o Partido Comunista do Brasil Revolucionário – PCBR, que atuava clandestinamente. Em 1985 Thelson foi preso, juntamente com outros militantes do PCBR, numa tentativa de assalto ao Banco do Brasil na Universidade Federal da Bahia em Salvador. Essa ação extemporânea desse grupo de esquerda foi amplamente divulgada na imprensa nacional na época. Thelson foi condenado a vários anos de prisão, cumprindo em Salvador, após o cumprimento de sua pena nunca mais retornou a Criciúma. Pode-se afirmar, então, que Thelson tinha uma vivência no movimento sindical bem como no movimento de esquerda, sendo então um militante bastante experiente, isso pode ter realmente incomodado Ari Alano, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos.

<sup>43</sup> O ESTADO 09/09/1979. Pag. 11

mesmo contra a vontade da direção do Sindicato, não aceitaram a proposta de reajuste apresentada pelos empresários, fizeram uma série de exigências referentes à melhoria das condições de trabalho, além de reivindicar representação sindical por fábrica e desencadearam a greve que paralisou toda a categoria que surpreendeu toda a cidade. Ressalta-se ainda que o Sindicato dos Trabalhadores, até então, sempre tinha resolvido os dissídios coletivos com negociação. Não se tem notícias de alguma mobilização mais contundente dessa categoria antes desse período.

Isso significa que naquele ano, 1979, um novo momento apresentava-se na relação capital-trabalho na cidade de Criciúma. Os trabalhadores do “chão da fábrica” não acatavam mais pacificamente os acordos propostos pelos patrões e aceitos pelas direções dos sindicatos. No caso específico dos metalúrgicos, disseram não várias vezes, praticamente durante dois meses recusaram as tentativas de aprovação de acordo. O presidente Ari Alano convocou cinco assembleias extraordinárias sucessivas, possivelmente uma tática para tentar aprovar o acordo, mas a categoria se manteve irredutível. A greve iniciou sem uma deliberação oficial da assembleia da categoria, iniciou numa empresa, mas rapidamente houve a adesão das demais, demonstrando que os metalúrgicos estavam dispostos à paralisação há muito tempo, porém a direção do sindicato estava protelando e tentando impedir esse tipo de movimento.

Quando a greve tornou-se inevitável a direção do sindicato se manteve à frente do movimento no sentido de não perder o controle da situação. Os empresários retomaram as negociações, fizeram contraproposta e chamaram a participação do representante do governo do estado, o Secretário do Trabalho, para resolver o impasse.

Governo do Estado intervém e tenta acordo com grevistas em Criciúma. Secretário Estadual do Trabalho Fernando Bastos vai a Criciúma com a intenção de resolver o impasse entre metalúrgicos e empresários.<sup>44</sup>

Porém, os operários metalúrgicos se mantiveram irredutíveis e paralisados. A solução foi recorrer ao Tribunal Regional do Trabalho,

---

<sup>44</sup> JORNAL DE SANTA CATARINA 06/09/1979 – Capa

que na época funcionava em Curitiba, capital do estado do Paraná, para abrir processo de dissídio coletivo.

O processo deu entrada ontem de manhã e por telefone o juiz Luiz Guimarães Falcão comunicou a tarde os representantes da classe patronal e o dos operários. Ainda por telefone ele conversou com repórteres e explicou porque a reunião será em Curitiba “Não será em Criciúma em função do clima de tensão e pressão que poderia ser feito. Em março eu presidi as negociações para em acordo dos mineiros sem a greve e por isso foi possível negociar, mas hoje a situação é outra e não é conveniente a Justiça fazer a negociação sob pressão”, disse ele.<sup>45</sup>

Percebe-se a rapidez com que as autoridades estavam agindo para resolver o impasse. Na data de abertura do processo de dissídio coletivo no TRT em Curitiba, dia 10 de setembro de 1979, já estava em greve também a categoria dos mineiros de carvão de toda a região Sul de Santa Catarina. O clima na cidade de Criciúma era de tensão e conflito. Duas categorias de trabalhadores estavam paralisadas e outras ameaçavam tomar o mesmo caminho. A classe operária do município estava em ebulição reivindicatória. Por um lado devido à grande perda do poder de compra de seus salários para a inflação, que vinha aumentando consideravelmente naquele período, e por outro atendendo ao clima de protestos reivindicatórios existente em todo o Brasil. Em Santa Catarina foi na cidade de Criciúma que a classe operária mais aderiu à onda de protestos que vinham ocorrendo nacionalmente.

Esse período é lembrado por Hilário Lessa Batista<sup>46</sup>, mecânico, trabalhou na profissão entre 1972 e 2002, quando se aposentou. Batista trabalhava como mecânico em 1979 na JUGASA, concessionária da rede Chevrolet, e era, segundo seu depoimento, membro da ARENA Jovem, partido que apoiava o governo militar. Batista justifica dizendo que era da ARENA 2, dissidência composta por trabalhadores e membros mais pobres do partido, nas eleições municipais apoiaram Altair Guidi para prefeito de Criciúma, o qual foi eleito e exercia o mandato na época da greve.

---

<sup>45</sup> O ESTADO 11/09/1979, p. 11.

<sup>46</sup> Entrevista concedida a Antonio Luiz Miranda em 09 de abril de 2011.

Após a greve de setembro de 1979, Batista se desfilou do partido, no ano seguinte entrou para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos e assinou ficha de filiação no recém-fundado Partido dos Trabalhadores. Essa greve marcou profundamente a vida e representou uma mudança de atitude política para Hilário Batista. Ele guarda em sua memória acontecimentos do dia a dia desse movimento e o relata com riqueza de detalhes.

Segundo Hilário Lessa Batista, o movimento de organização de uma greve na categoria começou no dia 10 de maio daquele ano. Nesta data, Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, São Paulo, visitou a cidade de Criciúma e proferiu uma palestra para sindicalistas e trabalhadores em geral. Naquela época, Lula, após ter liderado as greves dos metalúrgicos no ABC paulista, percorria o Brasil, visitando cidades-chave, divulgando a ideia de se construir um partido dos trabalhadores. Para ele, somente um partido composto por trabalhadores poderia representá-los, pois os partidos de então, mesmo o MDB, que representava a oposição, quando chegava o momento de decidir sempre decidia a favor dos ricos.

Além de divulgar as ideias de construção do Partido dos Trabalhadores, Lula também incentivava os trabalhadores à mobilização e mostrava os exemplos dos metalúrgicos paulistas. Batista afirma que alguns presentes na assembleia consideraram o discurso de Lula “meio coisa de maluco”, mas foi a partir desse evento que alguns metalúrgicos passaram a se reunir e elaborar uma pauta de reivindicações.

Hilário Batista lembra que a época era ainda da Ditadura Militar (governo Figueiredo), a repressão prevalecia e todos tinham muito medo. Então de maio a junho as reuniões foram realizadas às escondidas nas residências dos trabalhadores que planejavam uma grande greve para conquistar melhores salários e condições de trabalho. Percebe-se aí, segundo a memória de Batista, que desde o primeiro momento existia uma clara disposição em organizar uma greve, mesmo antes de iniciar as negociações com os empresários, e o movimento iniciava pela base da categoria.

A partir de julho as reuniões foram aumentando e passaram a acontecer na sede do Sindicato dos Mineiros de Criciúma. Os encontros eram feitos por representantes das empresas onde os participantes eram



indicados pelos trabalhadores. A partir de setembro de 1979 os membros das empresas passaram a realizar as reuniões dentro do próprio sindicato da categoria. Ari de Oliveira Alano havia assumido a presidência do sindicato há pouco tempo em substituição ao então presidente Dinarte, que havia falecido. Segundo Batista, Ari Alano não era metalúrgico de chão de fábrica, ele era contador de uma empresa, funcionário de escritório, mas quando estourou a greve ele assumiu a liderança do movimento.

Outros nomes importantes que se destacaram no movimento são lembrados por Hilário Lessa Batista, como Ademir Klein, que se tornou presidente na gestão seguinte, na época da greve era da base da categoria; Zanelatto, da Industrial Conventos, se tornou presidente de 1983 a 1993; Meneghal, da Imecal; Luiz Bitencourt, da Mecril; Pernambuco, que liderou o início da greve na Carrocerias Becker, e Antonio Leandro, o Tonhão, que se tornou presidente na década de 1990 e atualmente é presidente da Coopermetal, cooperativa de trabalhadores organizada a partir da falência da siderúrgica SIDESA. É possível perceber que grande parte dos nomes que despontaram e se destacaram na liderança da greve se tornaram dirigentes do sindicato. Segundo Batista, nesse período não houve disputas de chapas para as eleições da diretoria do sindicato.

Batista, no entanto, confunde-se com a data precisa do início da greve, segundo sua memória a greve iniciou na madrugada do dia 9 para o dia 10 de setembro. Mas, conforme confirmam as fontes escritas, a greve teve início no dia 3 daquele mês, exatamente na Semana da Pátria.

Porém, o importante na sua fala é o seu relato de como se desenvolveu a organização da greve. Segundo ele, a greve começou na Becker, onde a situação era mais crítica e havia mais descontentamento. No dia seguinte foram fazendo piquetes em frente a cada empresa e os operários iam aderindo. Dois incidentes são lembrados pelo depoente, o primeiro na CRIVEL, concessionária da Volkswagen na época. Nessa empresa o gerente entrou em confronto com os grevistas tachando-os de comunistas e ameaçou chamar a polícia para repreendê-los. Nesse momento alguns grevistas o agrediram fisicamente e só pararam com a intervenção de Batista e outros. O saldo foi que o gerente saiu todo rasgado e machucado.

Outro evento lembrado por Batista foi em frente à empresa Mecril, onde o próprio Hilário Batista entrou em vias de fato com o filho do proprietário da empresa, Guido Búrigo. Em outro momento a segurança da empresa ameaçou os grevistas com arma em punho. Percebe-se que à medida que a greve avançava aumentava o clima de tensão entre as partes. Mas em nenhum momento aparece a intervenção das forças policiais. O governo nesse momento buscou a conciliação pacífica a uma intervenção utilizando a força policial. Nesse sentido buscou todos os recursos, como a tentativa do Secretário do Trabalho e o representante do Ministério do Trabalho e por último o recurso ao dissídio coletivo no Tribunal Regional do Trabalho em Curitiba.

Ari de Oliveira Alano<sup>47</sup> foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Criciúma entre os anos de 1977 a 1980, após ficou na diretoria até 1986, quando mudou-se para Florianópolis e assumiu cargo na Federação do Metalúrgicos de Santa Catarina. Em 1989 assumiu a presidência dessa entidade, função que continua ocupando até a data da escrita desta tese. Alano também ocupou cargo na direção da confederação em Brasília. É possível perceber uma carreira ascendente desse dirigente na burocracia sindical.

Em seu depoimento Alano afirmou que a greve de 1979 foi um marco para o movimento sindical de Criciúma. Inaugurou um novo momento para o sindicalismo local. Porém, disse que não lembra muito dos detalhes da greve, mas se considera o grande articulador daquele movimento. Alano foi militante do Partido Comunista Brasileiro, o PCB, ou partidão, como era chamado entre os militantes, entre 1962 e 1974, depois do golpe saiu de Criciúma para fugir da repressão, depois estudou ciências contábeis na FUCRI e trabalhava na CRIVEL. Diz que o partidão era muito forte entre os mineiros, e Criciúma era chamada de “Moscouzinha” entre eles.

A influência exercida pelos mineiros na organização do movimento dos metalúrgicos é destacada por Alano. Afirma que grande parte da categoria era filho de mineiros e a tradição destes veio para essa categoria. A estrutura do Sindicato dos Mineiros era utilizada para realizar as reuniões e assembleias. Milton Mendes de Oliveira,

---

<sup>47</sup> Ari de Oliveira Alano concedeu depoimento a Antonio Luiz Miranda em 13 de abril de 2011, na sede do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, Material Elétrico e Informática de Santa Catarina em Florianópolis, SC.

advogado que assessorou a direção do sindicato durante a greve de 1979, confirma essa avaliação de Alano:

De certa maneira é uma herança da consciência de classe vinda dos mineiros. Porque o pessoal que está em outras categorias é tudo filho de mineiro, sobrinho de mineiro, eram os herdeiros da categoria mineira.<sup>48</sup>

Ari de Oliveira Alano, como ex-integrante do Partido Comunista, tinha conhecimento, pelo menos do ponto de vista teórico, de organização sindical e popular. Mesmo não sendo mais militante, atuava de acordo com a linha política determinada pelo partidão. Isto é, mantinha-se como área de influência do partido. Nesse sentido, essa experiência política do presidente foi fundamental na organização e condução do movimento. Noutro sentido, isso indica que as disputas, as divergências na condução do movimento apontada nos jornais, eram possivelmente disputas entre correntes políticas de esquerda pelo controle do movimento. Pode-se citar como exemplo que Thelson Crescêncio, nomeado representante do MDB no movimento, era ligado ao Partido Comunista do Brasil Revolucionário – PCBR, grupo clandestino dissidente do PCB.

A participação de elementos vinculados a partidos de esquerda influenciou consideravelmente a forma como se desenvolveu o movimento dos metalúrgicos. A pauta de reivindicações apresentava não só questões relacionadas a aumento salarial, mas trazia uma série de itens como: melhores condições de trabalho, preocupação com a saúde e a segurança dos trabalhadores e principalmente a nomeação de um representante sindical por fábrica. Indicando a intenção de se criar uma organização de representação sindical pela base. Uma novidade para a época, dadas as circunstâncias políticas do período.

Foi um movimento construído pela base, como lembraram Hilário Batista e Ari Alano, e quando a greve “estourou” com uma passeata pela cidade surpreendeu a todos, inclusive o advogado do sindicato, Milton Mendes de Oliveira, que disse:

---

<sup>48</sup> Milton Mendes de Oliveira – Entrevista a Antonio Luiz Miranda, concedida em 15 de abril de 2011, em Florianópolis.

Foi uma greve muito interessante, que me surpreendeu, eu achava que era difícil, mas a minha função não era dizer se tinha que fazer a greve ou não. A minha função era assessorá-los. A legislação brasileira não permitia a greve. Era ilegal”.<sup>49</sup>

Milton Mendes de Oliveira era um advogado em início de carreira que foi contratado pelo Sindicato dos Metalúrgicos exclusivamente para acompanhar essa negociação. Oliveira havia sido eleito vereador pelo MDB em 1976, e segundo ele foi seu pai, um mineiro do bairro Próspera, muito influente na comunidade, que garantiu sua eleição. A participação nesse movimento foi determinante para o seu futuro profissional e político. Oliveira havia iniciado sua carreira advogando em várias áreas e a partir desse movimento optou pela área trabalhista. Na política, influenciou decisivamente sua opção pelo Partido dos Trabalhadores.

O fato de o Tribunal Regional do Trabalho ter instaurado rapidamente o dissídio coletivo das categorias em greve em Criciúma era, segundo Oliveira, a estratégia utilizada pelo governo da época para não deixar os movimentos ganharem força. Mesmo a greve sendo ilegal, o julgamento do dissídio no Tribunal daria mais legitimidade aos empresários no sentido de impor represálias aos trabalhadores que não obedecessem as decisões do Tribunal.

Hoje, segundo o advogado, os tribunais utilizam de outros subterfúgios, com impor multas pesadas aos sindicatos de trabalhadores e a seus dirigentes no sentido de inviabilizá-los economicamente. Afirma ainda que essas decisões são sempre contra os trabalhadores, nunca contra os patrões. Esse entendimento de Milton Mendes de Oliveira é perceptível na declaração do juiz Luiz Guimarães Falcão aos jornais da época:

Ao comentar os dois movimentos grevistas, juiz Luiz Guimarães Falcão disse que “todas as pressões devem levar em conta que sem o respeito a lei não é possível viver em ordem num regime democrático. A democracia exige que cada

---

<sup>49</sup> Milton Mendes de Oliveira – Entrevista a Antonio Luiz Miranda, concedida em 15 de abril de 2011, em Florianópolis.

cidadão seja senhor dos seus próprios atos a respeito da Lei.”<sup>50</sup>

A negociação do dissídio coletivo no Tribunal Regional do Trabalho em Curitiba foi lembrado por Ari Alano e por Oliveira. Ambos, em depoimentos em momentos diferentes (segundo eles, faz muito tempo que não se encontram), destacaram o momento do dissídio como o fator culminante da greve. Disseram que no início da reunião os empresários se mantiveram irredutíveis na sua proposta. Porém, durante o transcurso do dissídio chegou a informação que a IMECAL havia parado. Esse fato foi determinante para a mudança de postura dos patrões. Essa era a maior empresa do setor, pertencia ao grupo Eliane e concentrava mais de mil trabalhadores. Segundo os depoentes, eles acabaram cedendo e melhorando consideravelmente a proposta. Dessa forma, os representantes dos trabalhadores aceitaram e assinaram o acordo e voltaram para Criciúma com o sentimento de vitória.

Porém, a manchete de capa do Jornal O Estado do dia 14 foi enfática: “Acordo sai e TRT exige retorno dos operários. O tribunal advertiu que os faltosos poderão ser punidos com justa causa.”<sup>51</sup> Isto é, foi um recado direto para os operários que por ventura tentassem continuar em greve. O recado na verdade era direcionado mais aos mineiros, pois uma parte da categoria estava se recusando a aceitar o acordo. No caso dos metalúrgicos a sensação era realmente de vitória. Armando Bianchini, secretário do sindicato, que estava no comando da assembleia geral durante o dissídio, afirmava: “Acabamos ganhando mais do que o previsto, e isto vem mostrar a força da massa”<sup>52</sup>.

As conquistas foram consideráveis: garantiram estabilidade no emprego aos grevistas por noventa dias, anteciparam o próximo dissídio de março para fevereiro e os dias parados seriam compensados nas férias, além disso, o novo salário passou a valer a partir do dia primeiro do mês de setembro, ou seja, o pagamento seguinte já foi realizado com o aumento acordado. Segundo Ari Alano, a grande maioria dos empresários respeitou o acordo, menos a Indústria de Carrocerias Becker, onde, para ele, imperava um regime que poderia ser classificado de “nazista”, como na época declarou aos jornais:

---

<sup>50</sup> O ESTADO 11/09/1979. Pag. 11.

<sup>51</sup> O ESTADO 14/09/1979. Pag. 09

<sup>52</sup> O ESTADO 14/09/1979, pag. 11.

## METALÚRGICOS

Os metalúrgicos, que foram os melhores beneficiados com a greve, também têm as mesmas preocupações dos mineiros: demissões. Ontem o presidente dos sindicatos dos metalúrgicos local, Ary Oliveira Alano, denunciou que a Indústria de Carrocerias Becker, onde iniciou a greve, não vem cumprindo as decisões incluídas no acordo firmado no Tribunal Regional do Trabalho. A empresa "continua a chamar com apito, como faziam em campos de concentração, nada mudou e se isto não ocorrer poderá ocorrer uma nova greve". Alano comunicou ontem oficialmente o inspetor do Ministério do Trabalho o desrespeito ao acordo e recebeu a promessa de que a Becker desta vez "não ficará impune".<sup>53</sup>

A experiência dessa greve foi significativa para os metalúrgicos de Criciúma, os trabalhadores passaram a se reconhecer como categoria de luta, a conquista elevou a autoestima do coletivo, e mais importante, influenciou decisivamente outras categorias a partirem para movimentos semelhantes. Os mineiros, os ceramistas e os motoristas sentiram-se encorajados pelo movimento dos metalúrgicos. A cidade ficou claramente dividida entre as classes, de um lado os operários organizados a partir dos seus sindicatos, de outro os patrões, surpresos e acuados pelo movimento dos trabalhadores.

### 1.3 - “PEÇAM A MINA”<sup>54</sup> MINEIROS EM GREVE

A categoria dos trabalhadores nas minas de carvão da região sul de Santa Catarina, principalmente de Criciúma, tem um histórico de combatividade que se destaca no movimento operário. Anterior a 1979 suas maiores greves ocorreram durante a segunda metade da década de 1950 e a primeira metade dos anos 1960.

O setor carbonífero se caracteriza por uma forte dependência do governo federal. Esse, como principal comprador do carvão extraído

---

<sup>53</sup> O ESTADO 18/09/1979, pag. 03.

<sup>54</sup> O ESTADO 30/09/1979, pag. 03 – Chamada da matéria sobre as declarações de Fidelis Barato, presidente do sindicato dos mineradores, a respeito do início da greve dos mineiros de Lauro Müller que reivindicavam 100% de reajuste.

pelas mineradoras, definia o preço pago pelo produto. Dessa forma, a negociação salarial passava necessariamente pela negociação do carvão com o governo federal. Essa característica fez com que se desenvolvesse, em determinados momentos, a unidade entre patrões e empregados para reivindicar junto ao governo federal mais subsídios para o carvão, bem como aumento do valor que o governo pagava pelo produto.

Esse elemento estava diretamente ligado, por parte dos trabalhadores, à necessidade da manutenção dos empregos no setor. Mas em 1979 a situação do setor era atípica. Não havia unidade entre os trabalhadores e nem entre os empresários. A partir do segundo semestre daquele ano, os trabalhadores, através dos sindicatos, reivindicavam 25% de reajuste salarial.

Todos os sindicatos de trabalhadores em mineração de carvão reuniram-se em 06 de agosto de 1979 e unificaram a reivindicação em torno desse percentual<sup>55</sup>. A região contava com cinco sindicatos da categoria, sendo os seguintes: Sindicato dos Mineiros de Criciúma (o mais antigo), Sindicato dos Mineiros de Lauro Müller, Sindicato dos Mineiros de Siderópolis, Sindicato dos Mineiros de Urussanga e Sindicato dos Mineiros de Rio Maina. Esse último, um distrito do município de Criciúma (existem dois sindicatos da mesma categoria no município, contrariando o que diz a CLT). A categoria contava na época com cerca de 15 mil trabalhadores em toda a Região Carbonífera.

O presidente do Sindicato dos Mineiros de Criciúma era Aristides Felisbino. Ele havia assumido a direção do sindicato em 1971 como interventor, concorreu nas eleições sindicais para o mandato seguinte e foi eleito. Naquele ano de 1979 novas eleições estavam marcadas para o mês de setembro. Felisbino no início do mês de agosto estava em franca campanha por sua reeleição, mas na sua base existia um forte grupo de oposição liderado por Ivanir José Viana, trabalhador da CBCA, a carbonífera mais antiga da região. É possível perceber que, já no início da campanha salarial, existia uma disputa muito forte pelo controle da direção do sindicato entre os mineiros de Criciúma.

Enquanto a divergência entre os trabalhadores corria em meio às negociações salariais, entre os empresários também ocorriam

---

<sup>55</sup> O ESTADO 07/08/1979, pag. 11.

divergências significativas. A Carbonífera Metropolitana, controlada pela família Santos Guglielmi, concedeu o reajuste de 25% reivindicado pelos sindicatos a seus operários, sem esperar a negociação com o sindicato da classe patronal. Além disso, Realdo Guglielmi, diretor da empresa, declarou aos jornais que todos os empresários do setor tinham condições de conceder o aumento.

Esse fato gerou uma situação embaraçosa entre os empresários, pois muitos deles declaravam que não tinham condições de dar reajuste, se o governo não aumentasse o preço que pagava pela tonelada de carvão. Percebe-se que havia um clima tenso entre as partes em disputa. De um lado os trabalhadores disputando a direção do sindicato, com dois grupos extremamente divergentes, e de outro os empresários não se entendendo entre si sobre o reajuste que deveriam dar para os operários. Esses dois temas, a eleição sindical e o debate entre os empresários, serão tratados nesse texto em pontos específicos.

Porém, é importante ressaltar que o fato de a mineradora Metropolitana ter se antecipado e concedido o reajuste reivindicado alvoroçou os ânimos dos trabalhadores das outras empresas do setor. Outro fator determinante foi o reajuste no preço do carvão concedido pelo governo federal aos mineradores. Acrescenta-se também que a disputa entre os trabalhadores pela direção do sindicato fazia com que o grupo que estava à frente do sindicato então tivesse uma atuação mais ativa para garantir o apoio da base ao seu grupo nas eleições, além da provável pressão exercida pelo grupo opositor.

Fidélis Barato era o presidente do Sindicato dos Mineradores de Carvão de Santa Catarina. Por suas declarações aos jornais da época transparece uma pessoa intransigente e inflexível. Sobre a reivindicação de antecipação de 25% de reajuste dos mineiros ele declarou: “Ou todas as classes ganham esse benefício, ou os mineiros também não recebem”.<sup>56</sup> Falou essas palavras em tom irritado, segundo o jornal. Barato estava condicionando a possibilidade dos empresários concederem o reajuste ao governo federal também reajustar o preço do carvão, sem levar em conta o recente reajuste no preço do carvão garantido pelo governo.

---

<sup>56</sup> O ESTADO 07/08/1979, pag. 11.



O setor carbonífero na época era composto por oito empresas particulares e duas estatais. O sindicato patronal representava as companhias privadas, as estatais tinham sua negociação à parte. Nesse episódio, além das estatais, uma companhia privada já havia negociado o reajuste com seus trabalhadores unilateralmente. Então o sindicato patronal estava representando uma parte das empresas do setor nessa negociação.

Os cinco sindicatos dos trabalhadores mineiros unificaram a pauta de reivindicação e, em 06 de agosto, encaminharam ofício ao sindicato patronal solicitando reunião para apresentar a reivindicação dos trabalhadores. O ofício foi assinado pelos sindicatos da região e também pela Federação dos Mineiros do Sul do Brasil. Esse documento continha especificamente a reivindicação de antecipação salarial, mas ressaltava que algumas empresas da região já estão concedendo a seus operários, a título de antecipação salarial, o percentual sobre os vencimentos desde 31 de julho, e isso, segundo o documento, estava causando revolta nos trabalhadores das demais empresas, nesse sentido, era necessário uma reunião com os empresários para evitar maiores problemas.<sup>57</sup>

Os representantes dos trabalhadores estavam aproveitando as divergências entre os empresários e reivindicando aumento para todos. Se uma empresa concedeu, as outras também podem dar o reajuste. Esse fator foi definitivo para os operários das outras empresa perceberem que poderiam conquistar esse aumento salarial. Porém Fidelis Barato, representante dos empresários, não estava dando muita importância às reivindicações dos mineiros ou estava procurando protelar ao máximo uma resposta aos trabalhadores. Até o dia 22 de agosto os trabalhadores não haviam recebido qualquer resposta das empresas, sendo que no dia 14 haviam reiterado a solicitação através de outro ofício, esse com prazo de quatro dias para resposta. O presidente do Sindicato dos Mineiros de Criciúma afirmou na época: “Eles são sempre assim, não levam a sério os nossos pedidos. Os mineradores receberam recentemente um novo aumento para o preço do carvão e por isso queremos participação nestes lucros”<sup>58</sup>.

---

<sup>57</sup> O ESTADO 07/08/1979, pag. 11.

<sup>58</sup> O ESTADO 14/08/1979, pag. 11.

A postura do sindicato patronal, principalmente a de Fidelis Barato, o presidente, era de tratar a reivindicação dos trabalhadores com certo descaso, por um lado, e ao mesmo tempo condicionar um reajuste ao aumento do preço do carvão. Essa forma de tratar a questão foi mais um elemento incentivador da mobilização dos mineiros. No dia 22 de agosto, Barato anunciou que os empresários haviam se reunido pela primeira vez, mas seria muito difícil conceder a antecipação solicitada pelos mineiros.

No dia 24 de agosto os sindicatos dos mineiros e os mineradores são surpreendidos pela paralisação deflagrada pelos 34 furadores da Companhia Nacional de Mineração Barro Branco no município de Lauro Müller, pertencente a Sebastião Netto Campos, então deputado estadual pela ARENA e líder do governo na Assembleia Legislativa. Esse movimento foi considerado inesperado, inclusive pela reivindicação, pois exigiam 100% de aumento e não queriam a participação do sindicato nas negociações.

Os 34 mineiros furadores caminharam ontem durante à tarde pelo centro da cidade e chegaram a causar susto na população, que não estava acostumada com isso. Eles cruzaram o centro da cidade enquanto faziam o trajeto entre o escritório da Barro Branco para o Sindicato.

Lauro Müller já foi tradicionalmente conhecida como cidade onde os mineiros mantiveram grande união e paravam quando fosse necessário. Mas a última greve aconteceu há poucos meses e teve poucas horas de duração. Poucos até ficaram sabendo, e o movimento de ontem não era esperado por ninguém e, conseqüentemente, todos os mineiros paralisaram suas atividades.

O próprio gerente da companhia ficou surpreso quando viu todos no seu escritório pela manhã, e ainda mais preocupado quando observou que às 12 horas eles não seguiram para o serviço nas minas, que ficam distante do centro da cidade.

No começo da tarde ainda tentou consertar o problema colocando mineiros de

outros setores para fazerem a furação, mas isto não foi possível, pois os demais operários não aceitaram.<sup>59</sup>

Essa paralisação iniciada pelos furadores rapidamente atingiu todos os cerca de 800 trabalhadores daquela carbonífera. O gerente da empresa tentou impor a outros trabalhadores a substituição dos furadores parados, no que não foi atendido. Como retaliação demitiu alguns trabalhadores insurgentes e suspendeu outros. Possivelmente essa atitude levou os demais trabalhadores a acompanharem os furadores na paralisação. A função de furador na mineração era considerada das mais importantes no processo de mineração de carvão, era ocupada pelos trabalhadores mais fortes e capazes. Eles faziam praticamente a linha de frente no processo de extração do carvão, perfuravam as áreas a serem mineradas, em seguida entram em ação os queimadores para fazer a detonação. Após esse processo entram os outros trabalhadores para retirar o carvão. Dessa forma a função de furador se destaca entre os trabalhadores.

Os trabalhadores mineiros de Lauro Müller deflagraram o movimento grevista à revelia do sindicato. O advogado do sindicato dos trabalhadores, Galvani Souza Bochi, afirmava estar surpreendido com o movimento e que não havia motivo para os trabalhadores desconfiarem do sindicato. Um fator importante nesse caso é que na semana que estourou o movimento o sindicato estava em processo eleitoral e havia oposição na disputa pela direção. O então secretário geral, Vilmar Macedo, era candidato a presidente pela situação.

Vilmar Macedo venceu as eleições para direção do sindicato dos mineiros e tornou-se presidente da entidade. A partir desse momento procurou assumir a direção do movimento dos furadores. Acionou o delegado regional do Ministério do Trabalho, Airton Minogio do Nascimento, para abrir o processo de negociação. Porém a negociação iniciou de forma bastante complicada, o gerente da empresa, Dieter Dihlman, se negava a abrir qualquer negociação com os operários parados, o diretor da empresa e deputado estadual Sebastião Netto Campos dizia que qualquer reajuste só poderia ser discutido a partir do dia 12 do próximo mês. Isso dificultava muito o processo de negociação, também porque, por parte dos operários, o movimento se radicalizava

---

<sup>59</sup> JORNAL O ESTADO 25/08/1979, pag. 11.

cada vez mais, com mais setores aderindo à paralisação e se mantinham irredutíveis em relação à reivindicação de 100% de reajuste salarial.<sup>60</sup>

Além disso, a demissão de três trabalhadores e a suspensão de 18, por se negarem a substituir os furadores, aumentou consideravelmente a revolta dos trabalhadores em relação aos patrões, agravando ainda mais a possibilidade de negociação. O presidente do sindicato dos trabalhadores procurava dar ressonância ao clima de revolta dos trabalhadores:

Ninguém está abrindo mão destas reivindicações, e a proposta do diretor Sebastião Netto Campos foi recebida com revolta, porque a barriga dos operários não pode esperar até o dia 12 de setembro.<sup>61</sup>

Percebe-se que o presidente, com essa afirmação, procurava ganhar também a confiança dos trabalhadores, pois eles iniciaram o movimento sem a participação do sindicato, até mesmo afirmaram que não queriam a presença do sindicato. É possível que em outras situações anteriores os dirigentes do sindicato frustraram as expectativas dos operários, pois as condições de trabalho nessa carbonífera eram consideradas as piores de toda a região. Nesse sentido, a postura do presidente era uma forma de recuperar o prestígio do sindicato perante a categoria.

A participação de Vilmar Macedo nas negociações foi solicitada também pelos próprios dirigentes da empresa. Esses perceberam que as pressões feitas diretamente aos trabalhadores não havia dado resultado. É possível que essa fosse uma prática comum dessa empresa, porém naquele momento o nível de radicalização dos trabalhadores impediu qualquer ação direta dos empresários. O presidente do sindicato dos trabalhadores passou, então, a ser o porta-voz oficial da categoria nas negociações e, a medida que o movimento aumentava, ele assumia a posição da categoria, isso é perceptível em suas declarações aos jornais: “O operário não está fugindo do diálogo, mas entendo que aguardar uma

---

<sup>60</sup> O ESTADO 28/08/1979, pag. 05.

<sup>61</sup> O ESTADO 28/08/1979, pag. 05.

solução no desempenho da função não é mais negócio porque corremos o risco de ser novamente ludibriados”<sup>62</sup>.

Percebe-se que, possivelmente, também era prática comum dessa empresa prometer acordos e não cumprir. O seu principal diretor, Sebastião Netto Campos, era um político com destaque no cenário estadual, membro da ARENA, partido do governo militar. Era proprietário também da mineradora mais antiga de Criciúma, a CBCA.

Esse empresário tinha um histórico considerável de enfrentamento com os trabalhadores no período anterior ao golpe militar de 1964. Isto é, tinha experiência no trato com operários insurgentes e também tinha ao seu lado o apoio do governo do qual participava.

Com o regime militar, Campos teve mais facilidade em agir de forma autoritária com os trabalhadores, as relações de trabalho em suas empresas sempre foram motivos de denúncias por parte dos trabalhadores, mas a partir de 1979 as coisas começaram a mudar, os trabalhadores sentiam-se fortalecidos, o enfraquecimento do regime militar era evidente e as práticas autoritárias desse empresário passaram a ser contestadas de forma mais veemente.

Na segunda metade da década de 1980 Sebastião Netto Campos perdeu suas empresas. A CBCA de Criciúma foi para as mãos dos trabalhadores, que formaram a COOPERMINAS, e a Barro Branco de Lauro Müller passou para outro grupo de empresários. Esse foi um processo bastante conturbado e será tratado em outro momento deste trabalho.

Os mineiros demitidos não se intimidaram em dar declarações aos jornais falando da situação:

Raulino Silva, que trabalhava há sete anos na empresa, foi demitido porque se negou a substituir um furador. A sua função era de mineiro diarista, recolhia o carvão já explorado. “Fui demitido por justa causa sem direito a receber nada. Eles me mandaram trabalhar na frente fazendo o trabalho de furador, mas eu não sei fazer este tipo de serviço e então me neguei. Cheguei a trabalhar na

---

<sup>62</sup> O ESTADO 29/08/1979, pag. 03.

sexta-feira, mas no sábado me neguei porque eu estava sendo prejudicado e prejudicando meus companheiros. E foi aí que me puseram para fora da empresa”, explicou Raulino Silva.<sup>63</sup>

João Aguido Mattos, suspenso por se negar a ocupar a função de furador, declarou: “Ontem cheguei ao trabalho e me deram a incumbência de furar a parede para colocar dinamites, mas não sei nem pegar no martelo, me mandaram para o escritório onde me informaram que estava suspenso”. Inácio da Silva, diarista, afirmou: “Sou mais castigado do que boi carreiro para ganhar apenas Cr\$ 3.600,00”.

Estas informações apontam para algumas evidências: sendo uma função tão importante, teria que ser exercida por trabalhadores treinados, porém o que se percebe é que os dirigentes da carbonífera passaram a obrigar outros trabalhadores a ocupar a função dos furadores, por seu lado os trabalhadores utilizaram a justificativa de não se sentirem capazes de exercer a função de furadores para se negar a fazê-lo. A atitude da empresa em demitir e suspender alguns trabalhadores que se negaram de alguma forma a substituir os furadores não foi suficiente para intimidá-los. Eles, sem serem dirigentes sindicais, fizeram declarações aos jornais, demonstrando o grau de indignação, solidariedade e consciência do movimento.

Os empresários também declaravam suas posições na imprensa. Dieter Dihlman, diretor da empresa, afirmou: “Agiram errado quando resolveram deflagrar a greve”. Ele não reconhecia a greve e desconsiderava as reivindicações. Dizia: “Nem sei o que estão querendo”. O presidente do Sindicato dos Mineradores foi ainda mais enfático e em tom de irritação declarou: “Eles devem pedir 500 por cento de uma vez, ou melhor ainda, devem pedir a mina de carvão. Pelo jeito que a situação está caminhando, isto deverá acontecer em breve”<sup>64</sup>. Essa declaração de Barato antecipou o que acabou acontecendo sete anos após, em 1986 o empresário Campos perdeu suas minas, como citado acima.

O Delegado Regional do Trabalho na época, Airton Minógio do Nascimento, estava em Criciúma para tratar das reivindicações dos metalúrgicos, que por todo mês de agosto daquele ano estavam

---

<sup>63</sup> O ESTADO 29/08/1979, pag. 03.

<sup>64</sup> O ESTADO 30/08/1979, pag. 11.

mobilizados. Ele foi surpreendido com a greve dos furadores de Lauro Müller, para onde teve que se dirigir. No primeiro momento, conseguiu quebrar a intransigência dos patrões e estabelecer um acordo para concessão de aumento para os furadores, no entanto, quando esse acordo foi firmado verbalmente os demais operários da carbonífera já estavam parados. Com isso, as negociações foram suspensas, gerando um clima de maior revolta entre os trabalhadores.

Enquanto a greve dos mineiros ganhava novas proporções, com a paralisação geral da mina, os outros sindicatos dos trabalhadores das minas da região, juntamente com o presidente da Federação dos Mineiros para os três estados do Sul, Pedro Tavares, se reuniram para discutir a possibilidade de deflagrar uma greve geral de toda a categoria em solidariedade aos mineiros de Lauro Müller. Essa paralisação também serviria para reivindicar os 25% de reajuste para toda a categoria. Nesse sentido, a greve de Lauro Müller encorajou os demais sindicatos de mineiros da região a mobilizarem a categoria, criando assim um clima favorável para a greve.

Na Carbonífera Barro Branco a paralisação atingiu todos os setores da produção, até os encarregados e capazes declaravam aos jornais que entendiam o movimento e, em certo sentido, até apoiavam. Esse o foi o caso do capataz Pedro Manoel dos Santos, com dez anos na empresa, que declarou à imprensa: “Nós ganhamos um pouco mais e mal dá para comer, quem dirá os pobres coitados dos mineiros da picareta”. Outro capataz, Ernesto Freitas, aposentado, mas exercendo a função, com 30 anos de profissão, declarou: “Eu passei por muitas greves na minha vida e reconheço que no momento o salário deles é muito baixo”<sup>65</sup>. A experiência de Freitas é de antes de 1964, antes da ditadura militar, isto é, vem de um período anterior ao golpe, em que as greves aconteciam com certa frequência, também acompanhou a passagem de um período com mais liberdade democrática para um período autoritário.

Em 1979 o governo militar estava perdendo sua legitimidade junto à sociedade, perdendo assim seu poder de força, de imposição. A classe operária já não se intimidava tanto com a repressão, já haviam comprovado isso nas eleições municipais de 1976. Os políticos eleitos pelo MDB, opositores ao regime militar, participavam abertamente dos

---

<sup>65</sup> O ESTADO 30/08/1979, pag. 11.

movimentos e utilizavam de seus mandatos a favor das reivindicações das classes trabalhadoras.

Esse foi o caso do então deputado federal Walmor de Lucca, eleito com o voto dos operários da região carbonífera. Ele utilizava de seu espaço na tribuna do Congresso para declarar apoio aos movimentos dos operários, além de denunciar os empresários: “Esta greve é justa e foi provocada pela intransigência da empresa carbonífera, que não cumpre com suas obrigações sociais”<sup>66</sup>.

O deputado estava acusando abertamente a empresa de não recolher o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e impostos, dentre outras obrigações. Além disso, denunciava as práticas autoritárias dos chefes da empresa: “Já estamos dentro do cafajestismo dessa empresa, que tem um diretor com tendências nazistas e por isso leva o operário a fome”. Não foi possível saber a qual diretor o deputado se referia, mas as acusações continuaram. Ele lembrou que todas as companhias mineradoras recebem o pagamento igual pelo governo, no entanto essa pagava um salário menor. O deputado disse abertamente que o motivo era que os proprietários Álvaro Catão e Sebastião Netto Campos desviavam o dinheiro para promoverem “festas babilônicas”.

Sebastião Netto Campos, deputado estadual pela ARENA, também utilizava o seu espaço na tribuna para se justificar. Porém, não aparece rebatendo as críticas de Walmor de Lucca. Apesar de ser em espaços diferentes, um federal e outro estadual, a fala de ambos repercutia na sociedade como um todo, principalmente entre as partes interessadas, isto é, os operários mineiros.

Campos se justificava e condicionava a possibilidade de aumento nos salários se o governo aumentasse o preço que pagava pelo carvão. Considerava a greve ilegal e afirmava que só negociava com os trabalhadores quando esses voltassem ao trabalho. Uma posição intransigente, dada as circunstâncias do movimento. Essa posição causou efeito contrário, recrudescendo ainda mais o movimento dos mineiros, esses trataram de buscar apoio em toda a sociedade. Lançaram então um documento intitulado “Carta Aberta à População”:

---

<sup>66</sup>O ESTADO 31/08/1979, pag. 11.



Nós, mineiros e trabalhadores da Carbonífera Barro Branco, levamos ao conhecimento da população de Lauro Müller que iniciamos um movimento de paralisação reivindicando melhores salários.

Com os atuais salários não temos condições de sustentar nossas famílias e muito menos de satisfazer necessidades, tais como: transporte, remédios, saneamento, água, luz, esgoto e divertimento, para que se tenha uma vida digna.

Nosso trabalho nas minas já é bastante duro, penoso, perigoso, com sérios riscos de vida a cada momento. Quantas famílias já perderam seus entes queridos? Quantos companheiros estão aí, inválidos? Quantos outros estão aposentados, recebendo uma ninharia, que mal dá para comer? Apesar de tudo isso, é nosso trabalho que gera riqueza, e onde está essa riqueza? Temos certeza que conosco não está e aqui em Lauro Müller, também não. Para nós e para nossa cidade, só salários de fome e rejeitos piritosos.

Pedimos apoio, solidariedade e compreensão à população e as autoridades, porque nosso município e nosso comércio vão melhorar também, já que, ganhando mais, vamos comprar mais e pagar nossas contas. Estamos certos que nossa luta é justa. Ficaremos parados até sermos atendidos.<sup>67</sup>

O panfleto acima foi publicado na íntegra, como matéria, pelo jornal O Estado. Esse era o jornal de maior circulação no estado de Santa Catarina. Isso indica que a imprensa estava sensível às lutas reivindicatórias dos trabalhadores, e os editores davam mais liberdade aos repórteres. A publicação no jornal fez com que a repercussão do movimento não ficasse restrita apenas ao município de Lauro Müller ao qual estava endereçado. Nesse sentido, a publicação teve a função de divulgar o movimento do ponto de vista dos trabalhadores. Por outro lado, a greve que iniciou com os 37 furadores ganhou novas proporções

---

<sup>67</sup>O ESTADO 31/08/1979, pag. 03.

para além da categoria. A rede de solidariedade que se formou envolveu políticos, comerciantes, parte da imprensa e a comunidade como um todo.

No dia 5 de setembro, quando os metalúrgicos de Criciúma também já estavam em greve, os mineiros de Lauro Müller se mantinham firmes e determinados no movimento. Foi quando o sindicato passou a distribuir os alimentos recebidos pela rede de solidariedade que se formou em apoio ao movimento. Esses alimentos foram distribuídos às famílias dos grevistas. Neste ponto foi relevante a participação das mulheres, esposas dos operários mineiros. O presidente do sindicato ficou surpreso com a participação feminina, o qual dizia que era um aspecto até então “desconsiderado”, e afirmou:

O serviço agora é das mães, que sentem o problema mais de perto, elas vêm a nós e recebem os ranchos e esta dramática situação faz aumentar ainda mais a revolta contra a direção da empresa carbonífera.<sup>68</sup>

Segundo o presidente do sindicato dos trabalhadores, a Prefeitura de Lauro Müller também decidiu apoiar o movimento. Os donativos vinham de entidades civis de vários municípios da região, como Criciúma, Orleans, Urussanga, Tubarão e Siderópolis, entre outros. O sindicato organizava a distribuição com a importante participação das mulheres dos trabalhadores. Essas provisões conseguidas permitiram aos mineiros de Lauro Müller condições de manter o movimento, isto é, manterem-se paralisados por mais tempo. Essa solidariedade tinha um significado material e simbólico. Material pelo fato de as famílias mineiras terem pelo menos o que comer enquanto a greve continuava, e simbólico pelo apoio geral a sua causa demonstrado pela sociedade como um todo.

No início do mês de setembro de 1979 os trabalhadores mineiros de toda Região Carbonífera de Santa Catarina estavam agitados. As greves dos trabalhadores da Companhia Barro Branco e dos metalúrgicos de Criciúma criaram um ambiente propício à luta reivindicatória.

---

<sup>68</sup> O ESTADO 05/06/1979, pag. 03.

O Sindicato dos Mineiros de Criciúma após o golpe militar e a instauração da ditadura era administrado constantemente por juntas interventoras. Mesmo assim, quando das assembleias gerais da categoria, convocadas para discutir reajuste salarial, mesmo com os interventores propondo acordos amigáveis, sempre havia vozes destoantes. Era o caso, por exemplo, do operário Lourival Espíndola, que aparece constantemente nas atas das assembleias na década de 1970, sempre se posicionando contra os acordos amigáveis e fazendo severos discursos contra os patrões.

Na Assembleia Geral de 27 de fevereiro de 1974, Lourival Espíndola, juntamente com Manoel Adolfo Nazário e Hercílio Pinto, usaram a palavra para se posicionar contra o acordo amigável proposto pelo interventor Zelindro Serafim. Conseguiram convencer a grande maioria dos presentes e derrotaram a proposta do diretor do sindicato<sup>69</sup>.

Os mineiros de Criciúma estavam contagiados com a mobilização dos trabalhadores em geral, mas tinha um elemento a mais na agitação dos trabalhadores. Estavam marcadas eleições para a direção do sindicato para os dias 17 e 18 de setembro. Duas chapas disputavam os votos da categoria: a Chapa 1, da situação, liderada por Aristides Felisbino, esse entrou na direção do sindicato em 1971 compondo uma junta interventora e posteriormente foi eleito, e a Chapa 2, liderada por Ivoni Viana.

Isto é, além de a categoria estar preparando a mobilização, estava discutindo as eleições. Claramente percebe-se uma divisão na base da categoria dos mineiros. As assembleias convocadas para discutir o reajuste salarial acabam tumultuadas pela disputa eleitoral, com acusações de ambas as partes.

Na Assembleia Geral de 09 de setembro de 1979, o então presidente do sindicato, Aristides Felisbino, iniciou os trabalhos solicitando que não fossem discutidas as eleições naquele momento. Segundo o que consta na ata, os trabalhadores presentes estavam mesmo interessados em aprovar a paralisação. Está registrado na ata que a plateia gritava em coro pela paralisação. É possível perceber que os mineiros estavam realmente contagiados com a onda de paralisações,

---

<sup>69</sup> Ata da Assembléia Geral dos Trabalhadores em Minas de Carvão de Criciúma de 06 de fevereiro de 1974. Arquivo do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, SC.

que estava se tornando inevitável, parecia a única saída para a categoria. Lourival Espíndola, Aristides Felisbino, presidente e candidato à reeleição, e Ivoni Viana, candidato a presidente do sindicato pela oposição, usaram a palavra para propor a paralisação imediata da categoria<sup>70</sup>.

Percebe-se o consenso entre líderes que disputavam as eleições em chapas diferentes e a categoria pela paralisação. A decisão foi tomada em voto secreto: dos 348 votantes, 328 votaram a favor da greve, apenas 17 votaram por não parar. Como deliberação, decidiram paralisar as atividades a partir da zero hora do dia seguinte. Iniciava, assim, a primeira greve dos mineiros de Criciúma após o golpe militar de 1964.

O impasse dessa greve foi parar no Tribunal Regional do Trabalho com a instauração do dissídio coletivo no mesmo dia em que seria iniciado o dissídio dos metalúrgicos, isto é, no dia 12 de setembro. Porém, diferentemente dos metalúrgicos, que chegaram a um acordo que foi acatado plenamente pela categoria, a negociação dos mineiros demorou mais tempo e parte da categoria não aceitou o acordo de forma imediata como foi o caso dos metalúrgicos. É importante ressaltar que, enquanto a direção do sindicato, principalmente o presidente Aristides Felisbino, que concorria à reeleição, foi a Curitiba participar das negociações do dissídio, o grupo da oposição, liderados por Ivoni Viana, ficou em Criciúma reunido com a categoria em Assembleia Geral.

A classe patronal foi para Curitiba representada por Fidelis Barato, disposta a não ceder às exigências dos trabalhadores, pelo menos era o que declarava a imprensa. Para o jornal O Estado, “ele acusou que há infiltrações na greve, mas negou-se a comentar o assunto, pedindo ao repórter que omitisse sua opinião”<sup>71</sup>. Essa era mais uma das declarações polêmicas de Barato. Neste caso estava se referindo a possíveis participações de pessoas de fora da categoria na manifestação dos mineiros. Provavelmente os membros do MDB, mais ligados ao movimento operário, estivessem participando das assembleias. Mas o que estava agitando a categoria mineira era, em meio à greve, a disputa pela direção do sindicato.

---

<sup>70</sup> Ata da Assembléia Geral dos Trabalhadores em Minas de Carvão de Criciúma de 09 de setembro de 1979. Arquivo do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, SC.

<sup>71</sup> O ESTADO 12/09/1979, pag. 03.

A audiência dos mineiros no Tribunal Regional do Trabalho em Curitiba foi considerada a mais longa da história daquele tribunal até então. Foi conduzida com muita habilidade, segundo Milton Mendes de Oliveira, pelo juiz Luiz Guimarães Falcão. Os representantes das duas classes estavam, em princípio, irredutíveis em suas propostas e só chegaram a um acordo após oito horas de negociação. O acordo foi estabelecido com a concessão de 25% de aumento nos salários e o pagamento dos dias parados, sendo estes compensados nas férias.

O juiz Guimarães Falcão declarou à imprensa após a reunião:

As oito horas de conversa não foram em vão. As duas partes conseguiram chegar a um acordo que põe fim à greve de dez mil trabalhadores, resolvendo um grave problema social, houve diálogo e só assim foi possível o acordo.<sup>72</sup>

Por outro lado o procurador do TRT declarava, em tom de ameaça, que após o acordo os trabalhadores que não retornassem ao trabalho poderiam ser demitidos por justa causa. Além disso, segundo o jornal *O Estado*, corria o boato no Tribunal que caso não houvesse acordo ocorreria intervenção nos sindicatos, e que a audiência de conciliação foi acompanhada diretamente por Brasília.

No final dos anos 1970, com as várias greves ocorridas no Brasil, principalmente a partir dos metalúrgicos do ABC paulista, liderados por Lula, o governo militar utilizou suas prerrogativas autoritárias e colocou sob intervenção vários sindicatos, prendendo inclusive seus dirigentes, como foi o caso do próprio Lula em São Paulo, e Olívio Dutra, líder dos bancários no Rio Grande do Sul. Essa intervenção criou um desgaste político ainda maior no, então, já desgastado regime militar, instaurado em 1964.

Percebe-se, dessa maneira, que as greves ocorridas em Criciúma durante o mês de setembro de 1979 foram acompanhadas de perto pelos governantes da época, porém sem uma intervenção repressiva direta. Não se tem notícia de intervenção policial na greve dos metalúrgicos ou na dos mineiros. Porém, percebe-se a participação direta do secretário estadual do Trabalho, Fernando Caldas Bastos, do representante do

---

<sup>72</sup> O ESTADO 14/09/1979, pag. 03.

Ministério do Trabalho, que se envolveram diretamente no início das negociações.

Também a rapidez com que o TRT instaurou o dissídio, no caso dos mineiros, no terceiro dia de greve. Nesse sentido, possivelmente, esta seria a última instância pacífica de solução ao movimento. No final da audiência, segundo o jornal O Estado, “o juiz Luiz Guimarães falou ao telefone com o Secretário de Relações do Ministério do Trabalho, Alencar Rossi, comunicando-lhe que tudo caminhava para um acordo. Sua expressão era de alívio”<sup>73</sup>.

Na base da categoria dos mineiros não existia alívio. Felisbino considerava uma vitória da categoria o acordo:

Acredito que os trabalhadores conquistaram uma grande vitória com um aumento de 25 por cento. Pode não ser o que pretendíamos, mas é um grande passo para movimentos futuros.<sup>74</sup>

Felisbino assinou o acordo, porém teve grande dificuldade de aprová-lo na assembleia da categoria. A oposição intervinha no sentido contrário ao acordo e estava com respaldo na categoria.

Mas, devido às pressões vindas do TRT, do secretário do Trabalho, Fernando Bastos, que se manteve em Criciúma até o fim do movimento, e dos patrões, que se sentiam respaldados pela lei, os trabalhadores cederam e retornaram ao trabalho. Esse acordo abrangeu também os mineiros de Lauro Müller, que já estavam em greve há 21 dias.

Os trabalhadores mineiros retornaram ao trabalho, porém receosos, existia boatos que passando as eleições sindicais os patrões iriam deflagrar um “caça às bruxas”, isto é, demitir os trabalhadores que mais se envolveram na greve. Enquanto isso os membros das chapas que disputavam a direção do sindicato se acusavam mutuamente. Ivonir Viana da oposição acusava Felisbino de ser candidato do governo, pois entrou no sindicato como interventor e nunca foi líder sindical. Além de acusações mais sérias como de desvio de verbas e do patrimônio do

---

<sup>73</sup> O ESTADO – 14/09/1979 - pag. 03.

<sup>74</sup> O ESTADO – 14/09/1979 - pag. 03.

sindicato. Felisbino por seu lado acusa a oposição de ser a chapa dos patrões, pois era composta em sua maioria por encarregados.

A eleição se processou e o resultado deu a vitória à chapa de oposição liderada por Ivonir Viana. A chapa oposicionista obteve 995 votos, contra 774 votos da chapa de situação liderada por Aristides Felisbino<sup>75</sup>. Este não aceitou o resultado, segundo seu argumento, não houve quorum necessário para a vitória da chapa dois, pois essa não obteve a maioria absoluta dos votos, por isso, declarou que iria recorrer ao Ministério do Trabalho para impugnar as eleições. No entanto, o presidente dos trabalhos de escrutinação dos votos, Sergio Fenili, nomeado oficialmente pela Procuradoria Geral do Estado, reconheceu a vitória da oposição e homologou o resultado.

Ivonir Viana e seu grupo assumiram a direção do sindicato, mas em meados de 1980 uma junta interventora assumiu a entidade, convocando novas eleições para setembro daquele ano. É possível que o recurso impetrado por Felisbino tenha dado resultado. No entanto, não encontramos documentos nos arquivos do Sindicato que nos levasse a alguma conclusão.

Passadas as eleições, algumas ameaças de demissões se confirmaram. A Companhia Carbonífera Barro Branco demitiu 100 trabalhadores logo após estes terem voltado ao trabalho<sup>76</sup>. Isso deixou os trabalhadores apreensivos e desconfiados com as intenções dos patrões. Dois pontos eram fundamentais para os operários: o cumprimento do acordo e não haver demissões. O advogado do sindicato dos trabalhadores, Galvani Luiz Rocha, denunciou a forma como a empresa efetuou as demissões:

A empresa fechou a mina Lazarin, a mais antiga e que no seu quadro funcional tinha operários com mais tempo de serviço, nenhum dos demitidos tinha Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Os acertos que estão sendo feitos visam unicamente prejudicar os operários. Ao invés de pagar o aviso prévio, a direção da empresa está pagando ao mineiro demitido 30 horas extraordinárias e, em caso de recusa, ele

---

<sup>75</sup> JORNAL DE SANTA CATARINA – 28/09/1979 – pag. 10.

<sup>76</sup> O ESTADO – 16/09/1979 – pag. 03.

permanece na empresa, mas é deslocado para outro setor de trabalho distante de sua residência e para onde não ganha meio de transporte.<sup>77</sup>

As denúncias do advogado dos trabalhadores ganharam grande repercussão na imprensa e entre os políticos, principalmente do MDB, com destaque para o deputado estadual Manoel Carlos de Souza e o senador Jaison Tupy Barreto. A acusação principal era que as demissões foram uma retaliação da empresa contra os operários grevistas. O deputado Souza debateu diretamente com Sebastião Netto Campos no plenário da Assembleia Legislativa, acusando também o secretário Fernando Bastos de ter atuado nas negociações durante a greve a favor dos patrões.

Campos tentou se defender dizendo que não era o dono da empresa, apenas um acionista “minoritário”, e que a Delegacia Regional do Trabalho tinha conhecimento das demissões. Barreto, do Senado, atacou dizendo que “para as palavras do patrão injusto e arrogante como o deputado Sebastião Netto Campos, a resposta do Governo deveria ser o fechamento de suas minas e estatizá-las”<sup>78</sup>.

As denúncias e a repercussão na sociedade deu resultado. Sebastião Netto Campos, após negociações com o sindicato dos trabalhadores, voltou atrás e readmitiu os operários demitidos. Essa, por certo, foi a grande vitória do movimento, impedir as demissões. Dessa maneira, pode-se afirmar que a primeira greve dos trabalhadores das minas de carvão do Sul de Santa Catarina, após o golpe militar de 1964, foi vitoriosa para os trabalhadores.

#### **1.4 - NA ONDA DAS GREVES: CERAMISTAS TAMBÉM PARAM**

A capa do Jornal de Santa Catarina do dia 12 de setembro de 1979 anunciava em letras garrafais: “Ceramistas também param no Sul. A greve atinge todo o Sul do Estado. Mais de 20 mil trabalhadores pararam e outros setores ameaçam seguir o mesmo caminho”. Esse setor havia crescido muito em importância econômica durante a década de 1970 em Criciúma e região. Contava, no final da década, com cerca de 15 mil trabalhadores e indústrias que se destacavam nacionalmente na

---

<sup>77</sup> O ESTADO – 18/09/1979 – pag. 03.

<sup>78</sup> O ESTADO – 19/09/1979 – pag. 03.



fabricação de pisos e azulejos, como a Cerâmica Criciúma S.A. (CECRISA); Cerâmica Santa Catarina S.A. (CESACA), Cerâmica Urussanga S.A. (CEUSA) e Cerâmica Eliane. Esta última empregava o maior contingente de trabalhadores, cerca de 3.800, na época.

O sindicato dos trabalhadores do setor tinha uma representação bastante eclética. Era o sindicato dos trabalhadores no setor mobiliário e construção civil. Isto é, representava desde os trabalhadores da construção civil, madeireiros, ceramistas, entre outros, inclusive funcionários da Prefeitura Municipal de Criciúma pertenciam à base do sindicato na época. Porém, a categoria dos ceramistas era a mais representativa e importante do setor. Amauri Izaías Lúcio era o presidente do sindicato. Posteriormente ele assumiu a presidência da federação estadual em Florianópolis, cargo que ocupou até sua aposentadoria.

A greve iniciou em 11 de setembro na empresa Cecrisa, que empregava cerca de 1.400 trabalhadores e era parte do conglomerado industrial do Grupo Diomício Freitas. Esse empresário enriqueceu na atividade de mineração de carvão e expandiu seus negócios para outros setores como o metalúrgico e cerâmico. Diomício Freitas também tinha fortes ligações políticas com o governo militar. A greve iniciada em sua empresa deixou o empresário indignado, levando-o a fazer declarações contundentes aos jornais.

Os ceramistas deflagraram a greve sem terem iniciado um processo de negociação salarial. Foram levados ao movimento pela onda das greves dos metalúrgicos e mineiros. A postura do presidente do sindicato dos trabalhadores foi o de manter a situação sob seu controle. “Centralizava todas as informações a serem divulgadas e desaconselhava que qualquer outro grevista desse declarações à imprensa, para não sair nada errado, justificava ele”<sup>79</sup>. Lúcio era presidente da entidade desde o final dos anos 1960, tinha experiência como dirigente sindical, mas a categoria nunca tinha feito greve.

A greve dos ceramistas paralisou rapidamente, através de piquetes de “conscientização”, como se referia o presidente do sindicato, as três maiores empresas do setor, isto é, Cecrisa, Cesaca e Eliane. Com a deflagração da greve, veio para Criciúma o presidente da federação

---

<sup>79</sup> O ESTADO 12/09/1979 – pag. 03.

estadual dos trabalhadores no setor, Adolfo Frygang. A intenção era auxiliar nas negociações, sua postura mostrava-se moderada, declarava que apoiava o movimento, porém disse que estava ali para auxiliar nas negociações e para evitar tumultos. “Estou pedindo para não haver tumultos, pois os operários depois seriam responsabilizados por quaisquer danos registrados”<sup>80</sup>. Frygang também relacionou a influência das greves dos mineiros e metalúrgicos na paralisação dos ceramistas.

As posturas dos presidentes do sindicato e da federação dos trabalhadores se assemelhavam, ou seja, os dois procuravam centralizar as decisões e impedir qualquer manifestação de trabalhadores da base. Propunham sempre a moderação ao enfrentamento. Lúcio, por exemplo, não assumiu o movimento dos trabalhadores da Prefeitura Municipal de Criciúma, que pretendiam paralisar junto com os ceramistas, mesmo esses sendo vinculados ao sindicato.

Em outro momento, apesar de a Assembleia Geral da categoria definir a reivindicação de 50% no reajuste dos salários para por fim a greve, ele afirmava: “Nenhuma posição é inflexível, mas essa flexibilidade deve haver de ambas as partes”. Isto é, divulgava a possibilidade de reduzir a reivindicação da categoria antes mesmo de iniciar as negociações. Tudo indica que esses dirigentes foram levados à greve por pressão dos trabalhadores da base influenciados pela greve dos metalúrgicos e mineiros que obtiveram vitórias em seus movimentos.

A peculiaridade da greve dos ceramistas foi a reação do empresário Diomício Freitas. Ele foi aos jornais com declarações contundentes contra o movimento dos trabalhadores. O empresário costumava mandar seus agentes fotografar os grevistas que faziam piquetes em frente a sua empresa para poder melhor identificá-los. Acusava a participação de pessoas estranhas à categoria nos piquetes, como provavam as fotografias, dizia ser um movimento mais político do que meramente reivindicatório. Além disso, defendia abertamente o golpe militar de 1964. Dizia que já era acostumado com esses movimentos e “por causa disso fizemos uma revolução”<sup>81</sup>.

---

<sup>80</sup> O ESTADO 12/09/1979, pag. 03.

<sup>81</sup> O ESTADO – 12/09/1979, pag. 03.

Freitas procurava desqualificar o movimento dos trabalhadores, não se mostrava disposto a negociar, remeteu a decisão ao Tribunal Regional do Trabalho. Além disso, declarou aos jornais que a greve teve apoio dos comunistas. Que para o empresário, isso era uma “afronta a sociedade democrática”, essas declarações baseavam-se na entrevista concedida na época pelo general Walter de Souza, comandante do II Exército, em que afirmava que a proliferação das greves no Brasil foi consequência do trabalho do Partido Comunista Brasileiro<sup>82</sup>. Demonstrava assim o seu alinhamento com o regime militar, sua postura autoritária e antidemocrática, isso dificultava as negociações com os trabalhadores, que partiram para a greve como única forma de negociar os reajustes.

A greve dos ceramistas durou quatro dias, terminou com um acordo assinado pelo presidente do sindicato dos trabalhadores, Amauri Izaias Lúcio, considerado desvantajoso para os trabalhadores. Dos 50% reivindicados no início da greve, Lúcio fechou acordo aceitando 20%, sendo 10 de reajuste e 10 de antecipação. Esse acordo desgastou o sindicato perante a categoria, que passou a olhar os dirigentes com desconfiança, mas os sindicalistas conseguiram garantir sua permanência à frente da entidade, impedindo as tentativas de oposição. A perpetuação da direção do sindicato será tratada em outro capítulo deste trabalho. Percebe-se, no entanto, que na onda das greves de 1979, enquanto os metalúrgicos e os mineiros saíram vitoriosos, os ceramistas saíram frustrados com o resultado e com a direção do sindicato.

### **1.5 - DOUTOR MILTON, A CATEGORIA PAROU!**

Foi com essa notícia que o presidente do Sindicato dos Motoristas, Lourival João Cardoso, chegou à casa do advogado do sindicato Milton Mendes de Oliveira<sup>83</sup>. Iniciava assim mais uma greve no mês de setembro de 1979 em Criciúma. Porém, essa greve, dos trabalhadores nos transportes coletivos, foi a mais tumultuada e a única, naquela ocasião, que teve a participação da polícia com prisões de grevistas. Segundo Oliveira, o presidente do sindicato dos trabalhadores estava eufórico e orgulhoso por também conseguir fazer a categoria, da qual era líder, entrar em greve. A onda grevista tinha contagiado todos e

---

<sup>82</sup> O ESTADO – 22/09/1979, pag. 03.

<sup>83</sup> Milton Mendes de Oliveira - Entrevista a Antonio Luiz Miranda. Florianópolis, abril de 2011.

parecia uma questão de honra para os dirigentes paralisar a categoria e deixar os patrões acuados.

Diferente dos ceramistas, que iniciaram a greve de forma abrupta, sem terem iniciado um processo de negociação, por isso foram criticados pelo Secretário do Trabalho Fernando Bastos, e deram argumentos para a postura mais intransigente dos patrões como Diomício Freitas, os motoristas, através do seu sindicato, haviam iniciado as negociações com os empresários do setor. Estas negociações eram acompanhadas por Bastos, Secretário do Trabalho, que foi designado pelo então governador Jorge Bornhausen para acompanhar as negociações entre trabalhadores e empresários em Criciúma, devido à repercussão que os movimentos dos trabalhadores da cidade estava atingindo no resto do Estado.

A cidade já estava com cerca de 20 mil trabalhadores paralisados, com a greve nos transportes coletivos, praticamente podia-se considerar uma greve geral. Então a função de Bastos era tentar esfriar os ânimos e tentar conciliar as partes, impedir assim o maior alastramento do movimento. O Governo do Estado estava acompanhando diretamente os acontecimentos em Criciúma. Em 1979 os governadores ainda eram eleitos indiretamente, indicados pelo presidente militar. Isto é, eram entrepostos do poder dos militares nos estados.

Nesse período, percebe-se que o regime estava perdendo sua legitimidade, e atuar de forma violenta não era o melhor caminho. Parece que a tática utilizada era tentar apaziguar os ânimos, amenizar a situação o máximo possível. Porém, a atuação de Bastos não impediu que o movimento grevista dos trabalhadores se generalizasse em Criciúma na época.

Bastos havia criticado a greve dos ceramistas, considerou o movimento precipitado e desnecessário, mas em relação aos motoristas e cobradores se colocou favorável aos trabalhadores, considerou a proposta dos patrões absurda e inflexível.

‘Se ficar comprovado que haja dolo ou má fé na negociação por parte dos empresários, o Governo poderá intervir nas empresas de transportes intermunicipais, agindo de acordo com a lei". A afirmação foi feita ontem pelo secretário Fernando

Bastos, do Trabalho, lembrando que os Cr\$200,00 propostos pelos patrões como aumento, impede qualquer tipo de acordo.

A nossa intervenção seria através da cassação das concessões dadas às empresas para explorar o transporte intermunicipal. Utilizaremos este instrumento se não houver outra alternativa de solução", afirmou.

Observou o secretário que "acredito no bom senso dos patrões e dos empregados, a fim de que se possa superar o impasse. Disse que a intervenção não atingiria as empresas de transportes urbanos porque "elas estão afetadas à Prefeitura, mas creio que o Prefeito tomaria atitude semelhante.<sup>84</sup>

Desde o início das negociações os empresários do setor se mantinham irredutíveis. Isso levou o próprio secretário a se colocar contra a posição dos patrões. Destacavam-se entre os patrões Mário Tiscoski e Fidelis Barato, este último também ligado ao setor de mineração. Essa forma inflexível de tratar a questão do reajuste salarial e das condições de trabalho por parte dos empresários criou um clima tenso desde o início do movimento.

O sindicato dos trabalhadores convocou uma assembleia geral da categoria no dia 12 de setembro. Nessa assembleia os presentes já indicavam a proposta de greve. Isto é, a paralisação era inevitável. A categoria se mostrava disposta a paralisar os ônibus. Um trabalhador declarou na assembleia: "Não adianta falar com os patrões porque eles são exploradores e não olham o nosso sacrifício"<sup>85</sup>. E os presentes gritavam em coro "greve, greve". Isso indica o nível de radicalização do movimento e também a consciência de pertencerem a uma classe.

Todo movimento das várias categorias na cidade fez com que se criasse uma cisão muito clara: de um lado os empresários, os "donos da cidade", como se referia José Paulo Teixeira<sup>86</sup>. De outro lado os

---

<sup>84</sup> O ESTADO 15/09/1979, pag. 03.

<sup>85</sup> O ESTADO 14/09/1979, pag. 03.

<sup>86</sup> TEIXEIRA, José Paulo – Os Donos da Cidade: poder e imaginário das elites em Criciúma. Florianópolis. Ed. Insular, 1996.

trabalhadores em suas várias categorias, que naquele momento protagonizavam movimentos paredistas e deixavam os empresários acuados, fazendo-os sair da zona do conforto, ceder às reivindicações dos trabalhadores e mudar certas práticas comuns até então. A divisão da sociedade em classes, o capitalismo e socialismo, democracia eram temas que pautavam as discussões na imprensa, na Câmara de Vereadores, entre os operários e também na roda dos empresários. Esses temas passaram a fazer parte do cotidiano da cidade.

Os motoristas paralisaram o transporte coletivo no dia 14 de setembro, exatamente quando os metalúrgicos e mineiros estavam retornando ao trabalho depois do acordo assinado. Os empresários do setor de transporte não aceitaram o movimento dos trabalhadores, desafiaram a greve colocando seus filhos e funcionários dos escritórios a dirigirem os ônibus<sup>87</sup>. Esse fato causou revolta nos motoristas em greve, que deflagraram a ação de depredar os ônibus fura-greve, furaram alguns pneus e quebraram vidros. Com isso, os patrões acionaram o aparato policial. Doze trabalhadores foram detidos acusados pela depredação.

Os trabalhadores detidos foram liberados em seguida. Milton Mendes de Oliveira, advogado do Sindicato dos Motoristas, relata que o delegado encarregado das prisões verificou uma folha de pagamento de um motorista e afirmou: “Isso não é subversão, é fome mesmo, pode soltar todo mundo”<sup>88</sup>. Essa lembrança de Oliveira nos remete a uma análise: o delegado de Polícia, apesar de ter comandado as prisões, mandou soltar todos, reconhecendo que eles recebiam um salário de fome e essa era a grande motivação do movimento, não havendo qualquer perigo de subversão.

Isso indica que o governo não estava disposto a utilizar o aparato repressivo contra o movimento dos trabalhadores, foi assim na greve dos metalúrgicos, na greve dos mineiros e na dos ceramistas, que iniciaram e terminaram sem a intervenção da polícia. O momento político não era propício para o governo agir com violência, por isso passou para a responsabilidade dos empresários a solução para os impasses.

---

<sup>87</sup> JORNAL O ESTADO – 15/09/1979, pag. 03.

<sup>88</sup> Milton Mendes de Oliveira – entrevista a Antonio Luiz Miranda.

Normalmente a solução era obtida no dissídio junto ao TRT, porém, percebe-se que o governo federal monitorava de perto essas negociações e caso não se chegasse a um acordo nessa instância estava preparado para ações mais drásticas, como a intervenção no sindicato e repressão ao movimento.

No caso da greve dos motoristas de ônibus, a postura dos patrões era de intransigência, não demonstravam nenhuma intenção de negociar com os trabalhadores. Faziam declarações agressivas nos jornais, como foi o caso de Fidelis Barato, que afirmou:

Os motoristas, na minha opinião, ganham bem. Mas se concedermos um aumento de cem por cento, eles continuarão achando que não recebem bom salário, pois não sabem fazer administração da economia doméstica e saem do serviço indo direto para os bares beber cachaça.<sup>89</sup>

Barato já era conhecido por suas declarações “bombásticas” e agressivas, havia anteriormente declarado, em relação aos mineiros, que esses já ganhavam o suficiente para comer e se vestir, por isso não necessitavam de aumento salarial. Essas declarações “malthusianas” de Barato deixou o clima ainda mais tenso entre as partes, porém repercutia na imprensa de forma negativa para o empresário. Milton Mendes de Oliveira, em declaração na Câmara de Vereadores, classificou Fidelis Barato e Diomício Freitas de empresários ultrapassados, não entendiam o novo momento político que o país estava vivenciando.

Os motoristas da Prefeitura Municipal de Criciúma também aderiram à greve da categoria, isso fez o prefeito Altair Guidi intervir e se posicionar no movimento. Em princípio levantou a questão legal afirmando que “a legislação proíbe qualquer tipo de greve em serviço público”. Depois disso iniciou a demissão sumária de parte dos trabalhadores grevistas. Enquanto isso, os jornais apresentavam fatos considerados “pitorescos” que estavam ocorrendo na greve dos motoristas:

No meio das agitações de ontem pela manhã aconteceram fatos pitorescos, sendo que um foi a prisão do vereador Lauri Hildebrando da

---

<sup>89</sup> O ESTADO 15/09/1979, pag. 03.

Silva (MDB), presidente da Câmara Municipal de Içara. Ele foi preso por engano pela polícia quando estava na Rodoviária, mas foi liberado em seguida.

Muitos motoristas e cobradores ontem recebiam ameaças de seus patrões de demissão sumária caso não fossem trabalhar ou se participassem da greve. Um exemplo foi o do motorista Luiz Laureano da Silva, empregado da Transportes Forquilha, que foi levado ao delegado de polícia pelo próprio patrão.<sup>90</sup>

A greve dos motoristas foi a mais tumultuada, com a utilização da violência de ambas as partes. Os empresários tentaram furar o movimento colocando seus filhos<sup>91</sup> e empregados a conduzirem os ônibus no lugar dos motoristas em greve, provocaram e agrediram grevistas, chegando ao ponto de conduzirem um para a delegacia, como informou o jornal. Os motoristas responderam depredando ônibus, furando os pneus e quebrando vidros para impedir a circulação. Porém, essa greve terminou com acordo entre as partes, sem necessidade de remeterem o dissídio para o TRT como estava acontecendo com as outras categorias.

Após o fim da greve, com a normalização dos trabalhos, os patrões, inclusive a Prefeitura Municipal, iniciaram a retaliação aos trabalhadores grevistas. Já no dia 17 a Empresa São José, a mais acusada pelos trabalhadores de descumprimento das leis trabalhistas, demitiu quatro trabalhadores por justa causa, isto é, sem direito a indenização. A Transportes Forquilha tinha uma “lista negra com 16 motoristas” a serem demitidos, conforme afirmou Lourival Cardoso aos jornais. No dia 18 a Empresa São José anunciou mais cinco demissões, a Forquilha demitiu oito e suspendeu quatro motoristas. No dia seguinte a Prefeitura foi denunciada pelo motorista Valcemir Valente por ter demitido doze motoristas. Nesse caso, Valente acusava os

---

<sup>90</sup> O ESTADO 15/09/1979, pag. 03.

<sup>91</sup> As empresas de ônibus da cidade tinham a característica de serem familiares, os patrões e seus filhos comandavam a empresa, inclusive trabalhando diretamente na condução dos ônibus.



engenheiros pelas demissões, isentando o prefeito Altair Guidi, que estava em viagem na ocasião.<sup>92</sup>

No total, foram demitidos, somente na primeira semana após a greve, 39 motoristas, sendo que 17 desses eram da Prefeitura. Isso indica que o prefeito Altair Guidi avalizou as primeiras demissões e autorizou as outras. O empresário Mário Tiscoski da Transportes Forquilha se justificava dizendo:

Realmente nós estamos providenciando estas demissões, mas nada disso está sendo feito fora da Lei... Quando fomos firmar o acordo com o Sindicato dos Motoristas, eles queriam que nós reconhecêssemos a greve como legal. Mas não aceitamos e por isso não foi assinado nenhum acordo, por isso, as demissões podem ser feitas sem nenhum problema.<sup>93</sup>

Tiscoski ainda acusava o presidente do Sindicato dos Trabalhadores de não ter habilidade para negociação. Segundo ele, “tudo poderia ser resolvido sem tumultos”. O sindicato dos trabalhadores rebateu as críticas dos empresários através do advogado Euclides Bagatoli. O advogado afirmou que o que os empresários alegavam para efetuar as demissões não era verdade. O argumento era que os empresários exigiam que os trabalhadores reconhecessem a ilegalidade da greve. “Os empresários demonstraram uma imaturidade muito grande, pois queriam que o nosso Sindicato reconhecesse como ilegal a greve da classe. Isto causou uma revolta por nossa parte, que daí contrapropusemos que eles reconhecessem como legal a greve”<sup>94</sup>. Também afirmou que o Sindicato dos Trabalhadores iria entrar com ação conjunta na Justiça contra as demissões dos motoristas grevistas.

A legalidade ou ilegalidade das greves perpassou todos os movimentos na ocasião. Mas na categoria dos motoristas esse debate ganhou maior ênfase por tratar-se de um serviço considerado essencial. Percebe-se que os advogados eram os que mais se preocupavam com o tema. No caso dos metalúrgicos, parece que a direção optou por não decretar a greve oficialmente na Assembleia Geral da categoria para não

---

<sup>92</sup> ESTADO 20/09/1979, pag. 03.

<sup>93</sup> JORNAL DE SANTA CATARINA 25/09/1979, pag. 11.

<sup>94</sup> JORNAL DE SANTA CATARINA 25/09/1979, pag. 11

responder pela ilegalidade do movimento. Os mineiros iniciaram a greve sem a participação do sindicato, que só entrou depois para organizar as negociações.

Legal ou ilegal, em setembro de 1979 os trabalhadores pararam a cidade de Criciúma, colocaram na pauta principal do debate da cidade a questão do capital e trabalho, divisão de classes da sociedade. Demonstrando a identidade e consciência de pertencimento à classe operária da maioria da população da cidade.

## CAPÍTULO II

### A DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA E A CONSTITUIÇÃO DE NOVAS CATEGÓRIAS DE TRABALHADORES NA REGIÃO CARBONÍFERA DE SC.

**1960-1990**

*Quando encontramos alguma frase sonora como “os fortes fluxos e refluxos do ciclo econômico”, temos que nos manter precavidos, pois, por trás desse ciclo, existe uma estrutura de relações sociais que fomenta certas formas de expropriação (renda, interesse e lucro) e descarta outras (roubo, direitos feudais), legitimando certas espécies de conflitos (competição, guerras) e inibindo outras (sindicalismo, motins reivindicando pão, organização político popular) – uma estrutura que pode parecer, simultaneamente, bárbara e efêmera para um observador do futuro.*

*E. P. Thompson*

#### **2.1 – A IMPORTÂNCIA DO CARVÃO**

A diversificação econômica de Criciúma foi tema explorado por vários estudos de distintas áreas. O tema já foi analisado no campo da História Econômica, Social e Cultural e também por outras disciplinas como a Geografia e a Sociologia. A ideia presente nessas obras é demonstrar a importância do fenômeno da diversificação econômica em alguns aspectos da realidade da cidade, como o desenvolvimento de certo setor econômico, o crescimento populacional da cidade e a urbanização, entre outros relacionados diretamente ao fenômeno.

Nesse sentido, analiso, neste capítulo, algumas obras que abordaram o tema da diversificação, buscando demonstrar a formação de uma classe operária também diversificada, mas que constituiu uma certa identidade de classe que se destaca, principalmente, nos momentos

de conflitos, isto é, nas greves. Nos movimentos grevistas foi implementada uma unidade de ação e de solidariedade entre as categorias, que constitui a identidade operária da cidade.

O município de Criciúma desde meados do século XX é conhecido como a “capital do carvão” devido à presença das empresas mineradoras que exploravam suas jazidas de carvão mineral, sendo esta atividade o carro-chefe da economia desse município até a década de 1980.

A acumulação de capital ocorrida com a extração do carvão mineral contribuiu para o processo de diversificação da economia no município. Outras atividades que até então estavam pouco presentes no cotidiano das pessoas, como os setores de cerâmica, vestuário, calçados, plástico e a indústria metalúrgica, passaram a ganhar espaço. Essas atividades, até então ofuscadas pelo sucesso que representava a mineração, com a crise do setor passaram a ganhar seu espaço e a compor com maior expressão a economia da região.

## **2.2 - ACUMULAÇÃO, GERAÇÃO DE EMPREGO E DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA**

Maurício Aurélio dos Santos é um dos estudiosos que se preocupou em analisar o processo de diversificação econômica da região Sul de Santa Catarina, principalmente a partir de seu polo econômico, isto é, a cidade de Criciúma. Em suas duas obras relacionadas ao tema<sup>95</sup> o autor procurou demonstrar o crescimento econômico e a reprodução do capital relacionado com a exploração da mão-de-obra e principalmente na participação do Estado a serviço da acumulação privada do capital.

Santos procurou se contrapor às teses que defendem a ideia de o desenvolvimento estar relacionado à ação dos “empresários empreendedores” ou as que analisam a partir da relação “centro

---

<sup>95</sup> SANTOS, Maurício A. dos. Acumulação, geração de emprego e diversificação da economia no Sul de Santa Catarina: Carvão, cerâmica e indústria de plástico. USP. FFLCH. Tese de Doutorado em História. São Paulo, 2002. SANTOS, M. A. Crescimento e Crise na Região Sul de Santa Catarina. Florianópolis, Ed. da UDESC, 1997.

periferia”. Nesse sentido o autor se define como crítico do “neoliberalismo” e partidário da participação do Estado na economia não só como regulador, mas principalmente como investidor. Seus trabalhos, então, seguem procurando revelar a importância fundamental do Estado no desenvolvimento econômico regional.

Maurício Aurélio dos Santos procurou mostrar a intervenção do Estado no setor carbonífero principalmente no segundo governo de Getúlio Vargas a partir de 1951. A aprovação do Plano do Carvão Nacional criou uma política de incentivo à produção e ao consumo do carvão nacional. Além da política de incentivo desenvolvida pelo governo federal, o autor aponta a ligação dos governantes de Santa Catarina como a indústria carbonífera, como Irineu Bornhausen, governador do Estado na época, sócio da Companhia Próspera, além de Heriberto Hülse e Jorge Lacerda, entre outros.<sup>96</sup>

A indústria de extração de carvão esteve, desde do início, dependente das políticas governamentais. O segundo governo de Vargas foi o grande propulsor dessa indústria, o que foi demonstrado no resultado da produção do setor a partir de então, como afirma o autor:

Quanto a produção, podemos dizer que de 1950 a 1954, período do segundo governo Vargas, ela obteve queda física, obtendo um crescimento de 33,08% no período de seu último ano de vida e um ano após a criação da CEPCAM 1954/55, estagnando de 1956 a 1962, em função da política econômica adotada por Juscelino Kubistschek e pela instabilidade política do período Jânio Quadros/João Goulart e voltou a ter crescimento expressivo (41,9%) no período 63/65 por ocasião da inauguração da Usina Jorge Lacerda e da política implantada pelo Golpe Militar de 1964.<sup>97</sup>

Segundo o autor, os resultados da política implantada por Vargas vieram um ano após o seu início, porém, durante o governo Juscelino Kubistschek e o governo Jânio Quadros e João Goulart a economia ficou estagnada, mas voltou a crescer de forma expressiva

---

<sup>96</sup> SANTOS, Maurício A. dos. Acumulação, geração de emprego e diversificação da economia no Sul de Santa Catarina: Carvão, cerâmica e indústria de plástico. USP. FFLCH. Tese de Doutorado em História. São Paulo, 2002, pag. 80.

<sup>97</sup> Idem, pag. 84

com a inauguração da Usina Termelétrica Jorge Lacerda e com a política econômica desenvolvida pelo governo militar a partir de 1964. A chamada “crise do petróleo de 1974” também é destacada como um momento de grande expansão da indústria carbonífera.

A expansão da indústria carbonífera, principalmente a partir dos anos 1950, com grandes incentivos governamentais, atraiu para a cidade de Criciúma uma massa operária disposta ao trabalho na mineração. Nesse sentido, Santos considera a importância fundamental da formação dessa força de trabalho ofertada ao setor carbonífero, mas que também poderia ser utilizado por outros setores industriais, como comenta o autor.

Assim, a indústria carbonífera propiciou vantagens comparativas que levavam ao surgimento de novos investimentos. Esses investimentos foram para ali atraídos não só pelas demandas locais, mas também para utilizar mão de obra que para lá se dirigiam atraídos por esse processo cumulativo. Neste sentido que concordamos, o carvão está na base da diversificação econômica mais do que como atividade motriz.<sup>98</sup>

É possível perceber que a existência de uma classe operária na região de Criciúma, formada a partir da existência de oferta de trabalho nas minas de carvão, foi fundamental para o surgimento de outros setores industriais que se utilizariam dessa força de trabalho à disposição. As primeiras mineradoras industriais que se implantaram na região estabeleciam no seu complexo produtivo as vilas operárias, as quais foram fundamentais para a disciplinarização de um grande grupo de trabalhadores ao processo produtivo industrial. Dessa forma, quando outros setores industriais foram se estabelecendo, já existia na cidade um contingente de trabalhadores já preparados, disciplinados para o trabalho fabril.

---

<sup>98</sup> SANTOS, Maurício Aurélio. *Crescimento e Crise na Região de Santa Catarina*. UDESC, pag. 23.

A diversificação da economia industrial local iniciou de forma incipiente no final da década de 1940 e durante a década de 1950 ainda era ofuscada pela indústria mineradora, mas a partir da década de 1960 e, principalmente, na década de 1970, novos setores industriais vão tomando conta da paisagem econômica regional. O bom resultado gerado pelas “novas” atividades fez com que tradicionais empresários do setor extrativista passassem a se dedicar também a um desses novos setores em amplo crescimento.

Exemplo disso é a família Freitas, que acabou ampliando os seus negócios para o setor cerâmico, que futuramente transformaria a região no maior polo de revestimento cerâmico do país. Sobre essa transição Maurício dos Santos diz:

A trajetória da diversificação é presente em quase todas as grandes mineradoras, fazendo com que os empresários do carvão se façam presentes em quase todos os setores da economia do Sul de Santa Catarina.<sup>99</sup>

Maurício Aurélio dos Santos procurou, a partir da verificação da importância da indústria carbonífera na diversificação da economia local, relacionar setores que se destacaram nesse processo. O autor deu relevância principal no seu estudo a dois setores: o da indústria cerâmica de pisos e azulejos e o da indústria de descartáveis e de embalagens plásticas, que tornaram a região Sul de Santa Catarina polo nacional de produção. Nesse sentido, traça a trajetória histórica de implementação e desenvolvimento desses setores, procurando demonstrar a origem do capital, sua composição e o emprego de mão-de-obra.

Segundo o autor, a implementação do setor cerâmico teve início no final da década de 1940. Em 1946 se instalou em Criciúma a Cerâmica Santa Catarina Ltda, mais conhecida com Cesaca, que possuía 16 sócios. A cerâmica ocupava uma área de aproximadamente 3.814 metros quadrados e possuía 140 trabalhadores, sendo 89 homens e 51

---

<sup>99</sup> SANTOS, Maurício Aurélio. *Crescimento e Crise na Região de Santa Catarina*. UDESC, p. 65.

mulheres.<sup>100</sup> Percebe-se o grande número de mulheres empregadas no setor desde o início.

Posteriormente, na década de 50, entra em funcionamento a Cerâmica Eliane, localizada hoje no município de Cocal do Sul. Mais tarde surge em Urussanga a cerâmica Ceusa, e no final dos anos 60 instala-se em Criciúma a cerâmica Cecriisa, que se tornaria posteriormente a maior cerâmica da região Sul, sendo comandada pelo grupo Freitas. Na década de 80 instalaram-se no parque industrial, localizado em Criciúma, no bairro Primeira Linha, as cerâmicas Portinari, Eldorado e De Lucca<sup>101</sup>.

Conforme Maurício Aurélio dos Santos:

A diversificação econômica da região Sul de Santa Catarina, iniciada no final da década de 1940, com o setor cerâmico, através da criação da CESACA, Cerâmica Eliane, bem como a CEUSA, entre outras, toma novo fôlego na década de 1970, em especial na cidade de Criciúma.<sup>102</sup>

Podemos inferir que as sucessivas crises enfrentadas pelo setor extrativista contribuíram para que ocorresse uma diversificação industrial. No entanto, como já exposto anteriormente, muitos empresários passaram a dedicar-se a estes novos setores (cerâmica, vestuário, calçado e plástico). Nas décadas seguintes o setor cerâmico começou a ganhar espaço constituindo-se em uma das principais atividades econômicas desenvolvidas no município. Com grande sucesso representado pela nova atividade, Criciúma aos poucos deixou de ser conhecida somente como a “Capital Brasileira do Carvão” e passando também a ser conhecida como a “Capital do Azulejo”.

Criciúma passou por uma radical mudança no perfil da indústria na década de 70. A indústria extrativa mineral, que representava 70%, declinando para 32,5% em 1980. Nesse ínterim, a transformação dos minerais não metálicos

---

<sup>100</sup> GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação econômica de Santa Catarina*. Cidade Futura. 2002.

<sup>101</sup> *Ibidem*

<sup>102</sup> SANTOS, Maurício Aurélio. *Crescimento e Crise na Região Sul de Santa Catarina*. UDESC, pag. 71.



(azulejos e pisos) ascendem de 10% em 1970, para 32,9% em 1980, quando superaram a extração de carvão.<sup>103</sup>

Nesse sentido, segundo os dados apresentados por Santos, a década de 1970 pode ser considerada a década do setor cerâmico na região Sul de Santa Catarina. Segundo o autor, o setor cresceu no período na faixa de 10% ao ano, sendo que o setor carbonífero, mesmo crescendo em volume de produção, perdeu espaço na produção total do setor industrial da região. O fator fundamental para o crescimento do setor foi o advento do Banco Nacional de Habitação – BNH, e do Sistema Financeiro de Habitação<sup>104</sup>. Porém, outros fatores são apontados como importantes na implementação do parque cerâmico: “a existência de matéria prima abundante e de boa qualidade na região” e podemos acrescentar a força de trabalho preparada para o trabalho fabril.

Santos dirige sua análise no sentido de comprovar o crescimento do setor cerâmico relacionado à participação direta do Estado. “Em 1977 a região de Criciúma absorveu 18,6% dos investimentos do BADESC no estado e o setor cerâmico 79,7% dos investimentos da região de Criciúma”<sup>105</sup>. Isto é, além dos investimentos e da política do governo federal na época, através do BNH e do SFH com incentivos para a construção civil e por conseguinte o setor cerâmico que aumentou progressivamente sua produção para atender a demanda criada com o crescimento da construção civil, houve também uma política do governo estadual de incentivos à indústria através do seu banco de desenvolvimento, que na região de Criciúma teve grande parte dos recursos direcionados para o setor. Por outro lado, o crescimento do setor cerâmico desencadeou também o surgimento de toda uma cadeia produtiva relacionada ao setor, como afirma Santos:

---

<sup>103</sup> SANTOS, Maurício Aurélio. Crescimento e Crise na Região de Santa Catarina. UDESC. Apud: CUNHA, Idanlio J. – O Salto da Indústria Catarinense: Um exemplo para o Brasil. Florianópolis. Paralelo 27. 1992

<sup>104</sup> Idem. Pag. 76-77

<sup>105</sup> SANTOS, Maurício A. dos. Acumulação, geração de emprego e diversificação da economia no Sul de Santa Catarina: Carvão, cerâmica e indústria de plástico. USP. FFLCH. Tese de Doutorado em História. São Paulo, 2002. Pag. 210.

O setor cerâmico cria uma cadeia produtiva em torno de si (economias externas), que faz que a expressividade do parque cerâmico se amplie, já que as demais indústrias de outros setores que se desenvolvem na região estão alicerçadas no desenvolvimento das cerâmicas, tais como: 1) mineradora de matérias-primas minerais; 2) indústrias metalúrgicas e mecânicas que fabricam equipamentos, máquinas e peças de reposição, não só para a indústria cerâmica como também para a indústria carbonífera; 3) indústria de fritas e esmalte cerâmicos, matérias primas para o setor cerâmico; fábrica de tijolos refratário para fornos; 4) indústria de embalagens (principalmente de papelão ondulado) e material gráfico, sem contar outros setores que se dinamizaram pela própria ampliação do mercado de trabalho, tais como as indústrias de confecção e as indústrias alimentícias.<sup>106</sup>

A partir do setor cerâmico outros setores industriais surgiram e se desenvolveram na região. Destacamos, como exemplo, o setor das indústrias metalúrgicas e mecânicas, como a IMECAL, relacionada no capítulo anterior como a maior metalúrgica da região, que na greve dos metalúrgicos de setembro de 1979 foi determinante para o resultado favorável das negociações aos trabalhadores, quando os operários dessa empresa resolveram aderir ao movimento. Essa metalúrgica fazia parte do Grupo Eliane e produzia máquinas, equipamentos e peças de reposição para a cerâmica do grupo.

Relacionando ainda ao capítulo anterior, que analisa as greves dos operários de praticamente todos os setores industriais de Criciúma durante o mês de setembro de 1979, observa-se que parte das indústrias de setores diversos pertenciam às mesmas famílias ou a grupos empresariais. A metalúrgica IMECAL pertencia ao Grupo Eliane, como citado acima, da família Gaidzinski, que atuava principalmente no setor cerâmico. Já a cerâmica CECRISA pertencia à família Freitas, cuja origem empresarial estava ligada à mineração de carvão, mas que tinha também no seu complexo empresarial a metalúrgica Conventos, uma das principais da região.

---

<sup>106</sup> SANTOS, Maurício Aurélio. Crescimento e Crise na Região Sul de Santa Catarina. UDESC. Pag. 84

A organização dos trabalhadores é apontada por Santos como motivo de preocupação dos empresários do setor cerâmico. Na década de 1970 criaram uma organização patronal com a clara intenção de combater o movimento reivindicatório do sindicato dos trabalhadores. Os empresários se organizaram em associação mesmo havendo divergências entre eles devido à concorrência do mercado, pois combater os aumentos salariais reivindicados pelos trabalhadores parece mais importante para garantir seus lucros, como aponta o autor:

O Sindicato nasceu da Associação da Indústria de Cerâmica e de Olarias de Criciúma, criada em 1974 e em dez de janeiro de 1975 transformada em Sindicato das Indústrias de Cerâmicas para a Construção e Olarias em Criciúma. A preocupação que motivou o setor produtivo a unir-se em torno de uma associação foi fazer frente ao Sindicato dos Trabalhadores, que conseguia obter ganhos em determinadas indústrias, pois o vácuo deixado pela falta de organização dos empresários permitia que o Sindicato dos Trabalhadores negociasse individualmente por empresas o que acabava gerando disparidades salariais.<sup>107</sup>

A organização dos empresários possibilitou negociarem de forma unificada com os trabalhadores, é possível que a falta dessa organização favorecesse a classe operária, que poderia escolher a empresa que pagasse maior salário para trabalhar ou os trabalhadores de uma empresa pressionariam o patrão para pagar o que outra empresa estava pagando. Isto é, com o aumento da oferta de emprego no setor o poder de barganha estava nas mãos dos trabalhadores, e, ao que parece, o sindicato da categoria estava sabendo utilizar bem esta condição favorável, aproveitando também a desorganização da classe patronal. Essa, por sua vez, procurou rapidamente se organizar no sentido de diminuir esse poder de barganha dos trabalhadores. Não temos dados quantitativos em relação aos salários pagos na época, mas, pelas informações de Santos, a organização dos trabalhadores era uma grande preocupação dos empresários do setor.

---

<sup>107</sup> SANTOS, Maurício A. dos. Acumulação, geração de emprego e diversificação da economia no Sul de Santa Catarina: Carvão, cerâmica e indústria de plástico. USP. FFLCH. Tese de Doutorado em História. São Paulo, 2002. Pag. 214.

O autor faz referência também a outro setor econômico que se desenvolveu na região, o vestuário e calçadista, grande empregador de mão-de-obra, que em seu momento de crise culpa publicamente a organização dos trabalhadores na região, pois, para esses, a ação sindical teve influência direta na crise. Esse setor, principalmente o vestuário, ainda não tinha grande participação na economia local na década de 1970. Mas durante a década de 1980 teve uma grande evolução, aumentando sua participação na oferta de emprego nas décadas seguintes, como é possível observar na tabela abaixo:

**TABELA 1: NÚMEROS DE TRABALHADORES POR SETOR EM CRIÚMA NAS DÉCADAS DE 1960 A 2000.**

Ano	Carvão	Cerâmica	Têxtil-vestuário	Metal-mecânico
1960	3.931	212	39	20
1965	4.291	149	75	97
1970	3.488	829	331	188
1975	3.970	2.107	751	882
1980	4.399	3.314	2009	1.584
1985	7.431	3.618	1.927	1.411
1990	3.238	5.046	1.779	924
1995	1.495	2.221	2.907	1.043
2000	1.154	2.233	3.682	1.173

Fonte: GOULARTI FILHO, Alcides. Formação econômica de Santa Catarina. Cidade Futura. 2002.

Como podemos observar, durante as décadas de 60 até 80 houve um grande crescimento de empregos no setor da cerâmica, enquanto o setor da mineração a partir da década de 80 e 90 foi experimentando várias crises, levando ao fechamento de algumas minas de carvão na região, e conseqüentemente a diminuição do número de trabalhadores. A redução dos postos de trabalho no setor cerâmico viria ocorrer na década de 90 com o fechamento das maiores cerâmicas no

município: a Cesaca e a Cecrisa posteriormente. Enquanto isso o número de trabalhadores do setor do vestuário acabou crescendo.

Observamos também que durante as décadas de 60 até 80 o setor do vestuário e o setor metal-mecânico cresceram e passaram a fazer parte da economia do município, porém a partir da década de 90 esses setores começam a decair e somente no ano 2000 retomaram o crescimento.

Em 1987, período no qual a indústria carbonífera passava por uma crise, os setores do vestuário e cerâmico geravam aproximadamente 15.000 empregos diretos na região, sendo que a maior parte deles ocupada por mulheres. Cerca de 42,2% dessas mulheres que trabalhavam nas malharias e nas cerâmicas anteriormente eram donas de casa, trabalhavam na agricultura com seus pais ou marido.<sup>108</sup>

Neste contexto, podemos afirmar que a partir da diversificação da economia industrial local, a mulheres encontraram outro espaço no mercado de trabalho. Anteriormente, até a década de 1960, o setor de mineração de carvão empregava um contingente de mão-de-obra feminino, mas na década de 1970, com o advento da mecanização da mineração de carvão, o setor passou a absorver eminentemente trabalhadores masculinos.

Carlos Renato Carola observa que:

Principalmente nas décadas de 1940 e 1950, as mulheres constituíram uma força de trabalho significativa nas minas de carvão da região carbonífera de Santa Catarina. Sua presença no espaço das minas deu-se por, pelo menos, trinta anos de mineração, mas aos olhos da história oficial, elas ficaram imperceptíveis.<sup>109</sup>

O estudo de Carola buscou dar visibilidade à participação das mulheres como trabalhadoras no setor carbonífero, que tradicionalmente foi retratado na história como setor que empregava somente homens. Levando em consideração o importante estudo desse autor, podemos

---

<sup>108</sup> GOULARTI FILHO, Alcides, NETO, Roseli Jenoveva. A indústria do vestuário: Economia, estética e tecnologia. Florianópolis. Editora Letras Contemporâneas. 1997.

<sup>109</sup> CAROLA, Carlos Renato. Dos Subterrâneos da História: as trabalhadoras das minas de carvão em Santa Catarina 1937-1964. Editora UFSC, Florianópolis, pag.24.

inferir que a classe operária da região estava apta para o trabalho fabril tanto pelos elementos masculinos como femininos. Isto é, as mulheres das famílias operárias já estavam adaptadas para o trabalho nas indústrias que estavam proliferando na cidade a partir da década de 1970.

Muitos desses trabalhadores e trabalhadoras haviam abandonado o trabalho no campo, deixando suas cidades e migrando para Criciúma buscando construir uma nova vida em que tivessem melhores condições e, o mais importante, conseguir dar aos filhos o que muitos não tiveram, devido à falta de oportunidade de estudo.

**TABELA 2: PROCEDÊNCIA DOS TRABALHADORES DO SETOR CERÂMICO DE CRICIÚMA NA DÉCADA DE 1970**

Cidade natal	Nº de trabalhadores	Participação %
Araranguá	22	3,9
Criciúma	162	28,7
Imaruí	20	3,5
Imbituba	53	9,4
Jaguaruna	22	3,9
Laguna	82	14,5
Lauro Müller	10	1,7
Orgias	23	4,0
Palhoça	12	2,1
Tubarão	44	7,8
Urussanga	26	4,6
Outras cidades	83	14,7
Não identificado	4	0,7

Total	563	100

Fonte: PIC/UNESC 2005, por Julio Cesar da Luz.

No quadro acima podemos analisar a procedência desses trabalhadores que deixaram para trás suas cidades e vieram para Criciúma na década de 70, principalmente para tentar construir uma nova vida. Nesse período as cerâmicas necessitavam de um grande contingente de trabalhadores, pois grande parte do trabalho era realizada de forma manual. A maioria dos trabalhadores do setor cerâmico de Criciúma era constituída de mão-de-obra migrante, provenientes dos vários municípios do Sul Catarinense e até de outras regiões do estado. Como demonstra o quadro acima, 71,3% da mão-de-obra foi formada por migrantes que impulsionados pela grande propaganda feita pelas cerâmicas de Criciúma abandonaram suas antigas formas de trabalho (agricultura, pesca, mineração...) na perspectiva de melhorarem suas condições de vida.

### 2.3 - OS DONOS DA CIDADE

José Paulo Teixeira, sociólogo, elaborou um importante estudo sobre a região, analisando, principalmente, a formação das classes dirigentes locais. Para isso, o processo de diversificação da economia foi fundamental para o entendimento de seu objeto.

Teixeira utilizou como principal referencial para seu estudo sobre Criciúma a obra de Raimundo Faoro, “Os Donos do Poder”, isto é, já no título de sua obra faz referência clara a Faoro: “Os donos da Cidade”. Além desse autor, Teixeira discute também com os conceitos desenvolvidos por José de Souza Martins e Marilena Chauí, que sustentaram suas análises a respeito da realidade sócio, político e econômica de Criciúma no início da década de 1990. Para embasar suas análises o autor procurou descrever o processo de desenvolvimento econômico da cidade, fundado na mineração do carvão, mas que teve na diversificação econômica um dos aspectos importantes.

O conceito de patrimonialismo encontrado em Faoro foi utilizado por Teixeira para demonstrar a formação do que chama de elites locais, denominação que o autor utiliza para caracterizar as classes

ou grupos dirigentes da cidade que se utilizaram do poder e do aparato estatal para acumular riquezas, garantir privilégios e controlar a cidade.

Ary Cesar Minella escreveu a apresentação da obra de Teixeira. Com o título sugestivo de “Uma cidade explosiva”, demonstrou as principais percepções do autor em relação ao seu objeto. Reafirmou o conceito principal trabalhado na obra, como no trecho abaixo:

Todo complexo energético-carbonífero montado na região sul de Santa Catarina (usinas termelétricas, sistema portuário e ferroviário, coqueiras, indústria carboquímica, mineradoras, etc.) e que forma o mosaico urbano-caótico que se chama Criciúma, todo este complexo que caracteriza e fundamenta a história e o desenvolvimento econômico da cidade, foi constituído a partir de uma ligação político-estrutural entre a esfera pública e privada, mais exatamente, entre patrimônio público e o patrimônio privado.<sup>110</sup>

Percebe-se aí que o autor estabelece uma relação estreita entre o setor público e privado, classifica como uma “ligação político estrutural” na formação dos grupos dirigentes da cidade. Isto é, esses grupos surgiram e se estabeleceram enquanto proprietários a partir da relação estreita com as esferas governamentais, por um lado, se apropriando das riquezas produzidas localmente e, por outro, das benesses garantidas pelos governos em detrimento da maioria da população, isto é, da classe operária.

O título da apresentação, no entanto, remete aos momentos em que a classe operária local se revoltou contra a situação em que viviam, produzindo mobilizações intensas, demonstrando uma força social coesa e determinada que se destaca historicamente.

Esta “fama” de Criciúma deve-se, evidentemente, ao fato destas lutas terem tomado, em alguns momentos, proporções surpreendentes, acirradíssimas, comparando-se ao que ocorre na maioria dos municípios do estado de Santa Catarina. Tudo que acontece em Criciúma – a

---

<sup>110</sup> TEIXEIRA, José Paulo – Os donos da cidade. Florianópolis. Ed. Insular, 1996. Pag.16.



partir da mina que fecha, de uma categoria em greve, de uma ocupação ou qualquer questão social explosiva transforma-se em movimento vivo que extrapola os contornos territoriais da cidade. Esta história viva de Criciúma faz derrubar limites e fronteiras, tornando-a, neste ponto de vista, uma cidade singular.<sup>111</sup>

A “cidade das greves” foi a fama que Criciúma adquiriu ao longo do tempo, principalmente na década de 1980, mas que pode ser remetido ao período anterior a 1964, com as grandes mobilizações promovidas pelos mineiros do carvão, única categoria organizada e com certa força social na época. A partir do final dos anos 1970, com a diversificação econômica e a formação de outras categorias, essa tradição de enfrentamento dos mineiros foi incorporada às demais, como os metalúrgicos, ceramistas e vestuaristas.

Teixeira percebe a importância dessas mobilizações da classe trabalhadora local, mas conclui que as classes dirigentes locais utilizaram como “desculpa” da crise econômica na região, principalmente no início dos anos 1990, a cultura da greve entre os trabalhadores da cidade.

Numa cidade onde as elites alternam-se e monopolizam a política local por várias décadas, nas eleições municipais de 1992, não apenas legitimaram-se (novamente) no poder pelo voto popular, como foram capazes de elaborar um discurso sobre a cidade e cimentar junto à população e à opinião pública que os responsáveis pela crise não são elas, nem o governo federal, mas são os próprios trabalhadores, por causa das greves e seus representantes políticos sindicais. Criciúma (diziam), encontra-se nesta situação devido ao radicalismo da CUT e de uma ala radical do PT. Por isso teria crescido o desemprego na cidade e região, várias empresas foram desativadas ou transferidas para outras cidades; e, no caso das novas empresas, para cá não vieram devido a quantidade de greves e de grevistas. As questões e problemas acima

---

<sup>111</sup> Idem. Pag. 18.

referidos – que envolvem formadores de opinião, ideólogos e representantes políticos, lideranças empresariais e de trabalhadores – vieram à tona com muita ênfase, nas eleições municipais de 1992.<sup>112</sup>

Na citação acima se percebe que o autor considerou que a vitória eleitoral das elites locais nas eleições de 1992 se deu por conta do convencimento que essas elites foram capazes de produzir entre os trabalhadores de que a culpa da crise era dos próprios trabalhadores. Nesse sentido toda crise do período, o desemprego decorrente, a decisão do governo Collor de privatizar a CSN e conseqüentemente a paralisação da mineração de carvão por essa companhia, bem como não comprando a produção de carvão das outras mineradoras, foi colocada, pelos empresários, na conta dos trabalhadores por serem radicais demais.

No início da década de 1990 o setor carbonífero empregava menos da metade de trabalhadores que empregava no ano de 1985. O mesmo fenômeno ocorreu na maioria dos outros setores econômicos da cidade. A crise do desemprego era generalizada na região, e nessas situações a força de mobilização das classes trabalhadoras fica vulnerável. As “elites”, como se refere o autor, percebem essa fragilidade e buscam legitimar seu discurso.

Teixeira considera que até então a história “oficial” de Criciúma foi escrita a partir de uma “ideologia” da mineração. Isto é, uma história meramente apologética, colocando a mineração de carvão como elemento fundamental para o progresso e desenvolvimento da região. Nesse sentido, se coloca contrário à ideologia da mineração como força “material e simbólica”.

A crítica à mineração não se refere apenas aos proprietários do setor, governo e empresários. Sua crítica alcança os trabalhadores do setor e as ideias, segundo o autor, “mistificadas” a respeito dos mineiros representado pelo jargão: “Todo mineiro é valente, revolucionário ou radical.” Se apegamos a Castoriadis para afirmar que “é preciso, definitivamente, sepultarmos toda e qualquer visão messiânica da história da classe trabalhadora”<sup>113</sup>. Percebe, o autor, um envolvimento

---

<sup>112</sup> Idem. Pag. 20

<sup>113</sup> Idem. Pag. 37.

entre mineradores e mineiros, isto é, entre patrões e empregados em defesa da atividade carbonífera.

Considerando que a atividade de mineração do carvão na região Sul de Santa Catarina era dependente direta de políticas governamentais para o setor e que os empregos dependiam diretamente dos incentivos e garantias do governo para o funcionamento das empresas, torna-se evidente pensar que os trabalhadores do setor, através do seu sindicato, tenham estabelecido alianças com os patrões no sentido de buscar a garantia de seus empregos.

Porém, é importante ressaltar que os trabalhadores das minas de carvão foram protagonistas de conflitos extremamente radicais contra seus patrões. As greves de mineiros ocorridas entre as décadas de 1950 e 1960 e posteriormente na década de 1980 construíram a fama que Teixeira considera “idéias mistificadas” a respeito dos mineiros. Isto é, o fato de serem considerados radicais surgiu da própria prática desses trabalhadores. Boa parte das negociações salariais foi estabelecida a partir de movimentos grevistas. Trata-se de uma fama que se justifica pela própria prática.

O autor trabalha ainda a ideia de que a exploração do carvão teve como principal resultado a degradação ambiental da região, além do enriquecimento de algumas famílias. Observa também que pouco se fez pela recuperação do meio ambiente degradado pela exploração do carvão, além de aceitar a ideia de que a população local é passiva em relação ao problema ambiental.

Teixeira tenta, dessa forma, por um lado identificar o mineiro ligado aos mineradores e, por outro, mostrar a passividade da população em relação à questão ambiental. Isto é, o autor não só se opõe à atividade de exploração do carvão, como não identifica nenhuma resistência dos mineiros aos mineradores e nem da população em geral em relação à degradação ambiental. Ou seja, para o autor, são todos coniventes. Mesmo a diversificação econômica a partir dos anos 1970 não transformou a estrutura social conservadora da cidade.

Nos seus 115 anos de história, Criciúma nunca deixou de ser uma cidade tipicamente tradicional, ligada a agricultura, ao comércio e à mineração. Mesmo quando, a partir dos anos 70 e 80, tornou-se uma cidade com características urbanas e

industriais, de economia diversificada e tessitura sócio-cultural complexa, continuava econômica, política e culturalmente sob a hegemonia e dominação conservadora.<sup>114</sup>

Teixeira ao afirmar a perene hegemonia da classe dominante na cidade nega os embates entre classes. Mesmo considerando os conflitos entre a classe operária como uma característica marcante da cidade, destacando-a das demais no estado de Santa Catarina, o autor considera a cidade sob domínio conservador, não reconhece o poder dos sindicatos de trabalhadores, das centrais sindicais e dos partidos que representaram ou representam a classe operária. Apresenta como prova de sua tese os resultados das eleições municipais de 1992, na qual saiu vitoriosa a coligação considerada conservadora.

A história econômica de Criciúma é dividida em três momentos, sendo o primeiro compreendido entre 1880 e 1930, caracterizado como período da “colonização e produção de desigualdades”. Nesse período as famílias colonizadoras mais numerosas e que obtiveram as melhores terras conseguiram acumular mais capital e dominaram o poder político local. Já o segundo momento inicia a partir de 1930 e se estende a 1980, período foi marcado pelo “protecionismo estatal e exclusivismo da mineração”. As empresas ligadas à mineração de carvão hegemonizaram a economia e a política local. Já o terceiro momento acontece a partir da década de 1980, com a diversificação econômica outros setores passaram a disputar o controle político local.<sup>115</sup>

O autor ao analisar o processo de diversificação da economia de Criciúma utiliza o termo “ancorar” o desenvolvimento da cidade através da atividade carbonífera para se diferenciar de Maurício Aurélio dos Santos. Segundo este autor, “o carvão esteve na base” do surgimento e desenvolvimento de outros setores econômicos. Teixeira procurou, também, se diferenciar de Terezinha Volpato, que em seu trabalho *A Pírita Humana* afirma que o setor carbonífero “retardou a diversificação econômica regional”.

No entanto, Teixeira não deixa claro o significado do termo “ancorar”, isto é, o carvão “ancorou” a diversificação econômica, para se diferenciar das teses apresentadas pelos autores acima citados. Na

---

<sup>114</sup> Idem. Pag. 53.

<sup>115</sup> Idem. Pag.54.

seqüência de sua análise, o autor concorda com a tese de Volpato, segundo a qual o setor carbonífero, em certo sentido, emperrou a diversificação econômica local. Teixeira afirma que havia um conflito de interesses entre os empresários do setor carbonífero e empresários que estavam interessados em investir em outros setores econômicos.

Esses setores do empresariado perceberam que havia por parte do setor carbonífero interesse explícito ou velado de emperrear esta diversificação. Afinal estava em jogo a perda da hegemonia e do domínio político e econômico de um setor que, por muitas décadas, mandava na cidade e na região. A diversificação não surgiu “naturalmente”, foi resultado de uma luta por parte de outros setores do empresariado criciumense.<sup>116</sup>

É possível perceber a identificação com a tese de Terezinha Volpato, quando propõe que o setor carbonífero foi um “freio” para a diversificação econômica. Por outro lado, afirmou também que o setor minerador se recusou em investir em tecnologia, isto é, modernizar para diminuir os impactos ambientais e sociais, pois, segundo Teixeira os mineradores tinham a segurança do governo que garantia o consumo da produção.

Mesmo contando com a proteção governamental o setor carbonífero passava por constantes crises, sendo considerado muito vulnerável. Os empresários locais já pensavam em outras possibilidades de investimentos para diversificar a economia local. Teixeira percebe essa tendência do empresariado local quando afirma que “devido as sucessivas crises do setor carbonífero, outros grupos empresariais foram ‘obrigados’, desde os anos sessenta, a investir em novos setores ‘estratégicos’ da economia”<sup>117</sup>.

Se considerarmos, por um lado, que o setor carbonífero enfrentava crises constantes e, em outro aspecto, que a atividade carbonífera possibilitou a acumulação de capital por algumas famílias, é compreensível que essas famílias enriquecidas com o carvão pensassem

---

<sup>116</sup> Idem. Pag. 60.

<sup>117</sup> Idem. Pag. 62.

em investir seu capital em outras atividades mais lucrativas e não tão vulneráveis. Um exemplo, já citado acima, foi a família Freitas, liderada por Diomício Freitas, que acumulou riqueza na mineração de carvão e a partir da segunda metade dos anos sessenta passou a investir em outros setores, como no setor cerâmico. Freitas foi um importante apoiador do regime militar instaurado em 1964, obtendo, com isso, muitas benesses do Estado em seus investimentos.

Nesse sentido, torna-se difícil afirmar que o processo de diversificação da economia local foi resultado da luta de empresários de outros setores contra os interesses dos mineradores do carvão, como afirmou Teixeira. É possível perceber que se tratou de um processo pensado e articulado entre diversos grupos de empresários. A fala de Antonio Góes, presidente da Associação Comercial e Industrial de Criciúma (ACIC) entre 1971 e 1979, pode confirmar essa hipótese: “Tínhamos receio de uma crise no setor carbonífero e fizemos (na década de 1960) junto com o Clube de Diretores Lojistas, uma campanha para a instalação de novas indústrias no município e chegamos a conclusão de que a indústria mais viável era a malharia”<sup>118</sup>. É importante ressaltar que na década de 1990 o setor de vestuário tornou-se um dos maiores empregadores de força de trabalho.

O conceito de “reestruturação da *oikos*” apresentado por Teixeira como uma mudança estrutural da economia da cidade a partir do fenômeno da diversificação do motor da economia local, não aconteceu por acaso, nem os empresários foram obrigados a desencadear um processo de diversificação. Houve, como afirmo acima, uma articulação entre os grupos empresariais locais no sentido de buscarem alternativas de investimentos que possibilitaria auferir lucros e garantir o controle econômico e político local.

A alternativa buscada pelos grupos empresariais locais foi a diversificação dos ramos industriais, como o cerâmico, o vestuário e o metalúrgico, entre outros. Isto é, a economia local se diversificou no setor secundário. É possível que a existência de uma massa operária já preparada, disciplinada para a atividade fabril, foi um dos fatores que influenciaram os empresários na decisão de investir na atividade

---

<sup>118</sup> Idem. Pag. 127.

industrial. Essa classe operária foi formada na atividade da mineração do carvão.

A classe operária da região, forjada na atividade da mineração, trazia sua disciplina para o trabalho e também seu ímpeto de luta reivindicatória, legado dos trabalhadores das minas de carvão. Esse aspecto da classe operária levou os empresários a se prepararem para o enfrentamento entre as classes. Carlos Alberto Barata, presidente da ACIC entre 1990 e 1993, afirma que a mesma tem características diferentes de outras associações empresariais por essa ter um “relacionamento direto e ativo com as lideranças sindicais”. Justificava que a atividade da mineração “por ser perigosa, leva os mineiros a ter uma coragem diferenciada dos outros trabalhadores”<sup>119</sup>.

O estudo de José Paulo Teixeira procurou perceber a lógica e o ponto de vista dos empresários organizados que ele denominou “os donos da cidade”. Para isso, além de realizar uma série de entrevistas com vários empresários, também investigou os documentos, principalmente as atas da ACIC. Isso levou o autor a perceber qual era a principal preocupação dos empresários:

Percebi, sobretudo, uma grande preocupação com a imagem da cidade e com o estado permanente de conflitos, de greves, de radicalismo dos sindicatos. Ao mesmo tempo que reconhecem a situação dramática em que se encontra a classe dos trabalhadores, preocupam-se sobremaneira com algo que, para eles, é mais ameaçador para toda a comunidade sulina: as relações entre capital e trabalho.<sup>120</sup>

O autor percebe, então, que a organização dos empresários da cidade em uma associação de classe se dava, principalmente, para se contrapor a organização dos trabalhadores. Nesse sentido, a cidade se encontra dividida, repartida entre as classes que se organizam em trincheiras diferentes. Podemos afirmar que se trata de uma característica identitária da cidade, marcada pelo nível de consciência e

---

<sup>119</sup> Idem. Pag. 127.

<sup>120</sup> Idem. Pag. 131.

de organização da classe operária local, levando assim as classes dirigentes, em contraposição, a estabelecerem sua própria organização.

José Paulo Teixeira dedicou um capítulo de seu trabalho para analisar a organização dos trabalhadores de Criciúma durante a década de 1980. Destaca, com bastante relevância, a participação da Pastoral Operária no processo de organização dos trabalhadores. Considera como os marcos fundamentais no comportamento da classe operária local a fundação da regional da Central Única dos Trabalhadores – CUT em agosto de 1984, a vitória da chapa de oposição para direção do sindicato dos trabalhadores na indústria de vestuário e calçados em 1985 e a vitória, também, da chapa de oposição para a direção do sindicato dos mineiros de Criciúma em 1986.

Esses eventos marcaram “um novo período do movimento sindical na região, marcado por sucessivos enfrentamentos com o governo e patronato local. A greve passou a ser o principal instrumento de pressão utilizado por esses grupos de trabalhadores”<sup>121</sup>.

Não foram poucas as vezes em que as ruas, praça e bairros de Criciúma se transformaram em “campos de batalhas”. Nos finais da década de 80, a “política de confronto” entre trabalhadores e empresários/governo, passou a ser característica de outras categorias de trabalhadores, como dos vestuaristas, metalúrgicos, servidores públicos, bancários, professores, além dos mineiros. Todos esses movimentos tinham em comum a marca da “radicalização” da “combatividade”, da “transformação”, influência da Igreja da Libertação, do Partido dos Trabalhadores e da tradição da esquerda socialista, organizada na cidade.<sup>122</sup>

Nos próximos capítulos serão analisadas mais especificamente as mobilizações dos trabalhadores de Criciúma durante a década de 1980, referidas na citação acima. Porém, é importante ressaltar como o autor enfatiza que “outras” categorias de trabalhadores passaram a agir e

---

<sup>121</sup> Idem. Pag. 154.

<sup>122</sup> Idem. Pag. 156.



se manifestar mais radicalmente como os mineiros. Teixeira reconhece a importância da categoria dos mineiros como destaque e referência para as demais categorias de trabalhadores.

Indica também a influência dos grupos organizados em torno da Pastoral Operária, ligada ao movimento da Teologia da Libertação, aos militantes do Partido dos Trabalhadores e das demais organizações de esquerda socialista. Porém, é importante ressaltar que a maior parte dos militantes dessas entidades era composta de operários das fábricas dos diversos setores econômicos da cidade.

Mesmo o avanço do sindicalismo combativo na década de 1980 não significou que esta tendência dominou todo o sindicalismo da cidade. Segundo levantamento de Teixeira, em 1994, em Criciúma, havia nove sindicatos ligados à CUT e ao PT e sete ligados à “Intersindical” e a outros partidos como o PMDB, PSDB e PFL<sup>123</sup>. Isso indica que havia uma clara divisão no movimento sindical local, mas não impedia que as categorias não dirigidas por sindicatos ligados à CUT fizessem mobilizações radicalizadas. É o caso da categoria dos trabalhadores das indústrias cerâmicas. Ao que parece, os dirigentes sindicais de tendência menos combativa, em determinados momentos, não conseguiam impedir a mobilização mais radical de suas bases possivelmente influenciadas pelos sindicatos mais combativos.

Essa combatividade desenvolvida durante a década de 1980 pela classe operária de Criciúma não resultou em vitória eleitoral em 1992, quando ocorreram as eleições municipais. Nessas eleições o candidato do Partido dos Trabalhadores foi fragorosamente derrotado pelas forças ditas “conservadoras”. Teixeira analisou esse fato, que, por sinal, é o ponto central de seu trabalho, observando como as classes dirigentes locais elaboraram um discurso condenatório às greves e culpando o movimento mais radical dos trabalhadores da cidade pela crise econômica da época.

Foram capazes de elaborar um discurso sobre a cidade e cimentar junto à opinião pública que os responsáveis pela crise não são elas, as elites, nem o governo federal, mas são os próprios

---

<sup>123</sup> Idem. Pag 155.

trabalhadores por causa de suas greves e seus representantes políticos e sindicais.<sup>124</sup>

A discussão apresentada pelo autor mostra que a ideia de Criciúma ser considerada “a cidade das greves” se dava por conta do tipo de cobertura e representação dada pela mídia local a esse tipo de evento. Para Teixeira, a imprensa ajudou a elaborar o discurso da elite local e colocar a culpa da crise nos trabalhadores e em suas greves. Vale lembrar, no entanto, que nas greves ocorridas em setembro de 1979 na cidade, pouco se encontra registrado na imprensa local. Por outro lado, na imprensa estadual, como o jornal O Estado de Florianópolis e o Jornal de Santa Catarina de Blumenau, os maiores na época, percebe-se um acompanhamento diário daquele evento com chamadas de destaque na capa. Na maioria das vezes eram matérias favoráveis às reivindicações dos trabalhadores.

No início da década de 1990, Fernando Collor de Melo havia vencido as eleições presidenciais de 1989 e, ao assumir o governo, passou a desenvolver sua política de controle inflacionário, confisco da poupança e aplicação dos preceitos neoliberais, que previa, entre outras coisas, a privatização de grande parte das empresas estatais. O reflexo dessa política na região Sul de Santa Catarina, principalmente Criciúma, foi impactante para a economia local. O fechamento das atividades mineradoras da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN e o fim dos subsídios ao carvão causaram um alto nível de desemprego na região.

Levando-se em conta que durante a década de 1980 a classe operária fortaleceu sua organização, construindo assim uma característica combativa, é compreensível que na crise do início da década de 1990 houvesse uma intensa reação às políticas implementadas pelo Governo Federal, como o fechamento e a demissão dos trabalhadores da CSN da região.

Como resposta a essa reação dos trabalhadores, os grupos dirigentes da cidade, “os donos da cidade”, como se refere José Paulo Teixeira, procuraram deslegitimar o movimento organizado dos trabalhadores, transferindo para eles a culpa pela crise na cidade. Segundo Teixeira, o Jornal da Manhã, o mais importante órgão de

---

<sup>124</sup> Idem. Pag. 195.

imprensa da cidade na época, teve papel preponderante na construção do discurso das classes dirigentes. O autor identificou nas matérias, nos editoriais e nas charges produzidas pelo jornal a intenção de descaracterizar e desqualificar a resistência dos trabalhadores, resultando, segundo o autor, na derrota eleitoral do Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais de 1992 em Criciúma.

## 2.4 - FACES DA URBE

Dorval do Nascimento, historiador, analisou em sua tese o “processo identitário e transformações urbanas em Criciúma no período entre 1945 e 1980”<sup>125</sup>. O autor destaca e remete sua pesquisa ao período da Segunda Guerra Mundial, quando, segundo ele, Criciúma se tornou a “cidade do carvão” ou “capital do carvão” como passou a se autodenominar.

Esse período foi marcado pelo grande incentivo governamental à atividade carbonífera, pela criação da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, grande consumidora do carvão extraído da região. A cidade, até então, pequena e de base agrícola, com o ‘boom’ do carvão viu transformada sua configuração urbanística.

Porém, os trabalhadores que se deslocaram para a região em busca de trabalho foram submetidos a condições de vida tão precárias que Nascimento compara às condições encontradas nos países europeus na época da industrialização no século XIX:

A expansão combinada e desigual do capitalismo para áreas periféricas, como é o caso do Brasil, e em especial da região carbonífera catarinense, gerou condições de vida das camadas populares semelhantes, em áreas de industrialização, àquelas dos operários europeus de outras temporalidades. A paisagem da região carbonífera tornou-se semelhante àquela descrita por Émile Zola em *Germinal*, juntando tempos e espaços diferentes

---

<sup>125</sup> NASCIMENTO, Dorval do. Faces da Urbe. Processo Identitário e Transformações Urbanas em Criciúma/SC (1945-1980). Tese de Doutorado. PPG História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

através das mesmas características sociais e culturais.<sup>126</sup>

Nascimento procurou também demonstrar como alguns ideólogos da elite entendiam essa condição como o preço a ser pago pelo progresso. Nesse sentido, percebe-se nessa relação entre os operários das minas de carvão de Santa Catarina e os operários europeus do século XIX uma tentativa de explicar o grau de organização e combatividade e resistência que os mineiros desenvolveram a partir da década de 1940. Porém, a principal preocupação do autor era mostrar como as elites locais tentaram construir uma outra identidade para a cidade, mais ligada à imigração europeia. Descolando-a assim da característica de cidade carbonífera.

A exploração do carvão, por certo, transformou completamente a pequena vila fundada pelos imigrantes, majoritariamente italianos, que chegaram na região por volta de 1880. A cidade carbonífera tinha em seus pilares o carvão como a principal riqueza, os capitalistas empreendedores como os promotores do progresso e os trabalhadores os construtores da cidade.

Na década de 1950, auge da cidade carbonífera, os trabalhadores eram reverenciados por poetas ligados às classes dirigentes no jornal da cidade. “Os construtores da cidade” é um subtítulo do primeiro capítulo da tese de Nascimento. Nesse ponto o autor analisa os poemas publicados no jornal *Tribuna Criciúmensis* dessa década, com referência aos trabalhadores na minas de carvão. Neles os mineiros aparecem como heróis e o sacrifício do seu trabalho resulta no progresso da região.

A partir dos anos 60, segundo o autor, a classe dirigente local passou a pensar uma alternativa econômica à produção de carvão. Consideravam ainda essa atividade importante para o progresso da cidade, mas naquele momento já estava superado e era, inclusive, considerado um elemento de atraso para determinada modernidade.

Saudado como a riqueza sem a qual Criciúma jamais teria se tornado a principal

---

<sup>126</sup> Idem. Pag. 34.

cidade da região, o carvão, no entanto, impedia a cidade de tomar ares de uma nova modernidade: o odor desagradável, a poeira que as ruas revestidas de pirita levantavam em dias de sol, o lodo preto e pegajoso nos dias de chuva, o pó do carvão que a tudo impregnava, o populacho indisciplinado e perigoso. Tudo criava uma atmosfera contrária ao desejo de uma cidade limpa, arborizada, vertical, com pessoas educadas e de bons hábitos. Ao mesmo tempo, as crises cíclicas do carvão punham apreensivos os dirigentes da cidade quanto ao seu futuro de progresso, tantas vezes apregoados. Surgia, assim, nessa época, o tema da diversificação industrial como um dos elementos da nova modernidade que se desejava, buscando questionar a completa dependência do carvão.<sup>127</sup>

Percebe-se, segundo Nascimento, no discurso da classe dirigente da cidade nos anos 1960 uma tentativa de desqualificar a “cidade carbonífera”, seja na questão da limpeza urbana, como a poeira, a lama, o odor derivados do carvão, mas também o que eles classificaram como “populacho indisciplinado e perigoso”.

A preocupação dos grupos dirigentes com a população pobre, classificada como perigosa, está possivelmente relacionada às mobilizações dos operários das carboníferas nas décadas de 1950 e 1960, período de intensa atividade reivindicatória por parte dos trabalhadores com a realização de várias greves<sup>128</sup>. Nesse sentido, o operariado formado nas carboníferas estava causando preocupação às classes dirigentes que buscavam naquela época alternativas para a cidade se tornar menos dependente da atividade carbonífera como centro da economia local.

Diferente de Teixeira e Volpato, Nascimento observa que os mineradores apoiavam a diversificação da economia, pois viam a oportunidade de outros investimentos lucrativos e também a geração de empregos para os filhos e mulheres dos mineiros, aliviando, assim, a pressão por melhores salários dessa categoria.

---

<sup>127</sup> Idem. Pag. 53.

<sup>128</sup> LEMOS, Gustavo Perez – Mineiros e Sindicalistas na Cidade do Carvão: Criciúma (1953-1964). Florianópolis, 2008, Diss. (Mestrado), UFSC.

Os mineradores se posicionavam, através de seu sindicato, favoravelmente a diversificação, pois entendiam que esta atenuava a pressão por melhores salários na indústria carbonífera. Isso, no entanto, certamente não implicava reconhecimento de que a diversificação traria consigo a desvalorização representacional do carvão no imaginário social e na paisagem da cidade. Eles percebiam a diversificação como complementar e subordinada a atividade carbonífera. Além disso, viam a diversificação como uma oportunidade de diversificar seus próprios negócios e lucros, a partir principalmente de crédito oficial, como se percebe pelas ações dos principais grupos mineradores, Freitas e Guglielmi, que efetivamente diversificaram suas atividades.<sup>129</sup>

Nascimento, no entanto, estava preocupado em entender o processo de formação de outro discurso sobre a cidade no qual era ressaltado o elemento imigrante como o formador da cidade. Como diz o autor, nesses discursos “a cidade devia aos imigrantes a obra civilizatória e ao carvão a obra do progresso”<sup>130</sup>. Nesse sentido, ele percebe como a cidade foi dividida espacialmente relacionada à questão étnica e econômica. Isto é, enquanto os descendentes dos imigrantes, fundadores da cidade, ocupam determinados espaços na cidade, os trabalhadores da mineração do carvão se circunscrevem às vilas operárias. “A distinção entre centro da cidade e o que se chamava zona de mineração expressava diferenças que se situavam no campo das relações econômicas e culturais”<sup>131</sup>.

A cidade era dividida espacialmente entre a área central, habitada pelos descendentes dos imigrantes europeus, principalmente italianos, os fundadores da cidade, e as áreas periféricas, ocupada pelas mineradoras circundadas pelas vilas operárias. Nessas vilas habitavam os operários oriundos de várias localidades da região, esses eram os

---

<sup>129</sup> NASCIMENTO, Dorval do. Faces da Urbe. Processo Identitário e Transformações Urbanas em Criciúma/SC (1945-1980). Tese de Doutorado. PPG História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

<sup>130</sup> Idem. Pag. 71.

<sup>131</sup> Idem. Pag. 86.

considerados “brasileiros sem origem” e não eram criciუმenses legítimos.

No início da década de 1970 Criciúma se tornava a cidade mais importante do Sul de Santa Catarina, superando Tubarão. Nesse sentido, Nascimento analisou a preocupação dos dirigentes da cidade em transformá-la culturalmente, pois na visão desses Criciúma era uma cidade nova de crescimento recente, com uma população maciçamente operária, era caracterizada como uma cidade que não possuía cultura, o que precisava ser superado aos olhos de sua elite intelectual.

**TABELA 3: EVOLUÇÃO POPULACIONAL DE CRICIÚMA**

ANO	URBANA	RURAL	TOTAL
1940	4.845	22.908	27.753
1950	9.298	41.556	50.854
1960	27.905	34.070	61.975
1970	55.317	26.135	81.452
1980	96.368	14.229	110.597

Fonte: IBGE<sup>132</sup>

Na tabela acima se percebe a evolução considerável da população de Criciúma principalmente entre as décadas de 1950 e 1970, quando a população da cidade quase triplicou em duas décadas. Considerando que em 1961 foi emancipado o município de Içara. Esse

<sup>132</sup> IBGE. Departamento de Censos. Censo Demográfico de 1960. SC. Série Regional Vol. I Tomo XV – 2ª parte. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, s/d. & IBGE. Departamento de Censos. Censo Demográfico Santa Catarina. Série Regional Vol. I Tomo XX. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1973.

crescimento está relacionado ao processo migratório regional de famílias em busca de trabalho. Na década de 1950 principalmente na mineração e em 1970 nos outros setores que se estabeleciam na cidade, como o setor cerâmico.

Além disso, percebe-se a urbanização geral da população. Segundo os dados de 1970 enquanto a população urbana praticamente dobrou em uma década a população rural passou de trinta e quatro mil em 1960 para vinte e seis mil na década seguinte. Considerando-se o aumento da população total da cidade naquela década, pode-se afirmar que, além da migração de outras localidades para o município, houve uma considerável migração interna campo-cidade, que se aprofundou na década de setenta conforme demonstra os dados do censo de 1980.

Dorval do Nascimento, em sua tese, procurou perceber o processo de construção de uma identidade étnica para Criciúma por parte das classes dirigentes locais. No entanto, o autor aponta para dificuldade que esses grupos tiveram em enquadrar o elemento luso e o negro numa cidade dividida pela formação étnica. Possivelmente, ao dividirem a cidade territorialmente de acordo com a chegada das levas de imigrantes europeus a partir de 1880, não consideraram a ocupação posterior com o advento da mineração. Ou seja, é nas vilas operárias das mineradoras onde são encontrados os elementos afro-brasileiros e os “sem origem”.

## **2.5 - VOLPATO E A CIDADE DO CARVÃO**

Terezinha Gascho Volpato, historiadora e socióloga, escreveu duas obras que se tornaram clássicas sobre os trabalhadores das minas de carvão do Sul de Santa Catarina. Trata-se de “A Pirita Humana, Os mineiros de Criciúma”, de 1984, e “Vidas Marcadas, Trabalhadores do Carvão”, de 2001. Nestas a autora trata desde a fundação de Criciúma, o início da mineração à formação dos trabalhadores da mineração.

Em relação aos trabalhadores, analisa suas condições de trabalho, os tipos de trabalho, o cotidiano dos trabalhadores e suas famílias, bem como a participação desses no movimento sindical da categoria.



A autora sugere uma visão extremamente crítica em relação à dependência da cidade à indústria de extração do carvão. Logo no início de “Vidas Marcadas” descreve como percebe as características dessa atividade econômica e suas consequências para a cidade e a sociedade como um todo.

O carvão, gerador de riqueza e responsável por destacar o município no cenário regional, foi também freio no processo de crescimento econômico com sérias consequências na área social. Durante meio século tudo dependia do carvão e era dele que os empresários, os políticos, os trabalhadores esperavam o lucro, o poder e a subsistência, respectivamente. Não houve preocupação em criar alternativas novas de negócios na região. Por outro lado, o carvão alterou a paisagem regional. Poluiu o meio ambiente nas dimensões essenciais de garantia da qualidade de vida. Destruiu a produtividade de grandes extensões de solo. Esta alteração resultou na poluição das bacias hídricas, na multiplicação de solos estéreis, através da inundação dos rios poluídos; prejudicou também a qualidade do ar pela combustão espontânea de grandes montes de piritita depositada junto às bocas de minas e lavadores de carvão. A ação dos ventos tornou a cidade cinzenta; as ruas negras; as casas e prédios encardidos.<sup>133</sup>

Essa talvez tenha sido uma das análises mais críticas, do ponto de vista acadêmico, sobre a economia regional do Sul catarinense até então. Percebe-se um olhar negativo da autora em relação à atividade carbonífera. Afirma que o carvão atuou como um “freio” para o desenvolvimento regional. Esta afirmação foi utilizada por Teixeira quando ele se refere ao processo de diversificação. No entanto, é possível perceber uma contradição nesse caso. Parece que Volpato, nesse trecho de sua obra, desconsidera o processo de diversificação da

---

<sup>133</sup> VOLPATO, Terezinha Gascho. Vidas Marcadas: trabalhadores do carvão. Tubarão-SC. Editora Unisul. 2001. P. 14.

economia local a partir da década de 1960. Fica evidente, porém, na sequência de sua análise a referência à diversificação da economia.

A identificação de Criciúma com o carvão é tão forte que os últimos 25 anos de diversificação das atividades não conseguiram relativizar o significado e a importância da mineração para a região. Hoje, a grande maioria da população trabalhadora, formada de operários, vive do trabalho em outros ramos industriais que não as minas de carvão. Contudo, meio século de exclusivismo na exploração do carvão mineral deixou marcas fortes na dimensão cultural e na tradição histórica de sua gente.<sup>134</sup>

As marcas da atividade carbonífera se perpetuaram na “dimensão cultural e na tradição histórica” das classes trabalhadoras da região, como afirmou a autora. Porém, não é possível negar que houve um importante processo de diversificação das atividades industriais locais e que se formaram a partir de então novas categorias de trabalhadores, com outras condições de trabalho, bem diferente da atividade da mineração. Porém, concordamos e defendemos a tese de que a categoria dos trabalhadores das minas de carvão influenciou decisivamente a formação cultural dos trabalhadores de outros setores que se implantaram na cidade a partir da década de 1960.

Volpato utiliza o conceito de “comunidade fechada” desenvolvido por Alain Touraine, entre outros. As características conceituadas para essas comunidades “resultam não só do isolamento em que normalmente vivem, mas da homogeneidade da mão de obra não qualificada, que gera uma classe social também homogênea, estreitamente solidária, restando pouco espaço para camadas intermediárias”<sup>135</sup>.

Esse conceito pode ser utilizado para caracterizar o período considerado de exclusivismo do carvão entre 1930/60, porém, a partir desse período, com a diversificação da economia local, essa condição de comunidade fechada se descaracteriza, de forma que o conceito não

---

<sup>134</sup> Idem p. 15.

<sup>135</sup> Idem. Pag. 19.

pode mais ser aplicado para analisar a classe operária que se formou na cidade com o advento de outros setores industriais. Isso se torna perceptível na ocupação espacial da cidade por uma nova leva de trabalhadores. Esses formaram bairros operários e descaracterizaram a vila exclusiva de mineiros.

Nos bairros operários que se formaram com o processo de diversificação percebe-se uma heterogeneidade de categorias. Segundo Volpato, no seio da mesma família vão ser encontrados membros ocupados em diferentes atividades industriais. No entanto, a autora reconhece que mesmo com a diversificação os operários mineiros continuavam influenciando as demais categorias.

Todos esses fatores contribuíram para descaracterizar a comunidade nas décadas de 1930-60, que estava muito próxima das tipicamente mineiras. Isto não quer dizer que toda aquela carga emocional e de solidariedade que então envolvia a classe mineira se dissolveu e se perdeu. Ela aparece muito nítida, ainda, em momentos fortes como greves, em manifestações coletivas. Está presente e influencia os movimentos e manifestações de classe de outras categorias, das associações de bairro e de aposentado.<sup>136</sup>

Ao que parece Terezinha Volpato procurou aplicar o conceito de “comunidade fechada” mesmo com classe operária sendo formada por diversas categorias de trabalhadores principalmente do setor industrial. Percebe-se, no entanto, uma nova configuração nessa classe. A “comunidade fechada” pode ser percebida nas vilas operárias ligadas às empresas de mineração de carvão. Essas se caracterizavam pela homogeneidade das construções, pela proximidade com o local de trabalho e também por pertencerem às companhias. Isto é, as residências dos trabalhadores pertenciam às empresas. Foi nesse espaço que se forjou a categoria de trabalhadores mineiros.

Com a diversificação da economia local e o surgimento de outras categorias, bem como a diminuição da importância da mineração

---

<sup>136</sup> Idem. Pag. 21.

no contexto local, as vilas operárias mineiras acabaram se descaracterizando. Algumas simplesmente deixaram de existir, pois a unidade produtiva da qual faziam parte foi desativada. Outras foram descaracterizadas, as casas foram adquiridas pelos próprios trabalhadores que acabaram ampliando, reformando ou construindo novos tipos de residências. Também essas vilas foram ocupadas por outros trabalhadores de outras categorias, sendo essas constituídas por familiares dos mineiros e por famílias de operários oriundos de outras localidades.

Formaram-se assim os bairros operários heterogêneos, compostos por trabalhadores e trabalhadoras de vários ramos industriais, destacando-se as cerâmicas de pisos e azulejos, as do ramo do vestuário e as do metal-mecânico. Essas indústrias se expandiram na região principalmente a partir da década de 1970 e tiveram como uma importante característica o emprego da força de trabalho feminino. Essa característica era presente no ramo ceramista e basicamente no vestuário, que empregava o maior contingente de trabalhadoras.

É plausível a observação de Volpato sobre a influência que a organização dos mineiros exerceu nos outros segmentos de trabalhadores. Sem concordar que se trata de característica de comunidade fechada, como a autora afirma, é, no entanto, uma observação importante que defendemos nessa tese. Isto é, o nível de organização sindical desenvolvido nas categorias que se formaram a partir da diversificação tem influência direta da organização dos mineiros. Nos próximos capítulos abordaremos com maior profundidade como se processa essa relação de influência de uma categoria a outra.

## **2.6 - A DIVERSIFICAÇÃO POR UM ECONOMISTA HETERODOXO**

Alcides Goularti Filho, economista, autor de um vasto estudo no campo da história econômica regional de Santa Catarina e especificamente do Sul do estado, se define como heterodoxo e trata do processo da diversificação da economia sul catarinense em vários de seus estudos.

No artigo “Diversificação produtiva no sul de Santa Catarina: uma contribuição à história econômica regional”, de 2005, Goularti Filho afirma que as origens da diversificação na região “resultaram do desdobramento da acumulação carbonífera e da metamorfose do capital mercantil para o industrial”<sup>137</sup>. Isto é, diferente de parte dos autores tratados acima, ele relaciona diretamente a acumulação de capital do setor carbonífero com um dos fatores fundamentais para o desencadeamento do processo de diversificação do parque industrial local.

Segundo o autor, a diversificação na região pode ser caracterizada a partir da implementação de quatro setores industriais, sendo esses: a cerâmica de azulejo, o calçadista, o vestuário e o plástico. Em seus estudos, Goularti Filho identifica as origens de cada um desses setores.

Em seu estudo sobre a indústria do vestuário<sup>138</sup> defende a tese que a economia se diversifica a partir de uma atividade de destaque. Divide a diversificação da economia de Criciúma em três momentos: o primeiro é a partir da atividade de mineração de carvão, que impulsionou principalmente o setor metalúrgico. No segundo momento se destacam as indústrias cerâmicas - estas, por sua vez impulsionaram além do setor metalúrgico os fornecedores de insumos como a produção de esmalte, indústria química, de embalagens e transportadora.

O terceiro momento trata do setor do vestuário, que impulsionou o surgimento de lavanderias, bordadeiras e serigrafias, entre outras. Concordando com essas análises, seleciono, neste estudo, os trabalhadores e trabalhadoras desses setores, acrescidos da categoria dos metalúrgicos, para abordar a formação e as características da classe operária local.

Goularti Filho analisa individualmente o desenvolvimento de cada setor industrial acima citado. Também se posiciona em defesa da

---

<sup>137</sup> GOULARTI FILHO, Alcides – (org.) Ensaio sobre a economia sul-catarinense. Criciúma, SC. UNESC. 2005. Pag. 16.

<sup>138</sup> GOULARTI FILHO, Alcides & NETO, Roseli Jenoveva. A Indústria do Vestuário – Economia, estética e tecnologia.(Col. Teses) Florianópolis, Letras Contemporâneas, 1997.

tese da importância da participação do Estado no processo de desenvolvimento industrial. Segundo o autor:

Fazer política industrial por parte do Estado é o ponto chave para a retomada do crescimento econômico brasileiro, crescimento este que dará condições para melhor utilizar a capacidade instalada e ampliá-la. Por isso o Estado deve acionar alguns mecanismos que fomentam o crescimento industrial tais como: linhas de crédito, juros baixos, câmbio desvalorizado, selecionar as importações e financiar as exportações.<sup>139</sup>

O setor cerâmico, para o autor, foi o que melhor se beneficiou da participação do Estado como fomentador da industrialização. Ressalvando o setor carbonífero totalmente dependente do Estado, o cerâmico se beneficiou com a criação do Banco Nacional de Habitação e do Sistema Financeiro de Habitação, criados na segunda metade da década de 60. Além disso, os empresários do setor tiveram acesso prioritário a financiamentos dos bancos estatais de fomento como o BRDE, BADESC e BNDS.

Esse fator foi fundamental para o desenvolvimento do setor cerâmico na região Sul de Santa Catarina. Por conseguinte, foi setor líder no processo de diversificação da economia industrial regional. No final da década de 1980 tornou-se o maior empregador de força de trabalho, superando a mineração. Além disso, um fator importante que caracterizou o setor no período foi a utilização de 30% da força de trabalho feminina no total de trabalhadores do setor.

Isto é, enquanto o setor de mineração de carvão, com o processo de mecanização da produção na década de 1970, empregava 100% de força de trabalho masculino, o cerâmico absorvia um contingente importante de mulheres operárias no processo produtivo. Somente o setor do vestuário, que teve sua maior expansão a partir da década de 1980, segundo dados de Goularti Filho, empregou um maior contingente de força de trabalho feminino.

---

<sup>139</sup> Idem. Pag. 47.

O setor cerâmico foi o precursor do processo de diversificação industrial local, motivado em grande parte pela política governamental de incentivos à construção civil na década de 1970. Porém, no início dos anos 1990 o setor foi abalado pelo fim desses incentivos. As empresas mais estruturadas optaram por se readequar e buscar o mercado externo para escoar seus produtos.

As empresas que buscaram o mercado externo investiram num processo de “reestruturação produtiva” com a adoção de novas tecnologias no parque fabril, resultando no aumento da produtividade e diminuição do emprego de força de trabalho, como no exemplo abaixo:

**TABELA 4: EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE E TRABALHADORES EMPREGADOS – CERÂMICAS CESACA E PORTINARI**

ANO	EMPRESA	TRABALHADORES	PRODUTIVIDADE
1991	CESACA	721	786m <sup>2</sup> /homem
1995	CESACA	425	1244m <sup>2</sup> /homem
1991	PORTINARI	533	1136m <sup>2</sup> /homem
1995	PORTINARI	300	2164m <sup>2</sup> /homem

Fonte: GOULARTI FILHO, Alcides & NETO, Roseli Jenoveva. A Indústria do Vestuário – Economia, estética e tecnologia. (Col. Teses) Florianópolis, Letras Contemporâneas, 1997. P. 44.

A reestruturação produtiva do setor tornou as empresas que adotaram as novas tecnologias mais competitivas no mercado internacional, mas, por outro lado, diminuiu a utilização de força de trabalho principalmente feminino, tornando o setor essencialmente masculino. Pelos dados acima, percebe-se que a cerâmica Portinari, do Grupo Cecrisa, entre 1991 e 1995 diminuiu consideravelmente o número de trabalhadores, de 533 para 300, e ao mesmo tempo praticamente dobrou a produtividade: de 1136m<sup>2</sup>/homem para 2164m<sup>2</sup>/homem.

Nesse sentido, Goularti Filho aponta o setor do vestuário como o que absorveu o contingente de força de trabalho, principalmente

feminino, ocioso na região. A indústria do vestuário do Sul catarinense está enquadrada no segmento “vestuário da moda”, contemplando 76,4% do setor, segundo dados do autor. Sobre a ocupação da força de trabalho no setor, os autores afirmam que:

Além das peculiaridades da indústria de confecção do vestuário no Sul catarinense, outro fator que contribuiu de forma categórica para o surgimento e fortalecimento do setor do vestuário foi a existência de um grande excedente de mão-de-obra feminina, em função, sobretudo, dos setores carbonífero e metalúrgico que empregavam, diretamente na produção, apenas mão-de-obra masculina. E nas cerâmicas, que começam a deslançar no início dos anos 70, estavam disponíveis poucas funções para as mulheres na produção. Trabalhavam aproximadamente 30%, na seção de escolha de azulejos e pisos.<sup>140</sup>

O desenvolvimento dos setores da mineração de carvão se deu obviamente pela existência de jazidas desse mineral na região e o cerâmico teve como fator também importante a existência de jazidas de argila de boa qualidade, sendo essa a principal matéria-prima do azulejo. O setor do vestuário se desenvolveu basicamente pela existência da força de trabalho, principalmente feminina, disponível.

Isto é, existia um contingente de pessoas, basicamente mulheres, preparadas e disciplinadas para o trabalho fabril. Dessas, segundo Goularti Filho, 57,8% eram filhas de mineiros e, entre as casadas, 23,3% dos maridos eram mineiros e 33,3% eram ceramistas<sup>141</sup>.

O autor ainda apresenta um exemplo importante que ilustra essa ideia. Trata-se do caso da empresa Twist, que implantou uma unidade produtiva no município de Imaruí e, segundo o autor, “esbarrou na baixa qualidade e na baixa produtividade, obrigando-se a retornar para Criciúma”<sup>142</sup>.

---

<sup>140</sup> Idem pag. 111.

<sup>141</sup> Idem pag. 113.

<sup>142</sup> Idem pag. 147/148.



Nesse sentido, é possível afirmar que o desenvolvimento do setor do vestuário em Criciúma teve como fator determinante a força de trabalho. Porém, essa força de trabalho, apesar de disciplinada do ponto de vista produtivo, nunca foi exatamente dócil e pacífica. Tem como característica sua forte organização sindical e a propensão para luta.

## 2.7 - SÍNTESE

Os pesquisadores selecionados neste capítulo desenvolveram os trabalhos de maior relevância sobre a diversificação econômica na região Sul de Santa Catarina e especificamente na cidade de Criciúma. Esses trabalhos em sua maioria foram fruto de pesquisas desenvolvidas a partir da década de 1990.<sup>143</sup>

Os trabalhos analisados nesse capítulo apresentam como ponto comum o entendimento que o processo de diversificação ocorreu efetivamente a partir da década de 1960, principalmente com o desenvolvimento do setor ceramista. Porém, percebe-se certa divergência entre alguns trabalhos quando esses analisam a origem da diversificação.

Terezinha Gascho Volpato em “A Pirita Humana” de 1984 e em “Vidas Marcadas” de 2001 percebe uma resistência por parte dos empresários ligados à mineração do carvão em incentivar o empreendimento de outros setores, temendo esses perderem o prestígio e o controle político local. José Paulo Teixeira, em certa medida, acompanha a tese de Volpato, mas acrescenta a ideia que a mineração “ancorou” o processo de diversificação. Porém, não apresenta uma maior explicação sobre a aplicação desse termo, apenas procurou contestar a tese de Santos quando este afirma que a economia do carvão estava na base do processo.

Os estudos demonstraram que parte dos empresários do setor carbonífero procurou diversificar seus investimentos. O exemplo mais ilustrativo, já citado, foi a família Freitas. Esse grupo acumulou capital no setor carbonífero e a partir da década de 1960 passou a investir em outros empreendimentos, iniciando com a construção da Cerâmica

---

<sup>143</sup> Exceto o trabalho de Volpato, A Pirita Humana, de 1984, os demais trabalhos são datados a partir da década de 1990.

Criciúma S.A. – CECRISA e ampliando para outras áreas, como nos meios de comunicação.

Maurício Aurélio dos Santos, Alcides Goularti Filho e Dorval do Nascimento percebem claramente que houve, por parte dos mineradores, iniciativas no sentido de aplicarem o seu capital ou buscarem financiamentos públicos para investirem em outros empreendimentos, principalmente no ramo industrial.

Nascimento entende que os mineradores incentivaram o surgimento de novas indústrias, pois essas empregariam os familiares dos trabalhadores nas minas de carvão, aliviando assim a pressão desses por melhorias salariais. Goularti Filho observa que o setor cerâmico e principalmente o vestuário empregou uma força de trabalho feminino que se encontrava ociosa na região. Essa era composta por filhas e mulheres de mineiros e ceramistas.

Santos, por sua vez, entende que a existência na região de um contingente considerável de trabalhadores já estabelecidos na cidade foi um fator importante para o estabelecimento de outros setores industriais na região. A mineração de carvão foi determinante para a formação desse contingente.

Na linha de Santos é que buscamos perceber a importância da formação da classe operária local a partir da atividade de mineração e sua utilização no processo de diversificação da indústria local.

## CAPÍTULO III

### SINDICALISMO E O MUNDO DO TRABALHO DURANTE A DITADURA MILITAR 1964-1985: A EXPERIÊNCIA DE CRICIÚMA-SC

#### **3.1 – A CONDIÇÃO DOS SINDICATOS NOS ANOS DE CHUMBO**

O início dos anos de 1960 foi marcado por intensa mobilização dos mineiros de Criciúma. As mobilizações e greves não exigiam somente melhores salários, mas também melhores condições de trabalho, compensação pelo trabalho insalubre e energia elétrica nas vilas, entre outras questões que estavam na pauta de reivindicações e motivavam os movimentos dos operários das minas de carvão da região. Esta intensa mobilização foi parcialmente interrompida com o golpe militar de 1964, que entre seus primeiros atos processou a intervenção no Sindicato dos Mineiros de Criciúma.

O golpe de Estado e a tomada do poder no Brasil pelos militares em 1964 estabeleceram, novamente, na história da República um governo autoritário imposto pela utilização da força e apoiada pelos grandes empresários nacionais e estrangeiros aqui estabelecidos, bem como pelos partidos políticos de direita alinhados com os preceitos do liberalismo econômico e, conseqüentemente, com a política estadunidense para a América Latina.

Era o contexto da “Guerra Fria”, do mundo dividido em dois polos. De um lado a União Soviética e os países que haviam adotado o socialismo, principalmente após o fim da Segunda Guerra Mundial, e de outro os países capitalistas liderados pelos Estados Unidos da América do Norte.

O Brasil, no período pós-Segunda Guerra, entre 1945 e 1964, vivenciou a chamada era da “democracia populista”. Conforme Marcos Napolitano, “nesse sistema, boa parte das massas populares podia se

expressar politicamente através do voto direto, ao mesmo tempo que as elites socioeconômicas mantinham seu poder de mando no país<sup>144</sup>.

O Brasil e a América Latina como um todo, excetuando Cuba, eram considerados países periféricos sob controle norte-americano. Nesse sentido, os EUA coordenaram, lideraram ou simplesmente incentivaram a tomada do poder nos principais países latino- americanos pelas forças armadas desses países.

Isso aconteceu nos países em que foram eleitos governantes que expressavam certa autonomia em relação à política norte-americana. O controle imperialista sobre o continente não poderia correr riscos, segundo a visão estadunidense. Era a guerra contra o comunismo e não era admissível aceitar governantes simpáticos a esse regime no quintal americano. A saída encontrada foi patrocinar golpes de estado, executado pelos militares submissos à política estadunidense.

O governo de João Goulart (1962-1964) representava o perfil que expressava certa independência política no contexto internacional e no plano interno enfrenta uma série de tensões acumuladas por processo político conturbado e agravado desde a renúncia de Jânio Quadros. Para Marcos Napolitano, houve no período uma confluência de fatores que culminaram no golpe:

As tensões políticas que culminaram na queda do governo Goulart se desenvolveram num quadro de crise socioeconômica e radicalização político-ideológica muito explorado pelos conspiradores. Aliás, pode-se dizer que o golpe militar significou a convergência de diversos núcleos de conspiração contra governo, alguns deles já atuantes na crise que resultou no suicídio de Getúlio Vargas em 1954.<sup>145</sup>

Os movimentos sociais progressistas da época não tiveram força suficiente para impedir a ação dos conspiradores, principalmente dos instalados nas forças armadas, nem impedir a implantação do chamado regime de exceção no país. Nesse momento o poder se impõe diretamente pela utilização da força das armas. Os princípios

---

<sup>144</sup> NAPOLITANO, Marcos – O Regime Militar Brasileiro: 1964-1985. 4 ed. São Paulo. Atual. 1998. (Discutindo a História do Brasil), pag.04.

<sup>145</sup> Idem. pag. 09.

democráticos, os direitos individuais, a leis constitucionais são totalmente desrespeitados. Segundo Napolitano, o golpe no Brasil inaugurou a “era das ditaduras militares, baseada na doutrina da Segurança Nacional”<sup>146</sup> e tornou-se um modelo para a contra-revolução e realinhamento dos países da América Latina com a política externa norte-americana, bem como para um processo de modernização capitalista e impedindo o avanço dos movimentos socialistas na região.

Foi imposto o regime do terror e do medo na população brasileira. Deflagrou-se a campanha de “caça aos comunistas ou subversivos”. Os líderes políticos opositores ao golpe, bem como os sindicalistas e o movimento estudantil foram barbaramente perseguidos, muitos presos, torturados ou mortos nos porões da ditadura, enquanto outros simplesmente fugiram do país.

Ao montar um aparato de vigilância e repressão baseado na tortura, alguns setores ligados ao regime militar queriam de fato atingir outro objetivo: a destruição física e psicológica do militante de oposição, impedindo não só sua recomposição como pessoa humana, mas também a própria recomposição da organização à qual ele pertencia. A tortura era a materialização do círculo do medo.<sup>147</sup>

Uma vez no controle do aparato estatal, os militares e seus apoiadores passaram a governar utilizando-se dos meios repressivos e criando mecanismos para dar certa “legitimidade” aos seus atos. Os Atos Institucionais (AIs) com força constitucional legalizavam os atos repressivos e autoritários desencadeados pelo chamado “regime de exceção” do Estado brasileiro entre 1964 e 1985.

Os partidos políticos oficiais, então existentes, foram extintos, impôs-se o bipartidarismo com os novos partidos: Aliança Renovadora Nacional – ARENA, criado para abarcar os políticos defensores da ditadura militar, e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB, oposição consentida pelos militares no poder. As entidades estudantis como a União Brasileira dos Estudantes – UNE, bem como as representações estaduais e municipais, foram proibidas e os militantes

---

<sup>146</sup> Idem. Pag. 09

<sup>147</sup> Idem. Pag. 37.

passaram a atuar na clandestinidade. Nos sindicatos as direções opositoras aos golpistas foram destituídas e as entidades colocadas sob intervenção com dirigentes alinhados ao regime imposto.

Grande parte dos militantes dos movimentos sociais, principalmente estudantil, passou a fazer oposição ao regime militar clandestinamente, já que as entidades representativas desses grupos foram extintas pelo regime. Dessa forma, os primeiros anos da Ditadura Militar foram marcados pela repressão aos chamados “subversivos” representados pelos grupos de esquerda compostos principalmente por militantes oriundos do movimento estudantil que resistiam ao golpe militar se engajando na luta armada.

Segundo Rodrigues, a partir de 1964 dois atores protagonizaram o jogo político brasileiro, os militares e o movimento estudantil. Grande parte das lideranças estudantis optou pela guerrilha. Com a derrota da guerrilha pelas forças armadas esses também perderam a legitimidade, “reaparecendo a partir daí o movimento de massas.”<sup>148</sup>

Enquanto o movimento estudantil viu suas entidades representativas serem extintas e proibidas, em relação aos sindicatos operários os militares não destruíram a estrutura sindical oficial, mas procuraram controlá-la. Isso possibilitou, durante a década de 1970, o surgimento de novas lideranças não ligadas ao esquema anterior do PCB-PTB e, ao mesmo tempo, derrotando as tradicionais lideranças pelegas ocuparam a estrutura sindical mantida pela ditadura.

A União Nacional dos Estudantes, UNE, unificava e coordenava nacionalmente as mobilizações estudantis que repercutiam na sociedade. Além disso, as entidades estudantis não estavam submetidas ao controle estatal, eram livres. Os militares destruíram essa estrutura, pois entendiam como uma ameaça ao regime.

Em contrapartida, a estrutura do movimento sindical operário era, desde a Era Vargas, totalmente atrelada ao aparato estatal, estava submetida ao Ministério do Trabalho e sobrevivia do imposto

---

<sup>148</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. Pag. 13. In: BOITO Jr. Armando (Org.) O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

compulsório. Dessa maneira, o governo militar não desmontou a estrutura sindical existente, mas procurou controlar suas direções. Isto é, nas entidades sindicais as direções que se posicionaram contra o golpe ou tinham uma prática mais combativa em defesa da categoria e atividade política mais contundente foram destituídas e os sindicatos colocados sob intervenção.

Como afirma Marcelo Badaró Mattos:

Com o AI-5, em fins de 1968, e o endurecimento do regime militar nos anos seguintes, os governos ditatoriais passaram a dispensar aos sindicatos não só o rigor da repressão, mas também uma preocupação com a moldagem de um novo modelo de atuação.<sup>149</sup>

Segundo Boito Jr, “o sindicalismo brasileiro funcionou ao longo do período 68-78, período de estabilidade da ditadura militar, como um sindicalismo de governo. Toda vida interna dos sindicatos oficiais era rigidamente controlada”<sup>150</sup>. Porém, apesar do controle rígido, principalmente a partir de 1968, com o Ato Institucional número 5, percebemos uma série de resistências e disputas no interior dos sindicatos operários de Criciúma, como também no cotidiano dos trabalhadores, na fábrica e fora dela.

Torna-se importante ressaltar a política econômica desenvolvida pelo regime no período. O autoritarismo e a repressão foram combinados com o forte crescimento industrial conhecido como “milagre econômico”. Uma das bases desse crescimento acelerado foi o controle sobre os reajustes salariais. Essa política de arrocho e superexploração do trabalho balizaram o período.

O processo de diversificação econômica ocorrido em Criciúma, discutido no capítulo anterior, está relacionado ao contexto do milagre econômico citado acima.

---

<sup>149</sup> MATTOS, Marcelo Badaró – O Sindicalismo Brasileiro após 1930. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 2003. Pag. 55

<sup>150</sup> BOITO JR. Armando (Org.) O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991 Pag. 46

Neste capítulo então discutiremos o período do regime militar no contexto local, isto é, Criciúma, Santa Catarina, sem, no entanto, descolarmos do contexto nacional. Para isso dialogaremos com a historiografia produzida sobre o período, principalmente a relacionada à classe operária e suas lutas. Nesse sentido, seguimos a trajetória dos principais sindicatos operários da cidade no período percebendo as experiências constituídas no contexto da época.

### **3.2 - MINEIROS X MINEIROS: dois sindicatos no mesmo município – De combativos a pelegos**

Em Criciúma o movimento de oposição ao golpe militar estava concentrado principalmente no Sindicato dos Mineiros de Criciúma. A direção desse sindicato desde 1957, com a presidência de Antônio José Parente, tinha uma postura classificada de combativa por Volpato. Seus diretores eram militantes ou eram influenciados pela política do Partido Comunista Brasileiro-PCB. Segundo Terezinha Gascho Volpato:

Foi nesse período compreendido entre os anos 1957 e 1964 que se formou um sindicato identificado socialmente com a luta e a resistência. Esta imagem de sindicato forte era partilhada pelos mineiros e pela população da região. O fortalecimento do grupo era avaliado principalmente pelo poder de compra dos salários. Na comparação entre vários períodos, há unanimidade em reconhecer aquele tempo de lutas como o período de grandes conquistas salariais.<sup>151</sup>

É possível identificar esse período da história dos mineiros, de intensa atividade reivindicatória, como no momento em que esses se constituem como o modelo de categoria combativa, tornando-se referência para as outras categorias de trabalhadores de Santa Catarina.

O Sindicato dos Trabalhadores na Extração de Carvão de Criciúma foi criado em 1944 como associação e recebeu carta sindical em maio de 1945. O ato de criação foi presidido pelo representante da Delegacia Regional do Trabalho em Santa Catarina. Segundo Volpato, “a fundação da associação profissional pelo Delegado Regional do

---

<sup>151</sup> VOLPATO, Terezinha Gascho – Vidas Marcadas – Trabalhadores do Carvão. Tubarão - SC. Editora Unisul, 2001. Pag.166



Trabalho, com vistas à próxima criação do Sindicato, é recebida pelos mineiros com desconfiança”<sup>152</sup>.

Segundo a autora, havia entre os mineiros um movimento clandestino visando à criação da associação. A iniciativa dos representantes do Estado em se antecipar e fundar uma associação, com apoio dos patrões, apareceu como uma ingerência no processo autônomo que estava em curso da base da categoria.

Em 1944 havia o contexto do autoritarismo do Estado Novo de Getúlio Vargas. Além disso, estava acontecendo a Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, o governo mantinha os salários dos operários “arrocados” em seu poder de compra. Como afirma Mattos, os operários eram considerados “os soldados da produção”. Porém, naquele momento Vargas já percebia um movimento forte de oposição ao seu governo, bem como um alto índice de descontentamento das classes trabalhadoras.

Mattos observa que nesse ano ocorreram greves significativas, entre elas a dos mineiros de carvão no Rio Grande do Sul<sup>153</sup>. É possível identificar certa relação com o descontentamento dos mineiros de Criciúma, como apontou Volpato, quando da criação da associação por representantes do Ministério do Trabalho de Vargas. Isto é, a mobilização dos mineiros gaúchos repercutiu entre os mineiros catarinenses. Levando-se também em conta que a região de Criciúma já era a maior produtora de carvão mineral do Brasil.

O setor carbonífero era considerado estratégico para o país. E toda a atividade dos trabalhadores tinha o olhar atento do governo. Os reajustes dos salários dependiam dos reajustes no preço do carvão que era determinado pelo governo federal. Nesse sentido, desenvolveu-se entre os mineiros um interesse importante pela política nacional.

Entre 1957 e 1964 o Sindicato dos Mineiros de Criciúma comandou uma série de greves principalmente por melhores salários e condições de trabalho para a categoria. Porém, a postura combativa do grupo liderado por Parente sofreu a oposição articulada por empresários,

---

<sup>152</sup> VOLPATO, Terezinha Gascho – A Pirita Humana – Os Mineiros de Criciúma. Florianópolis, Ed. UFSC/Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. 1984. Pag. 111

<sup>153</sup> MATTOS, Marcelo Badaró – O Sindicalismo Brasileiro após 1930. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 2003. P. 22-23.

padres e membros da própria categoria que se vinculavam politicamente com os primeiros.

O primeiro revés da diretoria combativa do Sindicato dos Mineiros foi a derrota na greve dos trabalhadores da carbonífera Metropolitana em janeiro de 1960<sup>154</sup>. Essa empresa havia passado para as mãos dos empresários Diomício Freitas e Santos Guglielmi, empresários da região e ativos participantes da política local, bem como com fortes ligações com os governos estadual e federal de então.

Ao deflagrarem a greve, os operários da Metropolitana contrariaram a opinião do líder operário local, Zelindro Serafim, vereador pelo PTB e opositor da diretoria do sindicato, mas tiveram o apoio de Antonio Parente, então presidente da entidade<sup>155</sup>.

A reação dos empresários foi implacável em relação aos grevistas. Demitiram as lideranças, inclusive os que já tinham estabilidade no emprego. Em contrapartida, a direção do sindicato não conseguiu reverter as demissões, nem estabelecer um acordo razoável em favor dos trabalhadores. Segundo Lemos, a derrota dessa greve desestabilizou e enfraqueceu a direção combativa do sindicato.

Lemos aponta ainda a formação de uma associação de trabalhadores das minas da região do Distrito de Rio Maina, onde se localizava a Carbonífera Metropolitana, entre outras, que comportavam praticamente metade da categoria, paralela e de oposição à diretoria do sindicato. Essa associação foi patrocinada pelos proprietários da empresa e pelo padre Cizesk, um aliado dos empresários ligado à UDN e anticomunista declarado, além do grupo de trabalhadores que disputaram e perderam as eleições para a direção do sindicato.

Essa associação conseguiu rapidamente a carta sindical, constituindo assim o Sindicato dos Trabalhadores na Extração de Carvão do Distrito de Rio Maina. Isto é, criaram um sindicato na mesma base territorial, o que é proibido pela legislação trabalhista brasileira.

---

<sup>154</sup> LEMOS, Gustavo Perez – Mineiros e Sindicalistas na Cidade do Carvão: Criciúma (1953-1964). Florianópolis, 2008, Diss. (Mestrado), UFSC. Pag. 54

<sup>155</sup> Idem. Pag. 56

O Sindicato dos Mineiros de Rio Maina pode ser considerado caso raro no Brasil, pois quebra a regra da unicidade sindical definida na CLT desde 1943. Foi criado com o objetivo de enfraquecer o sindicato de Criciúma que era dirigido na época por Antonio José Parente e seu grupo, ligados politicamente ao PCB e a ala mais combativa do PTB. A influência do empresário Diomício Freitas foi decisiva na elaboração da carta sindical.

Além do empresário, participaram do *lobby* junto ao Ministério do Trabalho membros do alto clero da Igreja Católica, como fica evidenciado no jornal da época:

Teria o Presidente João Goulart – em entrevista com Doutel de Andrade – se mostrado incomodado com a divisão do operariado de Criciúma e inclusive com a pluralidade sindical. Por outro lado, para transformar a Associação de Rio Maina em Sindicato, seguiram para o Rio de Janeiro diversos líderes operários, acompanhados do Bispo Dom Anselmo Pietrulla, com o objetivo, também, de conseguir aumento salarial para a classe. Para alcançar tais finalidades, lançariam mão da influência do Arcebispo de São Paulo junto ao Ministro Franco Montoro, bem como a ascendência do Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara sobre o Presidente.<sup>156</sup>

A citação acima indica como a cúpula da Igreja agiu na época. Isto é, explicitamente se envolvendo no meio da luta operária. Sua intenção era minar a força dos militantes ligados ao Partido Comunista e do PTB mais combativo que controlavam o sindicato de Criciúma.

Além dessa investida vitoriosa junto ao Ministério, pois conseguiram de fato a carta sindical, os padres e o empresário promoveram uma forte campanha de convencimento entre os trabalhadores da base. O conteúdo da matéria do jornal indica que, além da carta sindical, pleiteavam também aumento salarial para a categoria. Isto é, era uma forma de demonstrar aos trabalhadores como poderiam utilizar sua influência junto ao governo federal em benefício dos trabalhadores.

---

<sup>156</sup> Jornal de Criciúma – 17 de dezembro de 1961.

Outro forte argumento utilizado para convencimento da categoria foi a proximidade do sindicato com o local de moradia dos trabalhadores e suas famílias. Como a prática do assistencialismo era muito forte no sindicalismo da época, a possibilidade de ter esses serviços perto de suas casas influenciou bastante os trabalhadores da região do distrito de Rio Maina.

O assistencialismo era a prática normal do sindicalismo, pois a própria CLT previa esse papel para as entidades sindicais dos trabalhadores. No próprio combativo sindicato de Criciúma essa era uma prática naturalizada.

Mesmo criado para dividir a categoria dos mineiros e manter a entidade sob controle, o sindicato de Rio Maina teve seus momentos de combatividade. Entre 1967 e 1969 o sindicato de Rio Maina foi dirigido por Domingos Antonio dos Santos, considerado por Volpato “um líder autêntico” por suas posições de enfrentamento aos patrões e em defesa dos interesses da categoria. Boião, como Domingos era conhecido, foi cassado em 1969, assumiu em seu lugar Alberto Manenti. Este, com posições muito mais conciliatórias, administrou o sindicato até abril de 1977. Deixou a direção em meio à crise envolvendo as eleições sindicais de 1976<sup>157</sup>.

Ainda segundo Volpato, o Sindicato de Rio Maina durante as décadas de 1960 e 1970 sofreu algumas intervenções da Delegacia Regional do Trabalho motivadas, normalmente, por má administração, desvio de recursos por parte de diretores, fraudes eleitorais, etc. Isto é, mesmo sendo criado por um grupo de trabalhadores que tinham ligações políticas com os empresários e se propunham a administrar o sindicato de forma cooperativa com o governo e os patrões, não escapou a intervenções dos órgãos oficiais utilizados pelo governo militar a fim de controlar as atividades sindicais.

Nesse ponto, é interessante observar que estas intervenções, constantes na época, somente ocorreram nos sindicatos dos mineiros de Criciúma e de Rio Maina. Não se tem notícias de intervenções no sindicato dos ceramistas, tampouco nos metalúrgicos, entidades que

---

<sup>157</sup> VOLPATO, Terezinha Gascho – A Pirita Humana – Os Mineiros de Criciúma. Florianópolis, Ed. UFSC/Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. 1984. Pag. 129.

também foram criadas no período pré-1964 e representavam as duas outras categorias de perários dos setores mais importantes da região.

Os mineiros se constituíram historicamente como combativos, patrocinaram enfrentamentos grevistas importantes, desafiaram, muitas vezes, determinações legais. Além disso, o setor carbonífero era considerado estratégico para a nação. Nesse sentido, é possível afirmar que o interesse das autoridades por essa categoria era mais efetivo, gerando então intervenções constantes.

Outro elemento a acrescentar em relação aos sindicatos dos mineiros é a questão interna à categoria. Mesmo durante o período repressivo houve disputas entre grupos pelo controle dos sindicatos. Isso nos indica que mesmo as diretorias interventoras ou as alinhadas aos empresários não conseguiram estabelecer hegemonia na base da categoria.

Na base do Sindicato dos Mineiros de Rio Maina, desde 1975, surgiu um movimento de oposição à direção da entidade. Segundo Volpato, “os mineiros, insatisfeitos com a administração sindical, passaram a se organizar, através da realização de reuniões, onde debatiam os problemas da categoria”<sup>158</sup>.

O grupo era liderado por Luiz Mendes Xavier, militante do MDB local, que chegou a ser eleito vereador por esse partido anos mais tarde a esse episódio. Volpato avalia que a desatenção da diretoria do Sindicato com esse movimento de oposição possibilitou que esses conseguissem inscrever a chapa para as eleições sindicais de 1976. Porém, ao se dar conta da amplitude do movimento a diretoria do sindicato, junto com os empresários, resolveu intervir no processo. Primeiro tentaram aliciar candidatos da chapa de oposição, como foi o caso de Domingos Alamini, candidato a vice-presidente.

Segundo Alamini, ele chegou a ser procurado por um filho de minerador que lhe ofereceu um cargo de capataz geral em troca de sua desistência em concorrer na oposição, porém, segundo ele, deu uma resposta taxativa ao empresário, conforme relatou a Volpato:

---

<sup>158</sup> VOLPATO, Terezinha Gascho – A Pirita Humana – Os Mineiros de Criciúma. Florianópolis, Ed. UFSC/Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. 1984. Pag. 130.

Durante 18 anos trabalhei aqui e nunca fui procurado por vocês. Só agora que a gente espera poder ajudar o operário, um pouco mais, no sindicato, vocês vêm com este agrado. Olha, pode dizer ao seu pai que este cargo ajuda só a mim, mas não ajuda aos coitados dos operários que trabalham sem condições. Eles é que precisam ser ajudados. Você que é filho de minerador, não sabe o que é ser mineiro, trabalhar na escravidão e não dar conta de atender a família. Depois disso eles não procuraram mais a gente. Nós registramos a nossa chapa e concorreremos.<sup>159</sup>

Esse relato foi extraído durante as pesquisas de Volpato no início dos anos 1980. Possivelmente o autor do relato, Domingos Alamini, carregou um pouco com palavras mais contundentes no seu depoimento. O importante, no entanto, foi o registro da ação dos mineradores, junto com a então diretoria do sindicato, na tentativa de aliciar membros da oposição e a própria negativa destes. Isto é, não conseguiram, pelo menos no primeiro momento, impedir a inscrição da chapa de oposição.

A ousadia dos opositoristas causou espanto nos dirigentes da época e principalmente no empresário Diomício Freitas, líder político local e defensor fervoroso do golpe militar. Aquele momento era ainda de vigência do AI-5, além disso estava em pleno curso a chamada Operação Barriga Verde, operação dos militares que estavam sequestrando opositores e membros do clandestino PCB.

Tratava-se de uma conjuntura adversa, mas mesmo assim não impediu que um grupo de trabalhadores descontentes organizasse uma resistência à situação.

Terezinha Gascho Volpato descreveu passo a passo o desenrolar desse processo que durou de 1976 a 1979. A citação é importante para analisar e perceber que mesmo no período considerado mais duro do regime parte da classe operária não se calou:

1 – Em tempo hábil, duas chapas se registraram para concorrer às eleições com vistas à direção sindical. Chapa 1, cujos candidatos eram

---

<sup>159</sup> Idem. P. 131 – Depoimento de Domingos Alamini.

apoiados pelas companhias carboníferas e pela então diretoria do sindicato; Chapa 2, considerada de oposição pelas empresas e pelo sindicato.

2 – Na campanha eleitoral, a situação, como é comum, dispunha de todo o apoio da máquina sindical, em termos de divulgação e prestação de serviços além da ajuda incondicional das empresas, da prefeitura, da DRT, da Justiça do Trabalho, enquanto a chapa de oposição lutava com os poucos recursos próprios.

3 – Cinco dias antes da eleição, marcada para os dias 3 e 4 de novembro de 1976, o candidato à presidência pela oposição Luiz Mendes Xavier, teve seu nome vetado. Entrou com recurso, conseguindo uma liminar, e assim, concorreu as eleições condicionalmente, dependendo sua eventual posse do julgamento do processo.

4 – A eleições se realizaram na data prevista e, apurada a votação, registrou-se o resultado seguinte: Dentre 2039 eleitores, a Chapa 1, da situação, recebeu 706 votos; a Chapa 2, da oposição, recebeu 1023 votos; nulos e brancos, 310 votos.

Nesta ocasião a chapa de oposição, mesmo obtendo a maioria dos votos, não foi declarada eleita, pois não conseguiu a maioria para o Conselho Fiscal. Isto é, numa evidente manobra da mesa diretora das eleições, com o beneplácito do Delegado Regional do Trabalho, acabaram anulando o pleito, mesmo sob protesto e recursos feitos pela oposição. Marcaram a repetição das eleições para 19 e 20 de novembro, duas semanas após, mas essa também não acabou se realizando, novas artimanhas do conluio direção do sindicato, empresários e DRT prorrogaram o pleito para o início do ano seguinte.

O resultado das eleições apontou que a maioria dos eleitores optou pela chapa de oposição. Isso indica algumas questões que podem ser consideradas: a então direção do sindicato, liderada por Alberto Manenti, estava à frente da entidade desde 1969 quando substituiu o cassado Boião, presidente que tinha grande apoio na base da categoria.

Isto é, Manenti era visto como usurpador, não conquistando legitimidade entre os trabalhadores.

Possivelmente Manenti também não conseguiu compensar a categoria oferecendo um serviço de assistencialismo que apaziguasse os ânimos. Nesse sentido, facilitou o crescimento do descontentamento da base em relação à direção do sindicato, pois esperava desse, pelo menos, um atendimento decente.

Diomício Freitas<sup>160</sup>, astuto empresário e político, quando patrocinou a criação do Sindicato dos Mineiros de Rio Maina, burlando a própria lei, pretendia separar o seu rebanho de operários da influência dos comunistas presentes no sindicato de Criciúma. Como não conseguiu derrotar, via eleitoral, os sindicalistas “autênticos”, criou uma entidade onde se localizava sua empresa. Mas, no pleito de 1976, o empresário encontrou dificuldades para garantir o controle do sindicato. Obrigou-se então a utilizar outros mecanismos para manter o seu domínio sobre a entidade sindical.

Na sequência apontamos o desenrolar do processo como relatado por Volpato. O nome do empresário Diomício Freitas não aparece diretamente no relato, mas sabemos que, em última instância, quem dava as ordens para as ações da diretoria, do DRT e da própria polícia era o dito empresário.

5 – As eleições foram marcadas para os dias 3 e 4 de janeiro de 1977. Três dias antes das eleições, a chapa de situação encabeça por Aristides Motta, renuncia a candidatura. No dia das eleições, os operários, ao se dirigirem para a sede do sindicato, local das eleições, foram impedidos pelos militares e policiais que cercavam o local. Os candidatos da chapa de oposição concorrente às eleições, agora única, solicitaram explicações e não foram atendidos. A

---

<sup>160</sup> Esse empresário foi um dos proprietários da Carbonífera Metropolitana na década de 1960. Também patrocinava o Metropol, equipe de futebol de muito sucesso em Santa Catarina naquela década. Essa equipe tinha como mascote um carneiro. Esse termo, carneiro, era utilizado entre os operários para identificar os trabalhadores que tinham postura submissa aos patrões. Por isso utilizo o termo “rebanho de operários” para me referir à forma como Diomício Freitas tratava os trabalhadores de suas empresas.



ordem superior era, simplesmente, “suspensão das eleições”.

6 – Alberto Manenti, em 24 de abril de 1977, em Assembléia Geral, renuncia à administração do sindicato, com os demais membros da diretoria. Nesta ocasião foi nomeada uma Junta Governativa, presidida por Valdir Rousseng.

Nessa sequência percebe-se o grupo da situação com problemas internos. A desistência da chapa às vésperas das eleições indica que os membros tinham consciência que a oposição ainda contava com o apoio da maioria dos trabalhadores da base. Por outro lado, a renúncia de Manenti em abril de 1977, então presidente, indica que o grupo dirigente, depois de oito anos à frente da entidade, não estava conseguindo manter o controle do processo.

7 – Novas eleições foram marcadas para os dias 19 e 20 de dezembro de 1977. Inscreveram-se três chapas: Chapa 1, encabeçada por Nereu Agostinho; chapa 2 por Luiz Mendes Xavier; chapa 3 por Dalci Schaucoski.

Passados um pouco mais de um ano do primeiro processo eleitoral aparece mais um grupo para disputar o controle do sindicato. Na verdade a terceira chapa tratava-se de uma divisão do grupo da situação. Mais uma vez foi utilizado dos aparatos repressivos para garantir a vitória dos aliados. No encerramento do primeiro dia das eleições a polícia militar retirou as urnas do local de votação levando-as para local ignorado pela oposição. Essa atitude contrariava as próprias leis referentes a eleições sindicais vigentes na época. A oposição, mesmo denunciando e protestando, não foi ouvida.

Mesmo utilizando-se, mais uma vez, do aparato repressivo, o grupo situacionista não conseguiu garantir a vitória eleitoral, além disso, aumentava o descontentamento na base da categoria, pois essas manobras eram denunciadas pela oposição, o que causava indignação entre os trabalhadores.

8 – Nenhuma das chapas conseguindo o número de votos previstos em lei, procede-se a

segunda convocação para os dias 4 e 5 de janeiro de 1978.

Mais um capítulo no arrastado processo eleitoral do Sindicato dos Mineiros de Rio Maina ocorreu em janeiro de 1978. O grupo de Luiz Mendes Xavier chamou seus eleitores a votarem apenas no segundo dia das eleições, no sentido de dificultar a fraude que eles temiam que fosse praticado pela mesa diretora. Isso indica que mesmo depois de um longo processo a oposição ainda se mantinha fortalecida e com grande adesão da base.

No final do primeiro dia a mesa diretora do processo eleitoral se deu conta da baixa participação do eleitorado. Diante do fato, não teve nenhum constrangimento em mobilizar o aparato policial para sua proteção e declarar nulas as eleições com a seguinte afirmação: “A suspensão do pleito, para instauração do competente inquérito, apurando responsabilidades e restabelecendo a ordem maliciosa e criminosamente subvertida”<sup>161</sup>.

A campanha da oposição para que os eleitores votassem apenas no segundo dia das eleições virou caso de polícia. Percebe-se que até certo ponto o grupo de oposição conseguiu implementar uma disputa no interior da categoria, demonstrando assim que parte dos trabalhadores descontentes com a situação, mesmo numa conjuntura adversa, conseguiram encontrar brechas de possibilidades de manifestação política.

Por seu lado, os patrões e seus aliados, mesmo com todo aparato repressivo ao seu lado, não conseguiram impedir a manifestação da oposição, porém, quando foi necessário, utilizaram todos os mecanismos legais e ilegais que estavam a sua disposição.

O desfecho desse processo se deu apenas em março de 1979, como segue no relato abaixo:

9 – Novas eleições foram marcadas para março de 1979, considerando-se que as várias eleições realizadas desde 1976

---

<sup>161</sup> Livro de Atas numero 3. In: VOLPATO, Terezinha Gascho – A Pirita Humana – Os Mineiros de Criciúma. Florianópolis, Ed. UFSC/Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. 1984. Pag. 134.

foram frustradas. A esta terceira eleição, em segunda convocação, concorreram apenas as chapas 1 e 3. A chapa 2 de Luiz Mendes Xavier, Domingos Alamini e José Pilar, fora cassada pouco dias antes das eleições. Os candidatos impetraram mandato de segurança, solicitando uma liminar a Delegacia Regional do Trabalho, mas não obtiveram resposta, ficando impedidos de concorrer.<sup>162</sup>

Após praticamente três anos de disputas a última alternativa encontrada pela situação foi impugnar a oposição nas vésperas da eleição. Mesmo assim, analisando os resultados desse pleito, verificamos um claro descontentamento de grande parte dos trabalhadores da base:

**TABELA 5: RESULTADO DA ELEIÇÃO DA DIRETORIA DO SINDICATO DOS MINEIROS DO DISTRITO DE RIO MAINA, CRICIÚMA – MARÇO DE 1979.**

Total de associados aptos a votar	1.914
Votos na chapa 1	355
Votos na chapa 3	561
Votos brancos	103
Abstenções	895

Fonte: Livro de Atas numero 3. In: VOLPATO, Terezinha Gascho – A Pirita Humana – Os Mineiros de Criciúma. Florianópolis, Ed. UFSC/Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. 1984. P. 134.

Apesar de a chapa 3, liderada por Dalci José Schaucoski, ser declarada eleita, mais de 50% dos trabalhadores aptos a votar não compareceram às urnas. Pode-se avaliar como uma vitória moral da chapa 2 de oposição cassada. Os membros do grupo de oposição optaram por buscar os meios supostamente legais para tentar reverter sua cassação. Obviamente foi um recurso inócuo. O processo nunca foi julgado.

---

<sup>162</sup> Idem. Pag. 132 a 134.

A segunda metade da década de 1970 foi bastante conturbada no sindicato de Rio Maina. A força demonstrada pelo movimento de oposição não foi desprezível, levando-se em conta que foi no território dominado por Diomício Freitas, talvez o político local mais influente e afinado com o regime militar naquele período.

A coesão da base da categoria em torno da chapa de oposição foi uma importante demonstração de resistência às imposições do regime da época. Isso pode explicar por que a situação teve dificuldades em derrotar o grupo oposicionista no primeiro momento. Por outro lado, quando os dirigentes situacionistas acionavam os aparatos da ditadura a oposição não conseguia reagir de forma contundente. A reação limitava-se a denunciar e entrar com recursos legais. Pode-se afirmar que esse era o limite da resistência.

Mesmo passando por esse momento de turbulência, a marca histórica do Sindicato dos Mineiros de Rio Maina, desde sua fundação em 1962, foi o assistencialismo. Isto é, desde sua criação o sindicato foi estruturado para essa prática, colocando médicos, dentistas e outros serviços à disposição dos associados.

Era a contrapartida apresentada a parte da categoria dos mineiros de Criciúma que se tornaram base desse sindicato. Isto é, deixaram um sindicato que liderava lutas reivindicatórias e buscava através da mobilização conquistas salariais para a categoria por um sindicato conciliador, mas que oferecia serviços tão importantes para os trabalhadores e suas famílias.

O sindicato de Rio Maina nasceu para dividir uma categoria que se caracterizava por sua combatividade. Seu modelo foi o assistencialismo. Segundo Boito Jr. o assistencialismo foi a característica do sindicalismo brasileiro no período entre 1968 e 1978:

A principal e praticamente única atividade dos milhares de sindicatos oficiais no período 1968-78 consistiu em implantar ou expandir grandes e dispendiosos serviços assistenciais – serviço médico, odontológico, laboratoriais, jurídico, colônia de férias, bolsas de estudo, etc...

convertendo-se esses sindicatos em espécie de agência da Previdência Social.<sup>163</sup>

O assistencialismo foi o papel imposto ou aceito ao sindicalismo brasileiro durante o período militar. Esse tipo de sindicalismo substituiu de certa forma a função do Estado, principalmente em relação ao atendimento à saúde. O papel reivindicatório ficava em segundo plano ou não era praticado.

Num período de repressão e autoritarismo esse tipo de sindicato legitima-se entre a classe operária. Nesse sentido, a oposição organizada na base do sindicato de Rio Maina a partir de 1975 aparece como contraponto ao modelo imposto. A prolongada disputa, com a diretoria utilizando as mais variadas artimanhas, recebendo para isso apoio direto dos empresários, da Delegacia Regional do Trabalho e até do aparato policial, não conseguiu calar totalmente a voz da oposição.

Enquanto o Sindicato de Rio Maina nasceu e se manteve, mesmo com oposição, dirigido por sindicalistas com posições conciliatórias, no de Criciúma os dirigentes de postura mais combativa se mantiveram à frente da entidade. Rio Maina dividiu a categoria, enfraqueceu a diretoria combativa de Criciúma. Porém, foi o golpe militar de 1964 que pôs fim à diretoria combativa do Sindicato dos Mineiros de Criciúma. Sua diretoria não foi só destituída como presa, conforme afirma Volpato:

A diretoria foi destituída em 10 de abril de 1964 e presa com mais outros 40 mineiros militantes, sob a acusação de práticas subversivas e de serem simpatizantes ou filiados ao Partido Comunista. As lideranças sindicais que restaram, amedrontados, não se manifestaram durante os anos de repressão em que os sindicatos foram administrados por interventores ou por mineiros eleitos em pleitos “fraudulentos”, segundo a

---

<sup>163</sup> BOITO Jr. Armando (Org.) O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991. Pag. 47.

análise dos grupos descontentes com a atuação do sindicato<sup>164</sup>.

Percebe-se que a intervenção se deu logo nos primeiros dias após o golpe. Possivelmente estava na lista dos 433 sindicatos de trabalhadores que sofreram intervenção dos militares no Brasil no primeiro momento do regime. É importante lembrar que o poder de intervenção em entidades sindicais era prerrogativa do Ministério do Trabalho garantida através da CLT desde 1943. No entanto, nunca tinha sido utilizada com tanta força como fizeram os governos militares a partir de 1964.

Marcelo Badaró Mattos analisou os limites do movimento operário brasileiro na década de 60 em romper com a estrutura sindical montada no Estado Novo de Getúlio Vargas. O período pré-64 foi marcado pela mobilização de parte da sociedade civil por reformas de base. Segundo Mattos, o movimento sindical da época se lançou nessa “pauta política comandada por um segmento da classe dominante brasileira comprometido com a proposta de conciliação de classes”<sup>165</sup>.

Essa aliança interclasses fragilizou uma possível mobilização popular de resistência ao golpe. Por seu lado os golpistas perceberam os limites desse grupo e utilizaram os recursos legais a seu favor, segundo Mattos:

A ditadura utilizou-se dos recursos da legislação sindical para reprimir os movimentos, o que esclarece um outro limite: o imposto por uma estrutura oficial que se procurou adequar aos interesses dos trabalhadores, mas contra a qual se lutou pouco.<sup>166</sup>

A estrutura sindical brasileira, atrelada ao Estado, permitia intervenções e veto a lideranças, entre outras possibilidades de controle do aparato estatal. Os golpistas apenas aplicaram o que já era legal. Como afirmou Rodrigues, a estrutura sindical foi mantida durante a ditadura militar, pois ela servia a seus interesses.

---

<sup>164</sup> VOLPATO, Terezinha Gascho – Vidas Marcadas – Trabalhadores do Carvão. Tubarão-SC. Editora Unisul, 2001. Pag. 169.

<sup>165</sup> MATTOS, Marcelo Badaró – O Sindicalismo Brasileiro após 1930. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 2003. Pag. 47-48.

<sup>166</sup> Idem. Pag. 48.

A primeira intervenção no Sindicato dos Mineiros de Criciúma, durante a ditadura militar, durou dois anos e meio. Em setembro de 1966 foi autorizada a realização de eleições para a direção da entidade. Nessas eleições participaram duas chapas, demonstrando uma divisão na categoria. Esse é um aspecto importante, mesmo no período autoritário, grupos divergentes não se intimidavam em organizar chapas para disputar a direção do sindicato.

Pode-se considerar que essa era uma característica da categoria no período nos dois sindicatos. Essas disputas ocorreram até os anos 80. A partir de então, as eleições nesses sindicatos, Rio Maina e Criciúma, normalmente ocorreram com chapa única.

As eleições de 1966 foram vencidas pela chapa liderada por Walter Henrich Willy Horn, o Alemão. Segundo Volpato, era representante da ala dos autênticos<sup>167</sup>. Percebe-se que esse grupo, mesmo depois de ter sido cassado, alguns integrantes presos, não se intimidou e conseguiu se rearticular e conquistar o sindicato dois anos e meio depois. Essa rearticulação não se deu apenas no Sindicato dos Mineiros de Criciúma, foi uma característica de grande parte dos sindicatos que sofreram intervenção logo após o golpe militar. Conforme avalia Mattos:

A primeira fase das interventórias não conseguiria, entretanto, calar completamente a voz dos ativistas mais combativos, nem tampouco apagar da memória das categorias os avanços significativos do período anterior ao golpe, o que ficaria provado com a vitória eleitoral de chapas oposicionistas, tão logo novas eleições fossem convocadas.<sup>168</sup>

Horn ficou na direção do sindicato por duas gestões, de 1966 a 1971, isto é, foi reeleito em 1968. Mesmo com o AI-5 Alemão, e seu grupo, conseguiu cumprir o segundo mandato. Naquele momento havia pouco espaço para grandes mobilizações. O governo federal determinava o índice de reajuste salarial e a repressão estava sempre de prontidão e observando qualquer movimento estranho no sindicato.

---

<sup>167</sup> VOLPATO, Terezinha Gascho – A Pirita Humana – Os Mineiros de Criciúma. Florianópolis, Ed. UFSC/Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. 1984. Pag. 126.

<sup>168</sup> MATTOS, Marcelo Badaró – O Sindicalismo Brasileiro após 1930. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 2003. Pag. 52.

Nas eleições de 1971 Horn e sua chapa foram novamente reeleitos. Porém, o presidente e dois membros da chapa tiveram os nomes impugnados, além disso, quatro meses após o pleito o sindicato sofreu intervenção da DRT, que nomeou uma junta interventora. Esta administrou a entidade durante oito anos consecutivos, sendo presidente nesse período Aristides Felisbino.

Pode-se afirmar que essas eleições encerraram um ciclo no Sindicato dos Mineiros de Criciúma. Esse ciclo foi iniciado no ano de 1957 com a eleição de Antonio José Parente e o grupo de militantes ou simpatizantes do PCB e da ala mais combativa do PTB. Esse período foi marcado por intensas mobilizações dos trabalhadores mineiros, tendo sempre à frente a liderança do sindicato.

Esse grupo foi afastado do sindicato em 1964, mas na primeira possibilidade, em 1966, retornou à direção pela via eleitoral. Isto é, legitimado pela maioria da categoria. Com a intervenção de 1971 o grupo foi afastado definitivamente da direção do sindicato.

Esse período, início dos anos 70, foi o de maior repressão aos movimentos sociais por parte do governo militar. Poucas direções sindicais com viés mais combativo sobreviveram na direção dos sindicatos.

Sendo um sindicato visado desde 1964 pelo governo militar, ficou praticamente impossível a continuidade de uma direção combativa à frente da entidade naquele período. Considera-se ainda que a categoria dos trabalhadores nas minas de carvão tinha um regime de aposentadoria especial. Grande parte, os trabalhadores do subsolo, se aposenta aos 15 anos de serviço. Esse diferencial indica que a maioria dos trabalhadores da década de 1970 não participou das lutas da década anterior.

Nesse sentido, pode-se afirmar que nos anos 70 houve uma grande renovação na força de trabalho empregada na mineração de carvão na região de Criciúma.

Além disso, com a crise do petróleo em 1973 o carvão se destacou como combustível estratégico. As empresas aumentaram a produção com maior recrutamento de força de trabalho, bem como com a introdução do processo de mecanização na extração do minério.



Aristides Felisbino, o interventor, não era estranho à categoria. Era mineiro e ao que parece direcionou sua gestão ao modelo de sindicato aceito no período, ou seja, o assistencialismo. Tinha para isso condições vantajosas: por um lado o apoio das classes dirigentes e do governo autoritário e uma categoria renovada, sem a presença dos tradicionais grupos opositores.

Em 1976 foi deflagrado processo eleitoral no Sindicato dos Mineiros de Criciúma. Felisbino, o interventor, concorreu com seu grupo em chapa única. Existiu a possibilidade de outra chapa, como aponta Volpato, mas não chegou a ser inscrita. Felisbino, eleito, passou a ser presidente do sindicato legitimado pelo processo eleitoral.

A segunda gestão de Felisbino, ao que parece, transcorreu tranquila nos dois primeiros anos. Porém, o ano de 1979 foi bastante tumultuado para a gestão de Felisbino. Era ano eleitoral para a direção do sindicato, além disso, o movimento operário estava em ebulição em todo país. Greves pipocavam em várias categorias país afora, tendo como referência as greves dos metalúrgicos do ABC paulista. Em Criciúma, como foi apresentado no primeiro capítulo deste trabalho, a cidade foi tomada pelo movimento grevista de várias categorias de trabalhadores durante o mês de setembro daquele ano.

A derrocada de Felisbino se deu em meio a uma greve na categoria, depois de mais de uma década de inércia e um conturbado processo eleitoral. Formou-se uma chapa de oposição liderada por Ivanir Viana, trabalhador da CBCA. Nos jornais da época Felisbino acusava a oposição de ser chapa de “encarregados”, enquanto a oposição acusava a situação de se preocupar apenas com os aposentados, além de má administração do sindicato.

A chapa de oposição venceu as eleições, porém Felisbino não se deu por vencido. Articulou uma assembleia geral da categoria e conseguiu aprovar a deposição da diretoria eleita. Essa deliberação da assembleia não foi reconhecida pela Delegacia Regional do Trabalho, porém, ao mesmo tempo, esse órgão afastou a chapa vencedora da direção do sindicato, colocando a entidade sob intervenção.

Após esse evento novas eleições foram realizadas no ano de 1980. Desta vez a oposição foi liderada por Lourival Espíndola, que derrotou Felisbino por uma grande margem de votos.

Lourival Espíndola e sua diretoria, no entanto, não transformaram a atuação do sindicato. Mantiveram a linha assistencialista, mesmo com a conjuntura mais favorável às manifestações operárias, não organizaram nenhuma mobilização mais contundente da categoria. A grande mudança na linha política do Sindicato dos Mineiros de Criciúma se deu em 1986, com a eleição de José Paulo Serafim para a direção da entidade.

A diretoria liderada por Espíndola, no entanto, tentou se apresentar como um grupo mais autêntico. Contratou para a assessoria de imprensa do sindicato Derlei Catarina de Lucca, que havia voltado ao Brasil após a Lei da Anistia, uma militante histórica da resistência à ditadura, foi presa e duramente torturada pelo regime e ficou exilada em Cuba por muitos anos.

Derlei de Lucca deu uma conotação mais combativa nos informativos do sindicato. No Boletim Informativo número 3, de março de 1982, ficou evidente a influência do discurso da militante. O boletim analisa o resultado da última greve da categoria dirigida pela direção de então. O editorial procura justificar a posição tomada pela direção em relação à greve, respondendo as acusações de serem contra a paralisação.

Alguns elementos, agindo de má fé, querendo criar confusão disseram que nós não queríamos a greve. Companheiros:

1 – A greve é um recurso extremo, não devemos abusar dela;

2 – Os prazos legais devem ser respeitados sempre;

3 – Enquanto a empresa manter proposta de negociação não se deve ir a greve;

4 – Quando a empresa fixa uma só proposta e a assembléia não aceita, deixa de haver negociação;

5 – O sindicato comunica a decisão da assembléia para dar um prazo;

6 – Comunica ao Ministério do Trabalho a situação;

7 – Se não há solução, então sim, os operários apelam para a greve;

8 – A diretoria não pode decidir greve nenhuma, quem decide são os operários.<sup>169</sup>

De forma didática, o boletim procurava ensinar aos operários os passos necessários para se decretar uma greve e também justificava a posição da direção do sindicato referente à greve do ano anterior. Percebe-se a preocupação em estabelecer a greve dentro dos limites da legalidade.

Através do Boletim e também com a contratação de Derlei de Lucca, encarregada da elaboração deste, a direção do sindicato procurava estabelecer um contato mais direto com a base da categoria, construindo uma relação mais estreita com os trabalhadores.

### **3.3 - METALÚRGICOS: O embrião do novo sindicalismo**

No período pré-64 havia em Criciúma, além dos sindicatos dos mineiros de Criciúma e de Rio Maina, mais dois sindicatos operários: o Sindicato dos Ceramistas, criado em 1956, e o Sindicato dos Metalúrgicos, fundado em 1962, como associação, e conseguindo a carta sindical em 1965.

O Sindicato dos Metalúrgicos surgiu a partir da inserção do padre Helio José de Simas no Círculo Operário Crisiumense em 1961<sup>170</sup>. Esse padre se estabeleceu em Criciúma com o objetivo de formar lideranças operárias vinculadas à Igreja Católica. Seu primeiro investimento, ao que parece, foi na formação de liderança na categoria dos metalúrgicos. Raul Clemente Pereira, mecânico, orientado pelo padre, iniciou o trabalho de convencimento de trabalhadores da categoria para a formação do sindicato.

---

<sup>169</sup> Boletim Informativo nº 3 de março de 1982. Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Carvão de Criciúma e Içara.

<sup>170</sup> PEREIRA, Sebastião Tavares – O Operário e o Padre. História da criação do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Criciúma e Região – Florianópolis – Ed. Do autor S. Tavares Pereira. 2012.

O padre iniciou suas atividades promovendo cursos de lideranças sindicais de acordo com os preceitos definidos na encíclica papal. Essas atividades eram patrocinadas pela fundação alemã Misereor, ligada à Igreja Católica, e tinha como objetivo impedir o avanço da influência das ideias comunistas no meio operário.

Marcelo Badaró Mattos aponta que com a morte de Getúlio Vargas (1954) as lideranças comunistas saíram de seu isolamento político buscando alianças com os trabalhistas de esquerda visando à conquista das direções de sindicatos e “órgãos de cúpula da estrutura oficial”. Além disso, o clima de relativa liberdade democrática que se criou no país no governo de Juscelino Kubitschek facilitou uma maior mobilização sindical, como também se intensificou o ritmo de criação de novos sindicatos<sup>171</sup>.

Dentro desse contexto o Sindicato dos Mineiros de Criciúma, por exemplo, foi conquistado por uma diretoria mais combativa, liderado por Antônio José Parente a partir de 1957, quando a entidade passou a patrocinar uma série de mobilizações grevistas até então não vistas na história da categoria. Além disso, processou-se a criação do Sindicato dos Mobiliários e Construção Civil, que incluía os trabalhadores das cerâmicas de azulejo (setor que estava em expansão na região Sul de Santa Catarina na época), em 1956, e da Associação dos Metalúrgicos em 1961.

Mattos identifica quatro tendências políticas principais entre as lideranças sindicais no período pré-64, quais sejam:

- a) Os católicos, reunidos nos círculos operários;
- b) Os autodenominados “renovadores”, em geral de esquerda, mas críticos do PCB;
- c) Os dirigentes que se identificavam como “nacionalistas”, que agrupavam, grosso modo, os comunistas e trabalhistas de esquerda;
- d) Os que se proclamavam sindicalistas “democráticos”, que se identificavam pelo

---

<sup>171</sup> MATTOS, Marcelo Badaró – O Sindicalismo Brasileiro após 1930. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 2003. Pag. 36-37.

anterior controle dos órgãos de cúpula da estrutura sindical.<sup>172</sup>

Em Criciúma, seguindo a classificação sugerida por Mattos, é possível identificar lideranças ligadas ao grupo “c” no Sindicato dos Mineiros de Criciúma a partir de 1957, porém os ligados ao grupo “d” estavam no Sindicato dos Mineiros de Rio Maina, criado em 1962, como visto acima, e no sindicato que englobava os trabalhadores das cerâmicas a partir de 1956. Já em relação ao grupo “b” (renovadores), não se encontraram registros da ação de sindicalistas ligados a essa tendência no período.

O grupo “a” (católicos dos círculos operários) teve forte presença na região, principalmente com a chegada em 1961 do padre Hélio José Simas, o impulsionador da criação do Sindicato dos Metalúrgicos na região.

Sebastião Tavares Pereira em seu livro de memórias sobre a formação do Sindicato dos Metalúrgicos de Criciúma e de seu pai Raul Clemente Pereira, fundador e primeiro presidente, e de Hélio José Simas, o padre que orientou o primeiro, afirma sobre a preocupação da Igreja Católica com o movimento operário:

As preocupações da Igreja com o sindicalismo de orientação marxista e com as ideologias em choque, ao tempo do movimento revolucionário de 1964, eram evidentes. E não eram apenas preocupações. No dia a dia, os fatos parecem comprovar que a Igreja punha-se em campo na luta pela defesa da fé.<sup>173</sup>

Tavares Pereira participou ativamente do movimento de formação do sindicato, primeiro como auxiliar do padre Simas e posteriormente como secretário da associação. Hélio José Simas, natural de Florianópolis, pertencia à Companhia de Jesus e se dirigiu a Criciúma, oriundo de Porto Alegre, na época, 1961, com o firme propósito de criar um movimento alternativo à influência comunista entre os operários da região.

---

<sup>172</sup> Idem. Pag. 40-41.

<sup>173</sup> PEREIRA, Sebastião Tavares – O Operário e o Padre. História da criação do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Criciúma e Região – Florianópolis – Ed. Do autor S. Tavares Pereira. 2012. Pag. 47.

Ao que parece, o padre Simas teve uma postura diferenciada e não se entendeu muito bem com o pároco local, padre Sizeski. Este tinha uma postura muito próxima dos empresários mineiros locais e bem mais conservadora em relação ao padre jesuíta que voltava suas ações aos operários, formando entre eles certa consciência crítica.

Simas estava conectado com a encíclica editada pelo papa João XXIII em maio de 1961, chamada *Mater Et Magistra*, uma renovação da *Rerum Novarum* do final do século XIX. Nessa encíclica é possível perceber um reconhecimento do papa em relação à situação degradante que estavam vivendo as classes trabalhadoras, enquanto uns poucos acumulavam “riquezas imensas”. Isso para a Igreja causava um mal-estar entre as famílias trabalhadoras levando à desagregação. Além disso, havia o perigo das classes operárias buscarem outros caminhos:

Daí uma profunda insatisfação nas classes trabalhadoras, entre as quais se propagava e se consolidava o espírito de protesto e de rebelião. E assim se explica porque encontraram tanto aplauso, naqueles meios, as teorias extremistas, que propunham remédios piores que os próprios males.<sup>174</sup>

O papa João XXIII propôs, com essa encíclica, uma ação prática da Igreja junto aos operários, como fica explícito no trecho: “Era necessário descer à arena, em defesa dos interesses materiais dos menos favorecidos, e assim contribuir ativamente para melhorar as condições de vida dos operários”<sup>175</sup>. É possível perceber, então, a determinação com que chegou o padre Simas em Criciúma. Isto é, tinha o firme propósito de intervir no meio operário no sentido de organizá-los para lutar por melhores condições de vida.

A pregação da Igreja Católica, na época, tinha um contundente apelo anticomunista. Em Criciúma o padre Cizeski era o principal porta-voz da Igreja na sociedade local, no entanto ele tinha fortes laços com o empresariado e as classes dirigentes mais tradicionais da cidade. Dessa maneira mantinha distância da população mais simples e dos operários.

---

<sup>174</sup> Trecho da *Mater ET magistra*. In: PEREIRA, Sebastião Tavares – O Operário e o Padre. História da criação do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Criciúma e Região – Florianópolis – Ed. Do autor S. Tavares Pereira. 2012. Pag. 71.

<sup>175</sup> Idem. Pag. 71

O Círculo Operário já existia na cidade, porém tinha participação discreta entre os trabalhadores, mas atuava fortemente nas campanhas anticomunistas, promovendo inclusive manifestações públicas nesse sentido. Percebe-se que o Círculo Operário não tinha uma atuação explícita na organização de lideranças operárias para atuarem nos sindicatos, direcionando sua atuação mais na agitação anticomunista.

A chegada do padre Simas deu uma nova dinâmica nas atividades do Círculo Operário. Implementou cursos de formação de lideranças operárias, tinha o objetivo de formar líderes entre os operários no sentido de combater o avanço de simpatizantes do Partido Comunista no meio da classe operária da região. Isto é, a intenção era formar lideranças operárias e não atuar diretamente nas agitações.

Os jornais locais divulgavam de forma negativa as atividades dos comunistas na região:

Chefes locais do comunismo estiveram em reunião secreta dia 13 de junho, às 21 horas, em local secretíssimo. Presentes 11 pessoas. Após acaloradas discussões, os líderes vermelhos deliberaram aprovar os seguintes itens: 5 – Ingerir na formação de pequenos sindicatos, objetivando a constituição de uma federação sindical politicamente forte.<sup>176</sup>

O PCB tinha certa força entre os operários da região, principalmente entre os mineiros. O advogado do sindicato, Aldo Dietrich, era um notório comunista. As intensas agitações dos mineiros e a participação explícita dos comunistas no meio operário chamaram a atenção da Igreja. O padre jesuíta chegou então para agir no meio operário, falar a língua deles e preparar lideranças entre a classe para combater o avanço da ideologia comunista.

A matéria do jornal citado acima indica que os comunistas estavam procurando criar outros sindicatos, a idéia era organizar uma federação forte. A divulgação tem o um tom negativo em relação à atividade dos comunistas, além de chamar a atenção para os grupos

---

<sup>176</sup> Jornal de Criciúma, 15-07-1962.

contrários se anteciparem na criação de associações de trabalhadores contrários aos comunistas.

O padre Simas escolheu organizar a categoria dos metalúrgicos não por acaso. Essa categoria abrangia, além de metalúrgicos, mecânicos e eletricitas. Dessa maneira profissionais ligados a essa categoria trabalhavam nas companhias mineradoras. Então era uma forma de se infiltrar na categoria dos mineiros. Tratava-se de uma categoria estratégica para enfraquecer a força do Sindicato dos Mineiros.

Raul Clemente Pereira, o líder preparado pelo padre Simas para formar o Sindicato dos Metalúrgicos, chegou a trabalhar numa mineradora com a intenção de conquistar mecânicos da empresa para o novo sindicato. Porém, parece que não teve muito sucesso nessa empreitada, como conta Tavares Pereira, seu filho, em seu livro de memórias:

Ele foi trabalhar dentro da mineradora, na manutenção mecânica. Ali, tinha contato com a categoria diferenciada dos metalúrgicos e mecânicos da área mineira. Pela legislação brasileira, as categorias diferenciadas podem ser representadas pelo sindicato que as represente, mesmo que estejam imersas numa empresa em que a maioria pertença a outra categoria, como era o caso.

O Sinmetal, entretanto, não ganhou espaço no fechadíssimo círculo do movimento sindical mineiro. Os operários tinham sua representação feita por uma entidade forte e aguerrida – o sindicato dos mineiros – e não estavam dispostos a abrir mão dessa trincheira para aventurar-se por novas frentes de combate, frágeis em formação.<sup>177</sup>

---

<sup>177</sup> PEREIRA, Sebastião Tavares – O Operário e o Padre. História da criação do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Criciúma e Região – Florianópolis – Ed. Do autor S. Tavares Pereira. 2012. Pag. 28.



Analisando as memórias de Tavares Pereira, percebe-se a intenção do metalúrgico em trabalhar numa mineradora. Possivelmente orientado pelo padre, tentou conquistar os trabalhadores do setor para sua entidade. Essa ação aconteceu no mesmo momento em que estava em formação o Sindicato dos Mineiros de Rio Maina. Pode-se afirmar que era mais uma ação articulada para enfraquecer o sindicato de Criciúma.

Isto é, a Igreja Católica atuou em duas frentes para enfraquecer o poder dos militantes comunistas na região. Por um lado dividiu propriamente os sindicatos e por outro criou outro sindicato que encamparia parte dos trabalhadores da base como os metalúrgicos. A intenção de criar o Sindicato dos Metalúrgicos era organizar mais uma categoria de trabalhadores na cidade sob orientação da Igreja e principalmente enfraquecer o poder do Sindicato dos Mineiros de Criciúma.

Apesar de não conseguir convencer trabalhadores da mineradora para a nova entidade, Pereira, segundo seu memorialista, conheceu os líderes sindicais dos mineiros, ganhando, com isso, conhecimento e experiência de como atuar no movimento sindical.

O sindicato de Rio Maina foi criado como associação no final do ano de 1961 e já em fevereiro de 1962 conseguiu a carta sindical. Essa rapidez se deu porque Diomício Freitas, além de membros da Igreja Católica, atuou fortemente junto ao Ministério do Trabalho no sentido de conseguir essa carta. Além disso, esse fato ocorreu num momento conturbado da política nacional.

Enquanto isso, a associação dos metalúrgicos foi formada em 1962 e só conseguiu a carta sindical em julho de 1965. Essa longa espera pela carta sindical dos metalúrgicos pode ser explicada pelas relações políticas envolvidas na criação da entidade. Os líderes envolvidos na criação do Sindicato dos Metalúrgicos denunciavam que havia uma indisposição nos canais do Ministério do Trabalho em liberar a carta sindical. Como registra Pereira em suas memórias:

Raul Clemente Pereira reclamou à assembléia, expressamente, da indisposição longa e persistente dos canais oficiais para dar encaminhamento à transformação da associação em Sindicato. A informação do líder sindical dos

metalúrgicos evidencia que, mesmo após o golpe militar de 1964, nos meses que se seguiram, esses canais continuavam em mãos de pessoas ligadas à outra ala do sindicalismo criciumentense e contrárias aos novos detentores do poder. Tais ocupantes sentiam-se inclusive e até aquele momento, a vontade para cobrar das bases a articulação de ações contrárias ao movimento revolucionário.<sup>178</sup>

Essas informações ficam mais explícitas se observarmos a ata da associação de abril de 1964. Pereira expõe e acusa o senhor Waldemar Mattos, Fiscal do Trabalho em Criciúma, de não dar encaminhamento à solicitação da associação em relação à carta sindical, e além disso dá outras informações, como consta na ata:

...discorreu o senhor presidente sobre a palestra mantida com o senhor Hélio dos Santos, em Florianópolis. O referido cidadão propôs ao senhor presidente que se a entidade promovesse uma manifestação pública no dia primeiro de maio, em favor das idéias que alimentavam o governo federal anterior, junto as demais entidades, este cidadão, faria todo possível para conseguir dentro do menor prazo possível. Esclareceu o senhor presidente que não teve dúvidas, que as causas do atraso que vinha tendo em conseguir os objetivos da entidade, era porque a mesma não queria favorecer aos ideais mesquinhos, de políticos que exploram os sindicatos para conseguir seus objetivos.<sup>179</sup>

Esse caso demonstra uma situação interessante. O Golpe de 64 não desalojou imediatamente certos indivíduos que atuavam na estrutura

---

<sup>178</sup> PEREIRA, Sebastião Tavares – O Operário e o Padre. História da criação do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Criciúma e Região – Florianópolis – Ed. Do autor S. Tavares Pereira. 2012. Pag. 148.

<sup>179</sup> Livro Ata da Associação dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e Material Elétrico do Sul de Santa Catarina. Livro I de 18 de abril de 1964. In: PEREIRA, Sebastião Tavares – O Operário e o Padre. História da criação do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Criciúma e Região – Florianópolis – Ed. Do autor S. Tavares Pereira. 2012. Pag. 161-162.

governamental. Certamente nessa situação os envolvidos tinham ligações políticas com os dirigentes do Sindicato dos Mineiros de Criciúma. Por isso dificultaram a tramitação do processo dos metalúrgicos relacionado à carta sindical.

O líder metalúrgico ao relatar suas dificuldades com a tramitação dos documentos explicitou sua posição política. Demonstrou indignação com o sujeito em Florianópolis que lhe propôs participar de um ato contra o golpe em troca de seu empenho na tramitação mais rápida do processo.

A carta sindical dos metalúrgicos foi liberada em julho de 1965. Um ano e quatro meses após o golpe é bem provável que os focos de resistência já haviam sido desalojados de seus postos. No evento de instalação do sindicato estavam presentes alguns padres, entre eles o padre Simas, que na época já não estava mais em Criciúma, veio somente para o evento, o presidente do Sindicato dos Ceramistas e o presidente do Sindicato dos Mineiros de Rio Maina, além da presença ilustre de Diomício Freitas, que discursou na ocasião, como relata Tavares Pereira em suas memórias<sup>180</sup>.

Nota-se nesse evento a ausência do representante do Sindicato dos Mineiros de Criciúma. O sindicalismo de Criciúma estava dividido, na época, em dois polos. De um lado o Sindicato dos Mineiros de Criciúma, com um histórico de mobilizações e lutas, com ligações políticas com o PCB e uma ala do PTB. Do outro lado os sindicatos dos mineiros de Rio Maina, dos ceramistas e do então recém-criado Sindicato dos Metalúrgicos, esses com fortes ligações com os membros da Igreja Católica, principalmente os metalúrgicos.

A Associação dos Metalúrgicos, mesmo antes de conseguir a carta sindical, já canalizava as reivindicações dos operários, isto é, legitimava-se junto à categoria ao receber reclamações de trabalhadores sobre certos desmandos praticados por patrões.

Raul Clemente Pereira, presidente da Associação, demonstrava ter consciência de seu papel enquanto líder sindical e também do papel

---

<sup>180</sup> PEREIRA, Sebastião Tavares – O Operário e o Padre. História da criação do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Criciúma e Região – Florianópolis – Ed. Do autor S. Tavares Pereira. 2012. Pag. 148.

do sindicato. Em ata lavrada em 29 de fevereiro de 1964 observa-se como o presidente enfatizava o papel do sindicato:

abordou comentários de maior união dos empregados em torno do Sindicato, legítimo defensor de seus direitos. Citou ainda que era vergonhoso o proceder de alguns patrões, que além de explorar o empregado ainda as horas que seus empregados ficavam parados por falta de energia elétrica, (...) disse o senhor Raul C. Pereira, que a poucos dias atrás, a mesma firma conseguiu subornar um Delegado Sindical, amordaçando através deste ato o clamor dos seus empregados.<sup>181</sup>

Percebe-se que a entidade se legitimava como representante da classe. Conseguia canalizar os problemas de relações entre patrões e empregados que ocorriam no interior das empresas. Pereira despontava como um líder no interior da categoria.

Sua liderança, no entanto, se diferenciava da dos líderes mineiros. Enquanto esses tinham fortes ligações com a esquerda política, Pereira apresentava-se sem vínculos com partidos, mas por outro lado não escondia seus laços com o movimento cristão. Mesmo assim, procurava demonstrar seu lado, o dos operários, contra os patrões exploradores. Associação e posteriormente o sindicato eram os representantes e defensores da classe.

Mesmo após o golpe de 1964 a Associação dos Metalúrgicos continuou atuante. Na ata de 18 de abril de 1964 consta a participação na luta contra a carestia enviando telegramas ao então presidente Castelo Branco.

Tavares Pereira, em suas memórias, procura mostrar as atividades de Raul e como esse era carismático junto à categoria:

---

<sup>181</sup> Livro Ata da Associação dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e Material Elétrico do Sul de Santa Catarina. Livro I de 29 de fevereiro de 1964. In: PEREIRA, Sebastião Tavares – O Operário e o Padre. História da criação do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Criciúma e Região – Florianópolis – Ed. Do autor S. Tavares Pereira. 2012. Pag. 170-171.

Após o almoço, ele sempre estava numa empresa, rodeado dos empregados. Na verdade, daqueles que não tinham medo de se expor como simpatizantes do movimento sindical. – Pessoal, para melhorar nossa vida é preciso que a gente se una, que participe do sindicato, que ajude nos movimentos, que leve idéias, que vote nas assembleias, que não tenha medo de convidar um amigo para participar, que enfrente os patrões. Ser sindicalizado é um direito de todos.<sup>182</sup>

Pereira, ao que parece, era um líder ativo, estava permanentemente em contato com as bases. Estava constantemente convocando assembleias e reuniões em que se discutia a situação dos trabalhadores no chão da fábrica e a relação com os patrões. Mas Pereira foi formado pela doutrina da Igreja, no Círculo Operário, foi orientado pelo padre Simas, que chegou em Criciúma com a missão de formar lideranças entre os trabalhadores alinhados com a fé católica.

Nesse ponto Simone Rengel faz um importante debate em seu trabalho apontando as linhas de análises divergentes sobre a atuação da Igreja Católica no mundo do trabalho:

No Brasil, as pesquisas sobre a atuação da Igreja católica no mundo do trabalho, especificamente a respeito dos Círculos Operários, tendem a seguir dois caminhos: o que considera uma relação de dominação e controle ideológico, principalmente no que diz respeito à sua relação e a da Igreja para com o Estado, ou a mais próxima do que Thompson defende, como parte da formação e das experiências das classes trabalhadoras.<sup>183</sup>

---

<sup>182</sup> PEREIRA, Sebastião Tavares – O Operário e o Padre. História da criação do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Criciúma e Região – Florianópolis – Ed. Do autor S. Tavares Pereira. 2012. Pag. 176.

<sup>183</sup> RENGEL, Simone Aparecida – “PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNIVOS EM CRISTO”. Trabalhadores Católicos e o Círculo Operário de Florianópolis (1937-1945). Diss. Mestrado. UFSC. 2009. Pag. 13.

A autora apresenta os historiadores Astor Diehl e Damião Duque de Farias como defensores do primeiro caminho. Segundo esses, a Igreja utiliza os Círculos Operários como instrumentos de manipulação da classe operária, devido a suas relações estreitas com a burguesia e o Estado burguês. A ideia é manter o operariado disciplinado para a reprodução do capitalismo, por isso, aparece com força o ideário anticomunista e antiliberal e a favor da harmonia entre as classes.

Considerando o exemplo da atuação da Igreja no meio operário de Criciúma, é possível levantar a participação direta do alto clero para a formação do Sindicato dos Mineiros de Rio Maina. Como citado acima, e referendado nos jornais locais da época, bispo, arcebispo e até cardeais foram mobilizados para sensibilizar o ministro do Trabalho em liberar a carta sindical, mesmo sendo ilegal na legislação trabalhista.

Esse exemplo talvez justifique os argumentos dos autores citados por Rengel, levando em conta que os membros da Igreja, envolvidos naquele episódio, deixavam bem claro em seus discursos qual era o “verdadeiro” papel do sindicato: construir, preservar e garantir a harmonia entre as classes.

Porém, se observarmos a atuação da Associação dos Metalúrgicos de Criciúma, desde sua fundação, e da prática de seu presidente, que foi claramente treinado no Círculo Operário, percebe-se uma prática voltada para a própria classe, em defesa da classe. Nesse sentido, Rengel apresenta os argumentos de Jessie Jane Vieira de Souza, que tem um entendimento diferente de Diehl e Farias:

Jessie Jane Vieira de Souza discorda dessa concepção de movimento circulista. Os Círculos Operários são para a historiadora a experiência corporificadora da forma católica hierárquica de intervenção junto ao mundo do trabalho e da relação da Igreja com o Estado. A Igreja católica seria dotada de coerência própria e não um “braço” do Estado ou da classe dominante, designada como projeto teológico-político e

incorporando à sua própria tradição os novos desafios impostos pelo temporal<sup>184</sup>.

A par desse interessante debate o que se verifica na prática é que na atuação dos sindicatos impulsionados pela Igreja, em determinados momentos, estes manifestavam autonomia e agiam em defesa da classe, como foi o caso da gestão de “Boião” entre 1967 e 1969 no sindicato de Rio Maina, classificada como autêntico, e do Sindicato dos Metalúrgicos.

Segundo os registros das atas do Sindicato dos Metalúrgicos, no período entre 1965 e 1968, antes do AI-5, a entidade desenvolveu uma intensa atividade reivindicatória, não aceitava as propostas de reajustes dos salários propostos pelos patrões e recorria constantemente ao Dissídio Coletivo, promovendo assembleias para tomar as decisões com a participação considerável da base. Normalmente em torno de 80 participantes por assembleia, que muitas vezes não aceitavam os termos de conciliação propostos pelos advogados da entidade, como foi o caso do dissídio de 1966.<sup>185</sup>

Esse período de mobilização dos metalúrgicos culminou em 1968 com a decretação de uma greve de um dia de trabalho. A greve foi decretada em função do não-cumprimento por parte dos patrões do acordo coletivo e com a decisão da Junta de Conciliação e Julgamento condenando as empresas devedoras a pagar o aumento atrasado.<sup>186</sup>

Pode-se afirmar que a movimentação desenvolvida pelos metalúrgicos de Criciúma na segunda metade da década de 1960, isto é, após o golpe militar de 1964, está dentro da ordem consentida pelo regime de exceção, como afirma Rodrigues, quando analisa o período mostrando que a estrutura sindical ficou intacta no regime militar.

---

<sup>184</sup> SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos Operários: Círculos Operários: Igreja Católica e mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. In RENGEL, Simone Aparecida - “PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS EM CRISTO”. *Trabalhadores Católicos e o Círculo Operário de Florianópolis (1937-1945)*. Diss. Mestrado. UFSC. 2009. Pag. 13

<sup>185</sup> Ata da Assembléia Geral do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Criciúma e Região. 27 de janeiro de 1966.

<sup>186</sup> Ata da Assembléia Geral do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Criciúma e Região. 01 de março de 1968.

No entanto, é preciso perceber que certas instituições, mesmo não alinhadas às ideologias revolucionárias, não deixaram de furar o bloqueio autoritário e organizar a classe operária na busca de uma melhor qualidade de vida. Simone Aparecida Rengel analisa, a partir de E. P. Tompson, como não se pode se apegar a um modelo rígido para se conhecer a constituição da classe operária:

Não há, portanto, modelo de organização operária, como não há modelo de classe operária. As relações que estas organizações estabelecem também não seguem modelo algum. Analisar o mundo do trabalho e a diversidade de concepções e expectativas, “devolver” ao trabalhador a sua atuação na história, pode frustrar as expectativas dos que buscam enquadrar a classe operária em seu modelo ideal, já estabelecido por uma estrutura dominante. Isso significa compreender de que forma a classe operária agiu e age e não como deveria ter agido conforme um projeto ou modelo político, entender consciência de classe como identidade de interesses que organiza a classe e não buscar uma consciência revolucionária socialista como o lugar em que se deve chegar. Enfim, a classe operária ou as classes trabalhadoras sendo definidas pelos homens e mulheres que viveram essa experiência.<sup>187</sup>

A experiência dos metalúrgicos de Criciúma demonstra que esses, ao longo de sua história, sempre reconheceram a importância do sindicato como unificador das reivindicações da categoria. Mesmo sendo um sindicato criado nas hostes da Igreja, percebe-se uma postura autônoma e não submissa na maioria das vezes.

Mesmo com o advento do AI-5 o sindicato dos metalúrgicos não se calou totalmente. Em 1971, no auge do regime autoritário, está registrado em ata da direção o descontentamento com o índice de reajuste apresentado pelo governo:

---

<sup>187</sup>RENGEL, Simone Aparecida. “PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS EM CRISTO”. Trabalhadores Católicos e o Círculo Operário de Florianópolis (1937-1945). Diss. Mestrado. UFSC. 2009. Pag. 13.



... o senhor Raul Clemente Pereira solicitou que fosse consignado na presente Ata, o seu voto contra tal índice, porque além de chegar fora do tempo, é absolutamente irrisório principalmente nessa localidade onde todas as outras categorias já ganham salários mais elevados que os dos metalúrgicos. E prosseguiu dizendo: prefiro ir ao dissídio na Justiça do Trabalho que aceitar essa ninharia.<sup>188</sup>

Os metalúrgicos, a seu modo, criaram um sindicato alternativo. Não estavam ligados ao modelo anterior, representado no Sindicato dos Mineiros, nem ficaram acomodados na estrutura sindical, como era o caso dos ceramistas, analisado abaixo. Percebe-se uma intensa atividade de base e de postura de insubordinação ante os índices de reajuste apresentado pelo governo, além de preocupações com as condições de trabalho no interior das fábricas, como constam nas atas do sindicato no período de forma recorrente reclamações de trabalhadores sobre os abusos cometidos por patrões.

O sindicato aparece então como um importante instrumento de coesão da categoria. O trabalho de Raul Clemente Pereira, o primeiro presidente, talvez tenha sido o diferencial, o que moldou a prática do sindicato. Sua atitude de ir constantemente às portas das empresas conversar diretamente com os trabalhadores talvez tenha contribuído decisivamente para a ligação entre sindicato e categoria.

Pereira em 1971 foi para a Federação, porém logo em seguida foi cassado e não conseguiu mais retornar as suas funções sindicais. Dinarte Mendes foi o substituto de Pereira no sindicato. Mendes ficou na presidência até 1977, quando faleceu, e em seu lugar assumiu Ari de Oliveira Alano, que possuía vínculos com o Partido Comunista. Por ironia do destino, Pereira viu o sindicato criado por ele e o padre Simas ser dirigido por um comunista.

Evidentemente já era outra conjuntura, o processo de reabertura política estava iniciando e parecia irreversível. Foi na gestão de Alano que os metalúrgicos deflagraram sua primeira grande greve em 1979.

---

<sup>188</sup> Ata da Assembléia Geral do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Criciúma e Região. 22 de abril de 1971.

Como foi analisado no primeiro capítulo, essa greve aconteceu por iniciativa da base da categoria e inaugurou um novo momento para o sindicalismo local, conectado obviamente com o movimento operário nacional.

### **3.4 - CERAMISTAS: O sindicato em descompasso com os trabalhadores no chão da fábrica**

José Antonio Gonçalves foi o primeiro presidente do Sindicato da Construção e do Mobiliário de Criciúma, aqui tratado como Sindicato dos Ceramistas, como é popularmente conhecido. Esse sindicato foi criado em 1956 e, ao que parece, sempre teve uma postura comportada, não se tem notícias de alguma mobilização do setor até 1979, quando deflagrou a greve, acompanhando as outras categorias.

Gonçalves tinha vínculos com a Igreja Católica, atuou na formação do Sindicato dos Metalúrgicos, mas ao contrário de Pereira não tinha o hábito de mobilizar as bases da categoria, pelo menos não foi encontrada nenhuma evidência dessa atuação.

Itaci de Sá, presidente do Sindicato dos Ceramistas desde 1980, atuante na categoria já na década de 1960, lembra como era o sindicato naquela época:

Em 1969 na verdade, na verdade, não se dizia assembléia, o sindicato nem chamava na porta da fábrica, a gente é que costumava vir no sindicato no mínimo uma vez por semana para tomar um cafezinho com o presidente para ver como é que estava a coisa, o que a gente tinha direito, aí começou na época a fazer aquelas reuniões com cinco a seis pessoas.<sup>189</sup>

Percebe-se, na fala de Itaci de Sá, que o Sindicato dos Ceramistas era um clube de poucos amigos. Reuniam-se informalmente para o cafezinho e algumas conversas sobre os direitos no trabalho. Não se tem informações nem mesmo se a entidade atuava no assistencialismo. Possivelmente a categoria somente comparecia ao sindicato para assinar as rescisões. Ainda segundo Sá, entre 1970 e 1980

---

<sup>189</sup> Itaci de Sá. Entrevista a Antonio Luiz Miranda e João Henrique Zanelatto em agosto/2003.

a atuação do sindicato se restringiu a receber os índices de reajustes determinados pelo governo. “Não existia nem negociação coletiva”<sup>190</sup>.

O segundo presidente do Sindicato dos Ceramistas foi Amaury Lúcio, que ficou na direção até 1980, quando deixou o cargo para assumir a Federação do setor em Florianópolis. Naquela data Itaci de Sá, que já atuava na direção do sindicato, passou a ser presidente da entidade, cargo que ocupa até a presente data, 2012.

Na década de 1970 o setor cerâmico era o segundo da indústria local em número de trabalhadores, sendo as principais empresas a Cesaca e a Cecrisa. A maior parte dos trabalhadores da cerâmica Cecrisa recebia em média um salário de mil cruzeiros, equivalente a dois salários mínimos da época, e trabalhava oito horas por dia, com direito a meia hora de descanso.

Já os trabalhadores da cerâmica Cesaca recebiam seus salários por hora trabalhada e mais a insalubridade, que variava de acordo com a função. O servente recebia 1,04 cruzeiros por hora, mais 10% de insalubridade. Os serventes da esmaltadeira recebiam 6,30 por hora e 20% de insalubridade. Esses salários variavam de acordo com o horário de trabalho e muitas vezes de acordo com o sexo do trabalhador.

As diferenças de salário existente entre mulheres e homens eram significativas. Geralmente, as mulheres trabalhavam nos mesmos horários dos homens, ainda assim recebiam menos.

A direção do sindicato não abriu seus arquivos para a pesquisa, não encontramos também grandes informações nos jornais, estas foram buscadas em outras fontes, como entrevistas, e nos arquivos da própria empresa, onde se encontra uma série de fichas funcionais dos antigos empregados.

Nesse material encontramos informações importantes sobre o cotidiano do funcionamento da fábrica. Foram selecionadas as fichas que informavam sobre advertências e suspensões relacionadas ao comportamento dos trabalhadores. Como o exemplo que segue:

Lamentamos adverti-lo pela irregularidade ocorrida no dia 30/12/71, quando houve corte no

---

<sup>190</sup> Idem.

fornecimento de energia elétrica ocasionando o desligamento dos fornos. Com o retorno da energia, os fornos foram religados, com exceção do P-1.4089, o qual permaneceu desligado por 4 horas, cuja grave consequência são plenamente de seu conhecimento. Esperamos sinceramente que fatos dessa natureza não mais venham a ocorrer. (Gilberto Oliveira – Departamento Administrativo).<sup>191</sup>

Essa advertência foi direcionada a Élson Speck, após o comunicado do supervisor ao departamento Administrativo. O supervisor de produção atuava como o fiscal do patrão principalmente nas questões relacionadas à conduta dos trabalhadores, como o cumprimento de horários e conversas durante o trabalho, entre outras atitudes vinculadas à disciplina.

Os supervisores eram vistos como carrascos pelos funcionários, já que a qualquer descuido, como ocorreu com Élson Speck, ou pequeno atraso lá estavam eles sempre dispostos a adverti-los ou suspendê-los. Alguns entrevistados (as) relataram que suas relações com seus patrões, encarregados (a) e às vezes até mesmo com seus colegas de trabalho não eram boas e muitos chegavam a discutir e brigar. Outros revelaram que suas relações eram boas, tanto com os patrões como também com os colegas.

Nesse ponto é interessante relacionar ao estudo de Ricardo Antunes no seu trabalho sobre os confrontos operários no ABC paulista entre 1978 e 80. O autor mostra que no período da ditadura militar, principalmente no fim da euforia do milagre econômico patrocinado pelos militares, houve práticas de resistência por parte dos operários metalúrgicos contra o que Antunes chama de “binômio arrocho-arbítrio, superexploração-autocracia”. Essas resistências eram marcadamente defensivas, que podiam ser coletivas, de grupos ou isoladas, caracterizada por ações como:

A diminuição do ritmo de produção, a sabotagem ou fabricação de uma mercadoria propositadamente defeituosa, esquecimento dos crachás identificadores para ingresso na fábrica,

---

<sup>191</sup> Arquivo Cesaca/Cecrisa dos anos 60/80.

não realização de trabalhos não previstos pela profissão, etc. Uma gama de recursos que denotavam o descontentamento e a rebeldia operária.<sup>192</sup>

Relacionamos as atitudes de resistências observadas por Antunes entre os metalúrgicos do ABC aos ceramistas do Sul catarinense. As várias atitudes de insubordinação dos operários era a forma recorrente de demonstrar descontentamento com as condições de trabalho a que estavam submetidos.

Noutro sentido observamos, entre os ceramistas, que em nenhum momento aparece referência ao sindicato da categoria. Nos relatos os entrevistados lembravam mais dos aspectos relacionados às relações entre colegas de trabalho.

Uma entrevistada de nome Ana relata que nos finais de semana se reunia com as colegas e iam para as festas, missas e bailes, para se divertir e descansar do trabalho da cerâmica. Ângelo Bortoluzo Neto recorda que no seu setor havia muita união, e muitas vezes após o expediente os amigos da fábrica saíam para ir a um barzinho e realizavam uma festinha. Sobre essas confraternizações Ângelo Bortoluzo Neto ressalta: “Nós não se encontrava toda vida, só nos fins de semana, e principalmente quando saía o pagamento”<sup>193</sup>.

Conforme Ângelo Bortoluzo Neto, dentro da empresa havia vários comentários sobre as advertências e suspensões. No entanto, ele nunca chegou a entrar em detalhes sobre as causas das advertências, mas ouvia falar que acontecia devido à falta de atenção das pessoas que deixavam cair no chão o material (azulejos) ou quebrava o próprio material e alguns propositalmente deixavam passar material com falhas. Segundo Idene Silveira Barbosa, “se houvesse três ou quatro reclamações já levava advertência. A gente assinava uma folha, se tivesse três ou quatro era suspensa do serviço”<sup>194</sup>.

Exemplo disso foi Alfra Coelho, que recebeu uma suspensão do seu supervisor: “Comunico que a funcionária Alfra Coelho, ainda em

---

<sup>192</sup> ANTUNES, Ricardo – A Rebeldia do Trabalho – O Confronto Operário no ABC Paulista. As greves de 1978-80. Pag. 14.

<sup>193</sup> Ângelo Bortoluzo Neto. Entrevista a Adriana Rossi, 2007.

<sup>194</sup> Idene Silveira Barbosa. Entrevista a Michele Crispim Baun.

período de experiência, não é boa funcionária, é indisciplinada, não demonstra nenhum interesse pelo trabalho, está sempre reclamando, nada para ela está bom”<sup>195</sup>.

As advertências geralmente eram dadas por motivos banais. Carlos Roberto Máximo foi advertido por ter saído do seu serviço e ter ido escrever seu nome na lama, mas ele negou ter escrito o nome. Elza Maria Joaquim foi advertida por ter colocado uma peça de refugo no extra, Florentina Honorato da Silva foi advertida por ter demorado no banheiro e foi advertida pela segunda vez por fazer comércio dentro da empresa. Elza Berto Silveira foi advertida por ter demorado no banheiro.

As advertências eram apenas uma forma de avisar o funcionário sobre suas faltas. Em casos mais graves eles poderiam receber suspensões de dois ou três dias de serviço. Muitas dessas advertências eram conseguidas propositalmente, já que era uma forma que os trabalhadores possuíam de terem um tempinho de descanso visto que o trabalho na fábrica era muito pesado. Outras advertências, como fazer comércio dentro da fábrica, revelam a maneira pela qual alguns trabalhadores conseguiam uma renda extra, já que muitas vezes seu salário na cerâmica não garantia o sustento de suas famílias.

Outro exemplo disso aconteceu com Florentina Honorata da Silva, que recebeu dois dias de suspensão por ter agredido fisicamente outra funcionária e por ter faltado vários dias de serviço sem comunicar o seu supervisor ou a empresa<sup>196</sup>.

O número de suspensões não era tão grande como as advertências. A maioria das advertências verbal ocorria devido à demora no banheiro e por atraso para tomar água. Esses atrasos eram também uma forma dos operários ganharem tempo, já que o trabalho era cansativo e pesado. Esse tipo de prática é chamado por Thompson de “formas simbólicas de dominação e resistência”<sup>197</sup>.

Ainda nesse contexto, Solange relata que a demora ao banheiro era uma forma de descanso:

---

<sup>195</sup> Arquivo Cesaca/Cecrisa dos anos 60 e 80.

<sup>196</sup> *Ibidem*

<sup>197</sup> THOMPSON, E.P. A Formação da Classe Operária Inglesa. Paz e Terra, 1987, pag. 189.

(...) Ao banheiro só ia de duas em duas, né, tinha que olhar. Na escolha fria tu via tudo. Era tudo aberto, né, aí tu tinha que notar se tinha muita gente no banheiro. Era duas, três por vez, só. Aí tinha aquele tanto. O encarregado, acho que via quanto tempo ficava. O certo era ficar muito tempo. Elas sentavam para descansar, enrolar.<sup>198</sup>

A demora no banheiro, como relata Solange, era uma forma de resistência dos trabalhadores, já que eles eram controlados pelos supervisores, que a qualquer falha estavam sempre prontos para adverti-los ou suspendê-los.

Percebe-se uma tensão constante entre trabalhadores e supervisores no cotidiano da fábrica, em nenhum momento encontrou-se referência ao sindicato no sentido de se buscar o apoio deste a favor dos trabalhadores subalternos. As formas de resistência ao controle dos supervisores e dos patrões eram individualizadas e as penalidades recaíam sobre os indivíduos, nunca no coletivo. Não se percebeu nenhum movimento de solidariedade a algum trabalhador que tenha sido penalizado.

O sindicato estava longe da categoria, afastado da base, desconhecia o cotidiano do trabalho na fábrica. A entrevista de Itaci de Sá demonstra muito bem, por suas informações desencontradas e imprecisas sobre a categoria, o quanto a direção da entidade estava desconectada em relação a seus representados.

Na greve de setembro de 1979 os ceramistas foram a única categoria derrotada pelos patrões. A greve durou quatro dias, iniciou de forma abrupta, como as outras categorias, a partir da pressão da base, e acabou com um acordo considerado desvantajoso para os trabalhadores.

É possível concluir que a postura imobilista e afastada das bases foi a característica do Sindicato dos Ceramistas durante a década de 1970.

---

<sup>198</sup> Solange Marchinski Peruchi. Entrevista a Michele Crispim Baun.

## CAPITULO IV

### CRICIÚMA: A CIDADE DAS GREVES – 1980 – 1990

#### 4.1 – O NOVO SINDICALISMO EM DEBATE

A partir da década de 1980 o movimento sindical de Criciúma entrou em ebulição, acompanhando, de certa forma, o avanço do movimento operário do Brasil como um todo, mas com suas especificidades. Novas categorias se destacaram a partir daquela década. O processo de diversificação da economia regional intensificou-se, surgindo novos setores produtivos, com destaque para o vestuário e o plástico descartável.

Alguns eventos importantes serão o pano de fundo para a análise deste capítulo. Na década de 1980, em sua primeira metade, destacou-se a vitória da oposição no Sindicato dos Vestuaristas em 1985 e a fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) com sua organização regional, passando a partir de então a canalizar o movimento mais combativo da classe trabalhadora local.

A segunda metade daquela década foi a de maior efervescência do movimento operário local, com a conquista do Sindicato dos Mineiros de Criciúma pela chapa de oposição, a participação dos trabalhadores locais nas greves gerais convocadas pela CUT, a transformação da empresa mineradora CBCA em cooperativa controlada pelos mineiros, além do fechamento da mineradora estatal no final da década, o que causou uma forte mobilização da classe operária da cidade como um todo. Esses eventos contribuíram para a caracterização de Criciúma como a “cidade das greves”.

Enquanto a CUT se destacou na mobilização sindical, no aspecto mais amplo das mobilizações sociais destacaram-se as atuações dos militantes do Partido dos Trabalhadores e dos movimentos ligados à Igreja Católica como a Pastoral Operária e a Pastoral da Juventude, com forte atuação no meio estudantil.



A criação da CUT na região está relacionada ao que a historiografia especializada chama de “novo sindicalismo”. Armando Boito Júnior analisa a conjuntura do início dos anos 1980, percebendo um maior espaço de atuação de grupos contrários ao regime no meio sindical oficial.

Houve um progressivo afrouxamento do controle governamental sobre a vida interna dos sindicatos. Diversas correntes sindicais mais agressivas no plano de luta reivindicavam e de orientação não governista ascenderam no interior da estrutura sindical oficial. O resultado foi que parte significativa e crescente dos sindicatos oficiais passou a ser utilizada para organizar e dirigir a luta sindical dos trabalhadores.<sup>199</sup>

No início daquela década a legitimidade do regime militar já estava em total decadência, o esgotamento do “milagre econômico” e o avanço do movimento de oposição impunham ao governo militar medidas que avançassem na abertura democrática.

Armando Boito Júnior aponta que ao longo da década de 1980 o modo de funcionamento e o papel do organismo sindical oficial mudaram bastante, relacionados aos seguintes fatores:

1º - O ressurgimento das grandes greves de massa na conjuntura de 1978-80;

2º - A criação da CUT em 1983;

3º - A política liberalizante iniciada por Almir Pazzianotto em 1985 no Ministério do Trabalho do governo civil de José Sarney;

4º - A promulgação da Constituição de 1988.<sup>200</sup>

Esses pontos levantados pelo autor como fatores fundamentais para o entendimento do período caracterizaram o Brasil como um campeão de greves. Dessa maneira, este capítulo se propõe a

---

<sup>199</sup>BOITO Jr, Armando.(org.) O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1991.

<sup>200</sup> Idem. Pag. 47.

compreender como esse período de forte mobilização da classe trabalhadora brasileira aconteceu no plano local.

Essa perspectiva não conduz, necessariamente, à determinação externa dos fenômenos locais, no entanto, visa valorizar a diversidade própria das características da cidade no âmbito de tendências mais abrangentes.

Torna-se importante acrescentar, além dos elementos apontados acima, alguns eventos como o fim do AI-5, a Lei da Anistia aos presos e exilados políticos, a reforma partidária, bem como as eleições diretas para governo dos estados em 1982, que foram medidas que iniciaram o processo de redemocratização do país.

Eduardo Noronha, no estudo sobre as greves na década de 1980, entende que a flutuação do conflito trabalhista no Brasil “seguiu de perto os passos da transição brasileira”. Para o autor, o movimento sindical avançou e soube recuar nos momentos de abertura do regime. Noronha completa seu argumento apontando que:

[...] a incorporação da classe trabalhadora e da liderança sindical no processo de transição deu-se fundamentalmente através das possibilidades abertas para expressão de suas demandas e não por meio de sua participação efetiva nos pactos políticos que definiam a transição. A greve não foi o único canal de manifestação desses segmentos (os chamados movimentos sociais e a campanha das diretas são outros exemplos), mas foi certamente a forma mais duradoura, crescente e talvez eficaz de expressão de descontentamento social e político – além é claro do próprio processo eleitoral.<sup>201</sup>

O movimento operário traçou sua própria trilha, ocupou cada vez mais espaços de forma organizada no cenário econômico e político da sociedade brasileira. A formação do Partido dos Trabalhadores pode ter sido uma importante expressão daquele processo, porém combinado com a atuação por dentro da estrutura sindical existente.

---

<sup>201</sup> NORONHA, Eduardo – A Explosão das Greves na década de 80. In: BOITO Jr, Armando. (org.) O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1991. Pag. 97.

Boito Jr analisa a estrutura sindical brasileira nesse período, iniciado no final dos anos dos anos 1970. Período esse considerado como a formação de um novo sindicalismo no país. Uma espécie de ruptura com o sindicalismo tradicional que prevaleceu no pós-64, considerado assistencialista e “pelego”, como também com o sindicalismo existente antes do golpe militar, chamado de populista.

Eder Sader também observa o surgimento de uma corrente sindical diferenciada nos anos 70. Segundo o autor:

Aí tivemos a emergência de uma corrente sindical renovadora, nitidamente minoritária durante os anos 70, que começou a questionar a organização sindical e a ser reconhecida como “sindicalismo autêntico” ou “novo sindicalismo”. Na origem, pois, dessa corrente, encontramos o impulso de um grupo de dirigentes sindicais no sentido de superar uma situação de esvaziamento e perda de representatividade de suas entidades e de estimular e assumir as lutas reivindicativas de seus representados.<sup>202</sup>

Sader identificou que alguns sindicatos passaram a ter uma postura qualificada de “autêntica”, a partir de duas formas distintas. A primeira se deu a partir das inquietações das bases, gerando os movimentos de oposição às diretorias estabelecidas. Para esse caso cita como exemplo o movimento de oposição ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

A outra forma de manifestação da corrente autêntica foi a partir de algumas diretorias, que sentindo a pressão das bases acabaram tomando posições mais ativas de liderança da categoria em lutas reivindicatórias. Esse foi o caso clássico do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo no ABC paulista. Esse sindicato se destacou porque liderou grandes greves de metalúrgicos a partir de 1978, movimento que acabou se irradiando por todo o país. Outro aspecto se deu também pelo surgimento de Luiz Inácio Lula da Silva como grande

---

<sup>202</sup> SADER, Eder – Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Pag. 180.

líder daquele movimento, tornando-se, a partir de então, referência e liderança do movimento operário brasileiro como um todo.

Talvez essa tenha sido a grande novidade na história do movimento operário e sindical brasileiro. Sader percebe no movimento dos “sindicalistas autênticos” uma importante particularidade: “Sua capacidade de absorver as pressões das bases e canalizá-la pelo interior do aparelho sindical. Tratou-se de uma operação das mais delicadas.... entre querer evitar a insatisfação das bases e tentar manter o respeito a legalidade”<sup>203</sup>.

O novo sindicalismo despontou no cenário nacional a partir da divulgação pelo jornal A Folha de São Paulo, de julho de 1977, do relatório do Banco Mundial no qual acusava o governo brasileiro de manipular os índices oficiais de inflação do ano de 1973. O DIEESE foi então acionado pelo sindicato de São Bernardo do Campo, desencadeando um movimento que praticamente levou o governo a reconhecer a manipulação. Esse fato deu legitimidade à mobilização sindical da época visando à reposição das perdas salariais<sup>204</sup>.

Naquele período o regime autoritário já perdia forças, havia um clima cada vez mais desfavorável para os militares na sociedade brasileira da época. Eder Sader percebe que o sindicalismo autêntico se beneficiou desse clima de distensão:

O novo sindicalismo se beneficiava do clima de distensão política. Mas isso não quer dizer que não se acomodava passivamente aos projetos de abertura do governo, mas sim que explorava suas possibilidades. Apoiava-se numa mobilização existente nas bases e que carecia de amparo legal.<sup>205</sup>

Para Sader, o fato do novo sindicalismo se utilizar da estrutura do sindicato como base de seu discurso garantiu a legitimidade e legalidade ao movimento, pois o sindicato é a representação legal da categoria, é quem deve falar por ela.

---

<sup>203</sup> Idem. Pag. 182.

<sup>204</sup> Idem. Pag. 182-183.

<sup>205</sup> Idem. Pag. 183.

A estrutura sindical brasileira é caracterizada, desde os anos 1940, por seu atrelamento ao aparato estatal através da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT de 1943. Essa condição impõe limitações à atuação livre dos sindicatos, mas por outro lado garante a sobrevivência desses através do imposto compulsório cobrado dos trabalhadores.

O fim da unicidade sindical, o fim do imposto compulsório e liberdade sindical eram algumas bandeiras levantadas pelos movimentos de parte do operariado brasileiro no fim dos anos 1970. Foram esses movimentos responsáveis pela criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT. Central que nasceu propondo construir uma nova estrutura sindical no país.

Boito Jr critica as ideias que apontam para uma ruptura do sindicalismo brasileiro a partir da década de 1980 com o sindicalismo tradicional atrelado ao Estado:

A estrutura é algo mais profundo nem sempre fácil de se detectar, e que, via de regra, é implícita e inconscientemente reafirmada pelo discurso daqueles que, ao se referirem criticamente aos efeitos da estrutura sindical, imaginam erroneamente estarem, por causa disso, criticando a estrutura que produz tais efeitos.<sup>206</sup>

As bandeiras levantadas por parte de movimento sindical propondo mudanças estruturais no sindicalismo, para o autor, não chegaram a estabelecer um rompimento de fato. Apesar de apresentarem um discurso contrário à estrutura oficial, não se percebeu na prática a constituição de uma estrutura alternativa à tradicional já existente.

A partir da fundação da CUT e da estruturação dessa central em todo país percebe-se um amplo movimento de “cutistas” na organização de oposições para conquistar a direção dos sindicatos tradicionais. Algumas diretorias já estabelecidas acabaram aderindo à CUT, evitando assim o movimento de oposição. Outras entidades foram conquistadas pelos cutistas nas disputas eleitorais.

---

<sup>206</sup> . BOITO Jr, Armando.(org.) O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1991 Pag. 50.

A CUT já na segunda metade dos anos 1980 tornou-se a principal central sindical do país. Percebe-se, no entanto, que uma vez no controle de grande parte da estrutura sindical não foram levadas à frente as principais bandeiras fundamentais do novo sindicalismo. Houve, ao contrário, uma acomodação, ou uma adaptação à estrutura oficial.

O sindicalismo oficial no Brasil estabelece um campo de relações que implicam o funcionamento da máquina sindical, isto é, o funcionamento do sindicato depende do Estado, como afirma Boito Jr.

A estrutura sindical é o sistema de relações que assegura a subordinação dos sindicatos (oficiais) às cúpulas do aparelho de Estado, do Executivo, do Judiciário ou do Legislativo. O elemento essencial da estrutura sindical brasileira é a necessidade de reconhecimento oficial-legal do sindicato de Estado.<sup>207</sup>

As bandeiras levantadas pelos movimentos alternativos à estrutura dominante não foram levadas a termo quando esses grupos foram se instalando nos aparatos existentes. Romper com as estruturas seria algo mais profundo, seria retirar as entidades sindicais das amarras da legalidade estatal nas três esferas de poder, como aponta Boito Jr. Mesmo com o debate em torno das ideias alternativas estando presente nas instâncias do movimento, como nos congressos da CUT, nunca foram levadas à frente de forma efetiva.

Para Boito Jr, a ideologia legalista funciona como um “cimento” da estrutura sindical. Um exemplo dessa relação é a reivindicação das associações de servidores públicos durante a década de 1980 pelo direito de sindicalização.

Como associação essas entidades atuavam sem as amarras da estrutura estatal, com maior liberdade de ação e organização. No entanto, não tinham garantias para manterem-se como representantes legítimas da categoria. Isto é, associações correlatas poderiam ser criadas na mesma base de atuação das existentes, enquanto que como sindicato oficial essa representatividade é garantida por lei. Dessa

---

<sup>207</sup> Idem. Pag. 50.

forma, é possível afirmar que a liberdade da associação foi trocada pela segurança da lei.

Não houve ruptura, mas houve mudança significativa na forma de atuação de grande parte dos sindicatos operários no Brasil no final dos anos 70 e início dos anos 80. Para Boito Jr, “o que esteve em crise a partir de 1978 foi o modelo ditatorial de gestão do sindicalismo de Estado implementado pela ditadura militar”<sup>208</sup>.

O autor ainda afirma que durante a década de 1970, dado o forte crescimento da industrialização do Brasil, com o surgimento de um grande número de indústrias que empregavam mais de 1.000 operários, mudou a forma de organização desses operários.

Os sindicatos de Estado não davam conta de responder aos anseios desses operários que passaram a se organizar por fábrica, conseguindo acordos salariais mais vantajosos que os estabelecidos pelos sindicatos oficiais.

Em Criciúma não se constatou esse tipo de organização autônoma dos trabalhadores no interior das fábricas. Podemos buscar o exemplo do setor cerâmico, no qual algumas empresas concentravam um número expressivo de trabalhadores, como a Cecrisa, Cesaca e Eliane. Em nenhuma dessas empresas observou-se a existência de alguma organização por parte dos operários com a intenção reivindicativa. Nem mesmo representantes sindicais declarados.

O que havia nessas empresas eram as associações de funcionários, com uma estrutura de lazer construída pela própria empresa. Então essas associações serviam muito mais para controlar os trabalhadores e estabelecer uma relação de dependência do trabalhador em relação à empresa. Nesses espaços de convivência o trabalhador desenvolve o sentimento de pertencimento e identidade com a empresa.

O exemplo do setor metalúrgico pode indicar alguma organização autônoma dos trabalhadores, desatrelada das direções da empresa e também do sindicato. No primeiro capítulo observou-se o caso dos trabalhadores da metalúrgica Carrocerias Becker, onde estourou a greve em setembro de 1979. Nessa empresa, os trabalhadores

---

<sup>208</sup> Idem. Pag. 58.

tinham uma demanda interna, principalmente contra os desmandos e autoritarismos de encarregados e patrões.

Os trabalhadores chegaram a acionar o sindicato e o fiscal da Delegacia Regional do Trabalho, denunciavam as condições de trabalho a que estavam submetidos. Na sequência acabaram deflagrando a greve que acabou se generalizando por toda a categoria. Isto é, mesmo que a assembleia geral da categoria não tenha deliberado pela greve, os trabalhadores dessa empresa iniciaram o movimento independente das deliberações da assembleia e da diretoria do sindicato.

Durante o desenrolar da greve o sindicato assumiu o papel de negociador das demandas localizadas entre os operários da Becker, indicando que, mesmo com o movimento tendo começado à revelia do sindicato, em última instância quem assumiu a negociação foi a entidade oficial.

O episódio relatado acima demonstra que no final dos anos 70 trabalhadores organizavam-se de forma autônoma, sem a intervenção direta do sindicato. Existia uma demanda reprimida, não repercutida na instância do sindicato oficial, mas que, pela conjuntura do período, possibilitando uma maior liberdade de expressão, fazia com que os trabalhadores, no interior das fábricas, levantassem a voz, de forma individual e principalmente coletivamente contra os desmandos dos patrões.

O sindicato “não faz nada”, ou o sindicato está “ao lado dos patrões” era voz recorrente entre os trabalhadores das categorias em que as direções sindicais não repercutem de forma efetiva as reclamações da base. Foi o caso, por exemplo, dos trabalhadores ceramistas, que demonstraram uma grande desconfiança em relação ao sindicato, mesmo nos momentos em que esse chamou greves. Percebe-se que os trabalhadores, em geral, conhecem seus direitos, parte da legislação trabalhista e a função do sindicato como representante da categoria.

A partir da década de 1980, em Criciúma, algumas categorias conseguiram transformar as entidades sindicais em espaços de intensa mobilização e de ressonância das demandas surgidas na base. Frases como “vou chamar o sindicato” são comuns nessas categorias como forma de ameaça aos patrões no interior das fábricas.



Nesse sentido, este capítulo analisa as mobilizações operárias na cidade a partir da década de 1980, bem como as transformações na estrutura sindical local no contexto da época.

## **4.2 – INICIO DOS ANOS OITENTA: CUT E PT ENTRAM EM CENA NA CIDADE DO CARVÃO**

É importante destacar que as maiores mobilizações dos operários locais se deram na segunda metade da década, sendo que na primeira metade percebe-se um forte envolvimento no campo político-partidário e uma certa retração no campo sindical devido à crise econômica que atingiu fortemente alguns setores da cidade.

No plano político local foram impactantes as eleições municipais de 1982 com a vitória do PMDB para a prefeitura municipal. Também foi importante a fundação do Partido dos Trabalhadores em Santa Catarina, que teve Criciúma a cidade escolhida para o ato de fundação e o advogado Milton Mendes de Oliveira, então vereador na cidade, eleito pelo MDB, como o primeiro presidente do PT no estado.

Por outro lado, no plano econômico, na primeira metade dos anos 1980 iniciava-se uma crise recessiva que refletia diretamente nos empregos da classe trabalhadora. Em Criciúma, por exemplo, o setor mais atingido pela crise foi o de cerâmica de azulejos. Esse setor teve um crescimento acelerado nos anos 1970, porém no início dos 80 sofreu um grande refluxo, chegando uma das maiores empresas do setor, a Cecrisa, a parar a produção, adotando férias coletivas e demissões de uma boa parte de seu quadro de empregados, e durante um período implementou a redução da jornada de trabalho com redução de salários, gerando desemprego em massa na região.

Nos primeiros anos da década, a partir da fundação do Partido dos Trabalhadores, os grupos que se organizavam em torno de bandeiras e propostas mais progressistas e de esquerda tinham no partido o ponto de confluência. O PT era visto como o local onde os vários grupos que lutavam por mudanças mais radicais na sociedade brasileira poderiam expor suas bandeiras, debater as ideias e definir políticas mobilizadoras que unificassem o conjunto de movimentos que se aglutinavam em torno do partido.

Os grupos que atuavam no Partido dos Trabalhadores foram também os que impulsionaram a criação da Central Única dos Trabalhadores no contexto regional. Destaca-se a participação da

Pastoral Operária, ligada à Igreja Católica, que na época agregava um número expressivo de trabalhadores que atuavam no PT. O grupo teve participação importante na construção da CUT e na organização da oposição em alguns sindicatos.

Além dos grupos ligados ao PT tiveram participação direta na construção da CUT dois sindicatos importantes, o dos mineiros de Criciúma e o dos metalúrgicos. Esse era dirigido por Ademir Klein, que havia sucedido Ari de Oliveira Alano após a greve de 1979. Klein havia se destacado durante aquela greve, porém tinha uma trajetória de participação no movimento sindical desde os anos 60.

A gestão de Klein à frente do Sindicato dos Metalúrgicos definiu a atuação da entidade no campo do “novo sindicalismo”, isto é, uma atuação mais efetiva de mobilização da categoria. Nessa época foi criado o informativo do sindicato, “Zé Ferreiro”, e para organizar o informativo foi contratado o jornalista Artur Scavone.<sup>209</sup>

Nas reuniões da diretoria eram discutidas e definidas a atuação da entidade na formação da CUT. Na ata de 12 de maio de 1982 consta a deliberação pela participação no Encontro da Classe Trabalhadora – ENCLAT. “Os trabalhadores metalúrgicos teriam até a obrigatoriedade de não só participar destes eventos como também contribuir física e monetariamente para a organização do mesmo”<sup>210</sup>.

O Sindicato dos Metalúrgicos estava totalmente engajado na construção da CUT. Buscando referência em Eder Sader, pode-se classificar esse sindicato no campo do novo sindicalismo, no qual a direção passou a repercutir os anseios das bases, com posturas mais combativas em relação às negociações salariais e também com relação à reorganização do movimento sindical geral, sendo um dos protagonistas na articulação da nova central sindical.

O Sindicato dos Mineiros também teve participação importante na organização do movimento da central sindical, como indica o boletim informativo da entidade:

---

<sup>209</sup> Scavone foi preso político, era ligado à Ala Vermelha e em Criciúma atuava no PT. Era cunhado de Derlei de Lucca, que havia sido contratada na mesma época pelo Sindicato dos Mineiros também na função de elaborar o boletim do sindicato.

<sup>210</sup> Ata da reunião da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Criciúma. 12 de maio de 1982.

### Eleições para a CUT

A Central Única dos Trabalhadores – proposta avançada da 1ª CONCLAT deve ser eleita ainda esse ano ou em 83.

O povo brasileiro sempre praticou democracia até 64.

Permanentemente reclamamos por eleições diretas para presidente da república.

Devemos preparar-nos para exigir eleições diretas para a CUT dando assim um exemplo de democracia para os dirigentes deste país.

A CUT deve ser eleita democraticamente nas bases e unificar as lutas concretas de todos os trabalhadores.<sup>211</sup>

O boletim dos mineiros já indicava a posição de um grupo que estava envolvido na fundação da central, a proposta era eleições diretas, pela base. Naquele momento havia uma certa unidade no sindicalismo brasileiro em torno da construção de uma central sindical que unificasse as várias categorias de trabalhadores do país.

A conjuntura caminhava e tornava cada vez mais inevitável a criação de uma central sindical, porém havia uma forte disputa no movimento sindical para definir a linha política da central e quem deveria dirigir a entidade e até mesmo quando ela deveria ser criada. Enquanto umas correntes apresentavam propostas mais avançadas de rompimento com a estrutura sindical atrelada ao Estado, outros grupos tinham posições mais conservadoras.

A CUT nacional foi fundada em 1983 pelas correntes ligadas ao chamado “novo sindicalismo”, principalmente o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, que se tornou força hegemônica da nova entidade. A partir de então se proliferou a criação de seções regionais da central em todo o país.

---

<sup>211</sup> Boletim Informativo nº 3, de março de 1982. Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Carvão de Criciúma e Içara.

Em Santa Catarina a CUT foi fundada em 1984 na cidade de Chapecó. A intenção era aproximar o sindicalismo urbano com o movimento dos trabalhadores rurais que estava se fortalecendo naquela época. Na região Sul do estado foi criada a regional no ano seguinte.

O Sindicato dos Mineiros de Criciúma, que se engajou no início do processo na construção da Central, no momento da fundação estava afastado dos grupos que efetivaram a entidade. Por outro lado a CUT impulsionou um grupo de oposição à direção do sindicato.

Esse grupo, liderado por José Paulo Serafim, foi vitorioso nas eleições de 1986. Mesmo com o apoio fundamental dos cutistas, uma vez na diretoria esse grupo não se filiou a entidade à central sindical. Porém, manteve-se alinhado às políticas definidas pela Central.

O Sindicato dos Metalúrgicos, por seu lado, que também se engajou no início do processo da criação da Central, manteve-se no campo cutista, porém definiu sua filiação somente em abril de 1988, conforme ata da entidade.

Entre os grupos que não estavam na estrutura sindical durante a fundação da CUT destaca-se a Pastoral Operária. Esse grupo teve participação ativa na fundação da central e também na organização das oposições aos sindicatos dos mineiros e dos vestuaristas, categoria que passou a ser protagonistas nas principais mobilizações operárias na cidade a partir da década de 1980.

O setor do vestuário se desenvolveu na cidade durante a década de 1970 e chegou na década de 1980 como um dos principais setores industriais da região. Esse setor tinha como diferencial a ocupação, em sua maior parte, de força de trabalho feminino.

O sindicato do setor foi criado em 1979, englobava os trabalhadores e trabalhadoras do setor de vestuário e calçadista da região. A presidência da entidade foi ocupada por Ana Borges dos Reis.

No ano de 1977, algumas mulheres e homens desta categoria que tinha uma influência maior nas fábricas de calçados e malharias (naquele período o setor do vestuário ainda era pouco) iniciaram a discussão de organizar um instrumento de representação dos trabalhadores

“vestuaristas” como somos conhecidos. Neste grupo podemos destacar a D. Ana, a Olga (Olguinha) como era chamada, o Nilton, o Zé Carlos e a D. Zelinda, estas pessoas formaram a comissão organizadora que fizeram o pedido da CARTA SINDICAL junto ao Ministério do Trabalho, passado 2 anos a sonhada carta foi outorgada, com o nome SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO E CALÇADO DE CRICIÚMA, o nome região foi agregado após ser feita uma assembléia de aumento da representação para outros município.<sup>212</sup>

O depoimento acima concedido por Valdeci da Silva demonstra que a mobilização da categoria criar um sindicato iniciou em 1977, e entre os nomes envolvidos na criação da entidade aparece a senhora Ana Borges dos Reis, que se tornou a primeira presidente do sindicato. Ainda segundo Silva, Ana Borges dos Reis veio de Porto Alegre e era ligada ao Partido Democrático Trabalhista – PDT de Leonel Brizola, além de experiência no movimento sindical daquela cidade. Esse vínculo político da presidenta explica a estreita relação que esta estabeleceu com o Sindicato dos Mineiros na gestão de Lourival Espíndola, como aparece no boletim dessa entidade.

Os mineiros, temos tido bastante integração com os vestuaristas. Nossas reuniões nos bairros são feitas em conjunto, nossos problemas são discutidos por todos. Na greve dos vestuaristas, participamos ativamente.

Como os vestuaristas, em grande maioria são mulheres, geralmente filhas de mineiros, a integração é fácil. Em alguns bairros participa a moça costureira noiva do mineiro, a remalhadeira filha de mineiro, etc...<sup>213</sup>

No boletim dos mineiros aparece um espaço considerável para os vestuaristas. Procurava demonstrar os laços que uniam as categorias,

---

<sup>212</sup> Valdeci da Silva. Depoimento por email a Antonio Luiz Miranda em 30 de novembro de 2012.

<sup>213</sup> Boletim Informativo nº 3, de março de 1982. Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Carvão de Criciúma e Içara.

reforçando a ideia de “consciência de classe” ou de “uma grande família”, como afirma o boletim. Naquele momento os dois sindicatos tinham orientação política do brizolismo, então era importante para esse grupo reforçar essa unidade.

Outro aspecto importante do boletim é a relação familiar entre as categorias. O mineiro era o pai, o irmão, o marido ou namorado. O vestuário o feminino, o mineiro o masculino, unidos enquanto classe. Esse aspecto é talvez uma forte identidade da cidade, a identidade da classe operária local. Os mineiros são a categoria-chave, a referência para as outras categorias.

O boletim reforça a história de luta dos mineiros, que antes de 1964 eram, segundo o documento, a categoria mais combativa de Santa Catarina, mas que as novas gerações não lembravam mais daquela época, pois foram reprimidas pelo regime autoritário. E essa memória não deveria ser esquecida, e chamava os aposentados a ajudarem o sindicato a mostrar para a juventude o seu passado de luta.

De certa forma o boletim romantizava o passado recente dos mineiros. Um passado heróico. Essa experiência do passado deveria passar para as gerações mais novas, aproveitar o entusiasmo da juventude e irradiar para as outras categorias.

Os vestuaristas, em março de 1982, tinham recém-acabado uma greve, o que se transformou numa experiência importante para a categoria. No informativo dos mineiros é perceptível a intenção de ressaltar a liderança de Ana Borges dos Reis junto à categoria:

...A solidariedade das demais categorias também foi importante. Foi fundamental, segundo D. Ana, principalmente a ajuda do sindicato dos mineiros de Criciúma. Incrível a confiança que a categoria deposita em D Ana.

Quando surge um problema elas dizem: “vou chamar a D. Ana.”<sup>214</sup>

---

<sup>214</sup> Boletim Informativo nº 3, de março de 1982. Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Carvão de Criciúma e Içara.

Era uma tentativa de respaldar e legitimar cada vez mais a liderança de Ana Borges dos Reis no meio sindical e também a influência do brizolismo, uma espécie de volta ao modelo sindical pré-64. Mas os tempos eram outros, o velho petebismo não sobreviveu muito tempo nos sindicatos dos mineiros e nos vestuaristas.

Durante a greve dos vestuaristas de 1982, primeira na história da categoria, Valdeci da Silva apareceu como liderança no meio dos operários. Chegou a dirigir as assembleias e era membro efetivo do comando de greve. No final daquele ano houve eleições para a direção do sindicato, Silva e outras pessoas que também tiveram participação efetiva na organização da greve entraram para a direção do sindicato.

Na segunda assembléia do início do ano fui indicado para dirigir a assembléia, lembro que o Nei além de fazer a cobertura jornalística, nos dava dicas de como deveríamos conduzir a assembléia, esta assembléia deliberou por greve de um dia para fazer pressão, mas no final do dia a decisão foi continuar a greve que duração de 8 dias, neste processo fui lembrado para participar da direção do Sindicato no final de 1982, na oportunidade junto com a pastoral operária veio a idéia de fazer oposição mas, na conversa com o Nilton, a Olguinha e D. Zelinda, achamos melhor entrar na direção.<sup>215</sup>

Silva participava então da Pastoral Operária. O principal articulador desse grupo era o padre Miotelo e as principais lideranças eram os irmãos Teixeira, José Paulo e João Paulo. Valdeci da Silva lembra das orientações que recebeu do jornalista Nei Manique. Segundo Silva, além de fazer cobertura jornalística, ele dava dicas de como conduzir a assembleia.

A participação de Nei Manique no meio sindical é um caso curioso. Seu pai, Argemiro Manique Barreto, havia sido prefeito da cidade pela ARENA no início dos anos 70 e ainda era um político atuante na cidade. Isso talvez não explique muita coisa, mas o fato curioso era a forma como o jornalista atuava. Não fazia apenas a cobertura jornalística, mas intervinha na organização do movimento

---

<sup>215</sup> Valdeci da Silva. Depoimento por email a Antonio Luiz Miranda em 30 de novembro de 2012.



sempre com propostas mais avançadas. E como jornalista publicava as matérias favoráveis ao movimento operário.

Nei Manique trabalhava no Jornal O Estado, o de maior circulação em Santa Catarina na época, então suas matérias acabavam ganhando uma abrangência importante em nível estadual. Por ser membro de uma família ilustre pode ter facilitado seu espaço no meio de comunicação. Então a voz dos operários aparecia na mídia através de um membro rebelde das classes dirigentes locais.

Voltando a atenção à trajetória de Valdeci da Silva, observa-se que antes de compor a direção do sindicato com Ana Borges, o grupo da Pastoral pretendia fazer oposição, mas acabou ocupando o espaço na estrutura, mesmo dividindo com outro grupo a direção da entidade.

Durante o mandato apareceu às contradições entre a concepção sindical cutista/petista e a concepção brizolista se podemos dizer assim, pois a D. Ana expressava esta concepção, neste período conhecemos o Zanelatto, presidente dos metalúrgicos, Tonhão e outros, em 1985, na nova eleição houve um racha na direção do Sindicato, formamos um grupo interno de 5 pessoas, D. Zelinda, a Olga, o Nilton, Ze Carlos, e Valdeci, este grupo foi se articulando e tornou-se um movimento com metalúrgicos, pastoral operária, Miotelo, Nei, Chico, Lelê, Libelú, lideranças de Bairros, foi fantástico, ganhamos a eleição com quase 80% dos votos, o meu nome foi escolhido pelo grupo para encabeçar a chapa e sendo assim me tornei Presidente do Sindicato dos Vestuaristas em novembro de 1985. Obs. nesta época nós já fazíamos campanha LULA presidente.<sup>216</sup>

Silva também avalia que o fato de ter entrado na direção em 1982 foi a tática mais correta para conquistar a direção do Sindicato dos Vestuaristas. Estar na estrutura facilitou a articulação da oposição que se saiu vitoriosa.

---

<sup>216</sup> Valdeci da Silva. Depoimento por email a Antonio Luiz Miranda em 30 de novembro de 2012.

O resultado eleitoral com 80% dos votos para a chapa encabeçada por Valdeci da Silva indica a força que o movimento cutista tinha adquirido no meio operário local. O apoio do Sindicato dos Metalúrgicos, da Pastoral Operária e dos grupos internos do PT foi fundamental para a vitória cutista. Por outro lado, o brizolismo não conseguiu sobreviver muito tempo no sindicalismo local.

Os dois sindicatos que tinham alguma influência do brizolismo, os vestuaristas e os mineiros de Criciúma, não conseguiram estabelecer uma base de apoio necessária para sustentar a direção das entidades. Nos documentos publicados na época pelos brizolistas e pelos cutistas percebe-se uma diferença básica. Enquanto nos primeiros aparece com ênfase a ideia de se recuperar o passado, a tradição sindical pré-64, propondo que naquela época havia democracia e grande participação popular nos sindicatos, o grupo cutista apresentava-se como algo novo, com um olhar para o futuro, como se percebe no boletim do Sindicato dos Vestuaristas publicado após a vitória eleitoral dos cutistas:

#### Vitória dos trabalhadores

O ano de 1985 vai ficar na memória de muita gente. De um lado houve quem não tenha gostado. Do nosso a coisa é diferente. O Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário de Criciúma, depois de ficar 6 anos nas mãos de quem pouco se importava com nossa categoria, foi reconquistado.

A batalha foi dura, mas só valeu a pena. Desde 84 que os companheiros vinham organizando, reunindo-se sempre em segredo para evitar os “dedos-duros” fizessem o serviço.

A vitória da chapa 2, derrotando a chapa da situação por 761 votos contra 225 – na base 3x1 – mostrou prá todo mundo que as coisas estão mudando em Criciúma. De repente, os trabalhadores começam a perceber que sem um sindicato forte na mão, pouca coisa pode ser feita.

Os nossos companheiros metalúrgicos e também os rodoviários entenderam isso bem antes de nós. Hoje as três categorias,

metalúrgicos, rodoviários e vestuaristas – fazem parte de uma FAMÍLIA ÚNICA, que sabe brigar unida justamente porque tem o sindicato a seu lado.

Não fosse assim, por que razão a vitória da CHAPA 2 deixou tanta gente com uma “pulga atrás da orelha”. Simples: se os trabalhadores de todas as categorias começarem a entender a importância de seu sindicato certamente vão se interessar em participar dele. E isso vai significar o fim dos “PELEGOS”, como aconteceu por exemplo no nosso sindicato.

Recentemente, em Brusque, durante o Congresso Estadual da CUT, os companheiros metalúrgicos, rodoviários e vestuaristas somaram mais de um terço dos delegados presentes. E tinha gente de todo o estado em Brusque.

A luta apenas começou companheiros. Mas agora nós temos certeza que não estamos sozinhos. Somos três sindicatos brigando pelas mesmas coisas. Lado a lado. É acreditar no futuro e tocar o barco em frente!<sup>217</sup>

O documento acima indica algumas informações importantes a respeito do movimento sindical de Criciúma no início dos anos 80. Com a vitória dos cutistas no Sindicato dos Vestuaristas a CUT passou a contar com três sindicatos oficiais na cidade. Os metalúrgicos, que haviam participado desde a fundação, os rodoviários, que englobavam os motoristas de ônibus, um setor importante em relação às mobilizações de paralisação, e os vestuaristas.

Os metalúrgicos e os rodoviários estavam na CUT e deram sustentação à chapa de oposição ao Sindicato do Vestuário. Isso pode ser considerado uma novidade para a história do sindicalismo local. Não era tradição na cidade o sindicato de uma categoria dar apoio explícito a um grupo de oposição em outra categoria. Os sindicalistas tradicionais

---

<sup>217</sup> O CARRETEL n° 1 – Informativo do Sindicato dos Trabalhadores no Vestuário de Criciúma-SC. Dezembro de 1985. Acervo CEDIP – CEDOC-UNESC.

acusaram esse fato de “falta de ética” dos sindicatos envolvidos. Isto é, afirmavam que existia uma ética a ser respeitada entre os sindicatos de não intervirem nas questões internas de outro.

As eleições no Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário em 1985 podem ser consideradas um divisor de águas na história do sindicalismo local. Não foi a vitória apenas de uma chapa de oposição à direção de então, mas a vitória de um novo modelo de atuação sindical, ligado ao chamado novo sindicalismo representado pela CUT.

Criciúma passou a ser referência para o sindicalismo cutista no estado de Santa Catarina, expressa no congresso estadual da entidade realizado na cidade de Brusque, quando os delegados da representação das categorias de Criciúma compunham mais de um terço do congresso. Os vestuaristas, por seu lado, tornaram-se a representação mais autêntica do novo sindicalismo na cidade.

Um dado do informativo “O Carretel” mostra como se deu a articulação do grupo oposicionista. Diz o documento que se reuniam em segredo para evitar os “dedos-duros”, mas parte do grupo de oposição estava na diretoria. Isso remete à ideia de quebra de confiança entre os diretores do sindicato. Ana Borges dos Reis, então presidente, trouxe para a direção do sindicato em 1982 seus próprios algozes. E além de ser derrotada fragorosamente nas urnas, saiu da direção do sindicato com a “pecha” de “pelega”.

A representação da imagem da presidente nos documentos dos sindicatos mudou completamente entre 1982 e 1985. Comparando as informações do boletim dos mineiros de 1982, no qual Ana Borges dos Reis é apresentada como uma grande liderança operária, uma referência para a categoria, quando os trabalhadores queriam ameaçar os patrões diziam que iriam “chamar a dona Ana”. No espaço de três anos a mesma personagem aparece como “pelega”, aliada dos patrões e que foi derrotada pela base da categoria.

O informativo do Centro de Estudos e Documentação Popular - Cedip divulga a vitória da chapa de oposição nos vestuaristas apontando o significado da vitória do novo sindicalismo contra velhas práticas do sindicalismo local:

## VITÓRIA PRA PELEGO NENHUM BOTAR DEFEITO

Com d. Ana, começa a cair por terra a atual estrutura sindical ainda muito forte na região. Começa a desaparecer dos meios sindicais – ou ao menos ser rechaçados pelos trabalhadores – algumas práticas até aqui consideradas normais e rotineiras no sindicalismo local. Vejamos algumas dessas idéias e práticas:

1ª) A idéia (e a prática) de que, quem manda no sindicato é o presidente; que os demais membros da diretoria não passam de “vaquinhas de presépio” cabendo a estes tão somente assinar embaixo tudo que o presidente decidir.<sup>218</sup>

O Cedip desempenhou um importante papel no movimento sindical cricumense na época. No informativo, mencionado acima, comemora a vitória da chapa 2 no Sindicato do Vestuário. Relacionando com o boletim publicado pelos próprios vestuaristas é possível perceber que a relação estabelecida no interior do sindicato durante a gestão 82-85 era inconciliável.

Ana Borges dos Reis representava o sindicalismo tradicional, no qual o presidente concentrava todos os poderes da entidade, como critica o documento do Cedip. Os demais membros da diretoria eram apenas figurativos, não exercendo nenhuma influência nas decisões da presidência.

A intransigência da então presidente facilitou a ação dos diretores descontentes. Enquanto ela não abria espaço para os demais diretores nas decisões da direção, esses se articularam e formaram a oposição por dentro da estrutura da própria entidade. Valdeci da Silva, o presidente eleito na ocasião, relata as primeiras medidas tomadas pela nova diretoria:

Com a nossa chegada no Sindicato fizemos uma reformulação no estatuto democratizando o processo eleitoral, instituímos o Congresso dos Vestuaristas sempre no mês de fevereiro, com

---

<sup>218</sup> Informativo CEDIP nº 5 set-dez: 1985.

representação proporcional dos trabalhadores nas fábricas, o congresso tinha como objetivo central preparar a categoria para fazer o enfrentamento na data base da categoria que era no mês de maio. Também foi o ano do primeiro pacote econômico pós-ditadura, o plano cruzado com congelamento de preços e nós já saímos dizendo que era um plano eleitoreiro e acertamos, por conta deste plano o PMDB saiu vitorioso na eleição de novembro daquele ano.<sup>219</sup>

A reestruturação da entidade, com a implantação de um novo estatuto, segundo Valdeci da Silva, democratizou o processo eleitoral. A instituição do congresso da categoria para definir a política a ser levada pelo sindicato durante o ano deu uma dinâmica diferente da que havia até então. O Sindicato dos Vestuaristas passou a representar e ser a principal referência do sindicalismo cutista na região, e a partir daí liderou os principais movimentos grevistas ocorridos na cidade durante a segunda metade dos anos 80.

### **4.3 - A GREVE GERAL DE 1986**

A segunda metade da década de 1980 foi o período de maior mobilização operária na história da cidade. A vitória da chapa de oposição no Sindicato dos Mineiros de Criciúma em 1986, a greve da categoria, duramente reprimida pelas forças policiais, a tomada da CBCA, isto é, uma companhia mineradora passou para o controle dos trabalhadores, as greves gerais foram os eventos que se destacaram no período e levaram a classe dirigente local, de forma pejorativa, a caracterizar Criciúma como a cidade das greves.

No mês de maio de 1986 várias categorias de operários de Criciúma, de forma combinada, iniciaram um período de paralisações que pode ser considerado greve geral.

Diferente da experiência de setembro de 1979, a mobilização geral de 1986 foi coordenada. Cada categoria organizou seu movimento, mas a CUT se tornou a entidade central na coordenação do movimento.

---

<sup>219</sup> Valdeci da Silva. Depoimento por email a Antonio Luiz Miranda em 30 de novembro de 2012.

Nesta onda de paralisações teve intervenção do aparato policial, enfrentamentos, prisões e agressões por parte de patrões.

A grande motivação para a mobilização, além das questões particulares de cada categoria, era a luta contra o pacote econômico decretado pelo governo federal, o Plano Cruzado, que determinou o congelamento de preços e salários com a intenção de combater a inflação. Essa onda de greves teve repercussão nacional. Jair Meneguelli, então presidente nacional da CUT, veio à cidade acompanhar de perto as mobilizações.

Tratava-se de um ano eleitoral, eleições gerais estavam marcadas para o final do ano. O governo Sarney preparava o terreno para a vitória dos partidos apoiadores do governo, principalmente o PMDB. No entanto, essas medidas não agradaram no primeiro momento a classe trabalhadora, que passou a implementar fortes mobilizações de resistências às medidas governamentais.

O fim dos governos militares, em 1985, diminui a pressão do aparato estatal sobre os sindicatos, o movimento operário conquistou maior liberdade de atuação. Por outro lado, a inflação corroía o poder de compra dos salários. A CUT tornou-se a expressão do movimento sindical combativo no país.

Em Criciúma a agitação operária acompanhava os movimentos operários dos grandes centros do país. A CUT em nível local também havia conquistado o respeito no meio operário, e à medida que conquistava direções de sindicatos legitimava cada vez mais sua liderança entre os trabalhadores. Dessa forma, as greves simultâneas de várias categorias durante o mês de maio de 1986 foram consideradas uma greve da CUT.

Valdeci da Silva estava iniciando sua gestão à frente do Sindicato dos Vestuaristas, e fala da sua primeira experiência à frente do movimento.

Preparação para a primeira campanha salarial e articulação com as outras categorias, na primeira semana de maio fizemos uma boa reunião com vários Sindicatos, a esta altura o Vestuarista passara a ser o centro das articulações sindicais, foi o primeiro Sindicato que a oposição

ganhara dos pelegos, nesta reunião foi decidido que maio seria um mês de greve na cidade. O jornal local estampou na capa “CUT PROMETE PARAR A CIDADE CONTRA O PLANO CRUZADO”, não deu outra, no dia 13 de maio, dia histórico, além dos vestuaristas, mineiros, comerciários, metalúrgicos, ceramistas, químicos, gráficos e trabalhadores da empresa curtume Dalbó, foi quase uma greve geral em Criciúma sob o comando da CUT, algumas categorias pararam mais para protestar contra o plano cruzado, outras por conta da data-base, a greve se estendeu por vários dias, que foi o nosso caso, que durou 12 dias até o julgamento pelo TRT.<sup>220</sup>

Os principais jornais de Santa Catarina deram cobertura destacada para as mobilizações de Criciúma, mas de maneira diferente da cobertura feita em 1979, quando a maioria das matérias, principalmente do Jornal O Estado, tratavam de forma positiva o movimento e relatavam praticamente todos os acontecimentos, as divergências e os debates no interior dos sindicatos, em 1986 a cobertura foi menos enfática que em 79.

O Jornal de Santa Catarina de 10 de maio destacava o início da greve anunciada pelo presidente regional da CUT:

#### CUT ARTICULA ONDA DE GREVES NA REGIÃO

Criciúma – O presidente regional da Central Única dos Trabalhadores – CUT, Amilton Borges, reafirmou ontem que a partir da zero hora de segunda-feira estará em vigência no Sul o “estado de greve”, que poderá contar com a participação de aproximadamente 70 mil trabalhadores, a começar pelos mineiros, iniciando um processo em cadeia.<sup>221</sup>

---

<sup>220</sup> Valdeci da Silva. Depoimento por email a Antonio Luiz Miranda em 30 de novembro de 2012.

<sup>221</sup> Jornal de Santa Catarina de 10 de maio de 1986.



O que estava acontecendo de fato era que algumas categorias estavam em negociação em função de suas datas-base. Essas negociações entraram num impasse devido ao pacote econômico do governo, que previa o congelamento dos preços e salários. Parte dos empresários, utilizando o pacote governamental como subterfúgio, se retirou das negociações.

A culpa das negociações fracassadas foi debitada ao governo da Nova República. Os cutistas passaram a coordenar um movimento unificado das várias categorias que se encontravam em negociação coletiva, principalmente os mineiros, os ceramistas, os calçadistas e vestuaristas e os trabalhadores em indústrias de plásticos. A proposta era organizar todos contra o arrocho.

Somando o número de trabalhadores de cada uma dessas categorias chegava-se perto de 70 mil pessoas. A CUT conseguiu unificar a grande maioria dos sindicatos, apenas o representante dos ceramistas, Itaci de Sá, não estava participando das reuniões, conforme indicam os jornais da época. Os cutistas souberam aproveitar a ocasião, coordenar a unificação do movimento e ao mesmo tempo capitalizar a representação política de todo movimento operário local. A CUT falava, a partir daquele momento, em nome de todas as categorias de trabalhadores da região.

Naquela época greve já não era uma novidade para a cidade. Desde 1979 várias categorias haviam deflagrado greves setoriais, como a dos mineiros em 1981 e a dos vestuaristas em 1982. Os empresários sabiam que os trabalhadores já não ficavam mais apenas na ameaça, e quando as negociações não avançavam a greve era uma alternativa concreta.

Os trabalhadores já não se intimidavam com as ameaças patronais. A disposição para a luta da classe operária local era evidente. Alguns sindicatos emitiam constantemente boletins informativos que eram distribuídos nas portas das fábricas, possibilitando maior informação na base das categorias<sup>222</sup>.

---

<sup>222</sup> Identificamos pelo menos três desses boletins: O Boletim Informativo, dos mineiros de Criciúma, O Zé Ferreiro, dos metalúrgicos e O Carretel, dos vestuaristas.

Os vestuaristas emitiam o informativo “O Carretel”, composto por algumas colunas com nomes sugestivos: “Pano pra manga”, “Linhas e fios” e “boca no trombone”. Esses espaços eram utilizados para denunciar problemas que ocorriam no interior das empresas, como as condições degradantes de trabalho, desrespeito de patrões ou encarregados ou não-pagamento de horas extras, etc.

Boca no Trombone

## GRACINHAS

Na CRIMALHAS as mulheres estão reclamando de um tal CLAUDIONOR que é encarregado. Ele vive dizendo “gracinhas” para as trabalhadoras. Só que elas não vão ficar quietas. Hoje é só denúncias, amanhã vamos agir de outras maneiras.<sup>223</sup>

No exemplo acima o informativo do sindicato mostrava a empresa e o nome do encarregado denunciado pelas trabalhadoras. Esses casos, entre outros, aparecem com frequência nos informativos. Isso pode indicar a conexão do sindicato com a base da categoria. As trabalhadoras não se intimidavam em levar ao sindicato os problemas no interior das fábricas, esse por seu lado dava repercussão às denúncias através do informativo.

Percebe-se uma mudança qualitativa na prática da política sindical com os cutistas na direção a partir de 1985. Comparando os boletins publicados pelo Sindicato dos Mineiros na gestão dos brizolistas com o boletim dos vestuaristas cutistas, as diferenças são bastante evidentes. No informativo dos mineiros o nome do presidente Lourival Espíndola é destacado na capa. Na cobertura que este informativo fez sobre os vestuaristas, em 1982, a figura de Ana Borges dos Reis, então presidente, aparece como a grande líder da categoria. É citada a frase “vou chamar a d. Ana”, se referindo à forma como os trabalhadores e trabalhadoras da base da categoria falavam em recorrer ao sindicato.

O informativo dos vestuaristas a partir da gestão cutista se diferencia dos mineiros principalmente quando se refere ao presidente. Nesse informativo o nome do presidente praticamente não aparece. O destaque é para a entidade sindical em si. No exemplo dos mineiros, o sindicato é personificado na figura do presidente, enquanto que no vestuarista o destaque é para a participação coletiva.

---

<sup>223</sup> O CARRETEL – Informativo do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário e Calçados de Criciúma-SC. Nº 7, de agosto de 1987.

Em 1986 o Sindicato dos Mineiros de Criciúma ainda era dirigido pelo grupo mais tradicional, mas isso não impedia que eles participassem com os cutistas das mobilizações das categorias de trabalhadores. Havia, na época, na região carbonífera cinco sindicatos dos trabalhadores na mineração, sendo eles: Criciúma, Rio Maina, Lauro Müller, Urussanga e Siderópolis. Praticamente todos os municípios em que havia mineração de carvão tinham um sindicato, excetuando o município de Içara, que compunha a base de Criciúma.

As empresas mineradoras, no entanto, eram praticamente as mesmas em todos os municípios. Quando os sindicatos não agiam unificados facilitavam para as empresas, que impunham acordos menos vantajosos aos trabalhadores. Mas quando conseguiam unificar as campanhas, mobilizavam toda região e um universo considerável de pessoas.

A primeira experiência de uma greve unificada foi em 1979, iniciou em Lauro Müller e se estendeu para os outros sindicatos e municípios, principalmente Criciúma, que acabou engrossando as greves das outras categorias, constituindo a primeira experiência de greve geral na cidade<sup>224</sup>. Porém, nessa ocasião não existia uma coordenação que centralizava as categorias em greve. Cada categoria conduzia seu movimento individualmente.

Em maio de 1986 os mineiros empreenderam uma campanha unificada de todos os sindicatos da categoria na região. Além disso, participaram da organização geral com a CUT e outros sindicatos, principalmente os vestuaristas, criando um clima de greve geral na cidade. No dia 11 de maio os mineiros iniciaram a greve que durou praticamente todo o restante do mês e em algumas empresas se estendeu até o mês de junho. A partir daí outras categorias deflagraram greves, paralisando praticamente todo o setor industrial da cidade. Esta onda de paralisações apareceu com destaque nos jornais da época:

GREVES SE ALASTRAM POR TODO  
ESTADO

---

<sup>224</sup> Estamos considerando “greve geral” a paralisação simultânea, coordenadas ou não, de várias categorias de trabalhadores na mesma cidade.

A paralisação de sete categorias pode parar Criciúma hoje, enquanto em várias cidades estouram novos movimentos reivindicatórios.

Uma assembléia geral convocada pela Central Única dos Trabalhadores para hoje às 15hs na Praça Nereu Ramos, no centro de Criciúma, pode deflagrar a primeira greve geral de uma cidade depois da edição do pacote econômico. Cerca de 30 mil trabalhadores de sete categorias estão em greve, num movimento organizado pelos sindicatos ceramistas, do vestuário, calçadista, de motoristas e de metalúrgicos, controlados pela Central, a reboque da greve dos mineiros de carvão. A situação na cidade é tensa. Se os comerciários entrarem em greve amanhã, com base na assembléia, como é proposta de seu sindicato, Criciúma vai parar.<sup>225</sup>

O pacote econômico editado pelo governo da Nova República, com a intenção de controlar a inflação do período, previa o congelamento dos preços das mercadorias e também o congelamento dos salários. Porém, essas medidas governamentais foram tomadas no momento em que as categorias estavam iniciando as negociações de reajustes salariais. Isto é, negociavam a recomposição do poder de compra dos salários, deteriorado pelo processo inflacionário do período anterior.

Havia então, em nível geral do sindicalismo, um clima de mobilizações das mais variadas categorias. No entanto, com o pacote econômico governamental, os empresários recuaram nas negociações iniciadas com os sindicatos. Como as medidas do governo previam congelamento geral de preços e salários os empresários se utilizaram desse subterfúgio para não avançar nas negociações.

Nesse contexto, o clima de descontentamento se generalizou entre os trabalhadores, e, aproveitando-se do clima de democratização já instalado no país na época, várias categorias partiram para a mobilização de fato. Essas mobilizações aconteceram principalmente naquelas categorias que desde o final dos anos 70 haviam iniciado um processo de mobilizações mais contundentes.

---

<sup>225</sup> Diário Catarinense de 14 de maio de 1986.

No estado de Santa Catarina, lembrando o ano de 1979, novamente a cidade de Criciúma se destaca no aspecto de mobilização da classe operária. Enquanto em outras cidades do estado, inclusive a capital, Florianópolis, algumas categorias de forma isolada partem para mobilizações mais contundentes, deflagrando greves, em Criciúma as principais categorias, de forma simultânea e organizada, partem para a mobilização em conjunto.

Comparando com setembro de 1979, é possível perceber que as trincheiras na cidade estão bem definidas. De um lado a classe empresarial de outro a classe operária. Os empresários utilizaram-se das medidas governamentais para não conceder os reajustes previstos. Os empresários estavam organizados e tentavam mostrar que as mobilizações dos trabalhadores traziam prejuízos para a cidade e que os reajustes prejudicavam principalmente os empresários.

É elucidativa a frase que uma empresa do ramo calçadista colocou na folha de pagamento dos funcionários: “Não se pode ajudar o assalariado aniquilando ao empresário”<sup>226</sup>. Esse pode ser a grita geral dos empresários se referindo principalmente aos impostos e aos custos da folha de pagamento no orçamento da empresa. Também explicita os campos opostos das classes sociais.

Na primeira metade dos anos 80 o movimento operário avançou bastante no nível de mobilização. Os empresários, por seu lado, não estavam mais tão despreparados como no final dos anos 70. Passaram a utilizar do aparato repressivo com maior intensidade, como no caso de São Bernardo do Campo em 1980. Mas nem por isso o movimento operário recuou em nível de mobilização.

O crescimento geral das mobilizações do movimento operário brasileiro, no período, se refletiu em Criciúma, uma cidade com forte característica operária. Apesar das contradições internas entre os vários grupos que compunham o movimento operário local, bem como as direções dos sindicatos, no conjunto as mobilizações operárias em Criciúma se destacavam no contexto estadual. Isso se reflete, por

---

<sup>226</sup> O Carretel. Informativo do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Vestuário e Calçadista de Criciúma. Arquivo CEDIP – CEDOC/UNESC.

exemplo, na cobertura jornalística de circulação estadual, nas quais a maior parte se refere às greves de Criciúma.

O presidente regional da CUT era chamado constantemente pela imprensa para falar em nome do movimento, conquistando assim maior legitimidade e representatividade da Central. Cada categoria teve sua própria trajetória e desfecho do movimento, mas a novidade desse período de greves foi seu caráter de unidade entre as categorias de trabalhadores.

Os jornais de circulação estadual destacavam a mobilização dos trabalhadores de Criciúma. No jornal *O Estado* de 15 maio de 1986 aparece: “Assembléia unificada reúne três mil trabalhadores em Criciúma”. Essas assembleias unificadas tinham caráter de atos públicos, pois as deliberações e as negociações eram feitas individualmente por categorias.

Um indicador dessa greve foi o confronto entre patrões e empregados, principalmente no setor do vestuário, como se percebe nos jornais: “Socos, pontapés e ameaças contra os grevistas”<sup>227</sup>, e “Tumulto nos piquetes se repetiu no segundo dia”<sup>228</sup>. As matérias se referiam à violência cometida por patrões e encarregados de algumas empresas do setor do vestuário contra grevistas. Mas aparecem também acusações de violência cometida por policiais contra metalúrgicos e ceramistas.

As denúncias eram desde agressões verbais, tentativas de atropelamentos a utilizações de armas de fogo, sendo que a maioria das agressões era cometida diretamente por patrões ou a mando desses. Esses atos aumentaram ainda mais o clima de confronto de classes na cidade. Nesse sentido, a entidades representativas dos trabalhadores se fortaleceram ganhando maior adesão da base dos trabalhadores.

O aparato policial foi aumentado com o deslocamento de 80 soldados das cidades de Tubarão e Araranguá, como aparece no jornal da época: “A Terceira Companhia de Polícia Militar de Criciúma recebeu, ontem, reforço de 80 policiais de Tubarão e Araranguá”<sup>229</sup>. Esse dado indica a tensão criada na cidade de Criciúma com a deflagração das greves.

---

<sup>227</sup> Jornal de Santa Catarina de 15 de maio de 1986.

<sup>228</sup> Diário Catarinense de 15 de maio de 1986.

<sup>229</sup> Jornal de Santa Catarina de 16 de maio de 1986.

Esse evento fez com que Criciúma se tornasse um dos principais focos de resistência ao pacote econômico do governo. As greves na cidade repercutiram nacionalmente. Jair Meneguelli, então presidente nacional da CUT, esteve em Criciúma nos dias 18 e 19 de maio para prestar solidariedade, bem como se reunir com os trabalhadores em greve e auxiliar nas negociações.

O Encontro Nacional dos Sindicalistas do Partido dos Trabalhadores fez moção de apoio aos trabalhadores de Criciúma:

Aos companheiros em greve: Hoje Criciúma vive uma situação de Greve Geral. Os trabalhadores mineiros, calçadistas, vigilantes, metalúrgicos, ceramistas, comerciantes, correios, papeleiros paralisam suas atividades, reivindicando aumentos salariais diante das perdas impostas pelo patronato e pelo pacote econômico do governo.

Nos solidarizamos com vocês enviando este apoio, buscando contribuir para o sucesso das greves. Queremos expressar ainda que os companheiros não estão isolados nesta luta...<sup>230</sup>

Os sindicalistas de Criciúma estavam articulados nacionalmente com a CUT e com o PT, é possível que esses contatos tenham facilitado a repercussão das greves dos trabalhadores da cidade no meio sindical nacional. Vários sindicatos de Santa Catarina e das principais capitais brasileiras enviaram telegramas de solidariedade aos trabalhadores de Criciúma, com destaque ao enviado por Luis Inácio Lula da Silva, então presidente nacional do PT. Pode-se perceber a singularidade do movimento dos trabalhadores de Criciúma no plano nacional.

Várias categorias de trabalhadores, de forma individual, em todo Brasil resistiam ao pacote econômico governamental. O plano de combate ao descontrole inflacionário congelava os preços e salários, no entanto, o maior prejuízo ficou com os trabalhadores, pois a maioria das categorias estava com os salários defasados em relação aos preços das mercadorias. Isto é, o poder de compra dos salários não havia

---

<sup>230</sup> Moção de Solidariedade do Encontro Nacional dos Sindicalistas do PT. 18/05/1986. In: Arquivo CEDIP- CEDOC/UNESC.



acompanhado o aumento dos preços no período econômico anterior ao pacote.

As categorias que tiveram maior perda com o pacote e que estavam mais organizadas partiram para mobilizações reivindicando, principalmente, a recuperação do poder de compra dos salários. Não se tem notícia, no entanto, de uma cidade que tenha paralisado o conjunto da classe operária local, de forma simultânea e organizada, para resistir ao pacote governamental.

O Partido dos Trabalhadores deu destaque ao movimento dos trabalhadores criciumenses em seu Boletim Nacional:

#### Uma Cidade Contra o Pacote

Durante uma semana, Criciúma viveu uma situação de greve geral. A partir da deflagração da greve dos mineiros no dia 11 de maio, foram paralisando os setores do vestuário, calçado, metalúrgico, ceramistas e parcialmente os comerciários, motoristas, papeleiros e coreiros, além dos vigilantes e vigias que estavam em greve estadual, e que conquistaram quase todas as suas reivindicações, inclusive o pagamento dos dias parados...

...A greve geral em Criciúma e as declarações dos dirigentes da CUT demonstraram que os trabalhadores não estão adiando a luta contra os prejuízos do pacote econômico do governo, que cada greve é um estímulo para outras categorias lutarem hoje por suas reivindicações. Foi isto que ocorreu em Criciúma e que expressa a situação do conjunto da classe trabalhadora brasileira.<sup>231</sup>

É possível encontrar respostas que expliquem a peculiaridade dos movimentos grevistas dos trabalhadores de Criciúma, uma pequena cidade operária, do interior do estado de Santa Catarina?

---

<sup>231</sup> Boletim Nacional do PT – junho de 1986. Arquivo CEDIP-CEDOC/UNESC.

Torna-se importante observar o desfecho das greves de maio de 1986, além de analisar outros eventos importantes, ocorridos na segunda metade da década de 1980, para então buscar um entendimento possível das características da classe operária dessa cidade.

Entre todas as categorias que entraram em greve os vestuaristas foram os que encerram seu movimento com o sentimento de vitória. A greve do setor, que na época englobava vestuaristas e calçadistas, foi a mais tumultuada, com enfrentamentos e uso da violência física por parte de alguns empresários, como aparecem nas denúncias publicadas nos jornais. Porém, no julgamento do dissídio coletivo pelo Tribunal Regional do Trabalho conseguiram aprovar a maioria de suas reivindicações. Como atestam as manchetes dos jornais: “Calçadistas e vestuaristas vitoriosos”<sup>232</sup>, “Paralisação termina com festa”<sup>233</sup>.

O Sindicato dos Vestuaristas, naquele momento, era dirigido por cutistas e estava à frente da coordenação geral do movimento. Porém, é importante ressaltar que o movimento coincidiu com o período de dissídio da categoria; nesse sentido, facilitou a decisão favorável por parte do TRT às reivindicações da categoria.

O Tribunal Regional do Trabalho não teve a mesma postura em relação às outras categorias, principalmente os mineiros, metalúrgicos e ceramistas. Esses últimos, por exemplo, encerram a greve mesmo com todas as reivindicações negadas pelo Tribunal. Mesmo com as principais empresas paralisadas o presidente do sindicato, Itaci de Sá, encaminhou na assembleia da categoria o fim do movimento.

Os metalúrgicos nem chegaram a fazer assembleia para encerrar o movimento. O então presidente do sindicato, Domiciano Zanelatto, orientou os trabalhadores a voltarem ao trabalho, pois avaliava que o movimento estava perdendo forças<sup>234</sup>. Propunha continuar as negociações com os patrões sem a pressão da greve.

Os mineiros tiveram posição diferente. Mesmo com resultado negativo no julgamento do TRT, resolveram manter o movimento grevista.

---

<sup>232</sup> Jornal de Santa Catarina de 28 de maio de 1986.

<sup>233</sup> Diário Catarinense de 28 de maio de 1986.

<sup>234</sup> Jornal o Estado de 20 de maio de 1986.

A resposta dos mineiros para a decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que indeferiu 11 dos 12 itens da pauta de reivindicação foi continuar a greve por tempo indeterminado. Na sexta-feira a noite mais de três mil trabalhadores nas minas de carvão da região carbonífera compareceram à assembléia geral decididos a manter a paralisação caso suas reivindicações não fossem atendidas.<sup>235</sup>

A greve dos mineiros envolvia cinco sindicatos dos vários municípios da região carbonífera de Santa Catarina. Não era apenas uma diretoria e a base, mas cinco direções diferentes, era uma greve unificada. As decisões eram negociadas entre todos. Talvez essa questão explique a posição tomada de não acatar a decisão do Tribunal. A pressão da base evitava que as diretorias recuassem na posição de enfrentamento, e, por outro lado, sendo um coletivo de sindicatos tornavam-se mais fortes na resistência.

O fato importante a se considerar nessa atitude dos mineiros foi, ao não acatarem as decisões do Tribunal oficial, o nível de consciência de classe que a categoria havia atingido naquele conflito.

Ricardo Antunes em suas análises sobre as greves dos metalúrgicos do ABC paulista de 1978 afirma que: “O ato de fazer greve já era, em si, uma estupenda vitória”<sup>236</sup>. No final dos anos 70 fazer greve era, para a classe operária brasileira, um ato de coragem e ousadia, é possível perceber também em Criciúma na paralisação geral de 1979 quanto o presidente do sindicato dos motoristas falava com euforia: “a categoria parou!”

Em 1986 a classe operária brasileira já havia adquirido certo nível de experiências com greves. A ação paredista já era parte do jogo nas relações entre capital e trabalho. Antunes se refere à importância do que chama de “consciência real, empírica, espontânea” adquiridas no curso das greves de 1978.

Isso transparece quando se constatarem os novos elementos adquiridos durante a processualidade

---

<sup>235</sup> Jornal de Santa Catarina de 18 de maio de 1986.

<sup>236</sup> ANTUNES, Ricardo – A rebeldia do trabalho – O confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978/80. P. 36.

da greve; a apreensão, pelo conjunto do proletariado metalúrgico, da importância de sua reemergência social e política como sujeito, bem como a percepção da vitória das greves, são exemplos de elementos importantes incorporados e assimilados pela subjetividade operária no curso de sua ação.<sup>237</sup>

Na conjuntura do final dos anos 70 o limite para as mobilizações chegavam ao no campo da justiça trabalhista, o recurso ao TST era o máximo possível. Nesse sentido, quando não se acata uma decisão do Tribunal indica que o conjunto dos trabalhadores do setor de mineração transgrediu os limites do jogo estabelecido até então.

A greve dos mineiros foi a mais longa do período. Enquanto as outras categorias encerraram suas paralisações logo na segunda semana, os mineiros prolongaram seu movimento até o dia 11 de junho, durando o movimento 28 dias. Esses dados, por si só, demonstram a disposição da categoria no enfrentamento com o capital, mesmo que para isso tivessem que transgredir os limites até então estabelecidos.

O Cedip (Centro de Documentação e Informação Popular) divulgou na época um documento avaliando o movimento. “Muitas Lutas, uma só classe”<sup>238</sup>, título do documento, avaliava que cerca de 70 mil trabalhadores se envolveram no movimento. Os principais problemas apontados pelo Cedip foram como as informações chegavam aos trabalhadores. Segundo a entidade, a imprensa local, pertencente às famílias de empresários que também eram os donos de minas e cerâmicas, divulgava a versão dos patrões, era preciso então criar meios alternativos para divulgar a versão dos operários.

Segundo o Cedip, o resultado do movimento os trabalhadores teve algumas derrotas e algumas conquistas. A greve dos ceramistas, para o Cedip, foi o exemplo de como não se deve fazer greve. Essa categoria em 1979 também foi derrotada na ocasião. Em 1986, após o retorno ao trabalho, sem obter nenhuma conquista, pois o Tribunal simplesmente negou a reivindicações apresentadas pelo sindicato, os

---

<sup>237</sup> Idem, pag. 37.

<sup>238</sup> Boletim do Cedip, junho/1986.

trabalhadores que participaram dos piquetes foram, em sua maioria, demitidos.

As demissões dos trabalhadores ceramistas que participaram dos piquetes, apesar de o presidente do sindicato denunciar na imprensa a atitude dos patrões, causaram um mal-estar na categoria e uma grande desconfiança desta em relação à direção do sindicato.

A trajetória do Sindicato dos Trabalhadores da Construção e Imobiliário de Criciúma, que tinha como principal base os trabalhadores das cerâmicas de pisos e azulejos, desde a década de 60 teve uma posição conservadora do ponto de vista político. Não se tem notícia de nenhum movimento de oposição à diretoria, mesmo com o surgimento da CUT na década de 80 não se formou um grupo com posições cutistas dentro da categoria.

O setor cerâmico tornou-se, ao longo da década de 70, um dos mais importantes da economia local, no entanto, a categoria de trabalhadores formada nesse setor nunca teve o mesmo nível de mobilização das outras categorias da região, como os mineiros, metalúrgicos e vestuaristas.

Voltando às análises do Cedip, percebe-se então que no movimento operário sindical de Criciúma existia uma heterogeneidade de posições entre as direções dos sindicatos. Dessa forma, cada sindicato dirigiu as manifestações de forma diferenciada, apesar de ser um movimento que se pretendia unificado, mas cada categoria obteve resultados diferentes.

A trajetória do Cedip foi estudada por Rafael Pereira da Silva, segundo o qual essa entidade desenvolveu um papel importante na organização sindical local durante os anos 80. O Cedip foi criado em 1983, e Silva em sua pesquisa procurou identificar os participantes do Centro:

O primeiro deles foi descobrir quem eram as pessoas que criaram aquele Centro. Na medida em que as informações iam se cruzando e se complementando, percebi que se tratava de jovens estudantes secundaristas à época, ligados aos movimentos de Pastoral da Igreja Católica.

Eles atuaram em Criciúma no período de abertura política, a partir de 1979, e alguns anos mais tarde já participavam também do diretório municipal do Partido dos Trabalhadores. As entrevistas que realizei deram destaque a um nome em especial, como sendo o idealizador do CEDIP, José Paulo Teixeira, que cursava Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Catarina.<sup>239</sup>

Segundo Silva, o Cedip teve uma participação importante na articulação da chapa de oposição vitoriosa no Sindicato dos Vestuaristas em 1985, estabelecendo, a partir de então, uma estreita ligação com esse sindicato, principalmente nas questões relacionadas à formação sindical.

Durante as greves de 1986 o Centro participou da organização do movimento e produziu material informativo diário com a intenção de divulgar a versão dos trabalhadores sobre as mobilizações. No final daquele ano o Cedip também teve papel importante na organização da chapa de oposição à direção do Sindicato dos Mineiros de Criciúma.

Silva percebeu que a participação do Cedip na oposição dos mineiros foi fundamental na preparação dos fiscais para evitar fraudes nas eleições por parte da chapa da situação. A vitória da oposição no Sindicato dos Mineiros de Criciúma, em novembro de 1986, estabeleceu um novo momento no movimento sindical local.

José Paulo Serafim foi eleito presidente do Sindicato dos Mineiros, e havia se destacado na greve do mês de maio na Próspera, empresa mineradora estatal. Em relação ao Cedip a nova direção do sindicato estabeleceu no início uma relação muito próxima. O Centro, junto com os diretores do sindicato, organizou uma escola de formação política direcionada aos mineiros.

---

<sup>239</sup> SILVA, Rafael Pereira da. Formação, trajetória e relações políticas de um centro de educação popular em Criciúma (CEDIP) 1983-1998. Florianópolis: Diss. Mestrado. UFSC-CFH-PPGHistória, 2006.

Segundo Silva, esta relação durou o ano de 1987, porém, devido aos conflitos de interesses dentro do Partido dos Trabalhadores, ocorreu um afastamento entre o Centro e o Sindicato.

O grupo liderado por Serafim, apesar de atuar politicamente no campo da CUT, nunca filiou a entidade à Central. Por outro lado, esse mesmo grupo passou a atuar fortemente dentro do PT, disputando a direção deste com outras correntes internas como a liderada por José Paulo Teixeira, o líder do Cedip.

O ano de 1986 pode ser considerado um marco importante na história do movimento operário sindical de Criciúma. As greves de maio e a conquista da direção do Sindicato dos Mineiros de Criciúma pelos petistas estabeleceram uma nova correlação de forças no movimento social da cidade.

#### **4.4 - 1987 – GREVES, CONFLITOS E CONQUISTAS**

O saldo das mobilizações de 1986 se refletiu no ano seguinte de forma muito mais contundente no movimento operário local. Em termos de conjuntura política nacional, o governo da Nova República, após garantir a conquista eleitoral em todo o Brasil do partido do governo, isto é, do PMDB, desregulamentou a política econômica e retornou o processo inflacionário. Além de editar mais um plano econômico organizado pelo ministro Bresser Pereira. O Plano Bresser, como ficou conhecido, não agradou o movimento sindical e a CUT decidiu convocar uma greve geral nacional.

Em Criciúma houve uma forte adesão à greve geral nacional, os trabalhadores pararam completamente o setor produtivo da cidade. Uma das táticas utilizadas pelos grevistas foi forçar a parada do transporte coletivo, para isso furaram pneus e queimaram dois ônibus. A intervenção da polícia prendeu 22 militantes, sendo que em todo o Brasil foram detidas cerca de 500 pessoas envolvidas nos protestos.

Em 1987 o campo cutista conquistou mais espaço no meio sindical local. A chapa cutista conquistou a eleição para a direção do Sindicato dos Bancários da cidade. Com isso, essa categoria passou a

fazer parte das grandes mobilizações dos trabalhadores locais. A CUT agregava, nesse ano, os sindicatos dos vestuaristas, dos motoristas, metalúrgicos e bancários, além dos mineiros de Criciúma, que mesmo não filiados à Central atuavam no mesmo campo político.

Os mineiros, no entanto, foram a categoria que patrocinou as maiores mobilizações operárias da região naquele ano. Algumas empresas mineradoras passaram a atrasar o pagamento dos salários, o que gerou grande revolta entre os trabalhadores, os quais partiram para enfrentamentos diretos com os empresários e o aparato policial, ocupando empresa e gerando conflitos até então sem precedentes no movimento operário local.

A Companhia Carbonífera Urussanga, com sede em Criciúma, iniciou o ano de 1987 em grande conflito entre empresários e trabalhadores. No mês de março os trabalhadores estavam em greve e as negociações não avançavam para uma resolução do conflito. Por um lado os mineiros se mantinham firmes na paralisação, por outro, a empresa respondia com retaliações, como indica os jornais: “Revolta das mulheres de operários em greve fecha escritórios da CCU”<sup>240</sup>. Nessa ocasião as mulheres dos mineiros ocuparam a frente do escritório da empresa. O motivo era que essa havia cancelado o “vale-compras” dos operários em greve.

O “vale-compras” era uma forma de antecipação salarial que a empresa concedia aos trabalhadores, direcionado especificamente para comprar alimentação e mantimentos para o lar, nos supermercados do SESI. Isso levou ao levante das mulheres, pois se tratava do suprimento do lar, as mulheres administravam diretamente a parte dos salários dos maridos direcionada à manutenção do lar. Nesse sentido, o envolvimento dessas no conflito aconteceu no momento em que essa parte estava em risco.

A greve dos trabalhadores da CCU durou o mês de março, sendo que os empresários mantiveram-se irredutíveis nas negociações. Os trabalhadores, por sua parte, também não abriam mão de suas reivindicações e não aceitavam certas decisões da Justiça a favor dos patrões para acabar com os piquetes. “No 20º dia de paralisação os

---

<sup>240</sup> O Estado – 06 de março de 1987.



piqueteiros pararam tudo deitando na frente do trem”<sup>241</sup>. Essa notícia demonstra o nível de radicalização dos trabalhadores naquele momento. Mesmo com o juiz decretando a liberação do espaço da empresa os mineiros não acataram e, pelo contrário, colocaram em risco suas próprias vidas.

O nível de radicalização alcançado em 1987 pode ser considerado sem precedentes na história dos trabalhadores nas minas de carvão do sul catarinense. A direção do sindicato eleita no final de 1986 iniciava sua gestão à frente desses conflitos. Nesse sentido, o sindicato legitimou cada vez mais sua liderança entre os trabalhadores, e a categoria dos mineiros estabeleceu-se como referência de luta para as outras categorias.

As greves passaram a pipocar de empresa a empresa, não mais como greve unificada, mas em cada empresa apareciam demandas específicas. Esse foi o caso da Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá, a CBCA, que se tornou o maior conflito entre trabalhadores e patrões da época.

A greve geral ocorreu em janeiro de 1987, no mesmo mês vieram a público irregularidades na CBCA, empresa carbonífera mais antiga na região<sup>242</sup>. A partir desse fato, desencadeou-se um processo de conflitos entre trabalhadores e empresários durante todo aquele ano, culminando com a falência da empresa e a posse desta pelo Sindicato dos Mineiros de Criciúma, tornando-se esse o gerente da “massa falida”.

A experiência da CBCA pode ser considerada a mais importante da história do movimento operário dos trabalhadores das minas de carvão do sul catarinense. Durante as greves de 1979 um empresário disse durante as negociações: “Peçam a mina”. Parece que estava prevendo algo que de fato aconteceu em 1987.

Márcia Fantin fez um estudo no campo da antropologia sobre a experiência dos trabalhadores da CBCA durante os anos de 1987 e 1991. Isto é, do processo de luta dos trabalhadores pelo não-pagamento

---

<sup>241</sup> Diário Catarinense de 14 de março de 1987.

<sup>242</sup> FANTIN, Márcia – Os Significados da Experiência de Gestão de Uma Mina Pelos Trabalhadores em Criciúma/SC – Nas malhas das relações de poder. Florianópolis. Diss. Mestrado. UFSC, 1992. (anexo 1).

dos salários aos primeiros anos de experiência da autogestão da empresa.

Durante o primeiro semestre do ano de 1987 o conflito entre patrões e trabalhadores da empresa foi, cada vez mais, recrudescendo devido ao não-pagamento dos salários. No mês de março os trabalhadores paralisaram todo o conjunto produtivo da empresa, além de invadirem o escritório da empresa quebrando todos os equipamentos. Esse fato levou à aceleração das negociações que estavam emperradas<sup>243</sup>.

Nesse momento já estava público as dificuldades financeiras da empresa. A CBCA fazia parte do grupo Catão, que também contava com a mineradora Barro Branco do município de Lauro Müller e a Inbramil. A direção do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, recém-empossada, descobriu a manobra dos empresários que constava em transferir parte do patrimônio da CBCA para a Barro Branco e parte das dívidas desta para a CBCA, decretando a falência de apenas uma empresa do grupo.

A divulgação dessas artimanhas dos empresários fez com que os trabalhadores retornassem à greve no início do mês de maio, além de enviarem uma caravana a Brasília buscando a intervenção do governo federal e, também, acamparam no pátio de manobras da estrada de ferro Tereza Cristina, local por onde era transportado todo o carvão produzido na região.

Criciúma – Os mineiros da CBCA, há dois meses sem receber salários, estão acampados ao lado da estrada de ferro Dona Tereza Cristina, no bairro Pinheirinho, a quatro quilômetros do centro de Criciúma. Caso não saia uma definição na audiência de terça-feira à tarde, no fórum de Criciúma, os mineiros vão arrandar os trilhos para impedir todo o carregamento de carvão para o lavador de Capivari, em Tubarão.<sup>244</sup>

---

<sup>243</sup> FANTIN, Márcia – Os Significados da Experiência de Gestão de Uma Mina Pelos Trabalhadores em Criciúma/SC – Nas malhas das relações de poder. Florianópolis. Diss. Mestrado. UFSC, 1992. Pag. 30.

<sup>244</sup> Jornal de Santa Catarina de 28 e 29 de junho de 1987.

À medida que as negociações emperravam os trabalhadores partiam para ações mais radicais. Iniciou com a paralisação da produção, depois com a ocupação, a depredação do escritório administrativo da empresa, a tomada de um caminhão pertencente à empresa e, como último recurso, decidiram ocupar a estrada de ferro para impedir o transporte de carvão. Este ato atingiria toda a produção de carvão da região, não só da CBCA.

Além disso, existia uma ameaça velada de que os trabalhadores, sem receber salários há alguns meses, iriam partir para o saque a supermercados da região. Antecipando-se a essa ação, alguns dos principais supermercados da cidade doaram cestas básicas para as famílias dos trabalhadores da empresa. Percebe-se que a sociedade em geral percebia a gravidade da situação e levava a sério a disposição dos trabalhadores em partirem para ações mais radicais.

Naquela ocasião as negociações envolviam a direção da empresa, os trabalhadores e as instâncias governamentais, municipal, estadual e federal. Porém, quebrando em parte as negociações, a Polícia Militar resolveu desocupar a força a linha férrea. Porém, não contava com a resistência dos mineiros, que reagiram à desocupação armados de paus e pedras, forçando a PM a recuar. Márcia Fantin relatou esse fato:

A primeira investida da PM se deu ao cair da noite (no dia 3/julho) quando havia um número reduzido de mineiros no acampamento. Os 60 homens da PM cercaram o acampamento, atacaram ao som de “gritos de guerra”, provocando pânico. A ação da PM foi fulminante, utilizando de bombas de efeito moral (gás lacrimogêneo), mas os mineiros resistiram sobre os trilhos e o confronto se deu corpo a corpo com socos e pontapés, pauladas. A PM recuou e ordenou a retirada dos mineiros do local, e em negociação com o presidente do sindicato afirmou que não atacariam o acampamento até a realização da assembléia no dia seguinte. Mas naquela mesma madrugada a PM invade o acampamento, destrói as barracas, derruba os fogões à gás, iniciando incêndio nas barracas que abrigavam crianças, expulsam os mineiros do local, tomando conta do acampamento. O confronto violento estava apenas se iniciando.

No clarear do dia, a avenida principal do bairro Pinheirinho, estava tomada de soldados, mineiros e populares. O local do acampamento virou palco de guerra, onde se combinava caoticamente várias frentes de luta. Barricadas eram improvisadas com pedaços de toco, latões. A correria era geral e num movimento ritmado uns atacavam e outros contra-atacavam. De um lado, a PM avançava, jogava bombas de gás lacrimogêneo, de outro lado, os mineiros protegiam-se atrás das barricadas, defendiam-se com pedras e paus e ainda arriscavam devolver as bombas de efeito moral recém explodidas. Aos poucos foram aglutinando mais e mais pessoas, mineiros de outras empresas, moradores de bairros próximos ao local solidários com as causas dos mineiros, abriam suas portas para abrigá-los em meio ao confronto.<sup>245</sup>

Somente com a intervenção de autoridades municipais e estaduais estabeleceu-se uma trégua entre a PM e os manifestantes. Mesmo assim, quando a tropa da PM havia embarcado no ônibus os manifestantes aproveitaram e atacaram com pedras, praticamente destruindo o ônibus com os policiais dentro.

Esse fato demonstrou o nível de radicalização a que havia chegado o movimento dos mineiros. Transgrediram todas as normas oficiais. Não era só a greve, a paralisação da produção, mas ações mais drásticas, como depredar o escritório da empresa ou ocupar a linha férrea, além de enfrentar a polícia, com a intenção de forçar as autoridades a tomar atitudes a favor dos trabalhadores.

O movimento iniciou de forma espontânea entre os operários da empresa, o sindicato entrou nas negociações quando as relações internas entre patrões e empregados se tornaram inconciliáveis. O sindicato assumiu o controle do movimento, mas continuou no ritmo de radicalização iniciado internamente. Além disso, passou a articular com políticos e instâncias governamentais a solução para o impasse. Para

---

<sup>245</sup> FANTIN, Márcia – Os Significados da Experiência de Gestão de Uma Mina Pelos Trabalhadores em Criciúma/SC – Nas malhas das relações de poder. Florianópolis. Diss. Mestrado. UFSC, 1992. Pag. 26.

isso, organizou caravana a Brasília com a intenção de pressionar de perto o governo federal.

A empresa, por seu lado, não conseguia dar soluções ao impasse, pois havia acumulado dívidas que inviabilizavam a sobrevivência. A falência foi então a solução possível. Esta foi requerida pelo sindicato dos trabalhadores, a qual foi decretada no dia primeiro de julho. Em princípio a articulação dos agentes envolvidos era que a massa falida fosse encampada pela empresa estatal Próspera ou pela Companhia Vale do Rio Doce. No entanto, essa proposta não encontrou eco no governo federal. Nessa época o governo já desenvolvia uma política antiestatizante, e nesse sentido a proposta de estatização tornou-se inviável.

Em Brasília os mineiros conseguem um fundo emergencial para pagamento de salários atrasados, e antes disso ficaram acampados em frente ao Ministério da Indústria e Comércio. Eram cerca de 120 mineiros em Brasília<sup>246</sup>.

O grande desafio do sindicato foi assumir como síndico da massa falida, como afirma Fantin: “A primeira vista fica claro um certo desconforto das lideranças frente a esta última alternativa e buscam justificar esta ação (aceitando a proposta), devido à situação desesperadora dos mineiros que ficaram desempregados...”<sup>247</sup>

O sindicato recebeu então a mina, isto é, a responsabilidade de gerir uma empresa falida com seus funcionários sem receber salários. O que fazer a partir daquele momento era o grande desafio para o sindicato e os trabalhadores em geral.

No início das atividades receberam apoio de técnicos da estatal Próspera para avaliar e recuperar a mina e retomar a extração de carvão. As questões técnicas foram resolvidas rapidamente, mas como administrar a empresa do ponto de vista dos operários é que passou a ser o problema a enfrentar. O desafio era provar que os trabalhadores tinham capacidade de autogerir uma empresa. Uma empresa sem patrão

---

<sup>246</sup> FANTIN, Márcia – Os Significados da Experiência de Gestão de Uma Mina Pelos Trabalhadores em Criciúma/SC – Nas malhas das relações de poder. Florianópolis. Diss. Mestrado. UFSC, 1992. Pag. 183.

<sup>247</sup> Idem. Pag. 34.

estava nas mãos dos trabalhadores. Márcia Fantin analisou da seguinte maneira a participação do sindicato no processo:

O sindicato responsável direto por todo o desdobramento da CBCA vai ter uma atuação diferenciada nos vários momentos da história da “massa”. De uma intervenção e acompanhamento direto no primeiro período vai aos poucos adotar uma postura distanciada, só intervindo nos momentos estratégicos, nos momentos de crise aguda. A experiência da CBCA traça uma nova exigência na atuação do sindicato que questiona seu papel. A singularidade da situação exige pensar novas políticas sindicais, outras formas de gestão do trabalho, a discussão do processo de trabalho, da tecnologia, e o conhecimento de outras experiências de gestão dos trabalhadores...<sup>248</sup>

Segundo Fantin, o sindicato precisou repensar seu papel no processo. Teria ao mesmo tempo que gerir a empresa e ser representante dos trabalhadores, em princípio papéis contraditórios que precisavam ser resolvidos.

A assembleia geral dos trabalhadores da empresa foi, em princípio, a maneira encontrada para proporcionar a todos participarem das decisões sobre os caminhos que deveriam seguir. O objetivo estabelecido foi a transformação da massa falida em uma cooperativa dirigida pelos trabalhadores, a intenção era impedir que a empresa voltasse para as mãos dos patrões.

No entanto, as relações que se estabeleceram entre os trabalhadores não foram harmoniosas. Em relação à assembleia geral, por exemplo, Fantin observa um descompasso entre o “poder formal” e o “poder real”. A assembleia, para a autora, “funciona como mecanismo que garante a legitimidade daqueles que estão na coordenação do processo”<sup>249</sup>.

---

<sup>248</sup> Idem. P. 158.

<sup>249</sup> Idem. P. 157.

Márcia Fantin acompanhou os quatro primeiros anos da experiência dos trabalhadores da CBCA. Em seu estudo antropológico observou de perto o dia-a-dia da empresa, inclusive nos locais de trabalho. Buscou apreender a percepção dos trabalhadores em relação à empresa que estavam construindo. Isto é, uma empresa gerida pelos trabalhadores, sem a presença do patrão.

Era algo novo e inusitado para esses trabalhadores, tornarem-se ao mesmo tempo trabalhadores e patrão, como organizar a estrutura administrativa e produtiva dessa empresa era o que estava colocado para esses trabalhadores. Estabelecer uma hierarquia que garantisse o funcionamento da empresa e ao mesmo tempo a participação do trabalhador que exercesse as atividades mais simples nas decisões mais complexas da empresa.

Para Fantin, no decurso dos primeiros anos de funcionamento as relações de poder que se estabeleceram internamente foram um modelo no qual a direção assumiu o controle e concentrou cada vez mais poder. Houve aos poucos um distanciamento entre os dirigentes e dirigidos, percebeu que havia certa desconfiança e ao mesmo tempo submissão dos trabalhadores da produção em relação aos diretores.

À medida que a direção concentrava poderes o sindicato também se afastava da vida cotidiana da empresa, os diretores então concentravam poder e ganhavam autonomia em relação ao sindicato. Apesar de se observar mudanças significativas em relação ao modelo tradicional não se percebeu uma transformação completa para um modelo de gestão alternativo ao tradicional existente.

A experiência da CBCA tornou o ano de 1987 uma espécie de divisor na história do movimento operário sindical da região. A partir daquele momento os operários mineiros passaram a exercer um papel diferenciado no contexto da economia local. Não estavam somente do lado da fronteira dos detentores da força de trabalho, mas a partir daquele momento detinham também parte do capital.

#### **4.5 - OS ÚLTIMOS ANOS DA DÉCADA DE 1980: CRISE E OCASO DO SINDICALISMO COMBATIVO**

Nos anos finais da década de 80 e também no início da década de 90 a economia nacional passou por uma forte crise econômica que teve reflexos importantes na economia regional. No campo do movimento operário esse período representou, talvez, os maiores confrontos da história operária local, protagonizada principalmente pelos trabalhadores da companhia de mineração Próspera.

No mês de março de 1988, após greve e negociações, o TRT definiu o reajuste de 145% nos salários da categoria dos mineiros. No entanto, a Cia Próspera, sendo estatal, estava proibida por ordem governamental de conceder esse reajuste para seus funcionários. Os operários decidiram paralisar a produção exigindo o reajuste. A partir de então se desencadeou um conflito entre trabalhadores, empresa e governo que perdurou até o início da década de 1990<sup>250</sup>.

No dia 10 de março de 1988 a Polícia Militar tentou impedir uma manifestação dos trabalhadores da empresa no centro da cidade. Os mineiros resistiram à intervenção da polícia com paus e pedras, transformando o evento em uma “guerra campal”, como foi considerado nos jornais da época. É importante lembrar que no ano anterior houve um confronto da mesma magnitude entre a PM e os trabalhadores da CBCA que ocupavam a estrada de ferro Teresa Cristina. Nesse episódio os operários contra-atacaram a tropa da PM quando essa já estava em retirada. Criou-se a partir daí uma certa “revanche” entre o comando local da PM e os mineiros, porém não será analisado neste trabalho.

Esse conflito resultou em dezenas de feridos, mas em primeiro momento com saldo positivo para os mineiros, como afirma Rabelo: “Depois deste episódio, a direção da Carbonífera Próspera assinou o reajuste homologado, e em represália o governo federal exonerou todos os diretores de seus cargos...”<sup>251</sup>

A direção local da empresa percebeu o grau de radicalização dos trabalhadores e acabou assinando o acordo, porém o governo federal não tolerou a insubordinação e demitiu todos os diretores locais e, a partir daquele momento, a empresa passou por intensa transformação culminando com a privatização e a desativação total em 1996.

---

<sup>250</sup> RABELO, Giani. A longa resistência: A luta contra a privatização da CSN em Santa Catarina. In: GOULARTI Fº, Alcides – Memória e Cultura do Carvão. Florianópolis. Cidade Futura. 2004.

<sup>251</sup> Idem. Pag. 297.



A partir de 1990, com o governo Collor de Mello, o governo federal passou a implementar uma política de privatização de parte das empresas estatais, entre elas a CSN, que incluía a mineradora. Sendo essa incluída já no primeiro pacote de privatização, em abril daquele ano foi anunciada a desativação da empresa com a dispensa de 1.500 trabalhadores. Porém, os operários não aceitaram passivamente esse ato do governo. Partiram para a resistência com a ocupação propriamente dita da empresa.

No primeiro momento conseguiram demover o governo da liquidação imediata da empresa, acordaram em transformar os avisos prévios em licença remunerada. Mas o governo estava determinado em sua intenção de privatizar a empresa.

Por seu lado os trabalhadores intensificaram cada vez mais a resistência. Esse movimento contou com a solidariedade das outras categorias de trabalhadores e da sociedade local em geral. O objetivo central era garantir os empregos, para isso apresentaram suas propostas na negociação com o governo: “Readmissão imediata dos trabalhadores, suspensão da privatização, transferência da empresa para os trabalhadores e liberação de informações sobre a situação da empresa”<sup>252</sup>.

Diante do fato de os trabalhadores estarem à frente de outra mineradora, a CBCA, a ideia de assumir também a Próspera apresentava-se como uma alternativa viável para o movimento. A experiência da CBCA já não assustava os trabalhadores, pelo contrário, estavam dispostos a assumir mais uma empresa. Porém, essa não era a intenção do governo federal da época, esse tinha um perfil neoliberal e manteve o processo de privatização.

Os últimos recursos utilizados pelos trabalhadores foram a ameaça de destruição da empresa. Iniciaram essa ação destruindo o escritório da empresa e explodindo dois caminhões. Esse fato repercutiu na imprensa nacional: “Mineiro explode dois caminhões da antiga CSN”<sup>253</sup>. Isto é, os trabalhadores partiram para ações cada vez mais radicais mesmo com a intransigência do governo.

---

<sup>252</sup> Idem. Pag. 303.

<sup>253</sup> Folha de São Paulo de 17 de janeiro de 1992.

Após um longo processo de resistência, com ações radicais, como a descrita acima, os trabalhadores foram derrotados. Essa derrota dos trabalhadores da Próspera, combinada com a crise econômica do período, levou o movimento operário local a um refluxo. A classe dirigente local aproveitou a situação para culpar a classe operária e seus sindicatos pela crise geral da economia. Essa ideia foi estudada por José Paulo Teixeira em “Os Donos da Cidade”, segundo o qual os empresários afirmavam que as greves promovidas pelos sindicalistas estavam afastando os empresários e suas empresas da cidade.

Dessa forma, nos anos 90 houve uma certa acomodação do movimento operário. Em alguns sindicatos, como o do vestuário, os novos diretores passaram a ter uma atuação mais conservadora. O Sindicato dos Mineiros de Criciúma manteve-se à frente da CBCA, transformada em cooperativa dos trabalhadores, a Cooperminas, mas teve sua base bastante reduzida.

Com a Cooperminas os mineiros passaram a ter uma atuação diferenciada na política local. Tornaram-se um dos principais defensores da continuidade da extração de carvão na região, contrariando, com isso, antigos aliados que passaram a criticar a indústria carbonífera pela destruição que esta causou no meio ambiente local. Além disso, os mineiros dominaram, estabeleceram hegemonia, o Partido dos Trabalhadores local.

Mesmo com as mudanças de atuação dos sindicatos a partir da década de 90, as lutas desenvolvidas durante a década de 80, os enfrentamentos radicalizados, tornaram a categoria dos mineiros a referência para os trabalhadores da região.

Nesse sentido, os trabalhadores de Criciúma, principalmente o mineiros, demonstraram uma capacidade de coesão, organização e consciência de classe. As experiências do período constituíram a identidade do operariado local. A vivência em torno dos sindicatos, o conhecimento dos direitos, a disposição para as ações coletivas, como paralisações e outras manifestações, destacam a classe operária local no contexto da classe operária nacional.

## CONCLUSÃO

Nesta pesquisa busquei traçar a trajetória das principais categorias operárias de Criciúma a partir da década de 1960. Período em que foi iniciado na cidade um processo de diversificação da economia local, isto é, verificou-se o surgimento de diversos ramos de atividades econômicas, como cerâmica, vestuário e plásticos, entre outras, que levou ao aumento considerável da população operária da cidade.

O recorte temporal definido na pesquisa foi então analisar a trajetória da classe operária local desde os anos 60, principalmente a partir do estabelecimento do regime militar no Brasil em 1964, até o final da década de 80, quando se restabeleceu a democracia liberal no país.

Do ponto de vista econômico o recorte temporal pode ser definido como a partir do avanço da diversificação na indústria local, nos anos 60, passando pelo período do milagre econômico, primeira metade dos anos 70, até o momento que o país passou por uma forte crise econômica, no final dos anos 80 e início dos anos 90. Essa crise geral da economia brasileira teve reflexo importante na economia local e para a classe trabalhadora se refletiu principalmente na perda de seus empregos.

Os vários contextos e conjunturas políticas e econômicas do período estudado se refletiram diretamente no comportamento das categorias e de seus sindicatos. Além disso, foi possível perceber a conexão do movimento local dos trabalhadores com o contexto nacional do movimento operário brasileiro.

Por outro lado, uma série de implicações locais influenciou, decisivamente, na organização do movimento operário local. Nesse sentido, as especificidades locais foram evidenciadas nesta tese na tentativa de demonstrar o diferencial da classe operária de Criciúma.

A intenção não foi, absolutamente, colocar a classe operária cricumense como extraordinária em relação à classe operária do restante do país. Mas procurar explicitar como algumas questões locais

foram definidoras das experiências dos trabalhadores e como esses reagiram e atuaram enquanto classe coesa, conscientes de qual lado da fronteira social estavam.

A idéia foi analisar as categorias de trabalhadores que se formaram na cidade além da categoria dos mineiros já existentes, pensando nestes como uma categoria tradicionalmente formada e com uma cultura própria. Pensando também como a tradição combativa dos mineiros irradiou-se ou não para as outras categorias.

A categoria dos trabalhadores nas minas de carvão pode ser definida como uma das questões específicas da região. No Brasil existem apenas duas áreas mais importantes de exploração do carvão mineral: na região de Criciúma, Santa Catarina, e na região de São Jerônimo, Rio Grande do Sul.

Criciúma e região tiveram seu desenvolvimento econômico, do início do século XX até a década de 60, baseado na extração de carvão. Nesse sentido, os trabalhadores desse setor carregavam uma experiência acumulada em relação às outras categorias surgidas a partir da década de 60 com o advento de outros setores econômicos.

Observou-se, através da historiografia local, antes da década de 60 e até mesmo antes da fundação do sindicato em 1944 a ocorrência de algumas mobilizações dos trabalhadores das minas. Sendo o período mais marcante em mobilizações ocorreu entre 1957 e 1964. Nesse período o Sindicato dos Mineiros de Criciúma era dirigido por militantes e simpatizantes do PCB.

Se observarmos o contexto nacional, a historiografia especializada também indica um forte nível de mobilizações por parte da classe operária, principalmente a partir dos grandes centros. Podemos afirmar, então, que as mobilizações ocorridas em Criciúma no final dos anos 50 estavam conectadas ao contexto nacional.

Mas essa questão merece um destaque e apresenta-se como um diferencial da classe operária local. Criciúma estava longe dos grandes centros operários do país, era uma cidade relativamente pequena, sobrevivia praticamente do exclusivismo da mineração, no entanto, sua classe operária refletia, quase que momentaneamente, as mobilizações da classe operária do centro do país.

Se considerarmos outras cidades do mesmo porte, em poucas pode se observar o nível de mobilização da classe operária como em Criciúma. Durante o período estudado nesta tese constatou-se a conexão dos momentos de mobilização local com os movimentos nacionais. Os trabalhadores das minas de carvão se destacam no nível de mobilização, porém observa-se que com o surgimento de outras categorias, a partir da diversificação da economia, também ocorreram mobilizações com grande adesão da massa operária local.

Em certa medida, é possível concluir que o nível de mobilização da classe operária local iniciou com a experiência dos mineiros. Esses, no período anterior a 1964, desencadearam confrontos radicais e também foram duramente reprimidos pelas forças policiais. Essas experiências ficaram na memória da classe operária local.

A historiografia especializada sobre os mineiros relaciona a radicalidade dos movimentos desses trabalhadores com a brutalidade e o nível de exploração a que são submetidos no seu local de trabalho. Trata-se de um trabalho diferente dos demais. O local de trabalho é o subsolo, 100 a 200 metros abaixo da superfície, em galerias escuras de onde extraem o mineral. Lidam com explosivos e máquinas pesadas. Dessa maneira, essas condições moldam o trabalhador que se brutaliza na sua maneira de reivindicar seus direitos. Isto é, o uso da violência torna-se a forma viável para resolver as questões.

Porém, ao longo da pesquisa, observou-se que o nível de rebeldia e resistência não foi uma constante na categoria dos mineiros. E nem sempre obtiveram conquistas em suas lutas.

No período imediatamente anterior a 1964, quando os militantes e simpatizantes do PCB dirigiam o sindicato, este liderou intensas mobilizações, no entanto, não conseguiu impedir a criação de uma entidade paralela no mesmo município, como foi o caso do Sindicato dos Mineiros de Rio Maina. Sindicato criado com a intenção de enfraquecer a liderança do sindicato de Criciúma. Além disso, também não conseguiram impedir a demissão de vários operários da Carbonífera Metropolitana por terem participado da greve em 1961.

Outra constatação observada é que, mesmo quando direções mais combativas dirigiram a entidade, mantiveram a política

assistencialista do sindicalismo oficial. Não romperam em nenhum momento com a estrutura oficial, procurando inclusive reproduzi-la.

Entre 1971 e 1979 não se tem informação de alguma mobilização mais contundente da categoria dos mineiros. Nesse período os sindicatos foram dirigidos por grupos totalmente alinhados com o governo militar e com os empresários do setor. Percebe-se aí um período de inércia em termos de mobilizações coletivas da categoria. Obviamente estou levando em conta a grande repressão e censura imposta pelo regime militar no período. Os militantes remanescentes do PCB na cidade foram alvo de intensa perseguição e alguns presos naquele período.

É importante apresentar uma ressalva a esse período que estou considerando de inércia das mobilizações dos mineiros. Em 1976 na base do sindicato de Rio Maina formou-se um grupo de oposição à direção “pelega” do sindicato. Entre 1976 e 1979 a direção do sindicato foi disputada entre a oposição, com alguns membros ligados ao MDB, e a direção pelega que utilizou de uma série de artimanhas, com o apoio dos empresários e órgãos oficiais, como descrito no terceiro capítulo desta tese, para manter-se no controle da entidade.

Neste trabalho não consegui aprofundar a pesquisa no sentido de perceber o cotidiano dos trabalhadores durante esses anos considerados mais obscuros da ditadura militar. Talvez uma pesquisa que buscasse conhecer o cotidiano dos trabalhadores, as relações de trabalho, as condutas e resistências, nos mostrasse um pouco mais da realidade vivida por esses trabalhadores no período.

Optei em perseguir as trajetórias das organizações sindicais, estabelecendo as relações entre o nível de organização das várias categorias de trabalhadores operários da cidade. Nesse sentido, foi possível perceber ao longo da trajetória das organizações sindicais que não existiu uma atuação de linearidade durante o período. Em alguns momentos houve aproximações e em outros distanciamentos e cada categoria desenvolveu sua trajetória e experiências específicas.

O primeiro momento de aproximação, de encontro e coesão da classe operária da cidade em suas diversas categorias foi durante as greves do mês de setembro de 1979. A classe operária literalmente

parou a cidade, demonstrando um grau de coesão excepcional, o qual considero como um diferencial da classe operária local.

Durante as greves do mês de setembro de 1979 destaca-se a participação dos metalúrgicos. Esses iniciaram as mobilizações desencadeando um processo de adesão de outras categorias nunca visto na cidade até então. É possível afirmar que a greve iniciada pelos metalúrgicos encorajou os trabalhadores das outras categorias a entrarem em movimento. Virou, naquele momento, uma questão de honra para os sindicatos fazerem greve.

As greves dos metalúrgicos do ABC a partir de 1978 influenciaram as mobilizações em Criciúma, era uma referência, como simboliza a frase expressa por um metalúrgico de Criciúma durante as greves de 1979: “Somos metalúrgicos, iguais aos do ABC”. Então, naquele momento, a referência eram os metalúrgicos do ABC.

O fato inusitado, naquela ocasião, foi a passeata dos metalúrgicos no centro da cidade. As faixas, cartazes, palavras de ordem chamaram a atenção da sociedade e principalmente dos trabalhadores de outras categorias. Foi uma novidade para a época, pois esse tipo de manifestação era uma remota lembrança das gerações mais velhas.

Pode-se afirmar, então, que os metalúrgicos inauguram um novo momento no movimento sindical da cidade. Não foi possível perceber alguma ligação imediata com as manifestações ou com a tradição combativa dos mineiros de pré-64. Porém, quando a greve se alastrou para as outras categorias e, principalmente, quando os mineiros aderiram à greve, o debate em torno do retorno ao passado foi destacado na imprensa.

Os capitalistas locais, segundo a repercussão na imprensa da época, estavam espantados com a petulância dos operários. No primeiro momento não sabiam como agir com a situação. O conflito foi resolvido no TRT e cada categoria conseguiu resultados favoráveis de acordo com o grau de organização e mobilização que cada uma desenvolveu.

Os metalúrgicos iniciaram a greve à revelia do sindicato, porém, este assumiu logo a direção do movimento, demonstrando poder de liderança e organização. A forte coesão da categoria forçou os patrões a aceitarem um acordo considerado na época vantajoso para os

trabalhadores. Nesse sentido, os trabalhadores metalúrgicos saíram do movimento com sentimento de vitória e o sindicato com sua legitimidade fortalecida na base.

Os ceramistas também entraram na onda das greves, porém o resultado foi adverso para a categoria. O sindicato da categoria, ao que parece, teve um papel dúbio durante o movimento. Ao mesmo tempo em que esteve à frente da organização da greve, paralisando as principais fábricas, aceitou pacificamente a imposição da derrota junto à Justiça Trabalhista e não manteve a categoria mobilizada. Os trabalhadores do setor saíram com sentimento de derrota e desconfiados com a direção do sindicato.

Os dois sindicatos, metalúrgicos e ceramistas, representam categorias de trabalhadores de setores importantes na economia local. Foram criadas praticamente no mesmo período, isto é, no final dos anos 50 os ceramistas e no início dos anos 60 os metalúrgicos. Mas, ao analisar suas trajetórias, percebem-se diferenças fundamentais entre as duas entidades.

Aponto como uma diferença interessante entre essas entidades a dificuldade ou a facilidade encontrada para a pesquisa. No Sindicato dos Ceramistas encontrei dificuldades e não consegui de fato, depois de inúmeras tentativas, acessar os documentos da entidade. Nem mesmo um contato com o presidente Itaci de Sá foi possível.<sup>254</sup>

A solução foi buscar fontes alternativas, porém muito importantes, para analisar a constituição da categoria. Entrevistas com ex-trabalhadores do setor, fichas funcionais e os jornais foi onde busquei informações que me possibilitaram analisar a trajetória da entidade.

Em relação à trajetória desse sindicato percebe-se uma certa linearidade de comportamento. Ou seja, percebe-se que desde sua fundação manteve praticamente a mesma postura política. Se buscarmos como referência o jargão sindical, podemos caracterizar as diretorias que ocuparam a direção do Sindicato dos Ceramistas como “pelegas”.

Não se tem notícias, por exemplo, de algum movimento oposicionista da base da categoria. Nas entrevistas, no entanto,

---

<sup>254</sup> A entrevista com Itaci de Sá foi realizada no ano de 2003.



percebeu-se uma desconfiança dos trabalhadores em relação ao sindicato. Essa desconfiança se dava principalmente em relação às greves. Pode-se afirmar que as experiências dos ceramistas com greves foram muito frustrantes.

Na greve de 1979 os trabalhadores do setor cerâmico foram os únicos que terminaram a mobilização com sentimento de derrota. Em 1986, em uma grande mobilização geral da classe trabalhadora da cidade, o sindicato decretou o fim da greve aceitando as imposições do TRT. Além disso, os trabalhadores que participaram dos piquetes foram demitidos sem uma reação contundente do sindicato.

Outros exemplos poderiam ser apontados com resultados semelhantes, indicando o distanciamento da direção do sindicato com a base da categoria e a desconfiança desta em relação à direção da entidade.

É importante ressaltar que esse setor econômico foi um dos mais atingidos com a crise do final dos anos 80. Nesse período os empresários implementaram um profundo processo de reestruturação com a quase completa modernização do parque produtivo. Esse processo se refletiu diretamente na oferta de empregos no setor, como apontado no segundo capítulo desta tese. Não busquei informações mais precisas sobre o deslocamento do excedente da força de trabalho do setor cerâmico para outros setores econômicos.

No sindicato dos metalúrgicos a recepção foi mais tranqüila, o contato com o presidente foi fácil, bom como o acesso aos documentos, apesar desses não estarem devidamente acondicionados.

O setor metalúrgico não é o mais importante da economia local, mas enquanto categoria pode-se afirmar que se trata das mais combativas. O sindicato, desde sua fundação, manteve contato estreito com a base.

As evidências indicam que o sindicato dos metalúrgicos foi criado com a intenção de enfraquecer a influência do sindicato dos mineiros, que na época era dirigido pelos comunistas. O Círculo Operário, com a assessoria do padre Helio José Simas, como afirmo no terceiro capítulo, tiveram papel fundamental na criação do sindicato.

A história da fundação do sindicato dos metalúrgicos de Criciúma evidenciou certas relações até então não tocadas pela historiografia local. O sindicato foi criado como associação em 1962 e só veio a receber a carta sindical em 1965. Enquanto o sindicato dos mineiros de Rio Maina recebeu a carta sindical em menos de seis meses.

É possível que o processo de fundação desses dois sindicatos mereça uma pesquisa mais aprofundada, mas o que podemos perceber é que houve dinâmicas diferentes na tramitação dos processos de requerimento da carta sindical das duas entidades.

A rapidez da tramitação do processo do sindicato de Rio Maina pode ser explicada pela forma e por quem levou esse processo a frente. Ou seja, estavam envolvidas a alta cúpula da Igreja Católica com ligações com o alto escalão do governo federal, além do envolvimento do empresário Diomício Freitas, interessado direto na criação do sindicato. Junta-se a isso o momento de instabilidade no governo federal com a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart, fato que pode ter facilitado a tramitação atípica do processo do sindicato.

Enquanto isso o processo do sindicato dos metalúrgicos, ao que parece, passou por todos os trâmites burocráticos exigidos pela legislação. Foi nessa tramitação que o processo emperrou. Ao que parece os cargos do baixo escalão do Ministério do Trabalho era ocupado por membros do PTB que tinham ligações com os mineiros do sindicato de Criciúma, pelos menos é o que indica as acusações que constam nas atas do sindicato dos metalúrgicos feitas pelo então presidente Raul Clemente Pereira.

Pereira acusou, por exemplo, um funcionário do Ministério em Florianópolis de condicionar a tramitação do processo para liberação da carta sindical a sua participação num ato contra o governo golpista em 1965. Essa questão indica que havia uma disputa importante dentro do movimento sindical da época que se refletiam em Criciúma.

Nessa pesquisa não foi possível verificar com mais profundidade como se processava essas relações. O que se pode afirmar é que o PTB tinha uma força relevante no meio operário mineiro de Criciúma e também o PCB, que naquela época agia por dentro do PTB, possuía um grupo importante de lideranças sindicais militantes do partido.

Em contrapartida a Igreja Católica patrocinava uma campanha anticomunista direcionada aos operários, além disso, cooptava operários e formavam lideranças entre os mesmos para combater os comunistas no mesmo terreno. Raul Clemente Pereira pode ser o melhor exemplo dessa linha de ação católica. Foi formado no Círculo Operário e tornou-se um importante líder sindical no meio operário criciumense.

A frente da associação e depois sindicato dos metalúrgicos, Pereira desenvolveu um trabalho de combate aos desmandos do patronato local. Segundo indica as evidências encontradas nos documentos do sindicato, sua atuação se dava pela constante visita aos locais de trabalho onde estabelecia contato direto com os trabalhadores, além de colocar a estrutura do sindicato a disposição da categoria.

Esse trabalho de estabelecer uma relação mais estreita entre sindicato e categoria criou entre os trabalhadores uma forte identificação com o sindicato. Mesmo com as várias mudanças que ocorreram na direção do sindicato esse tipo de ação foi prática comum na entidade.

Na década de oitenta os metalúrgicos tiveram participação ativa na fundação da CUT, na organização das greves gerais e demais mobilizações da classe operária da cidade. Identificam-se enquanto combativos e, pode-se afirmar, que foi o primeiro grupo sindical a ter práticas relacionadas ao “novo sindicalismo” na cidade.

Os vestuaristas, juntamente com os calçadistas, criaram seu sindicato em 1979. Na década de oitenta essa categoria foi protagonista de importantes mobilizações na cidade. Na eleição sindical de 1985, quando foi vitoriosa a chapa de oposição liderada por Valdeci da Silva, inaugurou uma prática sindical diferenciada.

A vitória da chapa de oposição ao sindicato dos vestuaristas em 1985 teve importante apoio explícito de grupos de fora da categoria, como dos militantes da Pastoral Operária, do PT e principalmente do sindicato dos metalúrgicos. Esse fato foi uma novidade para o mundo sindical local. Isto é, uma categoria intervindo na eleição de outra.

Criou, a partir daquele momento, uma divisão mais explícita no sindicalismo local, de um lado o campo cutista e de outro os sindicatos que se mantiveram no modelo tradicional. Essa divisão não impediu que em alguns momentos, principalmente nas greves gerais da década de

oitenta, as diversas categorias junto com os sindicatos unificassem suas ações.

O sindicato dos vestuários entre 1985 e meados da década de noventa foi protagonista de todas as mobilizações operárias da cidade. Após esse período o sindicato mudou sua prática política, tornando-se mais um no campo dos sindicatos tradicionais. A mudança na forma de atuação do sindicato dos vestuaristas após a segunda metade da década de noventa não foram exploradas nesse trabalho.

O sindicato dos mineiros de cricúma foi conquistado pela oposição apoiada pelos cutistas em 1986. A vitória da oposição liderada por José Paulo Serafim significou uma mudança significativa da prática do sindicato. Naquele ano o sindicato enfrentou demandas importantes vindas da categoria.

Havia uma forte agitação dos trabalhadores por conta principalmente de salários atrasados. Essas agitações se deram principalmente em duas mineradoras, a CCU e a CBCA. Os trabalhadores da CBCA levaram mais longe sua mobilização com a ocupação da empresa, bem como com o impedimento do transporte de carvão pela ferrovia Tereza Cristina.

Esses eventos talvez tenham sido o de maior radicalização por parte dos trabalhadores mineiros até então. Enfrentaram as forças policiais num conflito extremamente violento, partiram para ações arrojadas com ocupação da mina e da ferrovia, demonstrando um nível de coesão extraordinário.

Pode-se afirmar que nesse embate os trabalhadores saíram vitoriosos. Tornaram-se os proprietários da mina, formaram uma cooperativa, de trabalhadores passaram a ser também patrões. Nesse momento as relações entre os trabalhadores envolvidos no movimento tornou-se mais complexa.

O estudo de Márcia Fantin, sobre a experiência dos primeiros quatro anos da cooperativa, indica que houve um distanciamento entre dirigentes e dirigidos. A autora entende que a direção instalada conseguiu submeter a massa de trabalhadores a suas ordens. Penso, no entanto, que a experiência desses trabalhadores a frente da empresa carecem de estudos mais aprofundados.

Os trabalhadores mineiros, liderados pelo sindicato de Criciúma, passaram por outra forte experiência de mobilização e resistência no final da década de oitenta e início da década de noventa. Trata-se da ocupação da Carbonífera Próspera na tentativa de impedir sua privatização e fechamento por parte do governo federal.

Essa mobilização, analisada no quarto capítulo, demonstrou, mais uma vez, o nível de coesão da classe operária local. Nesse caso, porém, os trabalhadores foram derrotados, perderam seus empregos e a mina foi fechada. Ficou a experiência de luta de uma categoria de trabalhadores que tem como sua marca histórica o enfretamento com as classes dirigentes da cidade.

Essa tese se conclui apresentando um olhar, talvez panorâmico, sobre a trajetória do movimento operário sindical de Criciúma da década de sessenta ao início dos anos noventa. Essa trajetória foi composta por uma série de experiências de lutas da classe operária local, organizada em seus sindicatos, contra os desmandos dos capitalistas.

Penso que esse trabalho contribui, e da abertura, para muitas possibilidades de pesquisas relacionadas ao tema e que não foram exploradas com maior profundidade nessa tese.

Nesse sentido, apesar de achar que não foram alcançados todos os objetivos traçados no início desse processo de pesquisa, concluo esse trabalho com o sentimento de dever cumprido e apresento como uma contribuição que desperte o interesse de outros pesquisadores.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Rufino Porfírio. *O Movimento Operário em Santa Catarina: A Greve de 1917 em Joinville*. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. 3ª Fase, nº 4, 1982/83. p.130/173.

ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

ANTUNES, Ricardo – *A rebeldia do trabalho – O confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978/80*.

BOITO Jr., Armando (Org.). *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1991.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Edusp, 1987.

BOSLE, Ondina P. *Henrique Lage E O Desenvolvimento Sul Catarinense*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1981.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Lógica e Dissonância: Sociedade de Trabalho. Lei, Ciência, Disciplina e Resistência Operária*. In: Revista Brasileira de História. nº 11. São Paulo: ANPUH/Marco Zero. 1985.

BURKE, Peter. *Variiedades da História Cultural*. Tradução: Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CARLOS, Ana Fani A. e PINTAUDI, Silvana M. *Espaço e indústria no Estado de São Paulo*. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, n. 57 vol. 1, 1995. p. 5-23.

CAROLA, Carlos Renato.(org.) *Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina: Impactos sociais e ambientais*. Santa Cruz do Sul: EDUSC, 2010.

\_\_\_\_\_. *Modernização, Cultura e ideologia do Carvão em Santa Catarina*. In: GOULARTI, Alcides(org.). *Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2004.

\_\_\_\_\_. *Dos Subterrâneos da História: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)*. Florianópolis. Ed. Da Ufsc, 2002.

COSTA, Marli de Oliveira. *Artes de viver: recriando e reinventando espaços-memórias das famílias da Vila Operária Próspera\_(1945-1961)*. Florianópolis, Ufsc, 1999 (Dissertação de Mestrado).

DIAS, Maria de Fátima Sabino. *Sindicalismo e Estado Corporativista: o caso dos trabalhadores nas indústrias de fiação e tecelagem de Blumenau – 1941-1950*. Florianópolis: UFSC, 1985. Dissertação de Mestrado.

DIAS. Maria Leite Silva. *Teoria e Método dos Estudos Feministas: Perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano*. In: COSTA, Albertina G. De Oliveira. BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. *Uma questão de Gênero*. Rosa dos Tempos: São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

DUARTE, Adriano Luiz – *Cidadania e Exclusão. Brasil 1937-1945*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1999.

FANTIN, Márcia – *Os Significados da Experiência de Gestão de Uma Mina Pelos Trabalhadores em Criciúma/SC – Nas malhas das relações de poder*. Florianópolis. Diss. Mestrado. UFSC, 1992.

FRENTRESS, James e WICKHAM, Chris – *Memória Social. Novas perspectivas sobre o passado*. Tradução Telma Costa. Lisboa, Editorial Teorema 1992.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GOMES, Ângela de Castro. *Historia e Historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

\_\_\_\_\_. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: delume Dumara, 1994.

GOULARTI FILHO, Alcides – (org.) *Ensaio sobre a economia sul-catarinense*. Criciúma, SC. UNESC. 2005

\_\_\_\_\_. (org.) *Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina*. Florianópolis. Cidade Futura, 2004.

\_\_\_\_\_. *Formação econômica de Santa Catarina*. Cidade Futura. 2002.

\_\_\_\_\_ & NETO, Roseli Jenoveva. *A indústria do vestuário: Economia, estética e tecnologia*. Florianópolis. Editora Letras Contemporâneas. 1997.

\_\_\_\_\_. *Setor carbonífero: uma crise anunciada*. Tubarão: Revista Episteme, n, 7/8, 1996.

\_\_\_\_\_. *A inserção da indústria do vestuário na economia do sul de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1995. (Dissertação de Mestrado).

GRIBAUDI, Maurizio – *Mondo Operaio e Mito Operaio. Spazi e percorsi a Torino nel primo Novecento*. Torino, Giulio Einaudi Editore, 1987.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Vértice; Editora: Revista dos Tribunais, 1990.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre a origem da mudança cultural*. 3 ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1993. 349 p.

HOBSBAWM, Eric. *Os Trabalhadores*. São Paulo. Paz e Terra. 2000.

\_\_\_\_\_. *Mundos do Trabalho*. RJ. Paz e Terra. 1987.

LEAL, Murilo. *A Reinvenção da Classe Trabalhadora (1953-1964)*. Campinas, SP. Editora Unicamp, 2011.



LEMOS, Gustavo Perez – *Mineiros e Sindicalistas na Cidade do Carvão: Criciúma (1953-1964)*. Florianópolis: Diss. Mestrado, UFSC-CFH-PPGHistória, 2008.

LENCIONI, Sandra. *A reestruturação da Indústria Têxtil no Estado de São Paulo*. In: Revista do Dept. de Geografia da USP. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 79-90.

LIMA, Henrique Espada – *A micro-história italiana. Escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

MARTINS, Celso – *Os Quatro Cantos do Sol. Operação Barriga Verde*. Florianópolis. Ed. UFSC: Fundação Boiteux, 2006

MATTOS, Marcelo Badaró - *Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964)* . In: Revista Brasileira de História – RBH vol. 24 n 47. São Paulo 2004.

\_\_\_\_\_– *O Sindicalismo Brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 2003.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral: Caminhos e descaminhos*. In: Revista Brasileira de História – RBH 25/26. São Paulo: ANPUH. Marco Zero, 1992.

NAPOLITANO, Marcos – *O Regime Militar Brasileiro: 1964-1985*. 4 ed. São Paulo. Atual. 1998. (Discutindo a História do Brasil)

NASCIMENTO, Dorval do. *Faces da Urbe. Processo Identitário e Transformações Urbanas em Criciúma/SC (1945-1980)*. Tese de Doutorado. PPG História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

NETO, Leonardo G. *Desigualdades regionais e federalismo*. In: SILVA, Pedro L. Barros & AFFONSO, Rui de B. Álvares (orgs.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: UNDP; Unesp, 1995.

NETO, Roseli J. *Formação, expansão e possibilidade de consolidação da indústria de confecções da região de Criciúma, SC*. Porto Alegre: UFRGS, 1995. (Dissertação de Mestrado).

NORONHA, Eduardo – *A Explosão das Greves na década de 80*. In: BOITO Jr, Armando. (org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1991.

PEREIRA, Sebastião Tavares – *O Operário e o Padre. História da criação do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Criciúma e Região*. Florianópolis: Ed. Do autor S. Tavares Pereira. 2012.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética e história oral*. In: projeto história, nº 15. São Paulo: PUC, abril/1997.

RABELO, Giani. *A longa resistência: A luta contra a privatização da CSN em Santa Catarina*. In: GOULARTI Fº, Alcides – *Memória e Cultura do Carvão*. Florianópolis. Cidade Futura. 2004

RENGEL, Simone Aparecida -“*PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS EM CRISTO*”*Trabalhadores Católicos e o Círculo Operário de Florianópolis (1937-1945)*. Diss. Mestrado. PPGHistória. UFSC. 2009.

RIBEIRO, Miguel A. *Análise da Organização espacial da indústria da Região sudeste*. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: n. 55, 1993, p. 61-105.

ROCHEFORT, Michel. *Redes e sistemas: ensinando sobre o urbano e a região*. São Paulo, Hucitec, 1998.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização*. Rio de Janeiro. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas. [WWW.bvce.org](http://WWW.bvce.org). 2009.

\_\_\_\_\_. *As tendências políticas na formação das centrais sindicais*. P. 13. In: BOITO Jr. Armando (Org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entram em Cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. 1970-1980*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTANA, Marco Aurélio e RAMALHO, José Ricardo(orgs.) – *Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.

SANTOS, Maurício A. dos. *Acumulação, geração de emprego e diversificação da e a economia no Sul de Santa Catarina: Carvão, cerâmica e indústria de plástico*. USP. FFLCH. Tese de Doutorado em História. São Paulo, 2002

\_\_\_\_\_. *Crescimento e Crise na Região Sul de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UDESC, 1997.

SILVA, Rafael Pereira da. *Formação, trajetória e relações políticas de um centro de educação popular em Criciúma (CEDIP) 1983-1998*. Florianópolis: Diss. Mestrado. UFSC-CFH-PPGHistória, 2006.

TEIXEIRA, José Paulo. *Os donos da cidade: poder e imaginário das elites em Criciúma*. Florianópolis.Ed. Insular, 1996.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Volume I, II e III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *A Miséria da teoria: Ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIEIRA, Jaci Guilherme – *História do PCB em Santa Catarina – Da sua gênese até a operação Barriga Verde – 1922 a 1975*. Florianópolis. Diss. Mestrado. PPG. História. UFSC, 1994.

VOLPATO, Terezinha. *Vidas Marcadas: trabalhadores do carvão*. Tubarão-SC. Editora Unisul. 2001.

\_\_\_\_\_. *A pirlita humana: os mineiros de Criciúma*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984

WOLF. Cristina Scheibe. *As Mulheres da Colônia Blumenau: 1850-1900*. São Paulo. PUC, 1991.

ZANELATO, João Henrique. *Homens do Barro: Experiências de trabalhadores da cerâmica vermelha(olarias) em Morro da Fumaça*. Florianópolis: UFSC, 1998. (Dissertação de Mestrado).

## **ENTREVISTAS**

Ana Zuleide Rossi. Entrevista a Adriana Rossi, 2007.

Ângelo Bortoluzo Neto. Entrevista a Adriana Rossi, 2007.

Ari de Oliveira Alano. Entrevista a Antonio Luiz Miranda, 2011.

Hilário Lessa Batista. Entrevista a Antonio Luiz Miranda, 2011.

Idene Silveira Barbosa. Entrevista a Michele Crispim Baum, 2007.

Itaci de Sá. Entrevista realizada pelo Grupo de Pesquisa História Econômica do Sul Catarinense (UNESC), em agosto de 2003.

Maria Salete Budny. Entrevista concedida a Michele Crispim Baum, 2007.

Marlene de Souza Soccas. Depoimento por email a Antonio Luiz Miranda, 2012.

Milton Mendes de Oliveira. Entrevista a Antonio Luiz Miranda, 2011.

Sérgio Uliano. Depoimento por email a Antonio Luiz Miranda, 2012.

Solange Marchinski Perruchi. Entrevista a Michele Crispim Baum, 2007.

Terezinha Garcia. Entrevista a Michele Crispim Baum, 2007.

Valdeci da Silva. Depoimento por email a Antonio Luiz Miranda, 2012.

## PERIÓDICOS

Jornal de Criciúma – 17/12/ 1961; 15/07/1982.

Correio do Sudeste - 12/09/1979.

Jornal Tribuna Criciumense – 15/09/1979; 22/09/1979; 29/09/1979; 27/11/1982.

Jornal da Manhã. 19 e 23/11/1988.

Jornal da Manhã de 14/02/1989.

O Estado – 04/09/1979; 05/09/1979; 06/09/1979; 11/09/1979; 12/09/1979; 14/09/1979; 15/09/1979; 16/09/1979; 18/09/1979; 19/09/1979; 20/09/1979; 22/09/1979; 25/09/1979; 20/05/1986; 06/03/1987.

Jornal de Santa Catarina – 02/09/1979; 11/09/1979; 28/09/1979; 10/05/1986; 15/05/1986; 16/05/1986; 18/05q1986; 28/05/1986; 28-29/06/1987.

Diário Catarinense – 14/05/1986; 15/05/1986; 28/05/1986; 14/03/1987.

Folha de São Paulo de 17 de janeiro de 1992

Boletim Informativo nº 3, de março de 1982. Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Carvão de Criciúma e Içara.

O CARRETEL nº 1 – Informativo do Sindicato dos Trabalhadores no Vestuário e Calçados de Criciúma-SC. Dezembro de 1985.

O CARRETEL – Informativo do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário e Calçados de Criciúma-SC. Nº 7, de agosto de 1987.

Informativo CEDIP nº 5 set-dez: 1985.

Boletim do CEDIP, junho/1986.

## ARQUIVOS E ACERVOS PESQUISADOS

Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Criciúma.

Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Carvão de Criciúma e Içara.

Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – Acervo de Periódicos.

Casa da Cultura do Município de Criciúma – Acervo de Periódicos.

Arquivo Cesaca/Cecrisa – Fichas funcionais dos anos 60/80.

Centro de Documentação da Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina – Unesc. Acervo CEDIP e acervo Memória e Cultura do Carvão.